



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ROSEANE SILVA DE SOUZA

OS ESFORÇOS EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO (1934-1961)

Recife
2019

ROSEANE SILVA DE SOUZA

OS ESFORÇOS EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO (1934-1961)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientador: Profº Dr. José Luís Simões

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Amanda Ganimó, CRB-4/1806

S729e Souza, Roseane Silva de.
Os esforços educacionais de Limoeiro/ Roseane Silva de Souza. –
Recife, 2019.
195 f. : il.

Orientador: José Luís Simões.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa
de Pós-graduação em Educação, 2019.
Inclui Referências e Apêndice.

1. Educação – Limoeiro (PE). 2. Instituições educacionais. 3. Estratégias
de aprendizagem. 4. UFPE - Pós-graduação. I. Simões, José Luís
(Orientador). II. Título.

371.2 (23. ed.) UFPE (CE2019-092)

ROSEANE SILVA DE SOUZA

OS ESFORÇOS EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO (1934-1961)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: 29/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luís Simões (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Tony Honorato (Examinador Externo)
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Rodrigues de Figueiroa (Examinadora Externa)
Associação Caruaruense de Ensino Superior

Prof. Dr. Fábio da Silva Paiva (Examinador Externo)
Universidade Maurício de Nassau

Prof.^a Dr.^a Aurenéia Maria de Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho, em especial, à minha mãe, Clarice Almeida da Silva (*in memoriam*), pela sua dedicação e amor pelos seus filhos, com quem aprendemos o verdadeiro significado de ser mãe, e ao meu pai Severino Cipriano Silva, por seus ensinamentos. Ao meu esposo que, desde os primeiros passos da nossa vida acadêmica, sempre nos apoiou e incentivou a irmos cada vez mais além; aos meus filhos e meus irmãos que sempre nos apoiaram nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Mesmo sabendo que a construção do conhecimento é marcada por momentos de solidão, essa construção não seria possível sem uma força maior, exterior ao ser humano e sem a colaboração e contribuição de outras pessoas. Assim, agradeço acima de tudo a Deus, em nome do seu filho Jesus, o meu Senhor, por ter permitido a realização deste trabalho de pesquisa.

Aos meus familiares, pelo o apoio, em especial, ao meu esposo, Edilson Fernandes de Souza, e meus filhos, Tatyane Evelyn da Silva Campos, Lidiane Silva de Souza, Viviane Silva de Souza e Edilson Silva de Souza, pelo amor, carinho, compreensão, confiança, pela colaboração e contribuição para a realização da pesquisa.

Aos professores do curso de licenciatura em Pedagogia, pelos ensinamentos, incentivos e confiança, e, em especial as professoras Kátia Cunha e Lígia Pacheco.

Aos colegas do curso de Doutorado, aos docentes e técnicos administrativos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

À ex-secretária de Educação de Limoeiro Rosejara Ramos e à ex-funcionária Solange Cabral, ao Secretário de Educação Luís Gonzaga Tavares Júnior, e à funcionária da Secretaria de Educação, Joana Dias, pela colaboração.

Às funcionárias da Gerência Regional de Educação (GRE), Gilda Arruda, Magaly Morgana Ferreira de Melo e Laíse de Oliveira de Amorim Paiva.

À Sandra Soares pela colaboração.

À Maria José dos Santos Silva, pela confecção das bolsas.

À professora Gerciane Duarte, pelos documentos fornecidos.

Aos amigos Márcio Eustáquio (*in memoriam*) e Laudielcio Maciel Ferreira da Silva, pelas contribuições e colaboração.

À Professora Ladjane Maciel, pela correção ortográfica da Tese.

Ao ex- gestor da extinta Escola Nossa Senhora de Fátima, o professor Egrinaldo Bezerra de Melo e ao ex-gestor da extinta Escola Pe. Nicolau Pimentel, ao professor Alex Neves de Andrade, pela documentação fornecida.

À diretora da FACAL Sônia Silva e à agente administrativa Rosa Maria Nunes Cavalcanti, pela colaboração e pela documentação disponibilizada.

A CAPES, pela bolsa de estudo que viabilizou minhas idas e vindas ao município de Limoeiro.

À minha amiga, Maria de Lourdes, Lurdinha, ao Manoel, meu primo, (*in memoriam*), à Jaraíne Neves e aos meus irmãos Ronaldo e Rinaldo, por me ajudarem nos momentos mais difíceis da minha vida, assim como na colaboração para minha formação escolar.

À Izabel Sena, pelas conversas e incentivo.

À minha primeira professora Maria das Graças, Gracinha, (*in memoriam*), que me ensinou as primeiras letras, agradeço por sua dedicação, carinho e amor, sem eles seria muito mais difícil a adaptação ao convívio escolar.

Ao Elias Viera de Melo, pela gentileza em conceder fotos que contribuíram para a fundamentação deste trabalho.

À Joselma Maria da Silva Leal, ex-aluna do Colégio Regina Coeli, pela sua significativa colaboração e contribuição.

À Elícia Guerra pelo livro que foi uma das bibliografias essenciais para a construção da tese e colaboração.

À Maria José de Oliveira, ex-aluna do Colégio Regina Coeli, pelas fotos e o jornal fornecido.

À ex-aluna e ex-professora do Colégio Regina Coeli, Carminha Costa, pelos empréstimos de livros fundamentais para desenvolvimento deste trabalho.

À bibliotecária Amanda Carla Ganim do Nascimento pelas orientações e contribuições.

Aos funcionários da Câmara Municipal de Limoeiro Edilson Francelino da Cruz, Selma Braga Barboza e, em especial, a João Ernesto Mendonça de Arruda, pela sua gentileza e colaboração na aquisição de documentos essenciais para construção do objeto de investigação da pesquisa.

À Maria Inêz Duarte de Melo, pelas fotos e informações fornecidas.

Aos funcionários do Arquivo Estadual de Pernambuco Wilton Barbosa, Emerson Lucena, Frederico José Bezerra da Silva Carvalho, Hildo Leal da Rosa e Kleber Kyrilus pelas orientações que contribuíram e facilitaram a pesquisa e pelo acesso aos documentos fundamentais para construção da Tese.

À Tulane Silva de Souza, pela gravação e anotações das orientações e contribuições dos professores na qualificação da pesquisa e pela diagramação da capa da tese.

Ao professor Fernando Carneiro, pelo fornecimento de documentos do seu acervo pessoal.

Ao professor Alexandre Nunes, pelas informações que contribuíram na busca de documentos importantes para construção da Tese.

As funcionárias da Escola Cônego Fernando Passos, Ozilda Bezerra de Melo, Maria de Lourdes de Barros e Micheli de Almeida, pelas contribuições.

Ao Airton Buregi, ex-aluno do extinto Ginásio de Limoeiro, pelas informações e pelas fotos concedidas.

Aos funcionários da Escola Estadual Dr. Sebastião Vasconcelos Galvão, Cristiane Gomes, Fernando Vieira, Damásio de Andrade Lima e Sandra do Rêgo Bione, pela colaboração.

Aos funcionários e estagiários da Fundação Joaquim Nabuco que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

Ao funcionário da Prefeitura de Limoeiro responsável pelo arquivo da mesma, Rodrigo Raimundo do Rêgo Rodrigues, pela sua grande contribuição, que viabilizou a aquisição de documentos essenciais para elaboração da Tese.

Ao orientador, Prof. Dr. José Luís Simões, por me aceitar como sua orientanda, e por suas orientações, contribuições e apoio.

Ao coordenador do nosso Núcleo de Teoria e História, prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza, pelas inúmeras críticas e colaboração a este trabalho.

Aos professores da banca examinadora da qualificação: Prof.^a Dr.^a Kátia Cunha, Prof.^a Dr.^a Aurenéia Maria de Oliveira, Prof.^a Dr.^a Auxiliadora Maria Martins e Prof. Dr. Cesar Romero Vieira.

Aos professores da comissão examinadora: Prof. Dr. José Luís Simões, Prof.^a Dr.^a Aurenéia Maria de Oliveira, Prof. Dr. Fábio da Silva Paiva, Prof. Dr. Tony Honorato e Prof. Dr.^a Ana Paula Rodrigues Figueirôa.

Meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para a realização desta Tese!

“[...] Porque o Senhor dá a sabedoria; da sua boca procedem o conhecimento e o entendimento” (BIBLÍA, 2010, p. 720).

RESUMO

Esta tese de doutoramento está baseada no Núcleo de Teoria e História do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, e procurou responder aos seguintes questionamentos: Quais as instituições e personalidades impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, entre 1934 e 1961? E quais as estratégias e táticas envidadas por essas instituições e personalidades para atender o referido desenvolvimento na periodização definida? Em resposta às expectativas históricas, foi levantada uma razoável documentação ancorada pelo recorte temporal definido, a partir da inauguração do Ginásio de Limoeiro, em 1934, e da fundação do Ginásio Estadual de Limoeiro em 1961, instalado, provisoriamente, em três edificações, sendo: no Grupo Escolar Austro Costa, no Grupo Escolar Moraes e Silva e, posteriormente, no prédio do Ginásio de Limoeiro, dirigido pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel. Com o objetivo de identificar as estratégias institucionais e as táticas dos personagens que impulsionaram a educação em Limoeiro no intervalo temporal indicado, a análise foi baseada na teoria de Michael de Certeau. A hipótese levantada é que os esforços educacionais envidados em Limoeiro ocorreram, inicialmente, a partir de iniciativas individuais e coletivas, resultando em edificações e formatação de currículos na composição das primeiras letras e no ensino ginásial. E, posteriormente, acrescidas à essas iniciativas, os poderes executivos e legislativos passaram a dar sentido ao sistema educacional a ser desenvolvido no município. Assim, se buscou um modelo de instituição pública, criada no início do século XIX, o Colégio Pedro II, como marco de educação de qualidade, exigida por religiosos no atendimento à elite local. Como tática, foram criados colégios privados que, além de cobrança de mensalidades, solicitavam recursos públicos em troca de bolsas de estudos para alguns estudantes pobres do município.

Palavras-chave: Esforços educacionais 1. Instituições educativas 2. Limoeiro 3. Estratégias 4. Táticas 5.

ABSTRACT

This doctoral dissertation is based on the Center for Theory and History of the Graduate Program in Education of the Federal University of Pernambuco, and sought to answer the following questions: Which institutions and personalities drove the educational development of Limoeiro, between 1934 and 1961? And what are the strategies and tactics undertaken by these institutions and personalities to meet this development in the defined periodization? In response to historical expectations, reasonable documentation based on the defined timeframe was raised from the inauguration of the Limoeiro Gymnasium in 1934 and the founding of the Limoeiro State Gymnasium in 1961, provisionally installed in three buildings: in the Group Austro Costa School, at the Moraes e Silva Group School building, and then at the Limoeiro Gymnasium building, directed by Father Aduino Nicolau Pimentel. In order to identify the institutional strategies and tactics of the characters that drove the education in Limoeiro in the indicated time interval, the analysis was based on Michael de Certeau's theory. The hypothesis is that the educational efforts made in Limoeiro occurred initially from individual and collective initiatives, resulting in edifications and formatting of curricula in the composition of the first letters and in junior high school. And later, added to these initiatives, the executive and legislative powers came to make sense of the educational system to be developed in the municipality. Thus, we sought a model of public institution, created in the early nineteenth century, the Colegio Pedro II, as a landmark of quality education, demanded by religious in serving the local elite. As a tactic, private colleges were created which, in addition to collecting tuition, requested public funds in exchange for scholarships for some poor students in the municipality.

Keywords: Educational efforts 1. Educational institutions 2. Municipality of Limoeiro 3. Strategies 4. Tactics 5.

RESUMEN

Esta tesis doctoral se basa en el Centro de Teoría e Historia del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Pernambuco, y buscó responder a las siguientes preguntas: ¿Qué instituciones y personalidades impulsaron el desarrollo educativo de Limoeiro, entre 1934 y 1961? ¿Y cuáles son las estrategias y tácticas emprendidas por estas instituciones y personalidades para cumplir con este desarrollo en la periodización definida? En respuesta a las expectativas históricas, se obtuvo documentación razonable basada en el plazo definido desde la inauguración del Gimnasio Limoeiro en 1934 y la fundación del Gimnasio Estatal Limoeiro en 1961, instalado provisionalmente en tres edificios: en el Grupo Austro Costa School, en el Edificio de la Escuela del Grupo Moraes e Silva, y luego en el edificio del Gimnasio Limoeiro, dirigido por el Pe. Adauto Nicolau Pimentel. Para identificar las estrategias y tácticas institucionales de los personajes que impulsaron la educación en Limoeiro en el intervalo de tiempo indicado, el análisis se basó en la teoría de Michael de Certeau. La hipótesis es que los esfuerzos educativos realizados en Limoeiro ocurrieron inicialmente a partir de iniciativas individuales y colectivas, lo que resultó en edificaciones y formateo de los planes de estudio en la composición de las primeras letras y en la escuela secundaria. Y luego, sumado a estas iniciativas, los poderes ejecutivo y legislativo llegaron a dar sentido al sistema educativo que se desarrollaría en el municipio. Por lo tanto, buscamos un modelo de institución pública, creado a principios del siglo XIX, el Colegio Pedro II, como un hito de educación de calidad, exigido por los religiosos para servir a la élite local. Como táctica, se crearon escuelas privadas que, además de recaudar la matrícula, solicitaron fondos públicos a cambio de becas para algunos estudiantes pobres del municipio.

Palabras clave: Esfuerzos educativos 1. Instituciones educativas 2. Municipio de Limoeiro 3. Estrategias 4. Tácticas 5.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Município de Limoeiro, Avenida Jerônimo, e o Ginásio de Limoeiro, 1946.....	85
Imagem 2 - Prédio do Ginásio de Limoeiro, 1952.....	86
Imagem 3 - Mapa do Estado de Pernambuco e o Município de Limoeiro.....	89
Imagem 4 - Parte da Locomotiva a vapor Maria Fumaça do século XX.....	91
Imagem 5 - Estação Ferroviária de Limoeiro, década de 1940.....	92
Imagem 6 - Chegada do trem na Estação de Limoeiro, em 1925.....	93
Imagem 7 - Bonde de tração animal, em Limoeiro no ano de 1951.....	94
Imagem 8 - Carreata em Procissão de São Sebastião na rua da Matriz, década de 1940.....	96
Imagem 9 - Nota de Inauguração do Colégio Regina Coeli, 1936.....	109
Imagem 10 - Escudo em formato de Estrela, símbolo da Comunidade da Estrela e do Convento da Estrela.....	114
Imagem 11 - Irmãs Franciscanas da Casa Mãe, 1939.....	116
Imagem 12 - Prédio da antiga Fábrica de Beneficiamento de Algodão, 1940.....	118
Imagem 13 - Alunas do Regina Coeli em aula prática de jardinagem, década de 1940.....	119
Imagem 14 - Município de Limoeiro, Avenida Severino Pinheiro e o Colégio Regina Coeli.....	120
Imagem 15 - Alunas do Colégio Regina Coeli no desfile de 07 de setembro no ano de 1961.....	121
Imagem 16 - Rádio Difusora fundada em 17 de outubro de 1952.....	123
Imagem 17 - Escola Artesanal João Alberto, década de 1950.....	126
Imagem 18 - Decreto Nº 668 DE 22 de dezembro de 1961, que autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Limoeiro.....	129
Imagem 19 - Prédio do antigo Grupo Escolar Municipal Professor Pedro Lemos.....	136
Imagem 20 - Nota da Diretoria do Ginásio de Limoeiro, 1934.....	139
Imagem 21 - Nota sobre a estada do Pe. Adauto Nicolau Pimentel na Capital da República.....	143
Imagem 22 - Prédio do antigo Grupo Escolar Municipal Professor Pedro Lemos e o prédio do senhor Manuel Travassos, 1934.....	145

Imagem 23 -	Despacho do Inspetor Geral do Ensino Secundário, 1934.....	147
Imagem 24 -	Prédio do Ginásio de Limoeiro em construção, década de 1930.....	152
Imagem 25 -	Ginásio de Limoeiro Equiparado ao Colégio Pedro II, 1937.....	153
Imagem 26 -	Primeira Turma de Concluintes do Ensino Secundário do Ginásio de Limoeiro, 1939.....	154
Imagem 27 -	Alunos do Ginásio de Limoeiro no Desfile Cívico de 07 de setembro de 1961.....	155
Imagem 28 -	Turma de Concluintes do Curso Técnico de Contabilidade, 1961.....	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEJE	ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO
BDTD	BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES
CNPQ	CORDENAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CEPE	COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO
CONDEPE\FIDEM	AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO
DPV	DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO VEGETAL
FACAL	FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DE LIMOEIRO
FIDEPE	FUNDAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO
FUNDAJ	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
GRE	GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICAE	<i>INTERNACIONAL CONCIUL FOR ADULT EDUCACION</i>
INL	INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
LBD	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
LIOL	LEGIÃO INTEGRALISTA DE OPERÁRIOS LIMOEIRENSES
MOVA	MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SÃO PAULO
PUC-SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SNBP	SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E CULTURA
UCLA	UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA LOS ANGELES
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	ASPECTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS E FONTES.....	26
2.1	FONTES QUE EDUCAM.....	42
2.2	O ENCONTRO DOS DOCUMENTOS: Visitando Escolas, Pessoas e Arquivos.....	47
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE-EDUCAÇÃO E MUNICÍPIO PEDAGÓGICO.....	65
3.1	CHEGANDO A LIMOEIRO.....	84
4	ESTRATÉGIAS E TÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE LIMOEIRO.....	97
4.1	ASPECTOS DAS ESTRATÉGIAS E DAS TÁTICAS.....	97
4.2	MUNICÍPIO PEDAGÓGICO: Estratégias e Táticas.....	100
4.3	AS TÁTICAS POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS DE UM PADRE.....	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	164
	REFERÊNCIAS FONTES OFICIAIS.....	169
	REFERÊNCIAS FONTES DA IMPRENSA.....	172
	APÊNDICE A - Construção de Fontes do Ensino Superior de Limoeiro.....	174
	ANEXO A- Portaria nº 23.....	176
	ANEXO B -Ato de nº 9.....	177
	ANEXO C-Decreto nº 100.....	178
	ANEXO D -Decreto nº 112.....	179
	ANEXO E-Indicação S/N.....	180
	ANEXO F- Acto nº 2.....	181

ANEXO G-Portaria de nº 88.....	182
ANEXO H-Acto nº 5.....	183
ANEXO I-Entrevista do Pe. Nicolau Pimentel.....	184
ANEXO J-Continuação da entrevista do Pe. Nicolau Pimentel.....	185
ANEXO K-Lei nº 50.....	186
ANEXO L- Acto nº 40.....	187
ANEXO M-Portaria nº 41.....	188
ANEXO N- Lei nº 29.....	189
ANEXO O -Lei nº 391.....	190
ANEXO P-Justificação do Projeto nº 12 de Decreto Lei.....	191
ANEXO Q-Projeto nº 15 de Decreto Lei.....	192
ANEXO R-Nota do Jornal Correio de Limoeiro sobre a rifa do Pe. Aduino Nicolau Pimentel.....	193
ANEXO S-Transcrição da Certidão de compra e venda do Ginásio de Limoeiro para o Estado de Pernambuco.....	194
ANEXO T- Certidão do Registro do Estatuto do Ginásio de Limoeiro.....	195

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutoramento está baseada no Núcleo de Teoria e História do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e, esta, procurou responder aos seguintes questionamentos: Quais as instituições e personalidades impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, entre 1934 e 1961? E quais as estratégias e táticas envidadas por essas instituições e personalidades para atender ao referido desenvolvimento na periodização definida? São com essas questões que inicio este estudo, expressando, na verdade, uma das inquietações levantadas na Dissertação de Mestrado, também defendida nesse Programa de Pós-Graduação.

O motivo principal desses questionamentos deve-se ao fato de que realizamos uma pesquisa intitulada “O Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo (1968-1985)”, em que fizemos um levantamento da história da referida instituição educacional, interrogando e regimentando fontes orais, documentais e iconográficas no município de Limoeiro.

O Grupo Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo, localizado no bairro do Júa, oportunizou o acesso à educação de crianças e adultos oriundos da periferia e zona rural do referido município. Em 1968, por exemplo, só existiam escolas no centro da cidade. No início, isso era apenas uma suposição, depois foi confirmada pelas fontes arroladas na investigação, Souza (2014).

Todavia, após incursão novamente no município de Limoeiro, em busca de documentação para construção do objeto da pesquisa aqui desenvolvida, encontramos documentos no arquivo da Câmara Municipal e no arquivo da Prefeitura, que contrapõem a informação, a qual se refere que, no ano de 1968 só existiam escolas na zona urbana de Limoeiro. Os documentos encontrados mostram que existiam várias escolas na zona rural, o que veremos posteriormente.

No plano pessoal, eleger a educação do município de Limoeiro como objeto de pesquisa tem uma importância singular, pois foi onde tivemos o primeiro contato com a educação formal. Em meados da década de 1970, tivemos a oportunidade de sermos matriculada no Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo, na 1ª e 2ª séries, do Ensino Primário, atualmente 2º e 3º anos do Ensino Fundamental. Esse Grupo foi marcante em nossa vida e, sem ele, talvez não estivéssemos escrevendo este trabalho.

O município de Limoeiro faz parte da nossa trajetória educacional, ocupando

papel destacado em nossa vida pessoal e acadêmica. Foi nesse grupo escolar que aprendemos a ler e a escrever as primeiras palavras, inclusive a grafia do nosso nome, algo que parece ser marcante e prazeroso para a maioria das crianças. O referido Grupo Escolar, também nos serviu de objeto de investigação científica apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Núcleo de Teoria e História, como já foi mencionado. O que mais uma vez nos serviu de suporte na trajetória acadêmica até o momento.

Nesse contexto, considerando o contributo à História da Educação, o recorte inicial do presente estudo corresponde à inauguração da instituição particular, Ginásio de Limoeiro, em 1934, para atender aos “[...] ciosos do saber de toda a região circunvizinha” (PEREIRA, 2013, p.34). Inicialmente, a instituição funcionava como internato e semi-internato e atendia, inclusive, estudantes com poucos recursos financeiros, por meio de algumas bolsas de estudo oferecidas pela Prefeitura, pelo governo do Estado, assim como pela ajuda do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, um dos personagens importantes dos esforços educacionais do município, cuja participação será devidamente analisada nos capítulos desta tese.

Segundo Pereira (2013), há informações que, para a criação do Ginásio de Limoeiro, foi preciso que o Pe. Adauto Nicolau Pimentel e o professor Antônio de Souza Vilaça saíssem de Nazaré da Mata, a 38,7 km de Limoeiro, para fomentar sua construção e funcionamento. E, segundo o Histórico do referido Ginásio, as suas atividades são iniciadas no prédio onde funcionava um grupo escolar municipal, localizado na antiga Rua do Meio, onde atualmente é a Câmara dos Vereadores. E, na mesma década de sua inauguração, acontece a construção do seu prédio. O prédio do Ginásio de Limoeiro, onde hoje funciona a Gerência Regional de Educação-GRE, está localizado na Avenida Jerônimo Heráclio, uma das principais avenidas do município.

A periodização também corresponde ao ano da Constituição Federal de 1934, que foi a primeira a incluir um capítulo inteiro sobre educação. Por meio desta, a União passou a ser obrigada, segundo o artigo 5º, a “traçar as diretrizes da educação nacional”. Além disso, essa legislação também obrigou a União, no artigo 150, a “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país.”.

À União cabia, ainda, garantir a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Primário. E o artigo 153 desta Constituição fazia referência ao ensino religioso a ser introduzido nas escolas públicas. Nesse período, a Assembleia Constituinte debatia a inclusão do ensino religioso, fato também registrado pela imprensa, conforme publicado

no jornal *A Nação*, a respeito dessa matéria defendida pelo líder pernambucano Pe. Arruda Câmara.¹

Esses são alguns elementos que embasam o início do recorte desta tese. E, para pensar um pouco em termos de continuidade dos esforços educacionais limoeirenses, mesmo fora da periodização, temos a inauguração da Faculdade de Ciências da Administração de Limoeiro (FACAL), em 1976, instalada, provisoriamente, no Colégio Regina Coeli, que foi, e ainda é, dirigido pelas freiras alemãs, que cumpriram papel destacado para o processo de escolarização no referido município, em 1936.

Atualmente, denominada de Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro, a FACAL, por ocasião de sua inauguração, oferecia aos limoeirenses e estudantes da região um dos primeiros cursos na área administrativa, o que permitia uma formação condizente com a vocação do município enquanto polo comercial da região e, vale destacar também, é uma das primeiras instituições de Ensino Superior do Agreste pernambucano.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início da década de 1980, em Limoeiro, o número de pessoas alfabetizadas correspondia a um total de 48.970. Dentro dessa totalidade, 25.062 eram pessoas com cinco anos de idade ou mais. As iniciativas do município na melhoria do acesso à educação contribuíram para o alcance desses números, considerando uma população de 57.699 habitantes, à época.

Obviamente, os dados do IBGE são reflexos de iniciativas anteriores a 1980, possivelmente, a partir de decisões de atores políticos importantes, assim como das iniciativas de particulares. Em 1978, por exemplo, o Ginásio Agrícola da Vila Urucuba foi municipalizado pelo prefeito Adauto Heráclio Duarte, no seu segundo mandato, tornando-o Escola Municipal Cônego Deusdedith, sendo esta a primeira escola municipal a oferecer o primeiro grau completo ao seu alunado, atualmente, denominado, Ensino Fundamental. Este foi um grande avanço na educação do município, pois, as escolas municipais até então, só oportunizavam aos limoeirenses, o acesso a Educação Infantil e o Ensino Primário. Desse modo, essa escola possibilitou o aumento significativo do acesso ao Ensino Secundário, para a população carente do município.

É evidente que os aspectos relacionados a esse Ginásio fogem à periodização desta tese, mas é importante como reflexão para mostrar o empenho do município em educar os limoeirenses.

É importante destacar também, que o prefeito Adauto Heráclio Duarte criou o

¹ A NAÇÃO. **Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro: 04/01/1934, ed. 301, p. 1

Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo, em 1968, com o objetivo de atender à crescente demanda populacional na periferia da cidade e à demanda educacional das crianças residentes na zona rural, que motivou a pesquisa que realizamos anteriormente, Souza (2014).

O recorte temporal é marcado por alguns fatos interessantes, pois temos a criação do Ginásio de Limoeiro, em 1934, a inauguração do Ginásio Estadual de Limoeiro, em 1961. Todavia, a criação do Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo, em 1968, na Vila da COHAB, e outras instituições, aqui elencadas, mesmo não estando dentro da periodização desta pesquisa, como por exemplo, a Faculdade de Ciências da Administração de Limoeiro (FACAL), em 1976. Dão indícios de como o poder público local e personalidades permaneceram usando de estratégias e de táticas para dar continuidade ao desenvolvimento educacional do município e, sobretudo, oportunizar aos limoeirenses e região o Ensino Superior.

Desse modo, registramos que o marco temporal demarcado para essa pesquisa foi o período 1934 a 1961, e o objeto de estudo que elegemos para essa investigação foram os esforços educacionais de Limoeiro, os quais foram evidenciados a partir da análise das estratégias e das táticas na perspectiva de Certeau (1998), envidadas por personalidades e instituições no referido município para o seu desenvolvimento educacional.

Essas instituições e algumas personalidades políticas, intelectuais limoeirenses e de outras regiões, certamente, contribuíram para o esforço educacional no cenário de nosso objeto de estudo com ações empreendidas para melhoria da educação de um município do interior, o que favorece a construção de uma hipótese de ambiente pedagógico, a partir de estratégias e táticas fundamentais para o seu desenvolvimento, e que apresentaremos mais adiante.

Embora esses sejam apenas dados descritivos, de forma sumária, já apontam possíveis evidências da coerência dos questionamentos levantados nesta investigação. No ano de 1973, por exemplo, foi concedido pelo governador Eraldo Gueiros Leite a medalha do Mérito Educacional à Maria Gabrielle Andasche, do Colégio Regina Coeli, o qual foi fundado em 1936, pelos serviços prestados à educação no Estado de Pernambuco. Até esse ano, o Colégio Regina Coeli era só para meninas e, em 1974, torna-se um colégio misto, estendendo o ensino de referência também aos meninos.

Como o fenômeno educacional é, em sua magnitude, um complexo de relações, que se estabelecem entre normas, valores, convenções que “[...] ganham forças a partir do passado, que modela as práticas individuais e coletivas” (MAGALHÃES, 2010, p.25),

há necessidade de uma explicitação de períodos bastante elásticos que possam convergir e combinar, de maneira multifatorial, com a temporalidade no trato historiográfico desse campo. Assim, Magalhães (2010), em seus aspectos teóricos e metodológicos, defende a durabilidade configuracional dos fatos, fenômenos e movimentos educativos, razão pela qual os recortes temporais podem ser de longo prazo, na perspectiva de uma epistemologia diferenciada, sem prejuízo da compreensão do objeto a ser investigado.

Dessa maneira, a temporalidade de média a longa duração referida nesta tese se justifica por tentar abarcar conexões de fatos evidenciados em momentos diferentes, mas que convergem para os esforços envidados por personalidades jurídicas, cidadãos comuns e instituições, em função do processo de escolarização. Desse modo, os esforços envidados por personalidade e instituições em Limoeiro, em função do processo de escolarização, nos permite pensar que o município sempre esteve preocupado em organizar e desenvolver o seu sistema educacional.

A partir dos questionamentos, a hipótese levantada é de que os esforços educacionais envidados em Limoeiro, na periodização definida, ocorreram inicialmente a partir de iniciativas individuais e coletivas, resultando em edificações e formação de currículos para a composição das Primeiras Letras e o Ensino Secundário. Posteriormente, acrescidas a essas iniciativas, os esforços institucionais do poder público passaram a dar sentido ao sistema educacional a ser desenvolvido no município, culminando na idealização do Ensino Superior com o Curso de Administração, na Faculdade de Administração de Limoeiro- FACAL.

Há algumas evidências na literatura que fundamentam essa hipótese. Dentre elas, estão os livros: *Vigilanti Cura: uma educação cinematográfica em alguns colégios católicos de Pernambuco na década de 1950*, de autoria de Haroldo Moraes de Figueiredo (2014); *Uma breve história de Limoeiro*, de autoria do professor Carlos Eduardo Pereira (2013); e a dissertação de mestrado, de minha autoria, intitulada *O Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo (1968-1985)*, defendida no ano de 2014, já acima mencionada.

Alguns dos esforços a que se tem referência nesta tese, de alguma maneira, foram evidenciados na literatura supracitada. No conjunto, essa literatura aponta os esforços do Pe. Nicolau Aauto Pimentel e do professor Antônio de Souza Vilaça que, em 1934, inauguraram o Ginásio de Limoeiro, que passou a oferecer aos limoeirenses os ensinos Primário e Secundário; o das irmãs Beneditinas de Tutzing da Congregação das irmãs Beneditinas da Divina Providência, fundada em 1849, na Itália, as quais, segundo

Figueiredo (2014) em 1939, fundaram o Colégio Regina Coeli, oferecendo o Ensino Primário e a Escola Normal ao sexo feminino.

Outros exemplos, mesmo sendo do período posterior à periodização e do processo de escolarização nos cenários definidos, já aqui mencionados, achamos importante ainda, destacar o esforço da professora Josefa de Lima Oliveira, que foi a primeira professora do Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo, inaugurado em 1968. Em fevereiro de 2013, a referida professora relatou em entrevista concedida à pesquisa de mestrado, que “[...] foi de casa em casa para fazer as matrículas das crianças que fariam parte do corpo discente do referido grupo” (SOUZA, 2014, p. 67), isso em 1968. Sem dúvida, uma atitude elogiável e um esforço pessoal para atrair as crianças à escola recém-inaugurada, na Vila da COHAB.

Todos esses exemplos servem para ilustrar o processo de escolarização do município, sobretudo o impacto de decisões e ações pretéritas para que Limoeiro tivesse, como ainda hoje tem, uma rede municipal, estadual e privada de ensino bastante significativa, que serve a toda uma região. Entretanto, embora citados como exemplos, reforçamos, que, a periodização desta tese definida para análise documental diz respeito a 1934-1961, um ciclo de razoável impulso na legislação educacional e que o campo dessa historiografia dá sinais de seu reconhecimento.

Curiosamente, a Constituição de 1934 foi a primeira a incluir um capítulo referente à educação brasileira, e só após vinte e sete anos, ou seja, em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Portanto, o ponto final da periodização desta tese corresponde à primeira legislação específica acerca da educação nacional, Lei número 4.024, publicada em 20 de dezembro de 1961, pelo então presidente João Goulart, e pela fundação do Ginásio Estadual de Limoeiro por meio do Decreto de nº 668 de 22 de dezembro de 1961, do governador do Estado de Pernambuco à época Cid Feijó Sampaio. No art.1.º do referido Decreto consta que “Fica criado o Ginásio Estadual de Limoeiro, com sede na cidade do mesmo nome, tendo por finalidade ministrar o ensino secundário, a título gratuito”.

Desse modo, a partir da inauguração da instituição acima citada, a população desfavorecida financeiramente, e carente do Ensino Secundário, sobretudo da periferia e da zona rural do município de Limoeiro, passa a ter acesso a esse nível de ensino de forma efetiva, sem a necessidade de esperar a sorte de ser selecionado pela Prefeitura para a aquisição de bolsa de estudo que, antes da fundação do Ginásio Estadual de Limoeiro, era a maneira do estudante pobre do município, em sua grande maioria, ter acesso ao referido

nível de ensino. Pois, o número de estudantes pobres do município que foi beneficiado com esse nível de ensino por meio da ajuda do Pe. Adauto Nicolau Pimentel era insignificante.

Como se apresenta na historiografia, especialmente em Saviani (2008), a partir da vigência da primeira LDB, foi criado o Conselho Federal de Educação, bem como a elaboração do Plano Nacional de Educação, em 1962. Assim, se em termos de contexto mais geral a periodização se fundamenta na legislação educacional, no que concerne às atribuições do Estado brasileiro e às competências das unidades federal e os municípios, no contexto local, o período é demarcado pela criação do primeiro Ginásio Estadual de Limoeiro, o que culminou, como veremos, em debate, na articulação política e mudança de rumo da educação no referido município.

Nesse contexto, a periodização deste estudo corresponde, a nosso ver, a um ciclo importante para a educação, no que diz respeito ao financiamento e responsabilidade da União, dos Estados e Municípios, o que decorre, obviamente, nas estratégias e táticas empregadas por instituições e agentes sociais no processo de escolarização brasileira.

São vários os exemplos que podemos citar. Entretanto, não se trata aqui de um estudo teórico, mas da intenção de entrar novamente no município para compreender os aspectos políticos e culturais que subsidiaram as ações desses atores sociais, em direção ao fortalecimento e desenvolvimento da educação em Limoeiro. É, nesta perspectiva, que se justifica esta investigação, inclusive a partir da ausência de produção científica acerca dessa temática.

Nessa perspectiva, segundo artigo publicado no caderno de História da Educação, Silva *et. al* (2012), o Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi criado em 1978, tendo impacto significativo na formação de recursos humanos, especialmente, no Nordeste. Esse artigo apresenta um quadro importante sobre dissertações e teses defendidas até a comemoração dos 30 anos do programa.

Entretanto, considerando a descrição dos principais temas investigados entre dissertações e teses, não encontramos pesquisas que tratam especificamente sobre os temas e as problemáticas que pretendemos abordar nesta investigação, sobretudo, a partir das categorias relativas à estratégia e tática, propostas por Certeau (1998), que são de grande valia para os estudos sobre a educação.

Para se ter uma ideia, o Núcleo de Teoria e História, de onde tem origem este estudo, por exemplo, já produziu pesquisas sobre diversas temáticas, como, por exemplo,

história das instituições escolares, educação ambiental, educação cinematográfica na escola, memória da educação pelo cordel, educação na República, educação especial, educação e violência, educação e família, educação para o envelhecimento, educação do corpo, entre outros. Contudo, não consta nenhuma investigação sobre município e esforços educacionais. Além disso, constata-se poucas pesquisas desenvolvidas sobre instituições e processos educacionais do interior do Estado de Pernambuco, o que fortalece a justificativa desta tese.

Assim, em resposta provisória às questões levantadas, a hipótese de trabalho dá conta de que os esforços educacionais envidados em Limoeiro ocorreram, inicialmente, a partir de iniciativas individuais e coletivas, resultando em edificações e formatação de currículos para a composição das Primeiras Letras e para o Ensino Secundário. E, posteriormente, acrescidas a essas iniciativas, os poderes executivos e legislativos passaram a dar sentido ao sistema educacional a ser desenvolvido no município.

Para tanto, se buscou um modelo de instituição pública criada no início do século XIX, o Colégio Pedro II, como marco de educação de qualidade, exigida a religiosos para atender à elite local. Como tática, foram criados colégios privados, que além de cobrança de mensalidades e artifícios, como rifas e sorteios para sua equiparação ao Colégio Pedro II, os religiosos solicitavam recursos públicos em troca de bolsas de estudos para alguns estudantes pobres do município.

Nesse contexto, esta é uma oportunidade de se pesquisar aspectos educacionais no interior do Estado, considerando que, algumas investigações têm se concentrado na Capital e Região Metropolitana, como já assinalado por Souza (2009). Assim sendo, esta tese tem os seguintes objetivos:

- a) Descrever e analisar as instituições e personalidades que impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, entre 1934 e 1961;
- b) Identificar e analisar as estratégias institucionais e as táticas das personalidades envidadas para impulsionar a educação em Limoeiro, na periodização definida.
- c) Contribuir com a historiografia educacional brasileira.

Desse modo, considerando o problema, a hipótese e os objetivos deste estudo, no primeiro capítulo, intitulado, **Aspectos Teóricos, Procedimentos e Fontes**, apresentamos os aspectos teóricos, os procedimentos e as fontes. É o momento em que também organizamos a documentação da cidade, que orientaram a análise da hipótese

levantada e as estratégias e as táticas que foram enveredadas no município de Limoeiro para seu desenvolvimento educacional.

No segundo capítulo, tendo como título, **Considerações sobre a Cidade e Educação e Município Pedagógico**, fizemos um levantamento de estudo sobre cidade-educação e município pedagógico, traçando, inclusive, um breve percurso sobre a cidade de Limoeiro, conhecendo uma parte da sua história e do seu desenvolvimento político e cultural.

No terceiro e último capítulo, denominado, **Estratégias e Táticas para o Desenvolvimento Educacional de Limoeiro**, analisamos as fontes para identificarmos a contribuição dos fatores e os esforços que impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, na perspectiva das estratégias e das táticas utilizadas pelas instituições e personalidades na periodização definida.

2 ASPECTOS TEÓRICOS, PROCEDIMENTOS E FONTES

A história fornece “fatos” destinados a preencher os quadros formais determinados por uma teoria econômica, sociológica, demográfica ou psicanalítica. Esta concepção tende a situar a história ao lado dos “exemplos” que devem para “ilustrar” uma “doutrina” definida noutro lugar. (CERTEAU, 2002, p.125).

Considerando as reflexões de Certeau (2002), esta tese pretende responder às seguintes questões: Quais as instituições e personalidades impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, entre 1934 e 1961? E quais as estratégias e táticas envidadas por essas instituições e personalidades para atender ao referido desenvolvimento na periodização definida?

A partir desses questionamentos, este capítulo tem por objetivo discorrer acerca dos aspectos teóricos aplicados neste estudo, bem como apresentar os procedimentos necessários para a análise, a descrição e o manuseio dos diferentes documentos encontrados nos arquivos da cidade de Limoeiro, no arquivo estadual, nas instituições administrativas e educacionais no cenário da investigação e nas páginas da imprensa local limoeirense, da mesma forma que nos jornais de circulação na capital pernambucana. Será dada, ainda, uma relativa atenção ao ambiente empírico, sobretudo, quando das visitas realizadas para o encontro das fontes.

Além desses aspectos, o capítulo apresenta, sucintamente, alguns elementos do desenvolvimento do Brasil e sua interface educacional, a partir da historiografia desse campo, reposicionando, inclusive, a possibilidade de uma política de fonte reclamada por pesquisadores atentos à preservação da memória e patrimônio relativos à educação brasileira.

Com esses procedimentos, é possível refletirmos, como o faz Certeau (2002) em sua perspectiva historiográfica, fabricando sentido entre passado e presente, ligando, inclusive, as “ideias” aos “lugares” e operando sobre um conjunto de material pertinente às problemáticas elencadas para sua compreensão. Isso só é possível porque “[...] em história, todo o sistema de pensamento está referido a lugares sociais, econômicos, culturais, etc.” (CERTEAU, 2002, p.66). E foi, portanto, dessa maneira, que desenvolvemos este estudo.

Se o historiador busca “desvendar” ou busca dar visibilidade a um sistema de pensamento construído num determinado tempo e espaço, é preciso compreender os

silenciamentos sob os quais operam e organizam o próprio espaço em que a escrita se materializa em forma de texto científico. Assim, esse texto científico está, inevitavelmente, sujeito ao exame de suas próprias regras, porque, só dessa maneira é possível sua relação institucional por onde se organiza, uma vez que o historiador precisa ter a consciência de que uma prática sem teoria vira dogmatismo.

Nesse contexto, é necessário verificar as condicionantes que alimentam uma investigação no campo da história, e em que medida essa investigação se estrutura para dar sentido ao objeto de estudo na realidade em que se insere. Ou seja, a tomada de consciência de que o historiador fabrica sentidos a partir de uma determinada técnica de sua profissão, entre os arquivos, na rua e entre seus pares.

Com esse balizamento, o historiador busca, com sua técnica, o manuseio de diferentes documentos, analisa, à luz de uma teoria, os discursos materializados e proferidos na tentativa de compreender quais estruturas sustentam o sistema de crenças de um determinado grupo e lugar a partir da fonte. Desse modo, cabem algumas reflexões acerca do campo de investigação historiográfico no qual estamos associados.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2002, p. 66-67).

Para realçar o tema deste estudo e situar a perspectiva historiográfica e as escolhas que precisam ser feitas a partir dos lugares sociais da pesquisa, é preciso refletir com autores que corroboram, às vezes, com uma visão mais ampla das condicionantes políticas, culturais, sociais e econômicas, para se ter, de maneira mais apropriada, o fio condutor da investigação em um determinado lugar, ou ponto de partida. Assim, para alinhar a produção social, o lugar de discurso e as fontes, é preciso um conjunto de outros materiais disponíveis acerca dos temas de investigação e das questões relacionadas à política, à economia, à cultura, etc.

Desse modo, segundo Bresser-Pereira (2016), ao estudar uma determinada sociedade, deve-se pensá-la historicamente. E isto implica pensá-la nas suas fases ou estágios de desenvolvimento, sendo considerados, responsáveis pelo aumento da divisão

do trabalho e, conseqüentemente, faz com que esta sociedade se torne mais complexa. O autor frisa, que a primeira e fundamental revolução ocorrida na sociedade pré-capitalista foi a Revolução Agrícola ou Neolítica. E, que neste período, as tribos de caçadores e coletores, permitiam-se que se transformassem em sociedades estáveis, permitindo também a produção do excedente econômico, assim como o estabelecimento do advento do império escravista.

O autor diz, ainda, que mesmo com a revolução acima citada, não se tinha ainda uma noção de progresso técnico como meio de permanência para a produtividade, nem havia a compreensão da prática do lucro sistematicamente reinvestida na produção e que esse fato se dá na Revolução Capitalista, a segunda revolução da história humana.

A Revolução Capitalista que se completa quando um povo se transforma em uma nação, realiza sua revolução nacional e constrói um Estado-nação moderno, e, em seguida, realiza sua revolução industrial, e seu desenvolvimento econômico passa a ser realidade e se torna autossustentado. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p.15).

Nessa perspectiva, o autor acredita que devemos pensar o período de desenvolvimento do Brasil, tendo como ponto focal, o momento em que ocorreu a sua revolução nacional e industrial em outras palavras, a revolução capitalista, mas também acha compreensivo que se escolha a independência como momento de início, mesmo que ela só tenha assegurado a autonomia parcial do novo país.

Mesmo o Brasil deixando de ser subordinado a Portugal, passa à dependência da Inglaterra e França, o que segundo o autor, poderíamos compreender a mudança apenas “de mãos colonizadoras”. O mesmo, acredita ainda, que, só a partir de 1822, devemos pensar a história do Brasil independente, sendo está formada por três grandes ciclos: o Ciclo Estado e Integração Territorial, o Ciclo Nação e Desenvolvimento e o Ciclo Democracia e Justiça Social.

Nesse contexto, Bresser-Pereira (2016) afirma que, a ideia de Estado brasileiro se dá, anteriormente a sua formação como nação, e é no período imperial que se confirma a construção do Estado e a sua integralização territorial. E, nessa perspectiva de construção, Saviani (2008), afirma que, com a proclamação da independência, a primeira iniciativa tomada para estruturação jurídico-administrativa do novo país foi elaborar e promulgar uma Assembleia Constituinte.

Dessa forma, Saviani (2008) diz ainda que, foi por meio de Decreto baixado por

Dom Pedro I, em 3 de junho de 1822, que foi convocada a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa. E, no discurso de inauguração para a instalação dos trabalhos da referida Assembleia, no dia 3 de maio de 1823, o imperador Dom Pedro I, enfatiza a necessidade de uma legislação específica sobre instrução pública. Esses elementos são fundamentais para a compreensão desta tese porque pode sinalizar, posteriormente, a emergência dos municípios pedagógicos.

O autor argumenta também que, o caminho encontrado para atender a essa necessidade, pela Comissão de Instrução Pública da Assembleia Geral, “[...] foi a apresentação de um projeto que procurava, mediante a instituição de um prêmio à melhor proposta, estimular o surgimento de um “Tratado Complexo de Educação da Mocidade Brasileira” (SAVIANI, 2008, p. 119).

Saviani (2008) enfatiza ainda que, para além de premiação, que estava em segundo plano, o que se discutia em torno desse projeto e que realmente era de suma importância, era o tema proposto em debate, e que este precisava ser solucionado com urgência e prioridade. Ou seja, “[...] a organização de um sistema de escolas públicas, segundo um plano comum, a ser implantado em todo o território do novo Estado” (SAVIANI, 2008, 119).

O autor ressalta, que essa proposição foi objeto de desejo, fazendo-se presente nos discursos das autoridades de vários poderes, inclusive no parlamento, refletindo na Comissão de Instrução Pública. Todavia, esta não conseguiu elaborar um projeto de organização de responsabilidade pública que suprisse a necessidade a qual havia sido proclamada, o que, obviamente, trará grandes repercussões no trato da educação brasileira.

Nesse contexto, à luz do debate, o autor frisa que, Martim Francisco Ribeiro d’Andrada Machado, um dos integrantes dessa Comissão, fez uma reapresentação da memória, que tinha elaborado no ano de 1816, a qual havia “proposto para a reforma dos estudos na capitânia de São Paulo”. A Memória de Martim Francisco, que tinha sido pensada, inicialmente, para reformar os estudos na referida capitania, com o intuito de oportunizar uma instrução comum a todos os povos desta, tendo sido reapresentada na Assembleia Constituinte e Legislativa, teve parecer favorável pela Comissão de Instrução Pública. Diz o autor:

[...] O parecer, reconhecendo nela qualidades no método de ensinar e aprender, na classificação e graduação dos conhecimentos, na indicação

das matérias, na escolha dos compêndios [...]. No entanto, a Memória de Martim Francisco, assim como o próprio projeto de estímulo ao “Tratado Completo de Educação da Mocidade Brasileira” foram deixados de lado. E a Comissão de Instrução Pública concentrou suas atenções num outro projeto, o de criação de universidades [...]. No entanto, mesmo esse projeto não chegou a ser promulgado (SAVIANI, 2008, p. 122-123).

Como vemos em 1816, já havia a sinalização, embora modesta, sobre a possibilidade de uma reforma educacional no tocante à população, ou seja, reformas no conteúdo e métodos de ensino comuns à capitania de São Paulo. Entretanto, com a dissolução da Assembleia Constituinte e Legislativa, em 1823 por Dom Pedro I, é outorgada pelo mesmo, no ano seguinte, a primeira Constituição do Império do Brasil. Por meio desta, ficou estabelecido que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos. Dessa forma, os debates proferidos acerca da necessidade de uma legislação especial voltada para instrução pública, foram limitados a essa resolução.

Nesse contexto, Saviani (2008) enfatiza que as discussões sobre o problema nacional da instrução pública, só foram retomadas em 1826, com a reabertura do Parlamento. Dentre os diversos projetos apresentados, destacou-se o projeto liderado pelo deputado Januário da Cunha Barbosa, que continha, também, as assinaturas dos deputados José Carlos Pereira de Melo e Antônio Ferreira França.

A proposta apresentada no projeto tinha o intuito “[...] de regular todo o arcabouço do ensino, distribuído em quatro graus, assim denominados: 1º grau: pedagogias; 2º grau: liceu; 3º grau: ginásios; 4º grau: academias.” (SAVIANI, 2008, p.124). Esse projeto, mesmo sendo aprovado, não foi promulgado pela Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa. Essa proposta é mais uma das que, mesmo sendo apresentada a referida assembleia no intuito de organizar a instrução pública, foi deixada de lado.

O autor diz ainda que, a Câmara dos Deputados, em lugar do projeto apresentado pelo deputado Januário da Cunha Barbosa, deu preferência a um projeto modesto que se limitava a escola elementar, e a escolha desse projeto tem como resultado a Lei de 15 de outubro de 1827, que estabelecia a criação das “Escolas de Primeiras Letras”. Portanto, constava no primeiro artigo dessa Lei, que: “Em todas as cidades, vilas e logares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias”.

Com a instituição da gratuidade da instrução primária para os cidadãos, estabelecida na primeira Constituição do Império do Brasil, havia a necessidade da

construção e instalação de escolas de primeiras letras no país para a promoção do referido nível de ensino à população pertencente às camadas desfavoráveis, carentes do saber escolar, haja vista que, a grande maioria dessa população era composta por analfabetos. No entanto, a instalação e criação das escolas de primeiras letras não foram viabilizadas nos lugares determinados pela lei, ou seja, “Em todas as cidades, vilas e lugares populosos”.

Dessa forma, a maior parte da população oriunda das camadas desfavorecidas, com exceção dos rapazes, filhos dos colonos brancos, que tinham acesso ao ensino rudimentar das Primeiras Letras, continuou sem o acesso à instrução primária, ou seja, o acesso ao ensino das Primeira Letras.

Segundo Saviani (2008), caso fossem instaladas as escolas de primeiras letras, conforme determinava a Lei de 15 de outubro de 1827, no seu artigo primeiro, acima citado, poderia ter “dado origem a um sistema nacional de instrução pública”. E com a instituição do Ato Adicional de 1834, tornava-se cada vez mais distante a constituição de um sistema de ensino nacional de instrução pública, uma vez que o Ato Adicional de 1834 promoveu a desobrigação do governo central dos cuidados com as escolas de Ensinos Primário e Secundário, repassando essa responsabilidade para as províncias.

Dessa forma, com a descentralização da educação a partir do Ato Adicional de 1834, as províncias ficaram com a responsabilidade de prover o Ensino Secundário e o Ensino Primário, ficando assim, ao poder central, a incumbência de promover a educação Superior em todo o Império.

No entanto, segundo Romanelli (2005), apesar de terem sido criados liceus na capital da província, a falta de recursos inviabilizou “as províncias de criarem uma rede organizada de escolas” (ROMANELLI, 2005, p. 40). Desse modo, a iniciativa privada passa a ter oportunidade de oferecer, sobretudo, o Ensino Secundário, enquanto o Ensino Primário, é deixado à margem e com um número insignificante de escolas, sobrevive através dos mestres-escolas, ou seja, mestres das primeiras letras. Nesse contexto, a dualidade educacional promovida pela descentralização ficou mais acentuada, pois, o acesso ao Ensino Secundário passa a ser privilégio das elites, enquanto o acesso ao Ensino Primário, este seria oferecido apenas a uma parte insignificante da população carente.

Nessa perspectiva, Saviani (2008), enfatiza que as carências do ensino, provenientes do período imperial e evidenciadas nos relatórios dos ministros imperiais e dos presidentes das províncias, possibilitam a conclusão de que, o Ato Adicional de 1834

apenas legitimou a negligência do poder central em relação a instrução pública, e que não se deve responsabilizar o referido ato a não realização do que se ambicionou em relação à educação no século XIX.

O autor destaca, ainda, outras reformas ocorridas na tentativa de se organizar a instrução pública no país. Entre estas, consta a de Luís Pedreira do Couto Ferraz, que enquanto ministro do Império, baixou em 17 de fevereiro de 1854 o Decreto de nº 1.331-A. Por meio deste, foi aprovado o “Regulamento para reforma dos ensinos primário e secundário, no Município da Corte”. E, sendo direcionado para Município da Corte, o regulamento em questão, abrange as províncias “[...] A Reforma Couto Ferraz contém normas alusivas, também, à jurisdição das províncias [...]”. O Regulamento de 1854, explicitamente, buscava alcançar instrução pública provincial” (SAVIANI, 2008, p. 131).

Desse modo, Saviani (2008), ressalta que esse regulamento dava destaque, além da adoção da obrigatoriedade do ensino, multa no valor de 20 mil a 100 mil réis para os pais ou responsáveis pelas crianças de mais de sete anos que não garantissem sua inserção no Ensino Elementar e, sendo reincidente, a multa seria duas vezes mais do valor estipulado. E frisa ainda, a obrigatoriedade de frequência na instrução pública primária, a formação dos professores e a inspeção escolar, associadas à tarefa instituída de coordenação aos inspetores gerais dos estudos, sendo essa a ser desenvolvida em todas as províncias do Império, “[...] permite-nos considerar que a ideia de um sistema nacional de ensino começa a delinear-se mais claramente a partir dessa reforma” (SAVIANI, 2008, p. 131).

No entanto, o autor ressalta que a gratuidade do ensino e outras prerrogativas defendidas pelo “Regulamento para reforma do Ensino Primário e Secundário no Município da Corte”, e tantas outras apresentadas anteriormente, não chegam a ser implementadas, mas, substituídas por outras menos significativas e plausíveis para o desenvolvimento e organização da instrução pública brasileira. É o caso da Reforma Couto Ferraz, a qual mesmo sendo modelo no processo de regulamentação da instrução pública nas diversas províncias, principalmente, no que se concerne à instituição da obrigatoriedade do Ensino Primário. O autor frisa que, os diferentes projetos de reforma do ensino da capital do Império que foram apresentados no Parlamento, posteriormente ao regulamento acima citado, na prática, também não foram efetivados.

Nesse contexto, Saviani (2008) frisa que, dentre os projetos defendidos pela Reforma Couto Ferraz e que não foram implementados pelos projetos apresentados no Parlamento dos anos posteriores, está o que substituiu as Escolas Normais pelos

professores adjuntos. Para tanto, “[...] consistia em contratar, por concurso geral aberto aos discípulos maiores de 12 anos de idade de todas escolas públicas, docentes auxiliares” (SAVIANI, 2008, p.133). E, diferentemente do que foi estabelecido pela Reforma Couto Ferraz, as províncias se esforçaram para criar Escolas Normais, ou reabrir, em 1859, a Escola Normal de Niterói, fechada em 1849 por Couto Ferraz.

O autor frisa ainda que, Couto Ferraz, desde o tempo em que ocupava o cargo de Presidente da Província do Rio de Janeiro, já questionava a eficácia das Escolas Normais, acreditava que elas “[...] eram muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificante em relação ao número de alunos que nelas se formavam” (SAVIANI, 2008, p.133). Nesse sentido, as considerações educacionais feitas pelo mandatário da província, tentavam dar conta da substituição dessas Escolas Normais por professores adjuntos, cujo pensamento pedagógico era o de imprimir uma formação pela prática.

Como podemos observar, essa historiografia da educação brasileira indica, de certa forma, os primeiros concursos realizados para a ocupação do cargo de professor no final do século XIX. De fato, essa substituição das Escolas Normais era uma solução indicada, segundo Saviani (2008), pelo Regulamento de 1854, que pressupunha um escalonamento de “progressões” na carreira, uma vez que passavam de auxiliares, adjuntos a professores públicos. Vejamos, então, como esses elementos aparecem nas palavras do autor:

[...] contratar, por concurso geral aberto aos discípulos maiores de 12 anos de todas as escolas públicas, docentes auxiliares. Os que se distinguissem nesse concurso comporiam uma lista da qual o governo faria a escolha para nomear os adjuntos. Estes ficariam ‘adidos às escolas como adjuntos e para se aperfeiçoarem nas matérias e práticas do ensino’ (artigo 38). Nessa condição passariam por um ‘triênio de habilitação’ (artigo 40), sendo examinados a cada ano. (SAVIANI, 2008, p.133).

Então, nesse processo de habilitação, ou seja, a formação pela prática, após três anos de exames sucessivos, os maiores de 18 anos poderiam chegar à nomeação de professores públicos, sem, no entanto, passarem pelo que preceituavam os artigos 17 e 20 do mesmo Regulamento, que determinavam o que deveria ser exigido para admissão de professores que não tinham passado na categoria de adjunto (SAVIANI, 2008).

Nesse contexto, as reformas, no intuito de criarem elementos que contribuam na organização da instrução pública, segundo o autor, têm uma continuidade adquirindo uma

nova configuração, sobretudo, na metade da década de 1860, período posterior ao domínio conservador. E, dessa forma, na metade da referida década, a chefia de Gabinete é assumida por Francisco José Furtado e a pasta de ministro do Império é ocupada por José Liberato Barroso, que tem como prioridade, na sua atuação como ministro, a instrução pública. Enquanto Liberato Barroso defendia a obrigatoriedade escolar, a educação como elemento propiciador para preservação do status quo, fator de integridade nacional e do ensino livre.

O autor faz referência ainda, à Reforma Leôncio de Carvalho, sendo esta posterior à Reforma Liberato Barroso, que, por meio do Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, foi denominada de Reforma Leôncio de Carvalho. Neste, foi defendida entre outras prerrogativas, a reforma do Ensino Primário e Secundário no Município da Corte e o Superior no Império. No artigo 1º do referido decreto, consta que no município da corte o Ensino Primário e o Secundário são livres, enquanto o Superior, no Império, dando continuidade à proposta defendida na Reforma Liberato Barroso.

Dessa forma, o referido artigo, reforça a legitimidade da iniciativa privada na abertura de espaço para o provimento do Ensino Secundário, o Ensino Primário no Município da Corte e o Ensino Superior no Império. Assim, possibilitaria a criação de estabelecimentos escolares particulares nas províncias e no Império, bem como o aumento de matrículas de crianças e adultos nos referidos níveis de ensino. Todavia, a prerrogativa de ensino livre, defendida na Reforma Liberato Barroso e a Reforma Leôncio de Carvalho reforçam, ainda mais, a descentralização educacional e contribui para aumentar ainda mais a desigualdade no acesso à educação entre classes sociais.

Nessa perspectiva, o ensino livre defendido pelas reformas dá mais autonomia e poder para iniciativa privada no provimento do ensino e, dessa forma, é oportunizado, cada vez, mais o acesso à educação aos filhos das camadas abastadas, que pagam para seus filhos estudarem nas instituições privadas. Desse modo, oportunizando, a estes, o Ensino Secundário e o Ensino Primário, assim como o Ensino Superior, em detrimento dos filhos das camadas desfavorecidas, os quais, ficam cada vez mais restringido o acesso à educação no Município da Corte. Isto se dá, não só por falta de recursos, mas também pela falta de vontade política da elite detentora do poder, no provimento de estabelecimentos que viabilizem o acesso ao Ensino Secundário e, em especial, o Ensino Primário às camadas populares.

Nesse contexto, o Ensino Primário oferecido nas províncias a essas camadas era insignificante. Havia nesta um número irrisório de escolas públicas para o provimento

desse nível de ensino. “A descentralização impedia a unidade orgânica do sistema educacional, com agravante de deixar o ensino elementar para a incipiente iniciativa das províncias, com suas múltiplas precárias carências” (ARANHA, 2006, p.224).

Já o artigo 2º, da Reforma Leônicio de Carvalho, trata da obrigatoriedade da frequência do Ensino Primário a meninos e meninas de 7 a 14 anos e da multa de 20 a 100\$000 para pais e responsáveis por crianças de ambos os sexos, na referida faixa etária, que não as mantiverem matriculadas nas escolas públicas, ou às que não estejam sendo proporcionado o devido ensino “sejam em estabelecimentos particulares ou em suas casas a instrução primária de 1º grau.” Art.2º. Neste artigo, consta ainda que, ao Estado fica a incumbência de prestar assistência a estudantes pobres para o provimento de vestimentas apropriadas, livros e o que for necessário para promoção do estudo.

Por sua vez, o artigo 4º do mesmo documento, organiza a Escola Primária em dois graus, com currículos semelhantes, mas são enriquecidos com acréscimos de novas disciplinas. E, no seu artigo 5º, consta a criação do jardim da infância para crianças de 3 a 7 anos, nos distritos do município da corte. Dessa forma, pela primeira, vez houve a iniciativa de oportunizar as crianças nessa faixa etária o acesso à educação formal.

Nesse contexto, Saviani (2008) ressalta que o período final do império foi um período em que surgiram muitas propostas e projetos, no tocante a resolução de problemas educacionais no Brasil, mesmo que estes não tenham tido êxito em termos de praticidade.

Nessa perspectiva, Romanelli (2005), ressalta que, com Constituição da República em 1891, o Brasil adotou o federalismo pelo qual o poder ficou dividido entre o presidente e o governo dos Estados e, desse modo, nesse sistema emergente, ficou consagrada, também, a descentralização do ensino, mantida desde o período imperial, ou seja, a dualidade no sistema de ensino.

[...] à União cabia criar e controlar a instrução superior em toda nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis de ensino no Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o Ensino Primário e o profissional. (ROMANELLI, 2005, p. 41).

A dualidade educacional, que se mantinha no Império prevaleceu com Constituição da República de 1891. Assim, a desigualdade do ensino entre as classes sociais permanecia. Dessa forma, ao poder central ficou a responsabilidade de prover a educação secundária e superior às classes das camadas dominantes, enquanto que, aos Estados, foi atribuída a responsabilidade de prover às classes populares a educação primária e a profissional (ROMANELLI, 2005).

No contexto dessa dualidade no sistema educacional, a autora diz que, na primeira República, ocorreram várias tentativas de reformas, e que não obtendo êxito, fracassaram na resolução dos “problemas educacionais mais graves”. E com a vitória do federalismo aos Estados foi concedida a autonomia, a qual permitiu aumentar a desigualdade econômica e educacional nas regiões, ficando o ensino sujeito “às circunstâncias político-econômicas locais” (ROMANELLI, 2005, p. 43).

Desse modo, os Estados que tinham autonomia político-econômica, tinham mais condições de investir no desenvolvimento do seu sistema educacional, em detrimento dos Estados mais desfavorecidos que, sem condições econômicas favoráveis e sem poder de decisão política ficaram sujeitos à própria revelia, algo que resultou “[...] no aprofundamento das desigualdades socioeconômicas e culturais, nas diversas regiões do país, o que, evidentemente, redundou na impossibilidade de se criarem uma unidade e continuidade de ação pedagógica” (ROMANELLI, 2005, p.43). Nessa perspectiva, a autora frisa que, nas regiões do Sudeste do país, sobretudo, no Estado de São Paulo, houve, substancialmente, grandes transformações culturais e educacionais, devido ao referido Estado ser detentor de poder político e econômico, em detrimento dos outros Estados.

Entretanto, através da Constituição de 1891, no seu Art. 68, “Os Estados se organizaram de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite o seu particular interesse”. Desse modo, assegurada a sua autonomia, “[...] alguns municípios encetaram uma política de instrução popular, criando escolas e cursos nocturnos” (MAGALHÃES, 2010, p. 560). Nesta perspectiva, os municípios que pertenciam aos Estados mais pobres, que incapacitados, seja por falta de recursos, falta de vontade política das elites dominantes, que não tinham interesse em prover a instrução para as camadas populares, procuraram investir na instrução popular, construindo escolas para prover instrução pública primária para camadas desfavorecidas.

Todavia, como observa Romanelli (2005), a falta de condições político-econômica dos Estados mais pobres do país, resultado da desigualdade regional, provocada pelo federalismo, que afetou ainda mais o desenvolvimento cultural e educacional dos Estados mais pobres do país, resultou na continuidade do descaso da educação das camadas desfavorecidas, vivenciado no período colonial e imperial. “A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade” (ROMANELLI, 2005, p. 45).

No entanto, com enfraquecimento dessa estrutura social, à autora ressalta que a educação brasileira começa a trilhar novos caminhos, surgindo movimentos culturais e pedagógicos que defendem um aprofundamento nas reformas e a necessidade de demanda escolar, devido ao aumento no processo de urbanização provocado pela crescente industrialização. “[...] as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo o impulso dado à industrialização após a I guerra mundial e acentuado depois de 1930” (ROMANELLI, 2005, p. 45).

Nesse contexto, retornando as ideias concernentes ao desenvolvimento brasileiro, Bresser-Pereira (2016), afirma que, é a partir de 1930 que a nação brasileira é consolidada, fazendo com que o país se constituísse como Estado-nacional e iniciasse o seu processo de industrialização. No período entre 1930 a 1970 ocorreu o Ciclo Nação e Desenvolvimento, sendo este, o mesmo período da Revolução Capitalista Brasileira, da revolução nacional e industrial, revolução esta liderada pelo o estadista Getúlio Vargas.

Nessa perspectiva, em 1930, entres tantas medidas tomadas por Getúlio Vargas quando assumiu o poder, está a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública e, para assumir esse Ministério foi indicado o escolanovista, Francisco Campos, que, no ano de 1931 instituiu a primeira reforma de caráter nacional que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos.

Segundo Saviani (2008), por meio dessa reforma, o então ministro baixou um conjunto de Decretos, dentre os quais, constava o Decreto de nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Por meio deste, o Ensino Religioso voltaria a ser introduzido nas escolas públicas, o qual foi excluído das instituições escolares públicas por meio da promulgação da constituição de 1891, que estabeleceu a separação entre Estado e Igreja e a laicização nas instituições escolares públicas, que resultou na exclusão do ensino religioso nessas instituições.

Essa constituição estabelecia ainda a garantia do Ensino Primário obrigatório, gratuito e laico. Desse modo, a iniciativa do ministro Francisco Campos, segundo o autor, gerou questionamento, pelo fato do mesmo comungar das ideias do movimento da Escola Nova, que estabeleceu novos paradigmas acerca da educação no Brasil.

Em relação a esse fato, Aranha (2006) frisa que, adepto do movimento escolanovista, o ministro “[...] imprimiu uma orientação renovadora nos diversos decretos de 1931 e 1932, embora, por ser um conciliador, tivesse atendido também a interesses que não correspondiam aos anseios dos escolanovistas” (ARANHA, 2006, p.305). Assim,

o ministro passa a atender aos interesses, também, dos representantes da ala católica que criticavam a laicização do ensino nas escolas públicas instituída pela República e insistiam que o Ensino Religioso deveria ser reintegrado nessas instituições.

Dessa forma, com o Decreto de nº 19.41, de 30 de abril de 1931, o Ensino Religioso passa a ser reintegrado nas escolas públicas, isso favoreceu o fortalecimento dos conservadores representados pela ala católica, defensores do referido ensino, por considerarem que a educação verdadeira é a que está vinculada aos princípios do cristianismo e da pedagogia tradicional. Pedagogia esta, que Freire (2005) denomina de educação “bancária”. Na concepção pedagógica tradicional, os conteúdos são transmitidos pelos professores e os alunos são meros receptores dos conhecimentos transmitidos, os quais devem ser memorizados pelos educandos para, posteriormente, serem reproduzidos por estes, por meio de provas, tendo como objetivo alcançar a média exigida para serem aprovados.

Nessa concepção pedagógica, segundo Freire (2005), os educadores não estimulam a criatividade dos alunos, sua curiosidade epistemológica, sua capacidade de fazer leitura de mundo, para que estes não percebam as contradições existentes na sociedade onde estão inseridos, pois, conscientizando a respeito das contradições existentes, possam intervir na sociedade e transformá-la.

Desse modo, essa discussão, portanto, que envolve decretos, leis e reformas dá a entender que vai lentamente se consolidando uma responsabilidade dos municípios no que se refere à educação de crianças e jovens. “Com as repúblicas brasileira e portuguesa, teve início um período de regimentação da escola [...] a implementação do municipalismo e o fomento de experiências pedagógicas inovadoras”. (MAGALHÃES, 2010, p. 562). A implementação do municipalismo reforça o reconhecimento do caráter autônomo dos municípios, assegurado pela Constituição de 1891. E, dessa forma, os mesmos passam a ter mais autonomia para estruturar e organizar sistema de ensino municipal. É nessa perspectiva que se instituem os municípios pedagógicos.

Nesse contexto, segundo Gonçalves Neto e Magalhães (2009), uma abordagem historiográfica, que devido suas características epistêmicas de “proximidade documental, configuração, significação e provocação discursiva” (GONÇALVES NETO e MAGALHAES, 2009, p.162) com relativa frequência, e que vem sendo assumida no âmbito da produção acadêmica, é a história das instituições educativas e a história dos municípios pedagógicos, sendo estes constituídos como objetos epistêmicos. Nesse contexto, os autores enfatizam o seguinte:

O município pedagógico, uma categoria historiográfica que se tem vindo a consolidar em Portugal, mas ainda em formação no Brasil, está sendo entendida provisoriamente como uma entidade histórica, político-administrativa e pedagógica, possibilitada na segunda metade do século XIX pela presença, tanto em Portugal como no Brasil, de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação. No caso do Brasil essa manifestação parece mais efetiva com a proclamação da República. (GONÇALVES NETO e MAGALHAES, 2009, p. 194-195).

Pelo que percebemos, é a partir da produção de uma legislação e descentralização da responsabilidade acerca da educação, que se instauram os municípios pedagógicos. Os autores ainda consideram que, em se tratando da história da educação, tanto no Brasil como em Portugal, a história das instituições educativas e a história dos municípios pedagógicos são estruturantes da história local e instâncias essenciais para a mediação entre a história local a história nacional. Assim, os objetos instituição educativa e município pedagógico, dentro do quadro de uma epistemologia que está focada no âmbito local, adquirem estatuto científico e significado histórico.

Essas premissas são fundamentais para o escopo desta tese porque situa o tempo e o espaço e sua relação com a mudança de lugar de um conjunto de documentos relativos à educação do município, cenário de nosso estudo. Logo, se por um lado as produções de uma legislação e a descentralização da gestão do Ensino Primário colaboram para a consolidação do município pedagógico, por outro, as elites também participam dessa construção, muitas vezes, em seu próprio benefício para disseminar suas ideias, seus costumes e comportamentos. Nesse sentido, os autores acrescentam o que se segue:

Também se inclui nesse conceito a apropriação que as elites locais fazem dessa responsabilização, tirando proveito para concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal (GONÇALVES NETO e MAGALHAES, 2009, p. 195).

Se não se tem uma responsabilização da elite na disseminação de seus objetivos particulares, seus preceitos e ideologia, ou seja, uma corporação facilmente identificada como um grupo que se apropria de instâncias educativas para a realização desses feitos, é plausível que sujeitos afetos aos problemas educacionais possam cumprir esse papel enquanto representantes legítimos e orgânicos da elite local, e se utilizam de ambientes e instituições para, assim, o fazer.

Os autores dizem ainda que, no Brasil, por meio da Lei Orgânica Municipal de 1828, os municípios passaram a intervir na instrução pública, e, dessa forma, a Câmara Municipal, como autoridade central, adquire poder na intervenção sobre a instrução pública. No entanto, a câmara, por meio desta mesma Lei, fica subjugada a outros poderes que as colocam numa posição secundária em relação ao poder político e econômico.

Diante disso, as câmaras passam a ter menos poder. Foram sujeitadas ao princípio da “tutela” e subordinadas ao poder imperial e às províncias” (GONÇALVES NETO e MAGALHÃES, 2009, p.166). Assim, segundo os autores, com o Ato Adicional de 1834, o poder municipal fica ainda mais enfraquecido, pois, além da transferência da “tutela” para a Assembleia Legislativa provincial, algumas atribuições municipais lhe são subtraídas, dentre as quais, governar a educação.

Os autores ressaltam que a trajetória da autonomia municipal no Brasil no período colonial e imperial se dá de forma declinante. No entanto, por meio do advento da República, em 1889, a perspectiva é que o poder local adquira uma maior independência. Segundo Magalhães (2010), a Constituição da República de 1891 estimulou a municipalização do ensino, fazendo com que alguns municípios dessem início a uma política de instrução popular e criassem escolas e cursos noturnos.

Desse modo, a compreensão geral que se tem do processo histórico em relação à educação é a seguinte: “Com a proclamação da República, as assembleias constituintes Federais, usando das prerrogativas dadas à Constituição do Estado, descentralizaram e remeteram aos municípios a tarefa da instrução primária” (MAGALHÃES, 2010, p. 560). Gonçalves Neto e Magalhães (2009), enfatizam que os municípios, na sua evolução histórica, deixaram sempre evidente a sua luta pela inclusão no seu espaço geográfico e sociocultural dos níveis e modalidades de ensino que fossem mais apropriados ao seu modelo de desenvolvimento.

É óbvio que essas reflexões se referem também ao contexto internacional, relativo, portanto, a outra cultura e modelo de sociedade, ainda que tenhamos uma relação muito estreita historicamente. No entanto, essa historiografia educacional se apresenta de maneira comparativa, sobretudo, no que diz respeito ao surgimento de municípios pedagógicos como categoria de análise. Todavia, nas últimas décadas do século XIX, quando a instrução primária já era garantida, “[...] os municípios portugueses ambicionaram pelo Ensino Primário Superior, criaram Cursos Técnicos Profissionais e o Ensino Agrícola. Alguns deles se beneficiaram de uma Secção ou mesmo um Liceu Municipal” (GONÇALVES NETO e MAGALHÃES, 2009, p. 165).

Os autores ressaltam ainda que a construção do município pedagógico português está associada também à memória e ao Patrimônio da Educação, este se propôs a assumir a responsabilidade de viabilizar a oferta e manutenção dos prédios escolares, o mobiliário e o material didático, passando, assim, a ser o principal proprietário da rede escolar do Ensino Primário Elementar e também de um vasto patrimônio museológico e arquivista. No entanto, não se trata aqui de fazer análise comparativa, mas de se pensar no papel dos municípios, sobretudo, nas câmaras municipais, enquanto lócus do debate e produção documental sobre a educação, seu financiamento e estrutura, como será possível observar nas fontes consultadas neste estudo.

Com efeito, há, frequentemente, na história dos municípios referências a professores e a escolas, inclusive nas denominações de ruas. A história da educação centrada nos municípios constitui um pretexto para a preservação, organização e valorização das fontes locais, mas, sobretudo uma oportunidade e um argumento para conferir sentido histórico e, por tal, relevância cívica ao ofício de historiador (GONÇALVES NETO e MAGALHÃES, 2009, p.168-169).

Considerando as reflexões de Gonçalves Neto e Magalhães (2009), os Regulamentos, Posturas, Atas, Decretos e Leis municipais, passam a ter relevância e significado histórico para os agentes municipais, quando estes são manuseados, explorados pelos historiadores. Percebemos que, a partir da pesquisa historiográfica nos diferentes arquivos do município, que os agentes responsáveis pela documentação passam a enxergar de outra forma o material que está em seu poder. Os documentos começam a adquirir significado, passam a ser valorizados, a ter relevância para os indivíduos responsáveis pela documentação.

Dessa forma, estes agentes públicos começam a não mais ver os documentos como simples papéis institucionais armazenados para possíveis consultas da administração local, mas, como documentos que têm valor histórico, nos quais está contida parte da memória e da história do seu município. Essa conscientização é essencial para preservação e valorização do acervo arquivista municipal, que pode viabilizar a pesquisa do historiador sobre a história de uma localidade.

Desse modo, permite que o pesquisador faça uma garimpagem nos arquivos locais e encontre os tesouros, ou seja, a documentação necessária para fundamentação e desenvolvimento de sua pesquisa. Nas nossas visitas e garimpagem na Prefeitura e na Câmara Municipal de Limoeiro, e em outras localidades do município, no Arquivo

Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano e na Hemeroteca Digital Brasileira, encontramos valiosos tesouros, entre eles, Leis, Decretos, Portarias, Atos e jornais que evidenciaram os esforços empreendidos pelo município de Limoeiro na instrução local. Desse modo, identificamos no referido município, características de proximidade de município pedagógico a partir das considerações de Gonçalves Neto e Magalhães (2009), acerca dessa categoria historiográfica em formação no Brasil.

2.1 FONTES QUE EDUCAM

Esta seção trata, especialmente, da natureza das fontes utilizadas neste estudo, sem as quais, seria impossível a compreensão do que chamamos de esforços educacionais limoeirenses, para a construção de um município com características próximas de município pedagógico. Outro aspecto desta parte do trabalho diz respeito aos diferentes lugares por onde passamos e onde está disposto um conjunto de documentos que, posteriormente, foram analisados.

Na perspectiva de identificarmos as instituições e personalidades que impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, entre 1934 e 1961, assim como as estratégias e táticas envidadas pelas instituições e personalidades para atender o referido desenvolvimento na periodização definida, visitamos o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Arquivos do Município de Limoeiro, Biblioteca Municipal, Secretaria de Educação do Município, Câmara dos Vereadores, arquivos das escolas e arquivos particulares, em busca das fontes que serviram de ponto de apoio para a construção do conhecimento histórico sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Nesse contexto, segundo Saviani (2006), as fontes não podem ser consideradas como origem do fenômeno histórico, ou seja, o fenômeno existe independentemente das fontes, isto é, “As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado” (SAVIANI, 2006, p.29). Assim, é a partir da busca de documentos ou objetos, sua seleção e, posteriormente, sua interpretação a partir da formulação de uma problemática, que esses documentos ou objetos se transformam em fontes que irão servir de base para construção do objeto pesquisado.

O autor argumenta ainda, que, os múltiplos papéis que são acumulados nas bibliotecas e nos arquivos, o vultoso quantitativo de peças, que se estão abrigadas em

museus e toda a variedade de objetos que a “nova história” categoriza como novas fontes, “não são, em si mesmo, fontes” e que, para adquirir o estatuto de fontes é necessário que o pesquisador formule a problemática de pesquisa e delimite os elementos pelos quais buscarão as respostas para os seus questionamentos.

Dessa forma, as fontes devem ser analisadas a partir da problemática e hipótese formuladas pelo pesquisador acerca do objeto investigado. Elas só servirão de ponto de apoio para a construção historiográfica do objeto pesquisado, a partir da problemática e hipótese formuladas, pois, sem as interferências do investigador, as fontes seriam meros documentos, papéis, objetos de registro e testemunhos de fatos históricos.

Nessa perspectiva, os documentos arrolados nessa pesquisa adquiriram estatuto de fonte, a partir do momento que a sua problemática e sua hipótese foram formuladas. Sendo assim, mediante o patamar de estatuto alcançado, as fontes arroladas nessa pesquisa serviram de ferramentas de apoio e de base para a construção do fenômeno estudado.

Saviani (2006), ao considerar as fontes como ponto de origem, como ponto de apoio e base para produzir historiografia, possibilitando conhecer a história da educação brasileira, ressalta a importância de se desenvolver uma preocupação que tenha uma intencionalidade e que esta seja coletiva, na perspectiva de possibilitar a geração, manutenção, organização, disponibilização e preservação das diferentes formas de fontes da história da educação brasileira. O autor ressalta ainda, que é preciso se pensar numa política de fonte para a historiografia educacional.

O autor ainda acrescenta que, nos dias atuais, em relação às questões de preservação e descartes de fontes, não devemos nos referir tão somente aos materiais reais, mas também, a um número considerável de materiais virtuais devido à proliferação grandiosa das novas tecnologias que, certamente, têm produzido variados sentidos ao fazer educacional. Nessa perspectiva, Saviani (2006) enfatiza:

Impõe-se, pois, a necessidade de formulação e implementação de uma política de fontes...Essa política deverá contemplar os critérios tanto para a definição do que preservar como do que descartar, estabelecendo as metas e os meios que permitirão assegurar a disponibilidade das fontes para o incremento das pesquisas em história da educação brasileira. (SAVIANI, 2006, p.34).

Considerando a assertiva do autor, faz-se necessária uma política de preservação de fontes, de igual forma uma política de acesso à documentação existente nos arquivos

públicos, pois, no artigo 1º da Lei nº 8.159/1991 consta que, cabe ao poder público o dever de administrar e proteger os documentos existentes nos arquivos e, no seu artigo 4º, consta que é direito de todo cidadão o acesso às informações contidas nos documentos dos arquivos públicos.

No entanto, o que evidenciamos em nossas visitas nos arquivos das diferentes instituições públicas no município de Limoeiro, não condiz com a redação dos artigos contidos na referida Lei, ou seja, há uma negligência do poder público no cumprimento dos deveres e direitos acima citados. Isto tem dificultado, provavelmente, muitas pesquisas de natureza histórica, sobretudo, a história da educação, conforme assinala Magalhães (2010).

Frequentemente, historiar o local (território educativo, instituição, município pedagógico) é defrontar-se com uma ausência de documentação ou com informação pouco representativa, a que acrescem dificuldades em contrapor ao hagiográfico, à efemeridade, à memória, a visão do colectivo baseada em fontes arquivísticas e na dialética entre memórias e arquivo. (MAGALHÃES, 2010, p.30).

Nas nossas visitas, evidenciamos também, a falta de infraestrutura adequada dos arquivos públicos no município. Além disso, acomodações impróprias para guardar os documentos onde estão contidas as memórias, sejam elas individuais ou coletivas, de um povo, de um município e outras memórias, igualmente importantes às gerações futuras.

[...] não será despropositado lembrar a situação dos arquivos interioranos de toda espécie: cartoriais, administrativos, paroquiais, etc. Carentes de tudo, os municípios do Interior não se têm mostrado, de modo geral, e com algumas exceções, à altura do problema, nem quanto às condições financeiras nem quanto a pessoal habilitado. O que já se perdeu em matéria de documentação da memória interiorana é literalmente inimaginável – mesmo porque não há registros completos daquilo que se tinha (DELGADO, 2016, p. 100).

Concordamos com as reflexões de Delgado (2016), porque nas visitas constatamos, ainda, que as acomodações “arquivísticas” mais parecem depósitos de objetos que, eventualmente, podem ser usados, bem como depósito de objeto descartado por estar em condições impróprias de uso. Fato este, constatado durante a pesquisa de documentos na Câmara dos Vereadores.

Nesse contexto, no minúsculo depósito onde se encontra o acervo documental da Câmara Municipal de Limoeiro, constam três estantes de ferro onde estão algumas pastas com uma parte da documentação, outras, por falta de espaço nas estantes, ficam no chão,

assim como um ar-condicionado quebrado entre as estantes, dificultando ainda mais a mobilidade, e, conseqüentemente, o acesso à documentação. Apesar das condições desfavoráveis aqui relatadas, registramos que, na Câmara dos Vereadores, fomos gentilmente recepcionados pelos funcionários, em especial, pelo Senhor João Ernesto Mendonça de Arruda, o qual viabilizou o acesso à documentação pesquisada.

Sendo assim, a falta de organização da documentação, onde diferentes documentos estão em uma mesma pasta, a falta de ambiente adequado para armazenar os documentos, contribuindo assim para sua deterioração, acabam dificultando a procura dos documentos necessários à pesquisa com as características aqui definidas, por exemplo.

Para se ter uma ideia, em busca de documentos no município, em um determinado ambiente, constatamos o empilhamento de uma variedade de documentos em cadeiras e no chão, contribuindo ainda mais para sua deterioração. Este fato corrobora com os argumentos de que “A preservação e a organização das fontes locais estão condicionadas pela associação que os membros das comunidades regionais e locais estabelecem entre memória e construção historiográfica” (MAGALHÃES, 2010, p. 30).

A preservação das fontes, sua organização, está condicionada à visão que seus responsáveis, seja do setor público ou privado, têm do valor histórico que elas possuem na preservação da memória e para a construção historiográfica de um município, de um Estado, de um país ou de uma região.

Diante do exposto, em relação ao acesso às informações, encontramos muitas dificuldades, além dos fatores acima elencados, acrescenta-se a resistência de algumas pessoas que trabalham nas instituições onde se encontram os arquivos no município, bem como a falta de pessoal especializado para o atendimento aos pesquisadores. Entretanto, dando continuidade à busca de novas fontes, visitamos o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, (APEJE), neste, encontramos um cenário diferenciado.

Desse modo, não tivemos nenhuma dificuldade em acessar a documentação ali arquivada, fomos gentilmente recebidos pelos funcionários que são compromissados e conscientes da importância da preservação e do acesso à memória contida nos arquivos. Para orientar a pesquisa, os mesmos, prontamente, nos mostraram algumas pastas constando nomes de documentos existentes no acervo e suas referências, e também um catálogo contendo o nome dos jornais e o ano de edição, facilitando, assim, a seleção da documentação que, posteriormente, foi fornecida para ser consultada.

Os documentos que consultamos, em sua maioria, estão em perfeito estado de conservação. São armazenados em caixas individuais que, por sua vez, estão organizadas

por assunto e data, além da existência de alguns documentos digitalizados. Acreditamos que, além da política de preservação de fontes, conforme alerta Saviani (2006), para se ter acesso a determinadas informações é necessária a conscientização dos indivíduos e das instituições sobre a importância da preservação das memórias contidas nos arquivos para a construção do conhecimento histórico.

No contexto da preservação da memória e de uma política de fontes para a história da educação, conforme Saviani (2006), acrescentar-se a esse conjunto documental, o uso da fotografia como um importante elemento para o registro do cotidiano educacional, cultura escolar, bem como ações ou atividades cívicas e culturais que abrigaram professores e estudantes. Nesse sentido, para Lima e Carvalho (2015) a fotografia também pode cumprir um importante papel pedagógico, na perspectiva da consolidação da memória nacional, quando exposta em museus ou ao servir de suporte na representação de um determinado período, como teria sido o retrato a óleo.

Ao construírem uma diferenciação conceitual dos usos dos retratos e das fotografias, as autoras afirmam que, estas últimas, passaram a ser utilizadas amplamente nos livros didáticos de História, como elementos ilustrativos, embora, há de se reconhecer a capacidade de a fotografia “captar o real”, ainda que as imagens projetadas dos personagens tenham sido produzidas para determinadas finalidades.

Por outra parte, Mauad (1996) chama a atenção para as interfaces existentes entre história e fotografia, notadamente a própria técnica fotográfica, enquanto um dado histórico, e o uso social dessa técnica por diferentes indivíduos. Além disso, há de se pensar na fotografia enquanto importante suporte na produção do conhecimento, o que é possível compreendê-la “[...] tanto como imagem/monumento quanto imagem/documento, tanto como testemunho direto, quanto testemunho indireto do passado” (MAUAD, 1996, p.1).

Considerando todos os aspectos relacionados à política de fontes, as fotografias aqui são utilizadas ora como objeto de análise, ora como elemento ilustrativo de textos impressos, sobretudo os jornais. Assim, os procedimentos da pesquisa foram precedidos de revisão bibliográfica e levantamento das fontes, sendo:

Etapas 1: Para a compreensão da temática, inicialmente, a pesquisa necessitou de uma revisão bibliográfica dividida da seguinte forma:

- a) Revisão bibliográfica com o objetivo de mapear o contexto da periodização definida, ou seja, 1934-1961.
- b) Revisão da literatura que contemplou a cidade enquanto objeto de investigação

para identificar os aspectos educacionais presentes na literatura. O objetivo foi o de verificar a relação do município com a educação.

c) Momento em que a revisão teve como foco os livros que falam do município de Limoeiro, considerando, especialmente, o recorte temporal.

Etapa 2. Na segunda etapa da pesquisa, fizemos um levantamento de fontes.

Os objetivos do levantamento das fontes foram: identificar os aspectos políticos e culturais que subsidiaram os esforços educacionais do município de Limoeiro, entre 1934 e 1961, bem como as instituições e personagens que contribuíram para a circulação dos saberes e práticas educacionais limoeirenses, as estratégias e as táticas por eles utilizadas.

O *corpus* das fontes oficiais: Constituição Federal, Decretos, Atos, Ofícios, Ordens de serviços, Registros cartoriais, Plano Diretor do Município, Relatórios das escolas, Históricos das escolas, Regimento das escolas, Atas de reuniões dos professores e fotografias.

O *corpus* das fontes impressos: jornais, livros, revistas e outros textos que pudessem apontar indícios da circulação dos saberes e das práticas educacionais no município de Limoeiro.

No plano geral, na tática da análise tentamos identificar os esforços educacionais de Limoeiro a partir das edificações, praças, eventos, convênios, criação de bibliotecas, programas de rádio, desfiles cívicos, campeonatos e torneios esportivos, festividades escolares, premiações e relações externas do município com outras instituições para fortalecer a educação municipal, como Universidades, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO). Assim, listaremos a seguir a massa documental encontrada nos arquivos públicos, arquivos de instituições privadas e de pessoas ligadas à educação e cultura no cenário da investigação.

2.2 O ENCONTRO DOS DOCUMENTOS NO MUNICÍPIO: VISITANDO ESCOLAS, PESSOAS E ARQUIVOS

Em continuação aos aspectos teóricos, aos procedimentos e às fontes, selecionamos e organizamos neste tópico a documentação encontrada em vários lugares no município de Limoeiro, assim como a do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano para interpretação, a partir das hipóteses levantadas, sobretudo, no que concerne à análise documental, considerando as reflexões e as categorias estratégia e tática, na perspectiva da operação histórica, conforme Certeau (1998). Para ele, fazer

história requer um conjunto de procedimentos técnicos, em que o pesquisador muda de lugar os objetos que estavam anteriormente dispersos, atribuindo outro status na teia das relações sociais.

A visão de história que o autor tem é esclarecedora, considerando o trabalho manual do pesquisador junto aos arquivos e à necessidade de distribuir culturalmente os documentos de que se precisa para atribuir novos significados ao que, anteriormente, foi produzido para outras finalidades, diferentes do que se pretende na investigação científica, sobretudo, em relação à problemática, aos objetivos, às hipóteses.

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. (CERTEAU, 2002, p.81).

Desse modo, com esses procedimentos, o historiador constrói a documentação a partir da cópia, da transcrição ou registro fotográfico e atribuem outros sentidos ao que foi encontrado nos arquivos, mudando, assim, a “natureza” dos objetos encontrados. Para Certeau (2002), em história, tudo começa com a separação de objetos e, para Aróstegui (2006), faz-se necessário que o historiador faça uma leitura aprofundada da documentação e, não, simplesmente, descrevê-la, mas, identificar e fazer uma análise do seu conteúdo.

Considerando as reflexões desses autores, o pesquisador deve fazer uma leitura da documentação, não superficialmente, mas sim, aprofundada, fazendo uma leitura das entrelinhas para identificar e analisar as informações não visíveis, ou seja, o não dito, o não descrito, as coisas concretas contidas na mesma.

Apesar de concordar com as considerações feitas pelo autores, sobretudo de Aróstegui (2006), quando ele enfatiza que um documento não deve, simplesmente, ser descrito pelo historiador, mas sim, explicado, a documentação selecionada neste estudo, está inicialmente descrita, pois, o nosso intuito foi o de separar e organizar os documentos para orientar a análise que será feita, posteriormente, a partir das hipóteses levantadas, para identificar e compreender os esforços educacionais, as estratégias e as táticas enveredadas pelos indivíduos e pelas instituições em Limoeiro, que contribuíram para o seu desenvolvimento educacional.

Contudo, os vestígios dessas estratégias e dessas táticas podem estar em vários lugares, dispersos, esperando as perguntas para fornecer as evidências necessárias à construção de uma narrativa plausível, ao que se pode esperar de um município que prepara seus concidadãos a assumirem as responsabilidades com as gerações futuras. De modo que, “O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, em sua criação” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 63).

Desse modo, evidências podem estar em todas as partes, às vezes, em lugares distantes e distintos do desejo do pesquisador, sobretudo, distante do cenário da investigação, ou do ambiente empírico dos acontecimentos procurados pelo pesquisador. É preciso certa astúcia, também do pesquisador, para encontrar suas evidências e perguntá-las a despeito dos problemas, objetivos e hipóteses levantados em seu projeto original.

Considerando as reflexões de Albuquerque Junior (2007), tais evidências só se materializam mediante um esforço significativo do pesquisador, de sua imaginação, em levantar as intrigas em um determinado enredo. Obviamente, que esse esforço difere da construção de um texto literário, pois, é preciso enveredar por um método de trabalho próprio das ciências para a reconstrução de um espaço-temporal que dê sentido às perguntas levantadas, em função de um conhecimento, que podemos chamar de histórico.

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos. A interpretação em História é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 63).

Nesse contexto, na tentativa de construção de um enredo e de desvelar de sua intriga, como também para dar sentido ao ofício de historiador na busca de suas fontes documentais, seja nos *lócus* da investigação ou em ambientes distantes dos enredos experimentados pelos indivíduos em seu tempo/espaço, é necessária uma descrição e posterior análise das fontes encontradas em nossa trajetória investigativa.

Desse modo, boa parte da documentação descrita a seguir foi encontrada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Criado em 1945, o referido arquivo funciona em dois prédios. O prédio sede fica na Rua do Imperador Pedro II, bairro

de Santo Antônio, centro do Recife, onde ficam arquivados um volumoso número de impressos, manuscritos e periódicos, além de uma biblioteca contendo algumas obras raras.

Já no prédio anexo, que fica na Rua Imperial, no bairro São José, Recife, estão arquivados documentos manuscritos, impressos, acervo iconográfico e cartográfico, além alguns documentos das secretarias e órgãos e de autarquias do Estado de Pernambuco. Assim sendo, a tipologia documental diz respeito, basicamente, a jornais impressos, que foram encontrados no prédio sede do Arquivo Estadual, acima citado. Tais como: o Jornal Correio de Limoeiro, de 12 de maio de 1934, que trata da instrução de Limoeiro e da fundação do Ginásio de Limoeiro, mediante entrevista concedida pelo Pe. Nicolau. O Jornal Gazeta de Limoeiro, de 25 de agosto de 1934, referente a uma nota da diretoria do Ginásio de Limoeiro, tenta esclarecer os motivos pelos quais há necessidade de recursos financeiros para a reforma de um prédio.

Encontramos também, no prédio sede do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), uma matéria no Jornal Gazeta de Limoeiro, em 28 de julho de 1934, que fala de aulas gratuitas oferecidas no horário noturno, no Ginásio de Limoeiro, destinadas aos operários, ministradas pela Legião Integralista de Limoeiro.

Adiciona-se a estes, o Jornal Correio de Limoeiro, de 16 de junho de 1934, convida a população a participar de uma rifa, no sentido de angariar fundos em prol da equiparação do Ginásio de Limoeiro. O mesmo jornal, datado do ano seguinte, de 19 de janeiro de 1935, cujo título Ginásio de Limoeiro, chama a atenção para as conclusões das obras do prédio, onde iria servir, provisoriamente, de dormitório, bem como à visita dos encarregados do Departamento Geral do Ensino, Drs. Jorge Galvão e Eliezer Correia de Oliveira.

O Jornal Gazeta de Limoeiro, de 08 de setembro de 1934, apresenta um título apelativo sobre o Ginásio, também convidando a população para participar de uma rifa em função das obras da referida escola que deveriam ter início naquele ano. E o Jornal Correio de Limoeiro, de 18 de dezembro de 1934, que tem por título o Gymnásio de Limoeiro, neste, é publicada uma nota da diretoria divulgando que haverá curso de férias gratuito para habilitação de alunos no exame de admissão e alertando sobre o prazo de matrícula.

Ainda tivemos acesso, ao Jornal Correio de Limoeiro, de 24 de novembro de 1934, que tenta “persuadir” as famílias limoeirenses, em virtude de se ter uma “educação completa”, considerando a viagem do Pe. Adauto Nicolau Pimentel ao Rio de Janeiro, em

busca de apoio do Ministério de Educação para construir o Ginásio no município. Na continuação da viagem do referido Pe., encontramos no mesmo periódico, Jornal Correio de Limoeiro, datado de 2 de fevereiro de 1935, uma matéria chamando a atenção para o fato de que o sacerdote se encontrava há mais de dois meses na capital da República, prestando serviços ao referido educandário.

No contexto da documentação utilizada nesta tese, encontramos, ainda, o Jornal Gazeta de Limoeiro, de 22 de junho de 1935, apresentando em título, o fato de o Inspetor Geral do Ensino Secundário ter recebido o Pe. Nicolau, resolução preliminar referente à equiparação do Ginásio de Limoeiro por anos e, como manchete, no Jornal Gazeta de Limoeiro, de 11 de janeiro de 1936, é noticiado o surgimento da Primeira Pedra Fundamental, dando a entender o início da edificação do educandário.

E ainda, o Jornal Gazeta de Limoeiro, que noticia a conclusão da construção do prédio próprio do Ginásio em 3 de julho de 1937, equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. E, esse mesmo jornal, em 18 de dezembro de 1937, em visita ao prédio do Ginásio de Limoeiro, divulga detalhes de suas instalações.

Já o Jornal Correio de Limoeiro de 26 de maio de 1934, chama atenção para a necessidade de se ter um colégio em Limoeiro para as meninas. O Jornal Gazeta de Limoeiro, de 25 de setembro de 1937, versa sobre a equiparação do Colégio Regina Coeli ao Pedro II, e o Jornal Gazeta de Limoeiro de 22 de junho de 1940, tem como título: Um edifício novo para Regina Coeli, em que o Pe. Otávio Aguiar parabeniza o trabalho realizado pelas irmãs franciscanas e defende a construção de um prédio novo para o Colégio Regina Coeli, dirigido pelas irmãs.

Em se tratando do Colégio Regina Coeli, encontramos também, na hemeroteca digital, uma matéria no Jornal Diário de Pernambuco de 04 de fevereiro de 1936, intitulada: Inaugurado com Solenidade o Collegio “Regina Coeli”, em Limoeiro. Neste é noticiada a inauguração, com solenidade, do Colégio Regina Coeli, no município de Limoeiro e dirigidos pelas irmãs Beneditinas da Academia Santa Gertrudes.

Nesse contexto, é preciso pensar, como o faz Saviani (2006), sobre a possibilidade de uma política de fontes necessárias para a história da educação no Brasil, visto que, tem-se uma infinidade de documentação dispersa, sobretudo jornais impressos em municípios espalhados pelo país. De modo que, uma política de fontes para a história da educação daria considerável contributo à memória da instrução pública brasileira, a partir de registros sobre seus rumos e trajetórias, possibilitando, assim, a construção de uma

historiografia educacional com a responsabilidade de apontar elementos fundamentais à compreensão de dados importantes nesse campo de grande interesse social.

Não obstante, a essa documentação encontrada no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), algumas fontes foram adquiridas em nossas visitas a Limoeiro, no início e no final do mês de outubro de 2015, e que foram bastante significativas como ponto de partida do trabalho de campo, isto porque, a documentação produzida e, em certa medida, preservada no município, constitui um de seus saberes importantes para a submissão do conhecimento sobre seus feitos e seu patrimônio às gerações futuras.

No referido mês e ano, fizemos a primeira visita ao município com objetivo de rever pessoas que já conhecia mediante pesquisa feita durante o curso de Mestrado. Para tanto, fomos a Secretaria de Educação Municipal, ao encontro da Gilda Arruda, uma das funcionárias que colaborou significativamente, viabilizando considerável documentação aqui descrita e dando informações relevantes para o estudo.

Após um breve relato sobre a pesquisa em questão, Gilda Arruda me falou para ir à Escola Nossa Senhora de Fátima e procurar o diretor Egrinaldo Bezerra de Melo. Disse ainda que, as instalações da mesma foram compradas pelo Pe. Nicolau Pimentel, após a venda do prédio do Ginásio de Limoeiro ao Estado, e, devido a este fato, o Ginásio passou a ter seu funcionamento nas instalações onde, posteriormente, a escola foi fundada. Embora não seja o objetivo desta pesquisa a utilização de fontes orais, escutamos, atentamente, a fala do diretor contando um pouco acerca da história do referido Ginásio.

Registramos que, o diretor no convidou para conhecer o arquivo da escola, o qual é muito organizado, diferentemente dos arquivos que estão sob a responsabilidade da Prefeitura de Limoeiro. As pastas apresentadas pelo diretor Egrinaldo Bezerra continham uma farta documentação datada com os anos de funcionamento, pasta de professores e de alunos. Com muito orgulho, o diretor mostra o arquivo e algumas pastas dizendo que nelas está contida a memória do Ginásio de Limoeiro, uma das mais importantes instituições para a história do município.

Assim sendo, aproveitando a oportunidade, perguntamos se poderíamos olhar o material existente nas pastas, e, para nossa decepção, o referido diretor disse que aqueles documentos são particulares e pertencem à instituição, aos ex-alunos do Ginásio de Limoeiro, e que, só ele e alguns funcionários poderiam manuseá-los. Após sua resposta, o diretor nos convidou para ir a sua sala, onde nos entregou documentos fundamentais para o marco inicial da pesquisa em questão. Ele falou ainda que, o acesso a alguma

documentação referente a ex-aluno só seria possível mediante declaração assinada por algum ex-aluno do Ginásio. Agradecemos a sua gentileza e nos despedimos.

Nesse contexto, a documentação, gentilmente cedida pelo gestor da Escola Nossa Senhora de Fátima, o professor Egrinaldo Bezerra de Melo, foi: o Histórico do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, a Certidão do Cartório de Limoeiro do 2º Ofício e a Portaria de nº 5340 de 25 de julho de 1980. O prédio da escola supracitada pertencia, inicialmente, ao Ginásio de Limoeiro, onde o mesmo funcionou nos seus últimos anos de existência. Informação confirmada por meio da Portaria acima citada.

Nessa Portaria, consta ainda, que a Escola Nossa Senhora de Fátima, com inscrição de nº 3010341, “foi o antigo Ginásio de Limoeiro e Colégio Comercial Nossa Senhora de Fátima”. Informações importantes para a construção da narrativa nos cumprimentos de um dos objetivos de estudo, inclusive, na justificativa da periodização.

No Histórico do Ginásio de Limoeiro, também se pode constatar uma pequena biografia do Pe. Nicolau Adauto Pimentel, idealizador, fundador e diretor da referida instituição. Sua fundação se deu em 1934 e a oficialização, em 1935. Dessa forma, para concretizar seu sonho, segundo a fonte, o Pe. contou com apoio de várias pessoas, como o Sr. Manuel Gomes Maranhão, prefeito na época, e, em especial, o professor Antônio de Souza Vilaça, “companheiro, capaz, leal, durante o longo tempo que trabalhou ao seu lado”. Vindo a ser o vice-diretor da instituição.

No primeiro prédio onde foram iniciadas as atividades do Ginásio de Limoeiro, funcionava um Grupo Escolar Municipal, atualmente, Câmara dos Vereadores. No entanto, devido à crescente demanda ao Ginásio, foram anexados o Ponto Chic e um sobrado vizinho, que serviram como dormitório para os alunos. O Ginásio de Limoeiro funcionou nestas condições até a construção do seu prédio, no início da década de 1930, onde atualmente, funciona a Gerência Regional de Educação - Vale do Capibaribe (GRE).

O Ginásio funcionou durante 40 anos e, durante esse período, muitos jovens de diferentes camadas sociais passaram pela instituição, pois, no início da sua fundação, foi uma espécie de “quebra galhos”, segundo o documento, fornecendo aulas de Português, Francês e História.

No período da sua fundação, o currículo ginasial era constituído por um período de cinco anos, posteriormente, os alunos ingressavam nos colégios da capital para estudar mais dois anos em preparação para o vestibular. Segundo Pereira (2013), um grande número de profissionais, como bacharéis, médicos, dentistas e engenheiros pernambucanos, fizeram o Curso Ginasial no Ginásio de Limoeiro.

Na Certidão do Cartório de Limoeiro do 2º Ofício está escrito que no Livro de Registro de Pessoas Jurídicas A-01, nas folhas 15, sob o nº 14, consta o Registro do Estatuto do Ginásio do Limoeiro. O Estatuto do Ginásio de Limoeiro era composto por 14 artigos. No Estatuto, consta que, o referido Ginásio era uma Sociedade Civil e que havia sido fundada no ano de 1934, tendo, como finalidade, divulgar a doutrina cristã, a instrução primária e a secundária aos jovens do sexo masculino. E, para alcançar esse objetivo, o Ginásio funcionava com o formato de internato, semi-internato e externato, na sua sede e foro no município de Limoeiro.

No referido estatuto consta ainda que o Pe. Adauto Nicolau Pimentel foi eleito, por unanimidade, pela Assembleia Geral, presidente perpétuo do Ginásio de Limoeiro. E, mediante seu falecimento, a direção passaria, perpetuamente, a sua irmã, a Maria do Livramento Pimentel.

Os sócios fundadores do Ginásio de Limoeiro eram todos os que estavam presentes na assembleia e, cujas assinaturas constassem na ata da mesma, e, os próximos, no futuro, só se fossem aceitos, por unanimidade, pelos fundadores. Assim sendo, foram aprovados na assembleia de 13 de junho de 1950, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, Ana Benícia Pimentel, Maria do Livramento Pimentel, Lindolfo Cabral Pimentel e Zélia Cabral Pimentel.

A partir desses documentos, e pela leitura do livro de Pereira (2013), podemos perceber o esforço educacional feito pelo Pe. Nicolau para oportunizar aos jovens meninos “ciosos” limoeirenses e de outras localidades um ensino de qualidade. Esses esforços do religioso aparecerão mais claramente no final deste estudo, revelando, inclusive, a rede de apoio formada no município para a concretização dos seus objetivos.

Na busca da documentação, nesse mesmo período supracitado, voltei à cidade e uma das instituições visitadas foi a Escola Estadual Pe. Nicolau Pimentel, que funcionava no prédio que pertenceu ao Ginásio de Limoeiro.

Dessa forma, no Histórico da Escola Pe. Nicolau Pimentel, cedido, de modo atencioso, pelo seu gestor, o professor Alex Neves de Andrade, está escrito que a escola tem como seu mantenedor o Estado de Pernambuco, tendo como jurisdição a Gerência Regional do Vale do Capibaribe, no município de Limoeiro, sendo fundada em 22 de dezembro de 1961, por meio de Decreto 668, no governo de Cid Feijó Sampaio. A escola foi fundada com a nomenclatura Ginásio Estadual de Limoeiro, mas, em 29 de novembro de 1982, passou a ser denominada Escola Pe. Adauto Nicolau Pimentel, mediante a Lei Estadual de nº 9188.

A escola oferecia, em 1982, o Ensino Fundamental, o Curso Básico em Saúde, Comércio, Técnico em Contabilidade e Auxiliar de Contabilidade. Com o fim do Ensino Profissionalizante, esta instituição, além do Ensino Fundamental, passou a oferecer ao seu alunado a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Curso de Estudos Gerais.

Embora não seja parte do recorte desta pesquisa, mas a título de curiosidade, nos anos iniciais de 2012, ocorre a junção da Escola Moraes e Silva e a Escola Pe. Nicolau Pimentel. Dessa junção, o Ensino Normal Médio passa também a ser oferecido. Até o ano de 2016, a escola oportunizou ao seu corpo discente, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Ensino Fundamental, o Ensino Normal Médio, o Ensino Médio, e a Educação Especial. Além de trabalhar com diversos projetos. Atualmente, no prédio onde funcionava a escola, foi instalada a Gerência Regional de Educação - Vale do Capibaribe (GRE).

Segundo Pereira (2013), em 1961, o governador de Pernambuco, Cid Feijó Sampaio, por três dias, despacha na sede do Colombo Sport Club, em Limoeiro, várias demandas foram recebidas e, entre elas, está a do vereador Mair Cavalcante, que solicita ao mesmo, a instalação de um Ginásio e, neste mesmo ano, como já foi afirmado, é fundado o Ginásio Estadual de Limoeiro. Evidenciamos mais um esforço individual que contribuiu para o crescimento educacional do município. Curiosamente, nos documentos que fazem menção ao Pe., o seu nome é grafado com formas diferentes: Nicolau Pimentel e Adaauto Nicolau Pimentel.

Já no nosso retorno ao campo, em 2016, encontramos outros documentos que apontam na direção de nossa hipótese, dentre estes, está o Histórico da Biblioteca Pública Municipal Dr. Cícero Barreto Coutinho da Silveira. Ao chegarmos à cidade, fomos de imediato à biblioteca em busca de seu Histórico e de literaturas sobre o município, em especial, a do professor Antônio Vilaça, um dos autores que escreveram sobre a história de Limoeiro, mas, infelizmente, não havia arquivos neste sentido no acervo da biblioteca, para nossa surpresa.

Ao chegarmos à biblioteca, falamos com a funcionária Yanne Souza Costa, a qual nos apresentamos, e relatamos o motivo da nossa visita. Desse modo, perguntamos se ela poderia nos conceder o Histórico da Biblioteca e quais livros teriam no acervo sobre a história do município. A mesma disse que havia um Histórico elaborado por Fábio André, no período que geriu a Secretaria de Cultura, para tanto, o então secretário fez uma pesquisa utilizando fontes orais, por meio de entrevistas com antigos moradores do município e informou, ainda, que não havia livros sobre o município no acervo, só alguns

materiais avulsos.

Nesse contexto, no Histórico da Biblioteca Municipal Dr. Cícero Barreto Coutinho da Silveira consta que esta foi a primeira biblioteca pública municipal e sua inauguração se deu no dia 20 de maio de 1950, na gestão do prefeito Francisco de Moraes Heráclio. Percebemos, mais uma vez, o esforço do poder público local, em prol da educação municipal.

Em homenagem ao ilustre cidadão, representante da história do município, o Dr. Cícero Barreto Coutinho da Silveira, a biblioteca recebeu seu nome. Inicialmente, a biblioteca funcionou em um dos cômodos da Prefeitura, posteriormente, no ano de 1951, o seu funcionamento passa a ser na Avenida Jerônimo Heráclio. Neste mesmo ano, em seu acervo constavam 1.617 livros e seu público era de 4.183. Dados estes constatados no Guia das Bibliotecas Brasileiras, no ano de 1976.

De modo tardio, depois de mais vinte anos da sua fundação, no dia 20 de outubro de 1973, por meio da Lei Municipal de nº 989, a regulamentação de criação e funcionamento da biblioteca foi decretada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito da época, Arthur Correia de Oliveira. E, no dia 23 de janeiro de 1974, a instituição passa a ser registrada no Instituto Nacional do Livro (INL), com o número 4.321, já, no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), foi registrada com o nº 1.028.

A fonte de que disponho dá conta, ainda, de que a Biblioteca Pública Municipal Dr. Cícero Barreto Coutinho da Silveira funcionou em diversos endereços, além dos citados acima. Porém, estes não são relatados. E que, de 1975 a 1980, teve seu funcionamento no prédio do Departamento de Proteção Vegetal (DPV), onde, atualmente, está localizada a Secretaria de Infraestrutura. Após esse período de funcionamento, novamente, a biblioteca passa a funcionar em outros endereços com curta duração, mas, estes também não constam na fonte consultada.

Nesse contexto, entre inúmeras caminhadas pela cidade em busca de fontes para este estudo, fizemos, no mês de novembro de 2016, novamente uma visita à Secretaria de Educação, local este, onde recebemos uma ajuda considerável. Ao chegarmos ao local, fomos recebidas por algumas funcionárias, em especial, pela professora Gerliane Duarte, a qual nos concedeu as pastas onde estão os Históricos de algumas escolas municipais, estas pastas se encontram organizadas em armários, localizados na sala de normatização do referido ambiente institucional.

Registramos que, a professora acima citada, nos informou que foram elaborados pelos diretores atuais das escolas municipais, históricos das mesmas, a pedido da

Secretaria de Educação. Dentre os referidos históricos encontrados, está o Histórico da Escola Municipal Antônia Vieira de Moura, fundada em 10 de novembro de 1970. E que Severino Francisco de Santana doou um imóvel, viabilizando seu funcionamento. Diante desse fato, em homenagem a mãe do benfeitor, a escola foi denominada Antônia Vieira de Moura.

Consta ainda no mesmo, que a escola está localizada na Zona Rural, no Sítio Pitombeiras. No documento não constam mais informações referentes como se deu o processo de sua fundação, mas consta que, atualmente, a escola oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (anos iniciais e os anos finais), ou seja, do 1º ao 9º ano. E que a mesma funciona nos turnos manhã e tarde, com um quantitativo de 18 funcionários e 166 alunos.

Outro Histórico que tivemos acesso, foi o do Ginásio Agrícola Cônego Deusdedith: o Ginásio foi fundado em 1972. Após seis anos de funcionamento, o Ginásio muda de nomenclatura, passando a se chamar Escola Municipal Cônego Deusdedith. O Ginásio foi fundado pelo professor Raimundo Nonato de Miranda, vindo a ser o seu primeiro diretor. Consta ainda, no documento, que a escola foi pioneira dentre as escolas municipais a oferecer o Ensino Ginásial da 5ª a 8ª série, atualmente, Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. Informações estas anteriormente mencionadas. E, em 1982, passa a oferecer o Ensino Médio, com os cursos de Magistério e Agropecuária, sendo estes ofertados até 1999.

A referida escola funciona na Vila Urucuba, na Zona Urbana. Atualmente, oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, do 5º ao 9º ano, a modalidade Educação Especial, aulas de Japonês e de pintura em tecido. Ela atende, aproximadamente, 350 alunos.

Na nossa pesquisa ainda encontramos o Histórico da Escola Mínima Mendes. O qual versa que referida escola foi fundada no ano de 1952. E que a partir de 29 de setembro de 1987, a escola muda a nomenclatura, passando a se chamar Escola Municipal Dr. João Teobaldo de Azevedo. Não constam na documentação outros dados referentes à época de sua inauguração. Atualmente, a escola que está localizada no Sítio Campo Grande, oferece a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, os anos iniciais que compreendem do 1º ao 5º ano. Tem 16 funcionários e atende a 110 alunos.

E ainda, o Histórico da Escola Mínima Mendes. Neste consta que a escola teve a sua fundação no ano de 1951. E que em 1957, o seu nome é mudado, passando a ser denominado Grupo Escolar Luís Sátiro Pereira. Desde 2010, passa a ser chamada Escola

Municipal Luís Sátiro Pereira. Este é mais um dos Históricos em que não constam dados da época da fundação da escola. Atualmente, a escola é composta por 18 funcionários e possui um quantitativo de 156 discentes, distribuídos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, anos iniciais, nos turnos da manhã e da tarde.

Observamos que, a nomenclatura Mínima Mendes, aparece na conjunção do nome de duas escolas. Mendes, é uma comunidade rural de Limoeiro. Em relação as escolas mínimas, consta no jornal Diário de Pernambuco do ano 1956, que o então governador do Estado de Pernambuco, em parceria com o então secretário da Secretaria de Educação e Cultura Aderbal de Araújo Jurema, iniciam no referido ano um plano para instalação de pequenas instituições educacionais (escolas mínimas) no Recife, em Olinda, e nos municípios do interior do Estado de Pernambuco, na Zona da Mata, no Agreste e no Sertão.

Conforme se constata na documentação, a instalação das escolas mínimas objetivava atender o grande déficit escolar no referido Estado, que era de aproximadamente de seis mil cadeiras. “Escolas mínimas, possuindo uma única sala de aula, embora aparelhadas com equipamento didático moderno” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1956, p. 16).

Soma-se a este, o Histórico da Escola Nossa Senhora dos Anjos. Neste consta, que a escola iniciou suas atividades no ano de 1965, tendo como fundadoras as irmãs Franciscanas de Maristela, em especial, as irmãs Gabriela Andash e Reinalds. Neste Histórico, também não constam muitas informações da época em que a escola iniciou suas atividades. Hoje, a escola tem, aproximadamente, 185 alunos. A mesma oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano. E está localizada no Alto São Sebastião, na Zona Urbana.

Essa documentação encontrada na Secretaria de Educação Municipal não contém informações precisas, evidenciamos lacunas na construção desses documentos. Mesmo considerando documento oficial, percebemos a necessidade de uma investigação acerca das informações contidas nesses documentos junto à outras fontes.

Assim, supomos que, a imposição da referida Secretaria aos diretores dessas instituições escolares, possa ter dificultado a elaboração dessa documentação por falta de tempo e método adequados, bem como a escassez de acesso às fontes específicas que embasassem a construção desses históricos, tenham contribuído para possíveis falhas em sua elaboração. Diante desse fato, é imperativo a visita aos arquivos dessas escolas e ao arquivo municipal, à procura de fontes para extrair informações mais precisas, buscando

o não dito, para que possamos preencher as lacunas deixadas pela escassez da documentação. No entanto, dando continuidade a busca por documentação referente a essas escolas acima citadas não tivemos êxito.

Desse modo, voltando ao município após um intervalo de cinco meses, visitamos novamente a Secretaria de Educação com o intuito de conhecer o novo titular da pasta, o Sr. Luiz Gonzaga Tavares Júnior, que assumiu o cargo em janeiro de 2017. O propósito da visita era estabelecer um contato para que ele pudesse contribuir de alguma forma com o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse contexto, após as apresentações, falamos o motivo da nossa visita e explanamos, em linhas gerais, o nosso estudo. O mesmo nos parabenizou e disse que a pesquisa era de grande importância para o município e, quando concluída, a utilizaria como fonte, para uma pesquisa sobre a História do município, a qual pretendia desenvolver. Solicitamos, portanto, o seu apoio e colaboração na aquisição das fontes documentais a serem utilizadas nesta tese.

Ao se prontificar em nos ajudar, o Secretário indicou o Sr. Rodrigo Raimundo do Rêgo Rodrigues, funcionário da Prefeitura, responsável pelos documentos oficiais guardados numa espécie de depósito, o qual é considerado como o arquivo municipal da cidade, de acordo com o que já foi devidamente relatado em pesquisa anterior por Souza (2014). Nesse contexto, fomos à Prefeitura e à Câmara Municipal, e mesmo com as dificuldades com que se observa no setor público que, a princípio, parece não ter como missão a salvaguarda documental da memória, foi possível subtrair desses ambientes, nos depósitos, alguns documentos preciosos para este estudo.

Nessa perspectiva, a Prefeitura e a Câmara Municipal, foram instituições que mais contribuíram com a pesquisa. Nestes ambientes, executivo e legislativo, tivemos acesso a vários documentos produzidos na periodização definida neste estudo, os quais foram, gentilmente, viabilizados pela colaboração do senhor Rodrigo Raimundo do Rêgo Rodrigues, funcionário da Prefeitura, e pelo senhor João Ernesto Mendonça de Arruda, funcionário da Câmara Municipal, como por exemplo, Acto nº 2, Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 07 de abril de 1934, que cede por dois anos, ao Ginásio de Limoeiro, um dos prédios da Prefeitura, local onde funcionava o Grupo Escolar professor Pedro Lemos.

Outras informações importantes também foram coletadas, como, a Portaria nº 53, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 1º de janeiro de 1934, trata de subvenção no valor 50\$000 (cinquenta mil reis) mensais da Prefeitura para escolas particulares mistas que tivessem frequência de quarenta ou mais alunos. E o Acto nº 25, da Prefeitura

Municipal de Limoeiro, de 19 de junho de 1935, que concede subvenção ao Ginásio de Limoeiro a quantia mensal de 300\$000 (trezentos mil reis), estando o referido educandário a manter gratuitamente 10 alunos pobres.

Nessa perspectiva, encontramos ainda, o Acto nº 38, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 24 de agosto de 1935, que suspende a subvenção da escola particular regida pela professora Auta Bertino de Paula e passa a mesma subvenção à professora Alice da Silva Leão.

E, por sua vez, o Acto nº 5, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 22 de janeiro de 1936, no qual o prefeito, considerando a cota que o município dispõe a favor do Ginásio de Limoeiro, em acordo com o Pe. Nicolau Pimentel, resolve que o referido Ginásio fica obrigado a admitir, de forma gratuita, 5 alunos pobres no curso secundário, os quais serão avaliados por meio de exames, e os 5 que alcançarem maiores pontos serão aproveitados.

E desse modo, pelo o Acto nº 40, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 08 de agosto de 1936, constatamos que foi aberto crédito especial no valor de 5:000\$000 (cinco contos de reis) para a construção do prédio do Colégio Regina Coeli. Por outro lado, o Acto nº 1, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 10 de janeiro de 1936, que permite subvencionar o Ginásio de Limoeiro, em vez de 300\$000 (trezentos mil reis) mensais passar para 500\$000 (quinhentos mil reis), para que o mesmo possa atender a cinco alunos das escolas municipais, sendo estes reconhecidos como pobres.

Nesse contexto, vimos que o Acto nº 33, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 24 de dezembro de 1937, pede urgência para a moralização e eficiência da instrução primária municipal, reforma nos programas de ensino e no material pedagógico, a ser implantado em 02 de janeiro de 1938.

Dando continuidade a buscar de elementos para enriquecer a pesquisa, encontramos outros documentos, como por exemplo, o Decreto nº 112, da Câmara Municipal do Limoeiro, em 16 de abril de 1959, que autoriza o prefeito a ajudar com Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Escola Técnica de Comércio Nossa Senhora de Fátima, que funciona no prédio do Ginásio de Limoeiro, assim como o Requerimento nº 18, da Câmara Municipal do Limoeiro, de 11 de maio de 1960, solicitando ao prefeito o levantamento do número de professoras lotadas e concursadas nas escolas municipais, e a formação de uma comissão interpartidária para visitar as escolas.

E, dessa forma, um Abaixo Assinado S/Nº, da Câmara Municipal de Limoeiro, de 12 de fevereiro de 1948, que versa sobre a criação de comissão para ser criada uma escola

profissional. E a criação do Decreto nº 12, da Câmara Municipal do Limoeiro, de 18 de maio de 1949, o qual autoriza o prefeito a criar o cargo de dentista escolar. Soma-se a estes, a Lei nº 392, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 17 de março de 1961, nesta, é autorizado ao prefeito abrir crédito especial para o Colégio Regina Coeli, no valor de Cr\$ 88.300,00 para as despesas do referido colégio. E a Lei nº 391, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 17 de março de 1961, permite autorizar o prefeito a abrir crédito especial a título de ajuda ao Ginásio de Limoeiro, o valor de CR\$ 87.000,00.

Em outras visitas às instituições acima citadas, tivemos acesso a outras documentações, tais como: Lei de nº 29, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 18 de maio de 1949, que abre crédito no valor de Cr\$ 5.000, como gratificação ao Ginásio de Limoeiro e o Colégio Regina Coeli. Portaria nº 88, Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 29 de novembro de 1945, que, por meio desta, o prefeito em exercício resolve, como prêmio, pela formatura no Colégio Regina Coeli, a Solange Galisa da Silva, bem como pelo seu desempenho escolar e seu comportamento exemplar, nomear a referida professora, recém-formada, professora titulada do magistério público municipal. Ainda a Portaria nº 7, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 2 julho de 1945, a qual no intuito de atender pedidos de famílias, residentes no povoado Sapé, é criado no referido povoado uma cadeira do Ensino Primário.

Soma-se a este, ainda, a Portaria de nº 23, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 22 de março de 1937, que determina que seja doada ao Ginásio de Limoeiro, a quantidade de sacos de cimento necessária para a conclusão das obras do referido Ginásio, adquirido pela Prefeitura. Projeto de nº 15, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 29 de setembro de 1945, que mediante o Decreto-Lei Federal, nº 1.202, de abril de 1939, decreta uma subvenção mensal de Cr\$ 100,00 para cada uma das cinco escolas da zona rural, vigorando a partir de janeiro de 1946.

Outro documento encontrado é o Ato nº 9, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 31 de agosto de 1945 que acerca do disposto no nº 16 de letra B da circular de nº 2517 de 17 de dezembro de 1943, de autoria do secretário do interior, mesmo com um significativo número de escola, subvenciona mais 3 escolas situadas em Gangorra, Muruabebe e Varjadas, com valor mensais de Cr\$ 100,00. Como também a Indicação s/n, de 10 de agosto de 1960, a qual a Câmara Municipal, propõe que, posteriormente, ao ouvir o plenário e, sendo aprovada, faça-se a indicação ao prefeito, que for necessária à construção de um Grupo Escolar no Alto São Sebastião. E sugere, também, que o prefeito nivele as ruas desta localidade.

Já por meio do ofício 5/a da Câmara Municipal de Limoeiro, de 18 de maio de 1950, consta que foi aprovado pela Câmara o projeto do vereador Nonésio Francisco de Carvalho, o qual pedia a construção de um salão para o provimento de uma escola municipal na Vila Urucuba. E, na Portaria de nº 41, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 12 de maio de 1945, fica nomeada, interinamente, a professora Ester de Arruda e Silva, para exercer o magistério no Grupo escolar Monsenhor Fabrício, devido licença concedida à professora Maria Rosa de Lemos.

Em continuidade a busca de documentos, encontramos o Decreto nº 37, da Câmara Municipal de Limoeiro, de 20 de fevereiro de 1953, que autoriza o prefeito a contribuir como ajuda o valor de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) ao Ginásio de Limoeiro, justificando que este seria o devido saldo existente em 1952. E, no que concerne a Lei nº 50, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 20 de fevereiro de 1950, o prefeito, após a Câmara decretar, promulga a referida Lei, a qual consta no seu artigo 1º que, ao prefeito é autorizada a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 16.800,00 (dezesesseis mil cruzeiros), no vigente ano, e que o valor de Cr\$ 8.400,00 (oitenta mil cruzeiros) seja como gratificação ao Ginásio de Limoeiro e, da mesma forma, o mesmo quantitativo deve ser repassado ao Colégio Regina Coeli.

A documentação encontrada é bastante diversificada, como a Portaria nº 13, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, de 24 de fevereiro de 1945, a qual permite a troca de professoras de uma escola em Cumarú para assumir uma cadeira do Ensino Primário em Vertentes. Observamos que em 1945 Cumarú e Vertentes eram distritos do município de Limoeiro. E ainda o Projeto de Lei S/Nº, de outubro de 1958, que autoriza o prefeito subvencionar a Rádio Difusora com o valor de 150,00. (Cento e Cinquenta Cruzeiros).

Outros documentos dizem respeito ao Decreto nº 100, da Câmara Municipal de Limoeiro, de 22 de outubro de 1957, no artigo 1º versa que seja autorizado ao prefeito Adaulto Heráclio Duarte, prover a construção de um salão em Cutias, para o funcionamento de uma escola municipal, e no seu artigo 2º obriga a o autor do projeto em questão, o vereador Hildo Pereira, a doar um terreno próprio para tal provimento e, ainda no 3º artigo, versa que o prefeito ficará autorizado a abrir crédito de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) para prover a construção do referido salão. Já o Projeto de Lei de nº 20/68, da Prefeitura Municipal de Limoeiro, ano não identificado, autoriza o prefeito a abertura de crédito de 100, 00 (Cem Mil Cruzeiros Novos), o qual seria dividido, anualmente, em partes iguais para o Ginásio de Limoeiro e para o Colégio Regina Coeli.

Em contrapartida, o Ginásio de Limoeiro manteria 10 bolsas para alunos pobres matriculados, valendo essa prerrogativa também para o Colégio Regina Coeli.

E, por fim, a Justificação de Projeto nº 12, na verdade, de Decreto-Lei, da Prefeitura Municipal do Limoeiro, de 30 de agosto de 1949. No argumento, consta que a Prefeitura havia adquirido, por meio de compra, no ano de 1932, alguns prédios velhos construídos no município em terrenos próprios, no valor de Cr\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos cruzeiros), no intuito de demoli-los e, no local, construir um prédio e adaptá-lo para o funcionamento de um colégio a ser administrado por irmãos de caridade. No entanto, consta ainda, nesse mesmo documento, que tal empreendimento não seria possível devido a inconvenientes do local, e, desse modo, os mesmos deveriam ser disponibilizados para venda.

Entretanto, mesmo diante de farta documentação, uma curiosidade permanecia, ou seja, a forma como o prédio do Ginásio de Limoeiro passou a ser propriedade do governo do Estado de Pernambuco. Assim, tivemos acesso a Escritura Pública de Compra e Venda e lavrada no Livro 151, fls. 139/142 v, em 22 de dezembro de 1972 no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Limoeiro. Esse imóvel, de propriedade do Pe. Nicolau Adauto Pimentel, anteriormente registrado, no livro 3-AL, fls. 32, nº 20.516; Livro 3, fls. 01, nº 2.661, em 29/01/1938 e Livro 3-AL, fls. 32, nº 20.515, em 22/12/1972, passa a ser adquirido pelo Estado de Pernambuco, por meio do Ato de nº 2079 de 30 de agosto de 1972.

Então, na busca pelo referido documento, após ida ao Cartório de Elaine Santoianni, e fazer referência ao documento acima citado, e, não obtendo êxito, fomos ao Cartório de Imóveis Mair Cavalcanti, onde, repetindo o mesmo procedimento, obtivemos a informação, que teria de ser feita uma busca no prazo de 15 dias para saber se constava nos seus arquivos a documentação solicitada. Assim sendo, após o prazo determinado pelo cartório, voltamos ao mesmo, para aquisição do documento supracitado.

No entanto, o documento adquirido não é exatamente a referida certidão, mas uma transcrição da Certidão de Compra e Venda original registrada no cartório. Mesmo sendo uma transcrição do documento oficial, as informações contidas são verdadeiras, e revelam, entre outras coisas, como se deu a tramitação da venda das instalações do Ginásio de Limoeiro ao Estado, o ano e valor, assim como registra o número do livro, de folhas onde foi registrada a venda, além de dados da publicação no Diário Oficial, onde pode ser verificado o teor transcrito no documento digitado.

Neste documento fornecido, mesmo não sendo a Certidão de Compra e Venda original, consta assinatura do tabelião/substitutos do Cartório de Registro Geral de Imóveis, Carlos Alberto Alves de Queiroz, 2º substituto, autorizando a digitação, ou seja, a transcrição do documento original, que nos foi fornecida pelo Cartório de Imóveis Mair Cavalcanti com o nome Certidão de Inteiro Teor.

Como podemos perceber, neste capítulo, procuramos refletir sobre os aspectos teóricos e os procedimentos desenvolvidos na busca da documentação necessária para o alcance dos objetivos propostos. Nessa etapa da investigação buscamos apresentar alguns históricos das próprias escolas, uma espécie de biografia institucional, escrita por orientação da Secretaria da Educação de Limoeiro, os jornais impressos, adquiridos no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e na documentação encontrada nos arquivos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Limoeiro.

Contudo, como podemos observar, a documentação de algumas escolas aqui exposta, ultrapassa o recorte temporal do estudo, mas resolvemos descrevê-la no sentido de demonstrarmos os nossos próprios esforços para encontrarmos pistas e delimitarmos a periodização mais adequada para os argumentos centrais da tese e mostrarmos, inclusive, como o poder público local continuou investindo na melhoria da educação dos municípios.

Assim, mesmo com a desconfiança própria de pesquisadora, pelas fragilidades com que esses documentos se apresentam enquanto fonte, os históricos são importantes como indícios, como “recordatório” administrativo e, por isso, dão uma dica importante sobre o interesse municipal em resguardar um pouco a origem de suas escolas.

Nesse contexto, no próximo capítulo traremos para este estudo alguns autores que têm como objeto de investigação a cidade e o binômio, cidade-educação e município pedagógico. Além disso, Limoeiro aparece, mais nitidamente, como o objeto de pesquisa e cenário de um importante município, no qual percebemos característica próximas a de município pedagógico, categoria historiográfica, em formação no Brasil, previamente mencionada.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE-EDUCAÇÃO E MUNICÍPIO PEDAGÓGICO

[...] a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas [...]. Some-se a isso que, a partir do momento em que se desenvolve um movimento escolar num certo número de grandes cidades, o fato de ensinar e aprender contribui para a valorização do trabalho. (LE GOFF, 1998, p. 49).

No capítulo anterior, apresentamos os aspectos teóricos, os procedimentos metodológicos e as fontes, além da seleção e organização da documentação encontrada para serem analisadas, posteriormente, a partir da hipótese e objetivos levantados. Já este capítulo tem por objetivo identificar e compreender os estudos que fazem referência à cidade e aos binômios cidade-educação e município pedagógico. Além disso, faremos um breve percurso sobre Limoeiro, conhecendo um pouco da sua história e os aspectos políticos, econômicos e culturais para identificarmos as contribuições destes elementos para o seu desenvolvimento educacional.

Considerando os propósitos acima, é fundamental levantar alguns bancos de dados que comportem a temática em tela. Assim, pesquisamos Grupos de Estudos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)² com os termos cidade-educação e município pedagógico. Nesse contexto, foram encontrados 49 grupos para o termo cidade-educação registrados em diferentes áreas do conhecimento: Educação, Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes, Comunicação, Antropologia, Odontologia, Enfermagem, Saúde Coletiva, entre outras. Entretanto, não foi encontrado nenhum grupo com o termo município pedagógico.

Dentre os grupos encontrados estão o Grupo de Estudo Pólis e Mnemosine: cidade, memória e educação; Grupo de Estudo e Pesquisas em Saúde e Trabalho; Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação Física Escolar e Formação de Professores; Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Cidades. Além desses, encontramos também o Núcleo de Teoria e História da Educação da UFPE, Grupo de Pesquisa Kairós: educação das sensibilidades,

² Consulta parametrizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, realizada no dia 12/11/2015, às 16h44.

história e memória; e o Grupo de Estudo Aprender nas Ruas-Cidade como Lugar de Educação.

Nessa busca, encontramos diversos trabalhos sobre cidade-educação, e pudemos perceber que diversos pesquisadores estão interessados nessa temática. No entanto, não fazem nenhuma referência aos esforços educacionais que foram realizados para atender às necessidades educacionais da população e sua contribuição para o desenvolvimento qualitativo da vida na cidade. Fizemos, aqui, uma análise de algumas bibliografias encontradas, no sentido de contribuir com os questionamentos deste estudo.

Nessa perspectiva, segundo Oliveira (2002), os efeitos da intensa urbanização ocorrida no Brasil desde o final de 1950, já repercutiam nos anos de 1960. E um dos problemas dessa intensa urbanização foi a marginalização das camadas mais pobres da população. Nesse sentido, o planejamento da urbanização na cidade ocorre de forma excludente, pois, grande parte dos segmentos da população pobre é removida para periferia, contribuindo, assim, para uma maior desigualdade social. Não existe, portanto, uma política de urbanização na cidade que favoreça a população mais carente, mas, sim, uma política de exclusão nesse processo.

Dessa forma, existe um controle do espaço urbano pelo poder público e o controle da população mais carente com a sua remoção para a periferia. Diante desse fato, há uma necessidade de refletir sobre os planejamentos de ocupação do solo urbano e incorporar novas estratégias de planejamento desse solo. A urbanização da cidade deveria estar a serviço da melhoria das condições de vida da população, e não a serviço de interesses meramente políticos.

Para Oliveira (2002), as pessoas que estão envolvidas na compreensão da vida urbana no Brasil do século XXI devem dar atenção aos problemas existentes que marcam as últimas décadas do século XX. Assim, a autora organizou um livro intitulado Cidade: história e desafios. O livro reúne diferentes especialistas, tais como: antropólogos, historiadores, geógrafos, sociólogos, arquitetos, urbanistas e políticos com a pretensão de fazer uma análise abrangente sobre a cidade e disponibilizar ao público não especializado.

O livro é fruto de alguns textos apresentados no seminário Cidade: urbanismo, patrimônio e cidade, que ocorreu na Fundação Getúlio Vargas em agosto de 2001. De modo que, o resultado do seminário levanta uma problemática de grande relevância social, ou seja, o uso do solo e seus desdobramentos. Haja vista, que a urbanização na cidade afeta toda a sua população, em especial, as camadas mais carentes que são excluídas nesse processo de modernização dos espaços urbanos.

O livro organizado por Oliveira (2002) é de suma importância para quem estuda os problemas ocorridos na cidade. E, em especial atenção, o fato de que o texto é resultado do seminário, aprofunda as discussões sobre a urbanização na cidade e seus diversos problemas. De forma curiosa, não há nenhum participante do seminário que seja especialista em educação, como também não foi publicado nenhum texto acerca dos problemas relacionados à educação na cidade ou nos municípios, o que permite assegurar a importante contribuição desta tese e a relação com o tema da cidade pedagógica.

Antes das cidades, porém, antes mesmo das aldeias que lhes precederam, sentia o bicho-homem a imperiosa necessidade de dar nomes aos seres e às coisas, sem o que eles [os seres e as coisas] não existiriam em sua experiência e em sua memória, nem constituiriam aquele “espaço de comunicação”, citado por Leitão. Os montes e os rios em cujas proximidades aqueles seres eretos, recém-saídos do nomadismo, dedicavam-se à agricultura e construíram suas choupanas receberam todos, denominações referenciais, assim como as florestas, onde caçavam, e os mares, onde navegavam. (FONSECA, 2013, p.18).

Essa citação é extremamente interessante para situar o leitor sobre a importância da construção e nomeação das cidades, enquanto espaço de comunicação e nomeação de objetos, de coisas e animais, como também, é claro, o espaço de educação. Espaço de nomeação e construção de sentido, onde a educação tem papel preponderante para as relações sociais.

Nesse contexto, em busca dos sentidos e significados da cidade, Fonseca (2013), na primeira parte do seu livro, Pernambuco: o que há nos nomes das nossas cidades, se debruça sobre sugestões contidas nas denominações dos municípios brasileiros. Ele procurou “agrupar os topônimos em algumas categorias genéricas [segundo sua percepção] apoiada, ampliada, confirmada ou negada por uma mirada na perspectiva histórica da formação das cidades” (FONSECA, 2013, p. 15).

Já na segunda parte, o autor faz uma abordagem dos 184 municípios de Pernambuco e do distrito estadual Fernando de Noronha, na qual, os escritos são na forma de verbetes, constando um breve histórico das prováveis origens e evolução político-administrativa dos respectivos municípios.

Em sequência, o autor faz os transcritos dos significados dos topônimos dos municípios e finaliza com um quadro geral que informa o número populacional, urbano e rural, área, região e distância da capital. Esse é um importante texto para quem pretende desenvolver pesquisas sobre cidades pernambucanas e suas diferentes interfaces:

políticas, sociais, econômicas e educacionais.

Segundo o autor, em âmbito geral, nos nomes de nossos municípios “[...] coexistem traços tão díspares quanto a religiosidade e a poesia, o telurismo e a adulação, a megalomania e a autodepreciação, o machismo e a inventividade” (FONSECA, 2013, p. 25). O autor diz ainda que, numa primeira leitura dos nomes dos municípios brasileiros, o que chama atenção é o pitoresco. Segundo ele, são denominações curiosas, algumas hilárias, estapafúrdias, autodepreciativas.

Outro aspecto destacado são nomes de origem indígena, dados as nossas cidades brasileiras. Segundo ele, pouco mais de 1.260, sendo a maioria da família tupi-guarani, mas, há influências de outras línguas, tais como aruak, bororo, caingangue, caribe, cariri e outras.

Há também, nomes de cidades de predominância masculina. Existem no país 615 cidades que levam nomes masculinos, sendo, seus fundadores, políticos, fazendeiros, militares, empresários, religiosos. O autor ressalta o patriarcalismo da sociedade brasileira quando se refere ao comparativo da quantidade de cidades com nomes masculinos e femininos. É visível, pois, que o número de cidades brasileiras com nomes femininos é muito inferior ao dos masculinos, apenas 86, enquanto o masculino é de 615.

Fonseca (2013), enfatiza ainda a influência da natureza na toponímia das cidades, “[...] os bichos e as plantas, os rios e as serras, as lagoas, os cabos, as enseadas, as planícies verdes e o planalto cinza” (p. 45). Tudo isso serve de incentivo para denominar lugares em nosso país, em nossos municípios, tendo, obviamente, a educação como uma de suas responsáveis na transmissão desses elementos culturais.

Dos designativos citados acima, o autor diz que alguns são explícitos e outros estão mascarados em termos tupis e destes se tem pouco conhecimento. São os que o autor denomina de cidades-terra, cidades-bicho e cidades-árvores. Tendo como inspiração a corografia, a fauna e a flora. Segundo Fonseca (2013), o bicho-homem tem uma necessidade de dar nomes aos lugares e às coisas que o circundam, sendo assim, muitos topônimos municipais foram criados. Dentre esses, está a cidade de Limoeiro que se insere nas cidades-árvores.

No livro intitulado Uma breve história de Limoeiro, de autoria de Carlos Eduardo Pereira (2013), o autor procurou relatar eventos da história do país, de Pernambuco, e a repercussão dos mesmos no município de Limoeiro. Os eventos relatados pelo autor são de caráter político, econômico e social, que contribuíram para o desenvolvimento do estado e do município. Entre os eventos citados, estão os que contribuíram para o

desenvolvimento educacional do município, tais como, os esforços individuais, coletivos e institucionais, conforme aludidos em nossa pesquisa.

Por ser um livro de caráter descritivo, os eventos retratados são de 1620 até 2013 e, embora tenha essa característica, o texto é uma excelente fonte para pesquisadores que pretendem estudar o município em questão. O texto fornece, portanto, algumas pistas valiosas acerca dos principais momentos históricos de Limoeiro. O autor relata eventos desse período ocorridos no Brasil, em Pernambuco, no entanto, destacando os eventos no município, e assim, reconstituindo aspectos para quem tem interesse pela sua história.

Nessa perspectiva, a obra é relevante para nossa pesquisa, pois os relatos dos eventos ocorridos no município entre 1934 a 1976 foram de grande contribuição para a delimitação do marco temporal do estudo e estão servindo de orientação para pesquisa empírica, nos indicando caminhos a serem percorridos para obtenção de documentos e, ainda, nos indicando literaturas a serem incorporadas à tese.

Outra obra que fala sobre cidade é a de Le Goff (1998), intitulada: *Por amor às cidades*. Segundo o autor, existem mais semelhanças entre a cidade contemporânea e a cidade medieval do que a cidade medieval e a cidade antiga, e que, devido às mudanças das funções da cidade e de seus monumentos, não seria possível fazer um comparativo entre a cidade medieval e a cidade antiga.

Entre essas mudanças, destaca-se a representação do templo que deixou de ser monumento de distinção entre a cidade antiga e a medieval, pelo fato deste ser, muitas vezes, reutilizado como igreja, ou, em seu local, igrejas cristãs terem sido construídas. E, com o surgimento da igreja, os sinos aparecem como elemento fundamental, pois estes passam a ser pontos de referência da cidade. Os sinos eram instalados no ocidente, no corpo do monumento, porém, na Itália, muitas vezes, eles eram instalados ao lado, numa torre.

Com o advento do Cristianismo, o anfiteatro é abandonado, pois o Cristianismo Ocidental não admitia os eventos que ocorriam no seu interior. O anfiteatro passou a ser utilizado como depósito de pedras de construção. Algo que também passa a perder a razão de sua existência é o estádio. O esporte passa a ser privilégio da nobreza, com isso, ele toma forma diferenciada, tornando-se, sobretudo, exercício militar.

Já as termas, que também são citadas pelo autor, desaparecem, devido à nova relação que se estabelece com o corpo e as maneiras de higiene e sociabilidade. A higiene do corpo, principalmente, passa a ter maior atenção, sendo aplicada em âmbito privado e, posteriormente, em estabelecimentos, como as saunas, que também desempenhavam a

função de bordel. Mas as saunas, que ficavam ao lado das termas antigas, também perdem a razão de ser, nessa nova forma de relação que foi estabelecida com o corpo.

Por sua vez, as praças públicas deixam de ser local central de encontro dos cidadãos, “[...] muda de estatuto. Nada mais de fórum!” (LE GOFF, 1998, p.10). Com isso, perde-se o costume de se discutir, em conjunto, os negócios da cidade ou o privado. Contudo, quando ocorrem encontros e discussões, estes passam a ser, na maioria das vezes, nas igrejas, na parte anterior, ou seja, no átrio. E a tradição do fórum é resgatada posteriormente pelo mercado.

Outro fato curioso é a mudança de aspecto da cidade que, construída para os vivos, passa a mudar em relação ao lugar dos mortos. Os gregos e os romanos lançavam para fora da cidade “o morto impuro”, através das suas principais vias de saída da cidade. Contudo, com o advento do Cristianismo, os mortos são urbanizados, fazendo com que a cidade seja não só dos vivos, mas também dos mortos.

Com essa mudança de cidade dos vivos para a cidade dos mortos, mudam também os cemitérios, que, de lugar de sociabilidade, de encontro e de diversão, passam, a partir do século XIII, a ter um estatuto unicamente religioso.

Dando continuidade à discussão, Le Goff (1998) faz menção da palavra “Ville” e mostra etimologicamente seu significado: “ville” vem de villa. O autor diz que a palavra “Ville” foi tardiamente “designada para aquilo que chamamos de cidade” (p. 12). E, nos séculos XI e XII, a cidade era designada por palavras como: “civitas”, “cite”. Ou “urbs”, mas a palavra “civita” era mais usada.

O autor diz ainda, que a palavra “[...] “Ville”, antigamente, era usada para designar um estabelecimento rural importante. Uma “villa” - não se deve pensar numa casa de subúrbio atual - é o centro de um grande domínio” (LE GOFF, 1998, p.12). Segundo o autor, “a villa é um domínio com a existência de um prédio principal, o qual pertence ao senhor, consequentemente, é um centro de poder”, e este poder não se resume ao econômico, mas, estende-se, em geral, sobre todas as pessoas que habitam nas terras de suas redondezas.

Dessa forma, quando o nome Ville passa a ser denominado em francês “laville”, Le Goff (1998) destaca o deslocamento do poder das áreas rurais para os territórios urbanos. E afirma que a Villa da antiguidade perde o sentido de sua existência. Nesse contexto, o autor faz ainda um questionamento da palavra “subúrbio” e diz que se dermos continuidade ao exercício da etimologia, a mesma se manifesta como um fenômeno de diferenciação entre a Idade Média e Antiguidade.

Segundo autor ainda, da origem dos bárbaros, ou mais frequentemente da união entre populações romanas antigas e as bárbaras, permitiu instala-se uma nova classe dominante, e, desse modo, oportunizou o surgimento de uma nova forma de poder de origem germânica, denominada a banalidade, “o direito de banalidade”. Esse direito inclui direitos de justiça, mas, principalmente, direitos econômicos. E sendo assim, desde o século XI, esse direito é expandido essencialmente ao território rural, mas, ele diz respeito também ao urbano e, em especial, ao suburbano.

Neste contexto, no século, acima citado, Le Goff (1998), frisa que, ocorre o grande período de urbanização e o desenvolvimento do território urbano, que se dão a partir de núcleos e dominados por um senhor eclesiástico, o bispo, ou por um senhor leigo, principalmente um conde. Desse modo, estes senhores administram estes núcleos a partir do seu palácio episcopal ou castelo, e, em seus entornos, são estabelecidos dois tipos de territórios: a cidade e os burgos da periferia.

Ainda segundo o autor, a cidade vai lançar seu poder sobre uma determinada extensão que está a sua volta, exercendo direitos por meio da arrecadação de tributos e, esta, por sua vez, se denominará de subúrbio. E que é na Idade Média que se dá a unidade contemporânea entre a cidade e os seus subúrbios.

O autor ainda afirma que, apesar das grandes transformações das cidades contemporâneas, estas se aproximam mais das cidades da Idade Média do que as cidades da Idade Média com as da Idade Antiga. A cidade da Idade Média é uma “sociedade abundante” e está concentrada em um pequeno espaço, onde ocorrem produção e trocas mescladas pelo artesanato e pelo comércio, que são sustentados por uma economia monetária.

Era também lugar onde um novo sistema de valores nasceu, sendo este, o gosto pelo negócio e por dinheiro. Ainda na cidade, concentram-se prazeres, entre os quais, os das festividades, os dos diálogos na rua, nas tabernas, nas instituições escolares, religiosas e, até mesmo, nos cemitérios. Além dos elementos expostos, o autor ressalta a troca, a informação, a vida cultural e o poder como funções indispensáveis em uma cidade.

[...] a cidade contemporânea perdura, contudo, na sua essência. E sua essência está em outro lugar, na função da troca. [...] a feira e o mercado da Idade Média ofereciam as mesmas ocasiões de trocas e de oportunidades de modernização. (LE GOFF, 1998, p.33).

Conforme as reflexões, Le Goff (1998) faz referência às trocas na cidade, no

entanto, nos referimos às trocas existentes no município, abrangendo, desse modo, a zona urbana e a zona rural. Assim, nos referimos as trocas ocorridas no município de Limoeiro, na periodização estudada, tais como: trocas de conhecimento, trocas de saberes, trocas de favores, trocas de serviço, trocas de modo de fazer, bem como articulações políticas entre poder público e o poder privado que impulsionaram o desenvolvimento educacional do referido município.

O autor também faz referência a outros elementos que ocupam lugar nas cidades e que mantém, sobretudo, a circulação de ideias e saberes. De modo que são os profissionais e especialistas ocupantes das cidades que fazem os congressos, seminários e criam ambientes para a troca de saberes. Nesse sentido, Le Goff (1998) dá o exemplo de Paris, a primeira cidade europeia a realizar um congresso, que foi o Salão da Agricultura.

É obvio que a cidade ocupa um lugar fundamental para os acontecimentos econômicos, sociais, políticos, etc., e a educação parece se materializar, enquanto síntese, na vida de indivíduos e coletividades nesse ambiente especial de tensões, consensos e troca de saberes. Neste sentido, o livro de Silva (1979), *Cidade educativa: um modelo de renovação na educação* faz uma análise do Relatório produzido pela Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação da UNESCO, em 1972.

Segundo o autor, a ideia central do Relatório foi apresentar algumas sugestões na perspectiva da “Cidade Educativa”, que poderiam ser assumidas pelos países membros da UNESCO. No entanto, Silva (1979) se compromete a fazer uma análise antropológica e filosófica do Relatório a partir dos temas propostos no referido texto. Logo, não se ocupou das questões sociais, econômicas e políticas “[...] assim como a sua funcionalidade meramente didática” (SILVA, 1979, p. 13).

Em seu livro, o autor formula a hipótese de que a Cidade Educativa proposta pela Comissão da UNESCO “[...] parece fundamentar-se de começo em uma preocupação da eficiência da educação e em determinada concepção de sociedade como referencial básico para toda ação educativa”. (SILVA, 1979, p.14). De modo que, o autor entende que a Comissão da UNESCO parece insistir no sentido tecnocrático de uma cidade que pretende ser educativa, ainda que esses elementos não estejam explícitos no Relatório.

Embora o autor faça uma análise de caráter histórico-descrito, seu texto tem importância para esta tese, porque aponta várias possibilidades de interpretação a partir dos temas presentes no Relatório, como, por exemplo, a educação em crise; a educação e a sociedade; os meios da renovação da educação; o modelo: a cidade educativa, entre

outros caminhos e estratégias. Tais temas refletem as preocupações naquele momento histórico, vivido por vários países do mundo, inclusive, com a institucionalização escolar e a educação permanente, esta como uma grande possibilidade de “Aprender a Ser”, conforme o Relatório.

O livro de Silva (1979) dá dicas importantes para a compreensão do objeto desta tese, especialmente ao tratar do tema educação da cidade, ou seja, a cidade enquanto ambiente para a troca de saberes e a perspectiva da politização e desenvolvimento do indivíduo. Diz ele:

Nos tempos atuais a cidade perdeu, quase completamente, sua significação de ‘polis’, em benefício de uma estruturação tecnoburocrática. A Comissão tenta recuperar seu significado clássico de ‘comunidade política’. As instituições e estruturas têm seu valor na cidade, mas apenas como instrumentos e não como elementos constitutivos. (SILVA, 1979, p. 73).

Embora concordemos com este autor, ao se referir aos aspectos da comunidade política que enseja a cidade em seus primórdios, ele nos mostra, também, o contraponto e o caráter fundamental desta tese, que é a reafirmação de táticas aplicadas por indivíduos e coletividades na estruturação e institucionalização da educação numa cidade como Limeiro, na periodização entre 1934 e 1961.

Esses elementos se fazem presentes em algumas experiências, porque, na esteira das fontes bibliográficas levantadas nesta tese, em relação à cidade e à educação, encontra-se o livro de Paulo Freire (2001), intitulado, *A educação na cidade*. Este livro foi escrito a partir de entrevistas concedidas por Paulo Freire entre os primeiros meses em que assumiu a Secretaria de Educação Municipal de São Paulo e no início do segundo ano de sua administração. Paulo Freire assumiu o cargo no ano de 1989 na gestão de Luíza Erundina.

Durante o período citado, Freire foi entrevistado pelas revistas LEIA, Escola Nova, a italiana Terra Nueva e a Convergence, do *Internacional Conciul for AdultEducacion* (ICAE), do Canadá. Concedeu também, entrevista aos Jornais de Psicologia, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, e o da Fundoeeste, Fundação para o Desenvolvimento do Oeste do Paraná.

Além das entrevistas dadas a esses veículos de comunicação, Freire as concedeu também ao professor Moacir Gadotii, seu colaborador, à revista portuguesa Forma de Lisboa, Portugal - publicada no livro *Convite à Leitura*, de Paulo Freire -, ao Alberto

Torres, da Universidade da Califórnia, *Los Angeles* (UCLA), à Ana Maria Saul, da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), a qual foi designada por Paulo Freire a coordenar a reformulação do currículo das escolas, e, por fim, ao Sindicato dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais.

O livro está dividido em duas partes: Educar para liberdade numa metrópole contemporânea e Reflexões sobre a experiência com três educadores. Em linhas gerais, o autor fala sobre suas experiências vividas, sobretudo, como gestor, e aponta alguns problemas deixados pela gestão anterior; dentre eles está o grande número de escolas em condições deploráveis.

Pela leitura, percebemos, que, a pretensão de Freire (2001) era, antes de tudo, pensar em construir novas salas de aulas ou escolas, providenciar a restauração dessas escolas e fazer o possível para manter toda a rede cuidada, mas, ao mesmo tempo, trabalhar na reformulação do currículo, almejando mudar a “cara” das escolas. Ele ressalta ainda o compromisso da administração com os professores em relação à promoção, organização e execução dos programas de formação continuada.

Freire (2001) diz que, ao assumir uma Secretaria de Educação, o educador não escapa aos desafios dos déficits que em se encontra a educação no Brasil, e que esses, não estão somente no quantitativo, mas também no qualitativo, e o analfabetismo dos jovens e adultos está ligado a esses déficits. Há uma insuficiência de escola para atender às crianças em idade escolar, afirma Freire (2001), e há também a inadequação dos currículos. E que, a relação entre os déficits de quantidade e qualidade numa política educacional crítica devem ser entendidos como algo dinâmico, e não, compreendido como algo mecânico. Ou seja, essa relação deve se dar de forma dialética.

O autor diz ainda, que os critérios de avaliação do saber usados pelas escolas são “intelectualistas”, “formais” e “livrescos”, e que os mesmos favorecem as crianças das classes abastadas, enquanto as crianças das classes populares são prejudicadas por esses critérios. Pois, os saberes que as crianças das classes favorecidas trazem para escola são saberes que a escola considera como o “bom” e o “certo”.

Freire (2001) defende a escola democrática, local onde a pedagogia da pergunta seja praticada e onde o processo de ensino e aprendizagem se dê com “serenidade” e não de forma “sisuda”, onde os conteúdos trabalhados promovam “o pensar certo”, o pensar crítico. Nessa perspectiva, ressalta que, é o educador progressista coerente, que deve sempre trabalhar os conteúdos de forma crítica, associando-os à realidade.

O autor frisa ainda, o projeto pedagógico que pretendia realizar durante sua gestão,

em que pudesse viabilizar o modelo de escola almejado, que é uma escola pública popular, que mesmo rejeitando o elitismo, deve ter a preocupação de não prejudicar as crianças das classes favorecidas, uma escola pública popular, que fosse competente e tivesse respeito à maneira de ser dos seus alunos, sua cultura de classes, seus saberes e sua forma de se expressar. No entanto, ele ressaltava que, para a criação dessa escola, seria necessária à reformulação do currículo, tomando seu conceito de forma ampla.

A partir da leitura da obra, podemos citar alguns feitos realizados por Paulo Freire junto com sua equipe à frente da Secretaria de Educação Municipal de São Paulo. Entre as ações, destacam-se: a reforma das escolas sucateadas, a valorização dos professores, seja na promoção da formação continuada, aumento dos salários e a elaboração do primeiro esboço do Estatuto do Magistério, sendo este, um marco na história da educação municipal. Freire criou o Movimento de Alfabetização de Jovens de Adultos de São Paulo (Mova) e a implementação de um plano de reformulação do currículo.

Diante do exposto, podemos pensar que Paulo Freire programou um novo modelo educacional na cidade de São Paulo. Ele e sua equipe, com seus esforços em prol da educação do município, contribuíram para desenvolvimento e melhoria da educação daquela cidade. Logo, de todos os trabalhos elencados, o livro de Freire (2001) é um dos que mais se aproximam da possibilidade de interpretação na perspectiva da estratégia e tática, sinalizadas por Certeau (1998) e tomados aqui como norte para análise do cenário e espaço/temporal desta tese.

Por outro lado, os demais textos aqui elencados possibilitam uma visão panorâmica de como os autores pensam a cidade em suas múltiplas esferas, sejam elas econômicas, sociais, políticas, embora, como vimos, poucos têm se dedicado à relação estreita da cidade e à sociabilidade que tem impacto na educabilidade, como fez Medeiros Neta (2011), que trata a questão com bastante afinco, fazendo referência a uma pedagogia da cidade.

O estudo empírico da autora é numa cidade do interior do Rio Grande do Norte, Príncipe do século XIX. E, embora períodos e cenários sejam diferentes desta tese, o estudo serve de suporte teórico na construção das hipóteses aqui levantadas, no que se refere aos saberes da cidade, especialmente a pedagógica que se desenvolve a partir dos interesses dos munícipes.

A autora problematiza como a relação entre cidade e sociabilidade constituem a educabilidade, a partir de espaços, onde são veiculados os enunciados pedagógicos. Para a autora, existe uma pedagogia da cidade do Príncipe e existem, na cidade, múltiplas

pedagogias que servem para orientar e instruir os moradores sobre as diferentes formas de agir no cotidiano dentro dela, e a educabilidade se expressa nas orientações pedagógicas.

Nesse contexto, a autoria ressalta que a pedagogia da cidade e as orientações pedagógicas comportam, orientam e instruem os habitantes da cidade para que os saberes incorporados viabilizem a constituição de sociabilidades e educabilidades dentro cidade. Desse modo, acreditamos que tanto as educabilidades como as sociabilidades são expressão por meio das orientações pedagógicas.

Na construção da relação entre cidade e sociabilidade, parece que a educabilidade já é subsistente para construção dessa relação, pois, não há sociabilidade sem educabilidade. Há uma interação entre cidade, sociabilidade e educabilidade, e as orientações pedagógicas existentes na pedagogia da cidade viabilizam essa interação.

Segundo Medeiros Neta (2011), as cidades, suas sociabilidades e educabilidades podem ser visíveis a partir de fontes, tais como constituições, decretos, leis e posturas, e que estes instrumentos servem para regular os vínculos entre a cidade, e a vida em sociedade, e a própria estrutura do espaço urbano. E que há na cidade uma instrução socializadora, sendo esta investida de uma função pedagógica em que valores e modelos de condutas são moldados.

A intenção de pensar uma pedagogia da cidade transmuta-se na reflexão de como a cidade educa. Por isso, a pedagogia da cidade se expressa no estilo da vida urbano e no aprendizado da civilidade e do direito e cidade, bem como nas funções pedagógicas expressas em projetos urbanos e escolares, na relação entre o urbano/corpo cidadão e na hermenêutica urbana e em uma postura sensível frente ao urbano. (MEDEIROS NETA, 2011, p. 22).

A pedagogização da cidade deve ser pensada, a partir da reflexão do modo como a cidade educa, e a pedagogização deve ser construída levando em consideração o modo vivente dos habitantes da cidade, a forma como se organizam com o seus pares, a interação com o espaço urbano e a forma como o aprendizado de civilidade, desenvolvidos por meios de projetos urbanos e pelas instituições escolares se constituem para a construção do desenvolvimento das educabilidades e sociabilidades dos indivíduos cidadãos da cidade.

Para a autora, é possível pensar a cidade ao mesmo tempo como detentora e produtora de pedagogias para seus moradores, a partir do momento em que esta estabelece uma relação de proximidade entre ela e seus cidadãos. “A pedagogização também ocorre

na experiência urbana, uma vez que se criam as possibilidades novas de encontro, de comunicação, o confronto de condições de vida e (re) construções de consciência” (MEDEIROS NETA, 2011, p. 24).

Tais reflexões são fundamentais, porque, segundo a autora, pensar a cidade é pensar na relação entre cidade e cidadão e as práticas vivenciadas. E que as sociabilidades se dão em um conjunto de relações que são construídas pelos indivíduos, onde tais relações se estabelecem, como, a família, as escolas, as igrejas e outros espaços de convivência dos munícipes.

A autora ressalta que as sociabilidades na cidade do Príncipe ocorrem no conjunto de relações que são construídas pelos indivíduos e na forma como estas se estabelecem, sejam nas famílias, nas escolas, nas igrejas, nos mercados ou em outros espaços. Dessa forma, as sociabilidades no Príncipe são constituídas em meio a um elo existente entre as interações sociais do dia a dia e as relações ocorridas de forma momentânea.

Segundo Medeiros Neta (2011), há um passado nas cidades que estas não contam, mas está contido nas mesmas e o passado se expressa nos traçados das ruas, das casas, dos templos, das praças, das escolas e nos sentimentos dos seus moradores. Dessa forma, a autora acredita que a cidade pode ser lida por meio de sua disposição cartográfica, e também através dos agentes que produzem os espaços de sociabilidades, das segregações do sujeito, dos sentidos e outros temas, pois, múltiplos olhares podem ser direcionados para a cidade e suas histórias escritas em seu espaço e nas práticas dos seus moradores.

Ela diz ainda que “[...] a cidade é investida de uma orientação pedagógica expressa no *modus vivendi* nas ritualizações e nas instituições” (MEDEIROS NETA, 2011, p. 14). E essa ideia é fundamental para se compreender os processos pelos quais um indivíduo se educa, ou seja, o ambiente escolar é fundamental nesse processo, mas não é o único, em virtude das diferentes formas de convivência cotidiana, sobretudo, das ritualizações necessárias ao convívio social.

Medeiros Neta (2011) ressalta que a cidade educa por meio das suas orientações pedagógicas que são veiculadas nas suas instituições, através das leis e normas estabelecidas, que educam, instruem, orientam e moldam os modelos de conduta a serem seguidos por seus habitantes.

Para a autora, a partir de fontes como as constituições, leis, decretos e posturas, que servem para a regulação do vínculo entre cidade e a vida em sociedade, e a estrutura do espaço urbano, pode-se visibilizar a cidade, as sociabilidades e as educabilidades.

Nessa perspectiva, damos prosseguimento à busca de pesquisas relacionadas com os temas cidade-educação, e em especial, o município pedagógico, pois na pesquisa feita junto aos Grupos de Estudos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não tivemos êxito, ou seja, não encontramos nenhum grupo que tivesse o termo município pedagógico como objeto de pesquisa.

Desse modo, fizemos um levantamento de pesquisas com os referidos termos no site da CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, acessando a página <http://catalogosdeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>, na qual encontramos um número bastante significativo de dissertações e teses.

Nesse contexto, com o termo cidade-educação foram encontradas 88.758 pesquisas e, para o termo município pedagógico, foram 9.028. Diante desse quantitativo volumoso de trabalhos identificados, resolvemos procurar orientação técnica de um (a) bibliotecário (a) na biblioteca do Centro de Educação da Universidade de Federal de Pernambuco (UFPE).

Para tanto, ligamos para referida biblioteca no dia 25-09-2018 e explicamos a atendente o motivo da nossa ligação. Prontamente, a mesma nos forneceu um número para falar diretamente com a bibliotecária Amanda Carla Ganimó do Nascimento. Desse modo, entramos em contato com a referida bibliotecária e falamos sobre a pesquisa que havíamos feito no site da CAPES, a página acessada, bem como os termos e o quantitativo de pesquisas encontradas, e que, mediante o exposto, precisávamos de uma orientação técnica.

Desse modo, a bibliotecária marcou a orientação para o dia 28-09-2018 às 15hs, e pediu para enviar por e-mail o resumo da tese e os termos pesquisados. Então, no dia e horário marcados fomos à sala da Bibliotecária e com suas orientações, fizemos ali mesmo novas pesquisas. Nesse contexto, a bibliotecária Amanda Carla Ganimó, sugeriu que fosse feita uma busca no site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), acessando a página <http://bdtd.ibict.br>, com os termos acima citados. Nesta busca, encontramos para o termo cidade-educação o quantitativo de 8.672 trabalhos e, para município pedagógico, 2.994.

Frente às orientações, fizemos uma leitura dos resumos de alguns trabalhos, em média foram lidas 35 pesquisas, onde constatamos que só duas tinham alguma relação com os termos pesquisados. E, apesar de encontrarmos um quantitativo de trabalhos menores do que a pesquisa que já havíamos feito, anteriormente, as orientações técnicas da bibliotecária, o número de trabalhos ainda era muito significativo.

Diante do fato, perguntamos à bibliotecária Amanda Carla Ganimó, como poderíamos reduzir esse quantitativo para poder encontrarmos pesquisas que tivessem maior proximidade com os termos utilizados na busca e que tivessem alguma relação com a tese em construção. Então a mesma sugeriu que colocássemos os termos entre aspas, e explicando que, para encontrarmos trabalhos focados em algum termo específico, os termos teriam que ficar entre aspas.

Nesse contexto, colocamos entre aspas os termos, cidade-educação e município pedagógico, acessando a página <http://bdtd.ibict.br>, e, nessa busca, para o termo cidade-educação encontramos 20 pesquisas e para o termo município pedagógico foram encontradas 2 pesquisas. Todavia, ao identificarmos o número muito baixo de trabalhos encontrados com termo município pedagógico, resolvemos fazer ainda, uma busca desse termo com as aspas, acessando a página <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses> na qual encontramos 5 trabalhos.

No entanto, dos 5 trabalhos encontrados com o termo município pedagógico, havia 2 que já tinham sido identificados na página da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Desse modo, o número de pesquisas encontradas com o termo município pedagógico nas duas páginas, totalizando 7 pesquisas, passam a ter um total de 5 pesquisas. Dentre essas 5 pesquisas encontradas com o termo município pedagógico, identificamos 2 Dissertações e 3 Teses. Já com o termo cidade-educação, das 20 pesquisas encontradas, identificamos entre elas 6 Teses e 14 Dissertações.

Após o término da pesquisa, a bibliotecária perguntou se gostaríamos de fazer mais alguma busca referente a esses termos, no entanto, diante dos achados, e a partir da sua orientação técnica, mencionamos que já daria para fazermos um levantamento do estado da arte dessas pesquisas e identificarmos alguma relação com a tese em construção. Dessa forma, agradecemos sua disponibilidade e nos despedimos.

Nessa perspectiva, em relação às dissertações e teses encontradas na pesquisa feita com a bibliotecária do Centro de Educação, Amanda Ganimó do Nascimento, fizemos uma leitura dos seus resumos, e em seguida, selecionamos os trabalhos que, de alguma forma, tratavam de questões relacionadas com os termos pesquisados, e sobretudo os que, de alguma maneira, abordassem temáticas próximas à da tese em questão. Dessa forma, dos trabalhos selecionados, fizemos um breve esboço. No quadro a seguir apresentamos as dissertações e teses selecionadas.

Quadro 1 –Distribuição das Dissertações e Teses selecionadas

TÍTULOS	NATUREZA	INST	ANO	AUTOR
Políticas Educacionais X Qualidade de Educação: avaliação, limites e desafios da Educação Brasileira a partir da segunda metade do século XX.	Tese	UFU	2010	Harley de Araújo
Organização da Instrução Pública em Uberaba-MG no contexto da República Velha (1895-1917).	Dissertação	UFU	2017	Bruno Bernardes Carvalho
Município, Tradição e Modernidade: a instrução primária e os limites do projeto hegemônico republicano em Minas Gerais (1892-1907).	Dissertação	UFV	2014	Licínio de Souza Silva Filho
Juventude, Cidade e Educação: a experiência do ginásio de mineiro em Belo Horizonte (1898-1914).	Dissertação	UFMG	2004	Natércia Micheletti Viana
As Origens do município pedagógico no Brasil e em Portugal: um estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra.	Tese	UNICAMP	2010	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Para além dos Murros da Escola: caminhos para a compreensão da educação na cidade.	Dissertação	UFRJ	2013	Marcus Vinícius Gomes

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

Nesse contexto, a tese intitulada Políticas Educacionais X Qualidade de Educação: avaliação, limites e desafios da Educação brasileira a partir da segunda metade do século XX, Araújo (2010), problematiza a questão da qualidade da educação, fazendo uma reflexão sobre o processo de implementação de políticas educacionais, sobretudo, as que estão relacionadas com formação de professores, valorização do magistério, lutas políticas e ideologias.

O autor faz um levantamento sobre políticas educacionais e as transformações ocorridas no setor, no período da Primeira República, enfatizando a década de 1930 em diante, para refletir sobre as relações, conflitos e interesses que permeavam os sucessivos governantes. Araújo (2010) faz ainda uma discussão sobre como se deu o processo de organização dos professores, assim como uma análise dos documentos “Educação para Todos” e “Avaliação Técnica do Plano Nacional de Educação”, com o objetivo de compreender a visão das pessoas que estão diretamente envolvidas na elaboração dos documentos em relação à educação e como essas entendem os avanços e declínio no setor educacional.

A dissertação *Município, Tradição e Modernidade: instrução primária e os limites do projeto republicano em Minas Gerais (1892-1907)* desenvolvida por Silva Filho (2014), buscou demonstrar de que maneira o processo de descentralização política desencadeado com o advento da República no Brasil, impactou nas relações políticas em Minas Gerais. O autor, tomando como referencial o Município Pitangui, analisou como se organizava a instrução pública do referido município, a partir da descentralização política que foi legitimada por Constituição Estadual.

Todavia, em consulta aos acervos documentais existentes no Instituto Histórico e na Câmara Municipal do município acima citado, o autor identificou evidências de diversas iniciativas municipais nas primeiras décadas da República, objetivando a gerência da instrução pública de forma autônoma ou em parceria com o Estado. Nessa perspectiva, o autor configurou o que Gonçalves Neto (2006) define como “Município Pedagógico”.

O autor diz ainda que, em iniciativas governamentais, com o intuito de organizar a instrução pública em Minas Gerais, o Estado procurou transferir parte de suas responsabilidades com a instrução pública para os municípios. E, em análise das mensagens enviadas pelos Presidentes do Estado ao Congresso Legislativo Mineiro no ano de 1892, identificaram-se manifestações em defesa da colaboração parcial dos municípios na reorganização da instrução pública.

Esses aspectos também foram identificados nos estudos de Magalhães (2010) para quem os municípios retomaram a responsabilidade do ensino no século XX, vencendo a inércia do governo federal a partir da Constituição da República de 1891. O autor adverte que, enquanto estratégia, os republicanos assumiram a responsabilidade da popularização da instrução, estimulados, é claro, por uma necessidade de aquisição de poder.

Na Dissertação *Juventude, cidade e educação: a experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914)*, Viana (2004), estudou a relação da cidade na formação da juventude e o impacto da urbanização na constituição da escola enquanto instituição que possibilita a composição do espaço urbano. A sua pesquisa toma como cenário a cidade de Belo Horizonte, cujo objeto empírico é o Ginásio Mineiro entre 1898 e 1914.

Segundo a autora, inicialmente, a problemática do estudo seria pesquisar sobre a cidade de Belo Horizonte, procurando compreender, em linhas gerais, como se constituiu o imaginário urbano nas suas décadas iniciais, a partir do ano da sua fundação em 1897. No entanto, nas suas pesquisas foram encontradas referências que faziam alusão à

necessidade de formação da população que iria habitar a nova cidade, que viria a ser a nova capital de Minas Gerais.

A autora frisa que, no início da construção de Belo Horizonte, os membros da comissão construtora e as elites políticas já faziam referência à necessidade de se dotar a nova cidade na construção de novos cidadãos para atuarem em seu cotidiano.

Nessa perspectiva, a autora levanta alguns questionamentos tais como: como esses cidadãos seriam formados? Seria a escola um dos lugares dessa formação? As escolas que se organizaram na nova capital, naquela época, estavam imbuídas das ideias norteadoras da formação da cidade? (VIANA, 2004, p. 11).

Nesse contexto, a partir desses questionamentos levantados, a autora elabora um projeto de Mestrado, que tem como objetivo fazer uma discussão acerca da relação entre a educação e a constituição da cidade acima citada. Dessa forma, a mesma passa a desenvolver uma investigação sobre a cidade de Belo Horizonte e o Ginásio Mineiro, no final do século XIX e início do século XX. A escolha do Ginásio Mineiro se deu ao fato de que este foi transferido de Ouro Preto para Belo Horizonte, no ano 1898, ou seja, para a nova capital.

Carvalho (2017), na sua dissertação intitulada: Organização da Instrução Pública em Uberaba-MG, no contexto da República Velha (1895-1917), o autor buscou compreender, a partir do entendimento das características do município mineiro, como se deu a organização da sua instrução pública no início do período republicano, e de que maneira o município de Uberaba contribuiu para o processo de organização da instrução pública local.

Desse modo, o autor, refletindo acerca dos conteúdos encontrados nas Atas da Câmara Municipal, nos livros de Registros que foram produzido pelo poder público e os Relatórios de Inspeção de Ensino, chega à conclusão do envolvimento efetivo do município no que concerne às questões educacionais locais, bem como ao reconhecimento de sua atuação e responsabilidade no desenvolvimento e organização da instrução pública local, nos primeiros anos do advento da República.

A tese intitulada: As Origens do município pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra, Carvalho (2010) teve o intuito de mostrar as iniciativas das Câmaras municipais dos referidos municípios, ou seja, Uberabinha em Minas, atualmente Uberlândia, e Mafra em Portugal. Na pesquisa, a autora procurou entender as ações dos poderes legislativos dos referidos municípios no campo educacional, buscando salientar como as políticas municipais, que para ela

ocorreram de certa forma, ao mesmo tempo em Uberabinha e Mafra e, simultaneamente, tomadas pelo poder central do Brasil e de Portugal.

A pesquisadora definiu para estudo o município de Uberabinha, o marco temporal inicial de 1888, justificando que, neste período, ocorreu a emancipação política de Uberabinha, algo que ocasionou na organização das instituições políticas específicas do município, dentre elas, a Câmara Municipal. E o ano de 1928, como final, pelo fato de ter sido aprovado um conjunto de leis por meio da Reforma Francisco Campos, relacionadas à educação Mineira, em 1927-1928. E, no caso do município de Mafra, a mesma definiu como marco temporal inicial, também o ano de 1888, argumentando que a escolha se deu, ainda que a origem da Câmara Municipal de Mafra seja de período anterior à referida data, a discussão sobre educação era notória no município. E final, a escolha foi o ano de 1927. Aqui, a autora não justifica especificamente a escolha.

Desse modo, Carvalho (2010) ainda justifica que o recorte escolhido (1888-1927), se deu ao fato de terem ocorrido mudanças de regimes governamentais no Brasil e em Portugal, passando de Monarquia para República, como também no debate acerca da expansão do ensino público municipal.

Por outro lado, Gomes (2013), na sua dissertação que tem como título: Para além dos Muros da Escola: caminhos para a compreensão da educação na cidade faz uma análise sobre a dialogicidade da cidade-educação. O autor, avaliando a dinâmica educacional da atualidade, percebe o papel de protagonista da cidade, no momento em que seu espaço passa a ser palco para o desenvolvimento de múltiplas práticas educativas, sendo estas formais ou informais, bem como formuladoras de políticas educacionais.

No intuito de estruturar seu trabalho de pesquisa, procurando entender os caminhos da educação na cidade, o autor divide a pesquisa em 4 temas: 1- o lugar da escola na cidade; 2- a educação para além dos muros da escola; 4-a pedagogia urbana e o 4- a cidade que educa.

Desse modo, a partir do tema cidade que educa, inicia a sua pesquisa na perspectiva de compreender o seu objeto de estudo, fazendo uma análise de elementos que possam servir de instrumentos orientadores à compreensão da concepção do “Programa Bairro Escola implementado no município de Nova Iguaçu-RJ”, assim como possibilitar uma revelação da “peça-chave” que possa levar a se compreender a educação na cidade e o espaço que ela ocupa. Entretanto, apesar do autor fazer referência à cidade-educação, o mesmo, frisa que, seu objeto de pesquisa em questão, não se refere às “cidades educadoras”, e sim, à concepção de Bairro Escola.

Considerando esse breve levantamento do tema, há de se ter em mente que, os marcos temporais são fundamentais para o levantamento documental num determinado cenário da investigação, mas que não devem ser rígidos, pois os eventos educativos, como todas as ações humanas, sempre têm precedentes, o que deixa uma certa flexibilidade para a compreensão de tempo, de espaço e, conseqüentemente, de objeto, como assinala Gomes (2013). De qualquer modo, é num cenário determinado onde as ações humanas se desenvolvem, por isso, a importância de um breve olhar sobre o ambiente desta investigação, tendo Limoeiro, como o *locus* privilegiado para as reflexões deste estudo.

3.1 CHEGANDO A LIMOEIRO

Nesta seção, traçamos um breve percurso sobre o município de Limoeiro para conhecermos um pouco da sua história, seu desenvolvimento econômico, político e cultural e a contribuição desses fatores para o seu desenvolvimento educacional, de acordo com os objetivos desta pesquisa. Não é exagero lembrar que Limoeiro tem um significado especial na nossa própria história educacional, pois, foi nesse município onde aprendemos as Primeiras Letras.

A partir do levantamento bibliográfico na composição desta tese, há de se considerar que esse município foi de grande importância para a região, uma vez que concentrava um número expressivo de instituições escolares na periodização definida neste estudo, como poderemos verificar mais adiante.

Limoeiro, a Princesa do Capibaribe, está a 77 km do Marco Zero, em Recife. Segundo Vilaça (1971), o aposto Princesa do Capibaribe, foi dado pela Rádio Difusora, antiga rádio limoeirense, e, que este foi bem apropriado, pois, a cidade de Limoeiro é a mais importante das cidades que são banhadas pelo “rio das capivaras”, ou seja, o rio Capibaribe. “Êste Capibaribe que hoje vemos de margens mais largas e leito ressequido, já foi perene. [...] O Pe. Ponciano Coelho chegou aos limoeiros aqui nascentes no século XVII, de canoa. Quando não era em lombo de animal, era pelo rio que êle vinha” (VILAÇA, 1971, p.171).

Segundo ainda o autor, as margens mais estreitas do rio Capibaribe, tinham enormes árvores que as protegiam. E que o mesmo banha as cidades de Toritama, Salgadinho, Limoeiro, Paudalho, São Lourenço da Mata e Recife. E nos tempos de inverno rigorosos, o rio Capibaribe mostrava força nas suas cabeceiras ou ao longo do seu fluxo. Desse modo, o autor frisa que em 1832 teve a primeira grande cheia, e que em

1924 e 1966 as duas que ocorreram ainda são recordadas.

Nesse contexto, para ter acesso ao município, partindo do Marco Zero da capital, Recife, há duas possibilidades: 1) fazendo o percurso inicialmente pela Av. Caxangá, passando pela cidade de Camaragibe, São Lourenço da Mata, passando pelas cidades de Paudalho, Carpina, Lagoa do Carro; e 2); a outra possibilidade é fazer o percurso pela BR-232, passando pelas cidades do Moreno, Vitória de Santo Antão, Glória do Goitá e Feira Nova. Indo por qualquer um desses caminhos, chega-se à Rodoviária, localizada na Avenida, Jerônimo Heráclio, onde se encontra o prédio do Ginásio de Limoeiro, hoje, a Gerência Regional de Educação, conforme imagem abaixo.

Imagem 1 – Município de Limoeiro, Avenida Jerônimo Heráclio, e o Ginásio de Limoeiro, 1946



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Elias Vieira de Melo.

A seta indica o prédio do Ginásio de Limoeiro. E esta fonte foi adquirida no mês de agosto de 2017, na ocasião em que fomos ao shopping de Limoeiro, na ótica de Joselma Maria Silva Leal, ex-aluna do Colégio Regina Coeli, na década de 1980, falarmos sobre um conjunto de materiais do Regina Coeli. Durante a nossa conversa, comentamos que precisávamos também de fotografias, em especial, do Ginásio de Limoeiro, então, a mesma falou que seu amigo Elias Vieira de Melo, que também tem um comércio no local, teria várias fotografias antigas do município.

Ao chegar ao local indicado, o senhor Elias, gentilmente, mostrou várias fotografias da cidade, inclusive a que serve de referência para caracterizar, a avenida principal, onde está o Ginásio de Limoeiro, e também a do referido Ginásio na década de 1950.

Na imagem acima, podemos observar parte da cidade, e em especial, a Avenida Jerônimo Heráclio, uma das mais importantes do município, onde foi construído o prédio do Ginásio de Limoeiro, a estação ferroviária, a qual foi demolida. Atualmente, funciona no local o terminal rodoviário. Podemos observar também, logo no início da referida Avenida, acima, no lado esquerdo da foto, o prédio do Ginásio de Limoeiro.

No prédio, segundo o jornal Gazeta de Limoeiro de 1937, existia uma secretaria, um salão espaçoso para estudo, medindo 100 metros quadrados, salão de jogos, salas de aula apropriadas para desenvolvimento das atividades pedagógicas. Nestas, havia bancas individuais, e que as salas tinham ventilação e luminosidade naturais. No prédio, havia ainda sala de visita, sala da diretoria, biblioteca, gabinetes de física, química, história natural, um refeitório, ambiente com condições dignas para os alunos se alimentarem, tal e qual um dormitório. Existia também uma enfermaria, a qual os alunos, quando acometidos por doenças corriqueiras, ficavam sob os cuidados do médico Ramos Bezerra, que morava no Ginásio. Além dos espaços citados, segundo a fonte, havia uma área externa apropriada para as aulas de Educação Física, quando não usada pelos meninos durante o recreio.

Imagem 2 – Prédio do Ginásio de Limoeiro, 1952



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Elias Vieira de Melo

Essa fonte serve de ilustração para dar uma ideia mais geral da arquitetura moderna do principal objeto de inspiração desta tese, juntamente com o marco temporal ambientado no município de Limoeiro. Trata-se, portanto, da edificação do Ginásio de Limoeiro em 1952.

Nesse contexto, segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, (CONDEPE/FIDEM) (2006), o território ocupado pelo município de Limoeiro era uma sesmária, onde havia um aldeamento de índios. E, para catequizá-los, ficou responsável o missionário Pe. Ponciano nos anos de 1730 a 1740. Há quinze quilômetros do aldeamento, existia um lugar chamado Poço Pau, onde morava um português, cujo nome era Alexandre de Moura, um religioso devoto de Nossa Senhora da Apresentação.

Esse religioso mandou construir uma capela para a realização de missas e festas para que as pessoas louvassem a Santa. Esses eventos devocionais atraíram pessoas de diversas regiões e muitas delas resolveram residir no lugar, contribuindo, assim, para o crescimento do lugarejo, contrariando o desejo do Pe. Ponciano que queria povoar o pé da serra, onde estava localizado o aldeamento, que ficava às margens do rio Capibaribe, onde havia muitos pés de limão. Devido a este fato, à cidade foi dado o nome de Limoeiro.

Diante do fato ocorrido, e para concretizar seu sonho, o Pe. fez desaparecer da capela de Poço de Pau a imagem da Santa e a colocou debaixo de um pé de limoeiro e depois devolveria a imagem à capela de Poço de Pau. Por várias vezes, a imagem foi retirada da capela e colocada debaixo de um pé de limão. Desse modo, esse feito deixou as pessoas impressionadas. Então, o Pe., com intuito de alcançar seus objetivos, convenceu as pessoas de que o ocorrido era bem significativo e que fosse visto como uma revelação de que a Santa queria que ali fosse erguida uma igreja para ser colocada a sua imagem.

Desse modo, as pessoas acreditando no discurso do missionário, ajudaram a construir a igreja, e a divulgação do milagre atraiu muitas pessoas que passaram a residir no local. Foi dessa maneira que o povoado de Limoeiro de Nossa Senhora da Apresentação foi fundado e, posteriormente, passou a ser apenas Limoeiro.

E, segundo a Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco (FIDEPE) (1980), em 1730 e 1740, o Pe. Ponciano era o responsável pela catequização dos índios, no entanto, anteriormente a ele, no ano de 1711, o aldeamento era dirigido

pelos sacerdotes Manuel dos Santos e João Duarte do Sacramento e a estes é atribuída, pela História Eclesiástica de Pernambuco, a fundação do aldeamento.

Entre os principais trabalhos do Pe. Ponciano, está a reforma da igreja, que de palha, passa a ter parede de taipa e cobertura de telha. Devido a sua devoção a Nossa Senhora da Apresentação, o Pe. Ponciano a torna padroeira da paróquia. E, posteriormente, passa a ser a padroeira da cidade de Limoeiro.

No aldeamento, havia muitas casas de índios, mas faltava espaço para lavoura. Mediante a este fato, o Pe. Ponciano pede ao governador da capitania uma data de terra de uma légua em quadro, conforme as ordens régias, para que os índios pudessem plantar. E em 1751, o governador atende sua solicitação por meia da carta de sesmaria.

No período do Aldeamento, os limites do município eram praticamente inexistentes. Havia muita mata a ser explorada. Só depois de muitos anos foi fixado um território, este, medindo 4.500 km². Mas, devido às passagens sucessivas a categorias de distrito, vila, cidade, esta extensão foi alterada. No ano de 1964, o município media 204 km², atualmente, possui uma área de 277,54 km².

Em 16 de Junho de 1786, por meio da Carta Régia, Limoeiro tornou-se Distrito (o nome da santa é retirado do nome do Distrito), depois de 26 anos passou a ser Vila. E, mediante a Lei Municipal nº 2 de 19 de dezembro de 1892, torna-se cidade e, em 06 de abril de 1893, município autônomo, data em que é comemorada a sua emancipação política.

Limoeiro é um dos municípios que integram a Região de Desenvolvimento do Agreste Setentrional do Estado de Pernambuco. Faz limite com os municípios da Zona da Mata de Pernambuco: ao leste, Carpina, Lagoa do Carro e Buenos Aires; ao Norte, Vicência e os municípios da Região do Agreste; a oeste, Salgadinho, João Alfredo e Belo Jardim; e ao sul, Passira e Feira Nova. Os Distritos de Sede e Urucuba e os povoados de Gameleira, Mendes e Lagoa Comprida fazem parte da formação do município que está localizado a 77 km do Marco Zero, no Recife.

Entre os anos de 1970 e início de 1990 sua população decresceu de 57.278 para 54.860 habitantes. No censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no município de Limoeiro a população era 55, 439 habitantes. Aumento insignificativo da população entre 1990 e 2010.

Segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE\FIDEM) (2006) a rede hidrográfica natural do município está inserida em duas bacias: a Bacia do Rio Goiana e a Bacia do Rio Capibaribe. A primeira é constituída

de uma área de aproximadamente 286.300 ha, sendo que 77% estão inseridos na região chamada de Litoral Norte, e os 23% restantes estão localizados na região do Agreste.

Ela é composta por três sub-bacias: a do Rio Tracunhaém, a do Rio Capibaribe-Mirim e do Rio Goiana. É na sub-bacia do rio Tracunhaém que a porção norte de Limoeiro está inserida, ocupando 43% da área do rio Goiana, a sub-bacia de Tracunhaém estende-se até o município de Orobó, onde nasce o Rio Tracunhaém. É um município que possui um lençol freático bastante significativo, o que possibilita a produção e fornecimento de alimentos para vários municípios vizinhos.

Imagem 3 – Mapa do Estado de Pernambuco e o Município de Limoeiro



Fonte: <https://images.app.goo.gl/B6cEVxRus7YThaA>

O município de Limoeiro é cortado pelo rio Tracunhaém na direção leste-oeste, e seus principais contribuintes dentro do território limoeirense são o Rio Orobó, na margem norte, e os Riachos Gabioé e Meu Refúgio, na margem sul. A bacia hidrográfica do Rio Goiana/Tracunhaém, no município de Limoeiro, mede 132,36 km², correspondendo à sua porção norte.

A bacia do Rio Capibaribe ocupa uma área de 13.761,36 ha, compondo a rede hidrográfica da porção sul do município. Em Limoeiro, os principais cursos d'água são o Rio Capibaribe e o Rio Catunguba e seus principais contribuintes são, respectivamente,

os Riachos Mangueira, Riacho do Jucá, Riacho da Serra, Riacho Montado, Riacho da Praça, Riacho das Areias e Riacho Maria.

Em relação ao setor econômico do município, Vilaça (1971) enfatiza que Limoeiro, em 1850, já se destacava por sua importância no setor econômico, algo que despertava interesses nos que queriam “explorar suas riquezas naturais, transportando-as do centro de produção para o de consumo” (VILAÇA, 1971, p.18). E o primeiro interessado na exploração dos recursos naturais do município foi o Visconde de Camaragibe, que, para tanto, solicita a construção e exploração de uma estrada de ferro de Recife a Limoeiro, a qual seria a primeira do Nordeste.

No entanto, tendo o mesmo propósito, o Barão do Livramento, que, mediante providencial 853 de 5 de junho de 1863 é que consegue autorização” para construir uma estrada de ferro que, passando por caxangá, São Lorenzo da Mata, Paudalho e Tracunháem, (com ramais em Nazaré e Vitoria), ligasse o Recife ao Limoeiro” (VILAÇA, 1971, p. 18). Todavia, o Barão da Soledade, entra nessa disputa e consegue, por meio do Decreto 5.704 de 5 de agosto de 1874, o direito de construir a estrada.

O autor frisa que muitas pessoas estavam interessadas na construção da estrada que ligaria Recife e Limoeiro, pois, a Vila era muito próspera e produtiva e a referida estrada cortaria ricas regiões que possuíam muitos engenhos, estas, produziam cereais e açúcar. E também, em Limoeiro, havia um quantitativo de 13 engenhos e 14 fazendas de criação de gado. Como podemos perceber, com a estrada de ferro, as riquezas naturais das regiões por onde a estrada cortaria, e as do município de Limoeiro, seriam exploradas e, posteriormente, seus produtos seriam escoados para o Recife para serem comercializados.

Segundo ainda o autor, no período da concessão concedida ao Barão da Soledade, na Inglaterra, estava se organizando a Great Western, que pretendia operar em solo Brasileiro. E que, o Barão da Soledade, acordado com a empresa inglesa, transfere para mesma o seu direito adquirido por meio do Decreto acima mencionado. A transferência foi permitida por Decreto imperial, que, além do direito de construção da estrada de ferro, ainda concedeu o direito de sua exploração por 90 anos.

Nesse contexto, a construção da estrada de ferro teve início no ano de 1879, após dois anos e meio chega a 38 km de Limoeiro, ou seja, em Paudalho. Somente no ano de 1885 chega a Limoeiro. “O material rodante compor-se-ia de dez locomotivas, vinte carros de 1ª classe, cinquenta de 2ª e duzentos vagões para carga” (VILAÇA, 1971, p. 124).

Segundo o autor, a estrada de ferro era bem administrada pela Great Western, prestando serviços de qualidade. No entanto, quando a mesma passa a ser administrada pelo Governo, perde-se a qualidade dos serviços prestados. E, que, a partir do ano de 1967, não circulou mais nenhum trem entre o Recife e Limoeiro.

Imagem 4- Parte da locomotiva a vapor, Maria Fumaça do século X X



Fonte: Lidiane Souza, (2019).

Na imagem, podemos perceber parte de uma locomotiva a vapor, popularmente chamada de Maria Fumaça, fotografada, no dia 20 de julho de 2019, em visita ao Museu do Homem do Nordeste, da Fundação Joaquim Nabuco. A locomotiva faz parte do acervo do museu, estando exposta na parte exterior do mesmo. Esse modelo de locomotiva, considerando as afirmações de Vilaça (1971), acerca da Maria Fumaça, a qual trazia os limoeirenses a Recife, está bem próximo do qual circulava entre os municípios em questão. Algo que poderemos observar posteriormente na imagem do trem em Limoeiro.

Com a estrada de ferro e a estação de Limoeiro, imagem abaixo, os moradores do município passaram a ter acesso mais facilmente ao Recife, além do escoamento de mercadorias, como por exemplo, o algodão, que, segundo Vilaça (1971), era o “ouro de Limoeiro”, o qual era enviado, pelas usinas de beneficiamento existentes em Limoeiro, para o pôrto de Recife. A construção da estrada de ferro, além possibilitar o escoamento de mercadorias para a capital pernambucana, viabilizou o acesso da população mais pobre de Limoeiro aos bens e serviços da mesma.

Há de supor, que meninos e meninas dos municípios de Paudálio e Carpina, também passaram a ir de trem para Limoeiro, uma vez que o município era o que mais se apresentava desenvolvido na região, inclusive, com um número significativo de instituições escolares públicas. Segundo o jornal Folha da Manhã de 08 de maio de 1949, havia no município de Limoeiro oitenta e duas escolas municipais, dezenove escolas estaduais, assim como seis Grupos escolares, sendo dez da rede estadual e quatro da rede municipal. Além disso, em se tratando da rede particular de ensino, ainda havia o Ginásio de Limoeiro e o Colégio Regina Coeli, escolas secundárias, uma para meninos e outra para meninas, respectivamente.

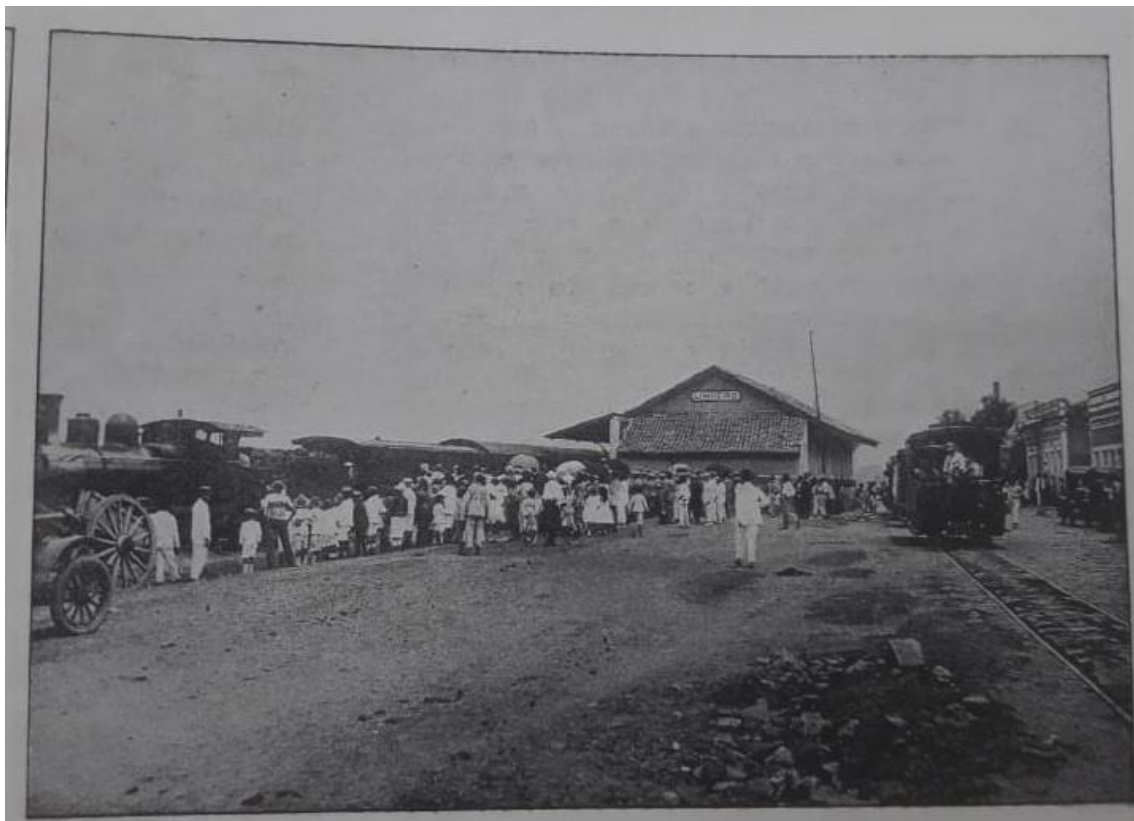
Imagem 5 - Estação Ferroviária de Limoeiro, década de 1940



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Elias Vieira de Melo

Como podemos perceber, no primeiro plano, está a Estação de Limoeiro na década de 1940, provavelmente de grande importância social e econômica não só para o município em questão, mas, também para a circunvizinhança. A estação era utilizada também por habitantes de municípios circunvizinhos para o acesso ao Recife por meio do trem. O trem que vinha de Recife tinha seu ponto terminal na Estação de Limoeiro, esse ponto era chamado de Ramal de Limoeiro, posteriormente denominado de Ramal Bom Jardim, sendo este extinto no ano de 1968.

Imagem 6 – Chegada do trem na Estação de Limoeiro em 1925



Fonte: Revista de Pernambuco, ano 2, n. 12, p. 49, 1925.

Após muitas buscas por um trem que tivesse circulado na Estação de Limoeiro, encontramos essa fotografia na Revista de Pernambuco, edição de 1925. No trem, que está parado na estação, podemos observar no lado esquerdo da imagem, vários passageiros, entre os quais, segundo a fonte, a equipe do Santa Cruz Futebol Clube. Esse clube, com sede na capital pernambucana, foi fundado em 3 de fevereiro de 1914, e a equipe esteve em Limoeiro para a realização de um jogo amistoso com o extinto Limoeirense, criado em 1918, no Colombo Sport Club.

Em se tratando da locomoção dos limoeirenses dentro município, os mesmos utilizavam como transporte coletivo, já na década de 1920, como podemos observar também na imagem acima, os bondes de tração animal. Inclusive, como podemos também perceber na imagem que se segue, do ano de 1951, os mesmos eram utilizados também por estudantes. Na imagem seguinte é possível evidenciarmos, ainda, a presença de meninas com o fardamentos semelhantes os das alunas do Colégio Regina Coeli.

Imagem 7 - Bonde de tração animal, em Limoeiro no ano de 1951



Fonte: <http://pt.m.wikipedia.org>

Outros aspectos relevantes da estrutura do referido município, também é registrado nos estudos realizados pela CONDEPE/FIDEM (2006), segundo o qual, até a década de 1970, Limoeiro tem como setores de atividades econômicas formais a indústria de transformação, que gera 650 empregos, em 73 estabelecimentos; o comércio, com 814 ocupações, em 231 estabelecimentos; serviços, com 539 empregos, em 91 estabelecimentos; a administração pública, que ocupa 946 pessoas em 5 estabelecimentos; a agropecuária, extração de vegetais, caça e pesca, com 172 empregados em 47 estabelecimentos; e construção civil, com 16 trabalhadores, em 2 estabelecimentos.

Nesse contexto, segundo a Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco (FIDEPE, 1980), em Limoeiro, a principal atividade econômica na década de 1970 era a criação de gado, especialmente, na região sul. Sendo esta, em sua maioria, para pecuária de corte e, de menor proporção, para a produção leiteira. Além desta, há também atividades de avicultura e a apicultura, atividade agrícola, canavieira e a exploração fruticultura.

Enquanto nas atividades industriais, as unidades fabris existentes no município eram compostas por micro e médias empresas. Tais como: cerâmicas, beneficiamento de algodão, óleo vegetal, calçados, vestuários, produtos alimentares, minerais não metálicos e metalurgia, material de transportes, madeira e mobiliário, bebidas, editorial e gráfica.

Já na área de comércio, Limoeiro se destaca, como sendo o mais importante município do Agreste Setentrional. No município existe uma ampla rede varejista e

atacadista. Em relação à prestação de serviços, os habitantes da cidade contam com uma relativa infraestrutura por meio de diversos segmentos.

Ainda, segundo a FIDEPE (1980), no setor de produção artístico-cultural, na área de produção literária sobre a cidade destacam-se os autores Arquimedes de Melo Neto e Antônio Vilaça; Arquimedes com o livro intitulado Aspectos da Influência Portuguesa em Limoeiro, e Vilaça com as obras: Meu limão, meu limoeiro; Histórias que limoeiro conta; A sombra de dois pinheiros e Livros de memórias.

Já a literatura oral é representada pelos mamulengos e os cantadores de viola. E, as danças folclóricas mais conhecidas no município são a ciranda, o coco, o bumba-meu-boi e o pastoril. A cultura local é também representada pelas agremiações carnavalescas, tais como: o Clube dos Motoristas de Limoeiro, os Caboclinhos, o Urso Buruná, a Escola de Samba Molambo da Vida, a Escola de Samba Couro Gado, o Morto Carregando o Vivo.

Além dessas manifestações, Limoeiro conserva ainda diversas bandas, corais e conjuntos, sendo estes: Banda Musical Independência, Banda Musical 25 de Setembro, os Corais da Escola Regina Coeli e do Colégio Estadual de Limoeiro. E também, há em Limoeiro as vaquejadas, que é o esporte folclórico mais típico da área e são realizadas de setembro a janeiro. Vale também ressaltar o artesanato local, o bordado e a talha de madeira são os destaques dessa atividade manual, ambos são bem divulgados no município.

Em relação às manifestações religiosas, os limoeirenses da religião católica comemoram os seus eventos por meio de romarias, procissões e novenários. Dentre eles, estão: Festa de Nossa Senhora da Apresentação, Romaria do Cristo Redentor, Procissão de São Sebastião, Procissão Bom Jesus dos Passos, Procissão do Senhor Morto, Procissão de São Sebastião e Novenário a Santo Antônio. Embora predomine a existência de católicos na cidade, há também um quantitativo significativo de umbandistas, no entanto, o documento acima citado não faz referência a manifestações provenientes da religião umbanda.

Imagem 8- Carreata em Procissão de São Sebastião na Rua da Matriz, década de 1940



Fonte: Arquivo pessoal do Sr.Elias Vieira de Melo

A imagem é mais uma de tantas, gentilmente cedidas pelo senhor Elias Vieira de Melo. Esta imagem mostra motoristas em carreata na Rua da Matriz, a antiga Rua do Meio, uma das principais de Limoeiro, na procissão de São Cristóvão, uma das manifestações religiosas do município acima citada.

Como podemos observar, este capítulo tentou apresentar alguns aspectos econômicos, religiosos, geográficos, políticos e educacionais no que concerne às cidades, sobretudo de Limoeiro, que inter cruzam o processo de escolarização do município. O objetivo foi mostrar, de maneira descritiva, a estrutura que marcou o referido município desde seu status de vila, para se ter uma ideia geral do porquê de ser, Limoeiro, o município mais desenvolvido da região.

No próximo capítulo serão apresentadas as estratégias e as táticas desenvolvidas por diferentes personalidades em prol da educação limoeirense, bem como sua pedagogia, ainda que, de forma bastante superficial, pela própria natureza deste estudo, que levanta documentação referente à estrutura geral empreendida pelos poderes públicos, Prefeitura e Câmara, bem como pelos religiosos.

4 ESTRATÉGIAS E TÁTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DE LIMOEIRO

As estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder (CERTEAU, 1998, p.103).

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar as estratégias e táticas do poder público, de instituições e personalidades que envolveram esforços para o desenvolvimento educacional do município de Limoeiro, na periodização compreendida entre 1934-1961. Para tanto, serão arroladas um conjunto de fontes documentais, iconográficas, impressos, entre outras, bibliografias que contextualizam a educação no Brasil, como também a historiografia limoeirense.

4.1 ASPECTOS DAS ESTRATÉGIAS E DAS TÁTICAS

Após o percurso realizado junto às instituições estaduais e no próprio município de Limoeiro, as fontes que consultamos foram submetidas à análise, na perspectiva de Michael de Certeau (1998), segundo o qual, os indivíduos “[...] traçam ‘trajetórias indeterminadas’ aparentemente desprovidas de sentido, porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam” (p. 97). Desse modo, os indivíduos percorrem caminhos diferentes dos que lhe foram traçados e impostos pela ordem do lugar que os subjagam, sem se ausentarem do espaço em que vivem.

Os indivíduos fazem, também, movimentos contrários aos impostos pelo poder manipulador vigente, como diz Certeau (1998) “ações desviacionistas”, dentro do espaço controlado pelo inimigo, ou seja, pelas forças opressoras do próprio lugar. Os indivíduos criam diferentes maneiras de utilizar a ordem imposta e, de forma pluralista e criativa, eles procuram desvencilhar dos propósitos das forças dominantes. Esses elementos são chamados pelo autor de estratégia e tática.

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula

um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) (CERTEAU, 1998, p. 99).

Há na estratégia um saber peculiar determinante e articulador que postula um espaço, determina o seu limite, e este, passa a ser seu lugar próprio e, é neste espaço próprio que são gerenciadas as relações com exterioridade que podem tanto ser metas a serem alcançadas, como também um combate a algo que possa representar alguma ameaça.

Neste espaço próprio do “sujeito de querer e poder”, conforme Certeau (1998), as relações de força são avaliadas para que as leis, as normas, e as práticas que foram definidas sejam impostas, por meio da força, com intuito de subjugar, oprimir todo movimento, toda ação que contrarie a ideologia da “direção estratégica”.

Se a estratégia tem esse contorno circunscrito de um sujeito de “querer e poder”, de onde parte a força de controle, em contraposição, a tática é o movimento feito dentro do espaço do outro e, por esse outro, dominado. A tática não tem lugar próprio, por vezes ela se estabelece no lugar do outro, não podendo se constituir em si mesma. Por esse fato, deve jogar com o espaço do outro que lhe é imposto e por sua lei que o organiza.

Nesse sentido, Certeau (1998) chama de tática “[...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro”. (CERTEAU, 1998, p.100). Na tática, o indivíduo tenta subverter a ordem, os silêncios e a ausência de um não poder.

Segundo o autor, esse lugar que não é seu, permite mobilidades e, por isso, devem ser observadas e aproveitadas às oportunidades que surgem, a partir das falhas “das conjunturas particulares na vigilância do poder proprietário. Aí, vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar aonde ninguém espera. É astúcia. Em suma, a tática é a arte do fraco” (CERTEAU, 1998, p.101).

A astúcia faz parte das forças que estão sujeitas às forças dominantes. Quanto mais fracas forem, mais a astúcia se fará presente. Para Certeau (1998), ao fraco é possível à astúcia, sendo esta, muitas vezes, o último meio utilizado para resolução de conflitos. Na tática, a ação introduzida pelas forças subjugadas se dá por meio da surpresa, dentro de uma ordem estabelecida pelo seu opressor.

Aproveitar as oportunidades para dar o “golpe”, surpreender o inimigo dentro do seu próprio espaço e, com isso, dominá-lo, isso podemos chamar de astúcia, de tática. A tática é definida na inexistência de poder, diferentemente da estratégia que se constitui pelo estabelecimento de um poder.

Na falta de um poder, de um espaço próprio, no espaço do outro, por meio do acaso, das ocasiões que ocorrem devido às falhas na vigilância cometidas pelo opressor, a tática é introduzida e a ela está sujeita. A tática utiliza, com habilidade, o tempo, as ocasiões que lhes são apresentadas pelo poder constituinte, abrindo brechas e avançando por lugares antes não possíveis.

A tática se desenvolve na ausência de um poder, de um lugar próprio e de um tempo não próprio. No movimento de resistência, os indivíduos estão subjugados por um “sujeito de querer e de poder”, que é detentor do poder, que controla o lugar que lhe é próprio e que define e impõe as normas, leis e padrões de comportamentos a serem seguidos pelos “os mais fracos”.

É nessa conjuntura que a tática se constitui, os sujeitos subjugados calculam ações a serem realizadas no momento oportuno, aproveitando as oportunidades que surgem, a partir das falhas cometidas pelo poder constituinte do não lugar, em busca da autonomia e da liberdade.

A estratégia postula um espaço próprio, um poder próprio para sua existência e seu desenvolvimento, enquanto que a tática é estabelecida no espaço do outro, sem um poder próprio sob o julgo das leis, normas e práticas do outro. E, dentro desse espaço opressor, utilizando seus instrumentos de repressão, é que os sujeitos subjugados promovem ações, movimentos contrários à ordem vigente, com a finalidade de empregá-los para benefícios próprios.

Nesse contexto, é no espaço do “sujeito de querer e poder” que a tática é introduzida. Os indivíduos subordinados às regras, normas e práticas impostas por esse “sujeito de querer e poder” traçam trajetórias que não são coerentes com o espaço que foi construído e organizado por essas forças opressoras dominantes, ou seja, a tática é o movimento, a ação calculada, aproveitando o tempo oportuno, dentro do lugar do outro, que contraria a ordem estabelecida, imposta pela “direção estratégica”.

A estratégia e a tática são elementos fundamentais para construção deste estudo. Partimos do princípio de que ambas foram pensadas e utilizadas, de alguma forma, pelas instituições, por indivíduos limoeirenses e sujeitos de municípios vizinhos para o desenvolvimento do processo educacional do município de Limoeiro durante a

periodização investigada. Logo, reafirmamos que, são as estratégias e as táticas que foram pensadas e utilizadas que pretendemos identificar e interpretar para a construção deste trabalho.

4.2 MUNICÍPIO PEDAGÓGICO: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS

Como vimos no capítulo que tratou dos aspectos teóricos, conceitualmente, o termo município pedagógico ainda está se fortalecendo, a partir de algumas pesquisas realizadas no exterior, como também no Brasil. E, há de convir que, um município pedagógico, definido conforme Gonçalves Neto e Magalhães (2009), congrega vários atos governamentais, que envolvem legislações e procedimentos político-administrativos, mas, também, atos coletivos, onde pessoas de diferentes pensamentos, classes sociais e escolaridades, por comungarem dos mesmos ideais, entram num processo de colaboração mútua para o desenvolvimento da educação em uma determinada localidade.

Mesmo tendo como referência um recorte espaço-temporal definidos, é fundamental observarmos os antecedentes que, até certo ponto, impulsionaram o objeto de investigação, como por exemplo, Leis, Decretos e outros documentos oficiais que representam impacto em manifestações e atitudes futuras de indivíduos e coletividade. É essa maneira que observamos Limoeiro, especialmente, nos primeiros anos da periodização aqui definida, ou seja, a partir de 1934, e nos momentos que antecederam o marco inicial.

Em relação à educação desse município, ocorreram fatos relevantes que contribuíram para o seu cenário educacional. Desse modo, segundo Vilaça (1971), no ano de 1893 é eleito Antônio José Pestana, o primeiro prefeito de Limoeiro que, na sua administração, deu ênfase ao setor da instrução pública. E que o então prefeito convocou os professores Lídia Ramos, Ana Plácida Pazzi e Francisco dos Santos para serem responsáveis por fundar escolas e fiscalizar as que já existiam no município. Observamos que essa atitude do então prefeito, está em consonância com os primeiros anos da República, período já discutido anteriormente.

O autor ainda destaca outros prefeitos que contribuíram com o desenvolvimento educacional do município, entre eles está o professor Pedro de Lemos, eleito em 1913, este, o autor só diz que se preocupou com o setor educacional, mas não fala sobre seus feitos em prol do mesmo, o Dr. Pinheiro, eleito em 1916, que construiu um grupo escolar, o Dr. João Paulo Barboza, nomeado em 1931, este, construiu um moderno grupo escolar,

chamado, Monsenhor Fabrício.

E, o Dr. Manuel Gomes Maranhão, que assumiu no ano de 1933, “[...] também um colégio estava no seu programa. Assim, nasceu o Ginásio de Limoeiro. Vieram de Nazaré, o Pe. Nicolau, o clérigo Otávio Aguiar e autor destas linhas para a fundação do Ginásio em 4 de fevereiro de 1934” (VILAÇA, 1971, p.44). Como podemos constatar, o professor Antônio Vilaça testemunhou as primeiras movimentações para a criação de um ambiente educacional que viria a ser importante durante um período bastante significativo em Limoeiro e, como constatado, mesmo com alternância na administração municipal, a instituição educacional permaneceria recebendo as colaborações do poder executivo.

O Ginásio de Limoeiro foi fundado em 1934 na gestão do referido prefeito, que por meio do Acto de Nº 2 de 7 de abril de 1934, reconhece a necessidade de estabelecimento de Ensino Secundário e de cursos especializados no município, o que, possivelmente, seria de fundamental importância para o seu desenvolvimento. Assim, em um Ato do poder executivo, o referido prefeito faz publicar o que segue.

RESOLVE ceder ao Ginásio de Limoeiro recentemente aqui instalado pelo espaço de dois anos a contar desta data, o próprio municipal sito à Rua Cleto Campelo nº 34, onde outrora funcionou uma das escolas públicas, hoje incorporada ao “Grupo Escolar Monsenhor Fabrício”, obrigando-se, o mesmo Ginásio a manter um curso noturno gratuito para meninos pobres, cuja a escolha de candidatos ficará a cargo da Prefeitura (LIMOEIRO, 1934).

Como podemos observar, taticamente, os primeiros passos para a criação do Ginásio de Limoeiro foram dados com a chegada, no município do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, do professor Antônio Vilaça e do clérigo Otávio Aguiar. Entretanto, houve por parte da Prefeitura de Limoeiro, uma considerável ajuda, cedendo parte de sua estrutura educacional, em troca de um curso noturno a ser ofertado aos meninos pobres do município. O que poderíamos chamar hoje de permuta, vai durar por algum tempo, inclusive, como veremos, passará de uma simples ocupação de espaço público à subvenção do erário.

Contudo, o prefeito Dr. Manuel Gomes de Maranhão, segundo Vilaça (1971), foi deposto do cargo por Carlos de Lima Cavalcanti, no mês acima mencionado, sendo substituído por João Marinho Falcão, que assumiu a administração de Limoeiro em 16 de abril de 1934. Carlos de Lima Cavalcanti foi interventor de Pernambuco entre 1930 e

1935, tendo sido, nesse mesmo ano, eleito pela Assembleia Legislativa, governador do Estado, ficando responsável pela sua administração até 1937.

Por meio do Decreto de nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, ao interventor foi concedido, pelo Governo Provisório, o poder de nomear e exonerar os prefeitos de cada município, entre outras proposições, que não estivessem aliados à sua ideologia e ao modelo de Estado defendido pelo interventor, certamente.

Nesse contexto, consta no referido Decreto no seu Art.11 no parágrafo 4º: o “O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executiva e legislativa, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais”.

O jornalista Gonçalves de Melo do Jornal Correio de Limoeiro de 26 de maio de 1934, faz duras críticas a esse respeito. O jornalista enfatiza que, a inserção dos interventores municipais, apesar de muitas pessoas tendo boa vontade e boas intenções, mas, por não terem conhecimento, bem como não estarem atentas aos interesses das comunidades que estão sob sua administração, deram pouca contribuição ou nenhuma, às mesmas. E, dessa forma, o ato de nomeação de prefeitos pelos interventores estaduais não está em conformidade com o conceito de democracia. E ainda afirma que:

Com os vícios que a politicalha arraigou na mentalidade dos nossos homens públicos, quando um prefeito nomeado esquece-se de rezar pela cartilha política do governador será de pronto demitido e, logo outro de confiança irá destacar, ou seja, ocupar o cargo vacante. Vacante digo bem. Pois com tão insulso dispositivo constitucional ao cargo de prefeito municipal caberia o sentido pejorativo deste vocábulo. (CORREIO DE LIMOEIRO, 1934, p. 5).

A nomeação e exoneração de prefeitos pelos interventores do Estado em Limoeiro resultaram em mudanças diversas de prefeitos, pois muitos, nem chegaram a completar um ano de seu mandato e, diante do poder dado aos interventores de revogar e modificar os atos realizados pelos prefeitos, possivelmente, possam ter sido interrompidas algumas ações realizadas por alguns prefeitos em Limoeiro em prol do seu desenvolvimento, especialmente, no que se refere à educação.

Todavia, a mudança de prefeito na administração do município em 16 de abril de 1934, ficando a cargo de João Marinho Falcão, não interferiu na decisão tomada pelo

prefeito anterior, por meio do Ato de Nº 2, acima citado, e ainda contribuiu, dentro das atribuições inerentes ao cargo, para o estabelecimento do Ginásio recém-inaugurado. Fato este que deu ânimo aos defensores da obra de Deus e idealizadores da edificação escolar, sobretudo, o Pe. Nicolau Pimentel, que tece elogios e agradecimentos ao novo mandatário municipal, ou seja, quando o religioso vai a público e enfatiza a colaboração dada pelo novo prefeito em entrevista concedida ao Jornal Correio de Limoeiro em 1934, em que diz:

O Sr. João Marinho Falcão, prefeito do município, tem facilitado tudo, com maior solicitude e boa vontade. Agora mesmo já deu começo a uma melhor adaptação ao prédio onde funcionam as aulas e promete auxiliar-me no que for possível e estiver dentro das de suas atribuições. (CORREIO DE LIMOEIRO, 1934, p. 6).

Está claro que, ao fazer tais elogios ao novo mandatário municipal, além de agradecimento pelo apoio recebido, o Pe. Nicolau continua a estabelecer boas relações sociais e políticas para continuar a receber os benefícios públicos, sem os quais, sua “missão” não seria possível.

O prefeito elogiado pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel também estende subvenção, mesmo de menor monta, a outras escolas ou a professoras particulares, mas com a mesma intencionalidade e justificativa, ou seja, de que ao “[...] Poder Público compete amparar e desenvolver as iniciativas particulares que de qualquer modo se destinem ou redundem em benefício colectivo [...]” (PORTARIA, nº 53, 1934). A referência era às professoras Maria José de Lucena Figueira e Erothides de Paula, que mantinham escolas mistas na rua São Sebastião e no povoado Guabirabinha e, por isso, receberiam a subvenção no valor de 50\$000 (cinquenta mil reis) mensais pelas turmas superiores a quarentas estudantes.

Podemos perceber que esse é um período bastante conturbado, em relação às administrações municipais, em virtude de sucessivas alterações do chefe do poder executivo. Entretanto, mesmo com as mudanças de prefeitos, a educação, ou pelo menos, um dos seus aspectos, o de financiamento público aos estabelecimentos privados, ainda se mantém. Assim, o prefeito José Braz Pereira de Lucena, publica o Acto de nº 1 de janeiro de 1936 em que resolve alterar a subvenção mensal no valor de 300\$000 (trezentos mil reis), para 500\$000 (quinhentos mil reis), em favor do Ginásio de Limoeiro, pelo qual o estabelecimento ficaria com responsabilidade de manter cinco alunos pobres em suas

salas de aula. Nota-se, no entanto, que os estudantes deveriam passar por um “concurso” presidido pelo então prefeito municipal.

Nessa mesma lógica de subvenção, o prefeito José Braz Pereira de Lucena publica Decreto de nº 40, em 08 de agosto de 1936, que abre “Crédito Especial na importância de cinco mil contos de reis (5:000\$000) para a construção do prédio do Collegio Regina Coeli nesta cidade”. Observamos, na referida fonte, que os responsáveis pelas obras poderiam requisitar os recursos, a “qualquer tempo”, ou seja, assim que as mesmas tivessem início. A estratégia do poder público foi publicar um Decreto para abrir crédito, legitimando a contribuição do erário para ajudar na construção de um prédio para uma instituição particular. Ou seja, mais recurso público investido no setor educacional privada.

Outro prefeito destacado por Vilaça (1971) é Raymundo Moura Filho que, mesmo passando menos de um ano à frente da Prefeitura “[...] resolve determinar que seja cedido pelo preço de custo, a quantidade de sacos que se fizer preciso para a conclusão do Ginázio de Limoeiro, do cimento adquirido por esta Prefeitura [...]” (PORTARIA nº23, 1937). Os argumentos expostos na referida portaria são bastante plausíveis, porque consideram que os poderes públicos devem auxiliar os estabelecimentos que têm a finalidade educacional.

Segundo o autor, outro prefeito que contribuiu na área educacional do município foi Francisco de Albuquerque Leal, que assumiu o poder no ano de 1937. No período em que esteve à frente da Prefeitura construiu um Grupo Escolar no bairro Alto de São Sebastião. Sua gestão foi muito curta. Após um ano no poder, foi substituído em 1938 pelo Dr. José Donino da Costa Lima, o qual, durante sua gestão, dando ênfase à instrução primária, providencia a construção de Grupos Escolares nos Distritos do município.

Dentre os prefeitos destacados por Vilaça (1971), está também o Pe. Nicolau Pimentel. Este, segundo o autor, assumiu a gestão do município de Limoeiro 1945, nomeado pelo interventor Etelvino Lins. Segundo o autor, o Pe. Nicolau, como outros prefeitos aqui citados, ficou pouco tempo na gestão do município. Este, foi afastado do cargo pelo desembargador Neves, governador de Pernambuco à época, por não concordar com o apoio do Pe. à candidatura do seu filho, o Dr. José Neves Filho, a deputado estadual, apoio este pronunciado através de telegrama enviado ao mesmo.

Desse modo, na nossa busca por documentos no arquivo da Prefeitura, encontramos Portarias, Ato e Decretos-Lei do ano de 1945, assinados pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel enquanto prefeito. Entre estes, está a Portaria de nº 88, de 29 de

novembro de 1945, por meio da qual, nomeia a formanda do Colégio Regina Coeli, Solange Galiza da Silva à professora titulada do magistério público municipal. Tivemos acesso a documentos que constava a contratação de professoras pela Prefeitura para atuarem nas escolas municipais, era algo comum. Mas, sendo nomeada como professora titulada do magistério público municipal, só a referida portaria.

Já a Portaria de nº 13, de 24 de fevereiro de 1945, concede a remoção da professora Severina Castro de Oliveira, de uma escola agrupada em Cumarú para uma cadeira do Ensino Primário em Vertentes, sem redução do vencimento. Como também a Portaria nº 41, de 12 de maio de 1945, onde, por meio desta, nomeia, interinamente Ester de Arruda e Silva, para o exercício do magistério no Grupo Escolar Monsenhor Fabrício, em substituição à professora Rosa Lemos que se encontrava licenciada. Com essa mobilidade, percebemos na estratégia da Prefeitura, uma facilidade em movimentar as professoras para cobrir as possíveis falhas deixadas pela própria rede municipal.

Assim, o poder executivo publica vários Atos, Portarias, Decretos. Como a Portaria de nº 7, de 2 de julho de 1945, para atender os pedidos feitos pelas famílias do povoado de Sapé, zona rural de Limoeiro, sabendo que é “[...] dever do poder público atender, incentivar e estimular [...] a instrução pública criando escola [...]” (PORTARIA Nº 7). Nessa perspectiva, é criada no referido povoado, uma cadeira do Ensino Primário. E, por meio do Ato de nº 9, de 31 de agosto de 1945, com vista no disposto de nº 16, letra B, referente à circular de nº 2517, datada em 17 de dezembro de 1943, do secretário do Interior, o então prefeito Pe. Adauto Nicolau Pimentel, subvenciona mais três cadeiras do Ensino Primário, em Gangorra, Muruabéba e Varjadas.

Podemos inferir que, na zona rural de Limoeiro, havia crianças em idade escolar e que, para muitas delas, não estava sendo oportunizado, pelo o município, o acesso as Primeiras Letras. No entanto, percebemos também a estratégia da Prefeitura, por meio dos documentos citados acima, para viabilizar o acesso ao Ensino Primário às crianças em idade escolar gradualmente.

Podemos observar, por meio do Decreto-Lei de nº 15, de 29 de setembro de 1945, que ainda são concedidas subvenções mensais, no valor de Cr\$ 100,00 a cada uma das cinco escolas localizadas na zona rural, desde de janeiro do ano seguinte, ou seja, 1946.

A justificativa para conceder a subvenção deve-se ao fato de que as referidas escolas, mesmo sendo particulares, atendiam às exigências referentes ao Ensino Primário. Assim, considerando a grande contribuição dada por elas, pelo número de alunos matriculados, e também, devido ao fato de algumas não cumprirem com seus deveres

financeiros, fazendo-se necessário o poder executivo contribuir com o devido estímulo ao ensino nessas escolas, por terem, inclusive, uma frequência bastante significativa de alunos.

Em todos os casos é ressaltado na justificativa, que esse auxílio às escolas rurais seria, em contrapartida, por parte das mesmas, oferecerem o ensino das primeiras letras às crianças pobres do município.

Ainda, enquanto prefeito, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel também usa, da mesma maneira que seus antecessores, de estratégia para contemplar com a doação de um terreno de propriedade da Prefeitura Municipal às irmãs de caridade para a construção de uma escola. Essa estratégia do prefeito foi observada pelo acesso à documentação intitulada: Justificação do Projeto nº12 de Decreto-Lei, datada em 30 de agosto de 1945. É provável que se trate de irmãs da ordenação Franciscana, as mesmas que passaram a dirigir o Colégio Regina Coeli, a partir do final da década de 1930.

Todavia, há reação de alguns vereadores que solicitam ao presidente da Câmara Municipal de Limoeiro, a criação de uma comissão para estudar o assunto e, certamente, impedir que o terreno da Usina Sanbra, ao invés de ser doado às irmãs de caridade, fosse destinado à construção de uma escola profissionalizante. O Requerimento ou abaixo-assinado, conforme a fonte tem data de 12 de fevereiro de 1948, e foi devidamente encaminhado à Comissão de Educação para tratar do assunto.

Não conseguimos encontrar nenhum documento que apontasse o desfecho da divergência, mas, pelo que tudo indica, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, por certo, pretendeu privilegiar as irmãs de caridade em detrimento de outras iniciativas relacionadas ao Ensino Profissionalizante, conforme consta na fonte assinada pelo Presidente da Câmara, à época, Agripino de Almeida.

Mediante o exposto, podemos perceber as estratégias do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, enquanto “sujeito de querer e poder” Certeau (1998), dentro do lugar próprio, que contribuiu também para o desenvolvimento e enriquecimento educacional do município de Limoeiro. Percebemos ainda que, a construção de Grupos Escolares nos Distritos, a criação de escolas, e de Cadeiras do Ensino Primário, possibilitaram aos moradores carentes financeiramente e também do saber escolar, o acesso ao Ensino Primário, o qual era propagado, especialmente, pelas escolas com essas características.

As construções de edificações escolares, promovidas pela Prefeitura e pelos esforços dos indivíduos aqui citados, contribuíram para disseminação do Ensino Secundário e, em especial, do Ensino Primário no município, haja vista que, dessas

construções, se destacam os Grupos Escolares como modelo de organização pedagógica, embora suas edificações, aqui em Pernambuco, em especial em Limoeiro, nada possam parecer como os Grupos Escolares do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nesse contexto, segundo Vidal (2006) o surgimento dos Grupos Escolares se deu em 1893 em São Paulo e no Rio de Janeiro e estes foram regulamentados e instalados em 1894 no Estado de São Paulo. Durante as duas primeiras décadas do período republicano, eles emergem em vários Estados, como no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais, em Mato Grosso, em Sergipe, no Espírito Santo, no Piauí, em Santa Catarina, no Maranhão e na Paraíba.

No entanto, a autora não menciona o surgimento dos Grupos Escolares no Estado de Pernambuco, e não sabemos ao certo o porquê dessa ausência ou omissão da historiografia no trato com esse estabelecimento educacional nesse Estado. Entretanto, consta no jornal *Diário de Pernambuco* de 4 de junho de 1914, que, os grupos escolares são regulamentados em Pernambuco mediante a Lei de n. 1.140 de 11 de junho de 1911. E, por meio desta, também é restabelecida a inspetoria geral da instrução pública. Além disso, quem assume a inspetoria é o Dr. Raul Azedo. Um de seus atos foi em prol da instrução primária do Estado. Para tanto, o inspetor instaura a reunião de três ou quatro escolas, as chamadas escolas isoladas, em um só prédio.

Dessa forma, são criados os Grupos Escolares em Pernambuco, onde o Ensino Primário passa também a ser ministrado. Percebemos, diante do exposto, que, diferentemente dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro citados por Vidal (2006), os grupos escolares de Pernambuco surgiram tardiamente, o que merece ser objeto de investigação de futuros estudos, pela importância e características peculiares dessas instituições escolares.

Vidal (2006) diz ainda que, os Grupos Escolares foram se constituindo como escolas graduadas e que os mesmos reuniram, em uma mesma edificação, as antigas escolas isoladas, onde as classes eram isoladas, a escola era compreendida de uma classe e que, um único professor, ministrava o ensino a um grupo de alunos em diferentes níveis de aprendizagem.

A reunião dessas escolas isoladas, conforme afirma Saviani (2004), deu origem aos grupos escolares que reuniam, em um único prédio, de quatro a dez escolas, e ainda, que cada Grupo Escolar, tinha seu diretor, e a quantidade de professores era compatível com a quantidade de escolas que haviam sido reunidas para compor o grupo escolar.

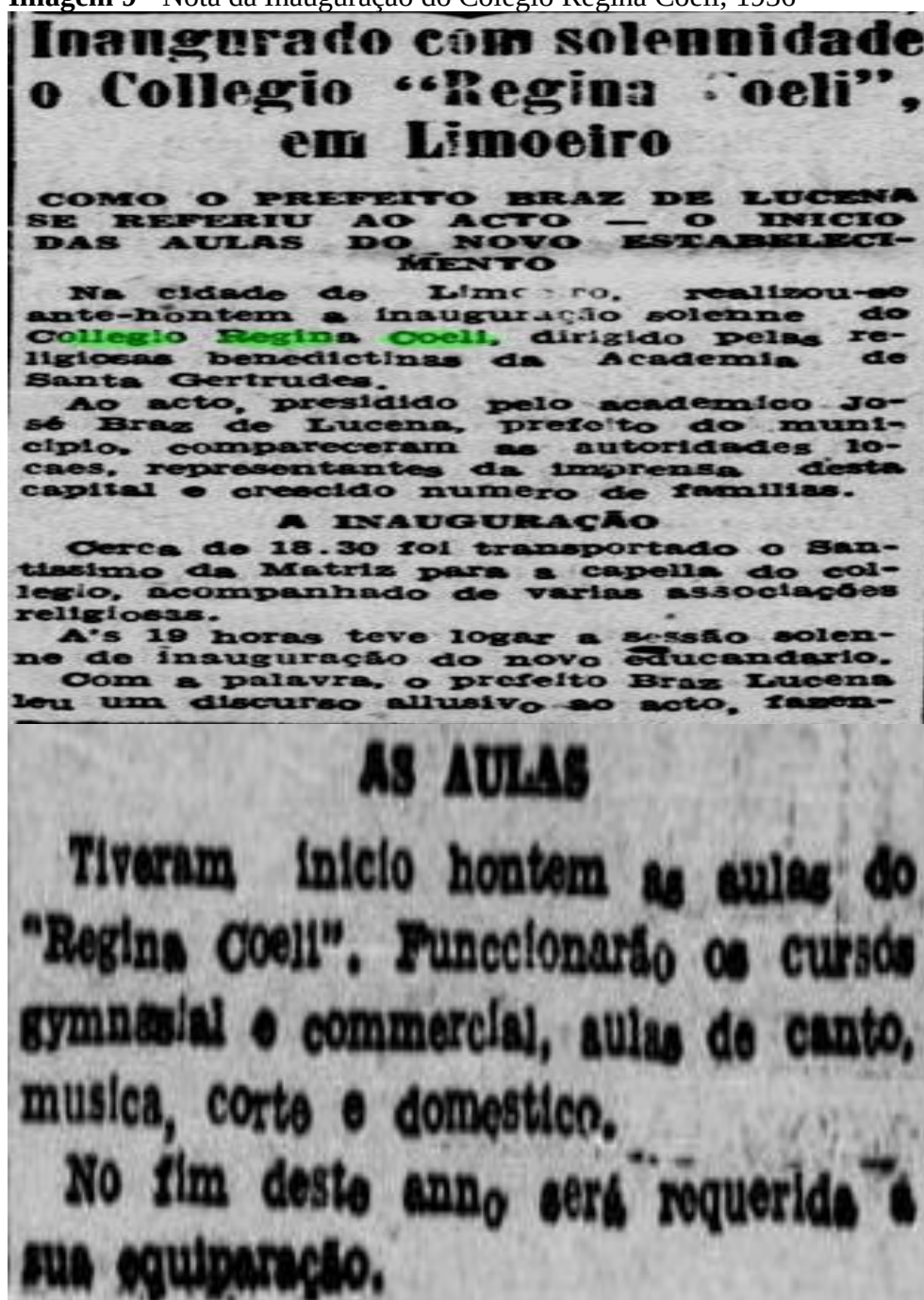
Dando continuidade aos eventos que contribuíram para o desenvolvimento

educacional do município de Limoeiro, Pereira (2013) afirma que, em 1934, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel e o professor Antônio de Souza Vilaça fundaram o Ginásio de Limoeiro, estabelecimento de ensino particular. E que, em 1939, o Colégio Regina Coeli, escola privada, é fundado pela freira alemã Reginfrieda Nerz e mais quatro freiras.

No entanto, a informação, sobre a fundação do Colégio Regina Coeli acima citada, que também anteriormente foi mencionada por Figueiredo (2014), pode ser contestada por de meio fonte encontrada na Hemeroteca Digital Brasileira. A fonte a qual tivemos acesso foi o jornal Diário de Pernambuco de 04 de fevereiro de 1936, no qual, consta que o Colégio Regina Coeli foi inaugurado no ano de 1936, pelo prefeito Braz de Lucena, prefeito de Limoeiro à época, e entregue a sua direção “as religiosas beneditinas da Academia Santa Gertrudes”. Aliás, essa academia já foi devidamente pesquisada por Lira (2009), que fez uma discussão acerca do cotidiano das irmãs no seu fazer pedagógico e no preparo das meninas para o lar e matrimônio, tomando a corporeidade como objeto de investigação.

De qualquer modo, a matéria dá conta, ainda, do início das aulas e os cursos que iriam ser oferecidos pelo Colégio Regina Coeli, tais como: Ginásial e Comercial, além dos cursos de canto, música, aulas de corte e costura, e doméstico. E ainda que, a equiparação do referido colégio seria requerida no final do ano acima citado, o que seguia, provavelmente, todo o percurso traçado pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel, em relação ao Ginásio de Limoeiro, que ocupa considerável espaço de discussão nesta tese. Aliás, em se tratando da equiparação do Colégio Regina Coeli, não encontramos documentos que indicassem a trajetória das irmãs Franciscanas de Maristela, e as táticas usadas pelas mesmas, para esse fim, a não ser, informações adquiridas por bibliografias, em especial, o livro intitulado: E Seguiram a Estrela.

Imagem 9 - Nota da Inauguração do Colégio Regina Coeli, 1936



Fonte: Jornal Diário de Pernambuco, 1936.

Destarte, a Academia Santa Gertrudes, segundo consta na matéria publicada em versão on line, pelo jornal do Comércio em 26 de fevereiro de 2012, foi criada em 1912, por oitos irmãos alemães. Esta instituição, fundada pelas irmãs Beneditinas, está localizada na cidade alta de Olinda, sendo uma das mais antigas existentes nesta parte da cidade. A cidade de Olinda é uma das cidades que fazem parte da região metropolitana do Recife, ela fica a 7 km de distância da capital pernambucana.

Em relação ainda, à fundação do Colégio Regina Coeli, tivemos acesso, também, a uma fonte bibliográfica que contraria, as informações relatadas sobre a fundação do Colégio Regina Coeli pelos autores Pereira (2013) e Figueiredo (2014), mencionadas anteriormente. Essa fonte bibliográfica é o livro intitulado: histórias que Limoeiro conta, de autoria do professor Antônio Vilaça, publicado no ano de 1971, cujo autor foi um dos fundadores do Ginásio de Limoeiro.

Nesta bibliografia, em conformidade com o jornal Diário de Pernambuco, de 04 de fevereiro de 1936, Vilaça (1971), diz que o referido colégio foi fundado em 1936, na gestão do então prefeito José Braz Pereira de Lucena, e que sua administração ficou a cargo das irmãs Beneditinas pertencentes à Academia Santa Gertrudes. E para a direção do Colégio foi escolhida a Madre Faustina.

O autor diz ainda, que a fundação de um colégio para meninas no município de Limoeiro já era uma preocupação da Câmara desde 1836, a qual, por meio de uma representação à Assembleia provincial, reclama do fato de existir uma “cátedra de língua latina” e não ter ainda uma escola para as meninas.

Na bibliografia acima citada, encontra-se um ofício de 1854, ao qual Vilaça (1971) teve acesso em pesquisa à Câmara Municipal de Limoeiro. O autor faz a citação direta do documento na sua obra, mas não menciona a referência. Ele frisa que o ofício foi enviado pela Câmara ao Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.

Em linhas gerais, nesse ofício, diante do grande número de meninas que moravam na Villa, na referida data do ofício, quando Limoeiro era ainda uma Vila, adquirindo o status de cidade só em 1839, a Câmara fez um pedido ao referido conselheiro, que diz respeito à criação de uma “cadeira do sexo feminino” na Vila, e argumenta que, muitas vezes, esse pedido já havia sido feito e não teria sido atendido. . Além disso, volta a pedir a extinção da cadeira de Ensino Superior que segundo o Vilaça (1971), seria a cadeira de Latim, afirmando que esta, no momento, só tem frequência de um aluno, e que a mesma não se teria proveito nenhum durante todos os anos de seu provimento.

Neste contexto, o jornal Correio de Limoeiro de 1934 apresenta uma matéria intitulada: Um Colégio para as meninas em Limoeiro, assinada pelo jornalista V. Rocha. Nesta, o V. Rocha enfatiza que um dos grandes problemas a ser resolvido em Limoeiro é a educação do povo, e que, mesmo com a inauguração do Ginásio de Limoeiro, que veio para colaborar com a educação do município, sem a sua equiparação, a contribuição é muito pouca, não mudando em quase nada, pois, os jovens limoeirenses, após serem submetidos ao exame de admissão, tem que se deslocar para estudar nos colégios da

capital. E, por ser onerosa a pensão para se manter nesses colégios, sendo esta no valor de “800\$000 (oitocentos mil reis) por trimestre”, só os filhos das camadas abastadas teriam o privilégio.

O jornalista V. Rocha ainda menciona a criação do Ginásio de Limoeiro. Ele diz que o mesmo resolveu, em parte, o problema dos meninos e levanta um questionamento sobre a educação das meninas. Esse questionamento se dá devido ao fato de só existir, em 1934, em Limoeiro um Colégio que havia sido fundado para suprir parte das necessidades educacionais dos meninos. “E as meninas? Elas continuarão com a única ciência dos livros da “Serie Braga” de Felisberto de Carvalho, ou Cartilha das mães, sabendo unicamente garatujar quatro linhas para namorados? Não” (CORREIO DE LIMOIEIRO, 1934, p. 4). O jornalista enfatiza ainda que pelo fato da cidade de Limoeiro possuir uma população de 30 mil habitantes e de que a mesma se desenvolve no mesmo ritmo das cidades mais adiantadas do Estado, era inadmissível que, em Limoeiro, não houvesse um colégio para as meninas.

Na matéria, ainda, o jornalista V. Rocha, menciona o Pe. Fernando como possível fundador de um colégio para as meninas no município e faz um apelo aos limoeirenses para que os mesmos abracem a ideia e apoiem o referido religioso para a construção do colégio feminino e, frisa também o apoio que o prefeito Marinho Falcão deu à construção do Ginásio de Limoeiro, e que o mesmo se prestará a fazer de tal forma com o colégio para as meninas, se o Pe. Fernando, assim se dispuser para tal finalidade. No entanto, o Colégio para as meninas no município só veio a ser fundado, como mencionado anteriormente, no ano de 1936.

Vilaça (1971) frisa ainda que, em 1816, existia na Vila, uma escola para meninos na casa de um vigário. E que, o descaso com a educação feminina perdurou por muitos anos. “Ensina-se aos meninos, enquanto que as meninas, vítimas de distorção, permaneciam alheias a qualquer plano no setor educativo. [...] A coeducação era inaceitável” (VILAÇA, 1971, p.263-264).

Nesse contexto, podemos perceber o descaso com a educação das meninas pelo poder público constituído da época, assim como o esforço empreendido pela Câmara na instrução das meninas desde o período quando o município ainda era Vila. Assim, já desde o período imperial, por meio do ofício acima citado, podemos perceber o esforço da Câmara no desenvolvimento educacional e, em especial, o provimento da educação para as meninas. E, em 1934, vimos por meio da matéria mencionada acima, o esforço empreendido pela imprensa e, possivelmente, pelo Pe. Fernando, em prol da educação

das meninas no município. Esses esforços, somados a outros, contribuíram para a construção e desenvolvimento do Sistema Educacional de Limoeiro.

Vilaça (1971) enfatiza que, em 1930 havia em Limoeiro o Colégio Chateaubriand, fundado pelo professor Charles Koury, e neste, a educação mista era permitida. No entanto, por não conseguir conter os arroubos da juventude rebelde energicamente, o seu Colégio não teve êxito. Entretanto, em 1936, quando assume a Prefeitura, o acadêmico Braz Lucena é oportunizada a fundação do colégio Regina Coeli, em 2 de fevereiro do ano corrente. Este, inicialmente, exclusivamente só para o provimento da educação das meninas, mas, o referido Colégio, desde a década de 1970 oportuniza a educação, também para os meninos.

Todavia, segundo o autor, a Madre Faustina, diretora do Colégio, percebendo as instalações inadequadas para o seu funcionamento, desiste de ficar a frente da tarefa a qual foi designada. Este fato possivelmente se deu pela falta de infraestrutura adequada do prédio onde foi instalada a instituição de ensino acima citada, pois, para o funcionamento de um colégio, era exigência do Ministério da Educação e Saúde Pública equipará-lo ao Pedro II. E, uma das exigências era que o espaço físico tivesse uma estrutura adequada.

Ainda, segundo o autor, o Colégio Regina Coeli foi instalado em um prédio que foi construído, em 1918, para funcionamento de um grupo escolar, sendo este também utilizado pelo Ginásio de Limoeiro em 1934. Mesmo com as adaptações feitas no prédio, pelo prefeito João Marinho Falcão e relatadas pelo Pe. Nicolau Pimentel, ao jornal Gazeta de Limoeiro em 1934, a estrutura de um grupo escolar não condizia com a estrutura exigida pelo órgão federal acima citado para o funcionamento de um colégio.

Nesse contexto, após a desistência da irmã Beneditina de ficar a frente da direção colégio Regina Coeli, este, em 1939, passa a ser dirigido pelas irmãs Franciscanas de Maristella. As quais continuam até hoje à frente da administração do referido colégio.

Segundo as irmãs Franciscanas de Maristella, no livro *E Seguiram a Estrela*, publicado em 1975, tradução da obra alemã, *Das Kloster Maria Stern in Siebenhundert Jahren*, no ano 1258, uma viúva chamada Canione e suas duas filhas, pertencentes a família abastarda, iniciaram a “Casa da Estrela” na cidade de Augsburg, Alemanha. “Em breve, na antiga cidade de Augsburg, floresceu, com arrogância, o trabalho manual e a cidadania. Foram tomados um por um os direitos do magistrado e do bispo. Quando trabalho, quanta empenho e ganancia!” (E Seguiram... 1975 p. 12).

Entretanto, segundo as irmãs Franciscanas, em meio e alheio a esse cenário de

jogo de poder e ambição, andavam pelas ruas da referida cidade, os filhos de São Francisco, Ordem dos Frades Menores, também conhecida como Ordem de São Francisco. Ordem religiosa fundada por Francisco de Assis.

As irmãs frisam ainda que, em 1221, Francisco de Assis manda para Alemanha seus filhos, que de Augsburg, vão para outras cidades alemãs com a pretensão de construirem suas humildes moradias perto do povo. “Aos pequenos, e os menores, vão dedicar-se e mostrar--lhes, antes de tudo, o caminho para uma vida verdadeiramente cristã (E Seguiram,.. 1975 p. 12).

As irmãs infatizam que, na cidade de Augsburg, viveu de 1246 a 1273, Frei Davi, e que, após 12 anos atuando na cidade, é fundado o Convento da Estrela, ficando próximo do local onde foi construída a igreja dos descalços, ou seja, dos franciscanos. E que, devido a essa proximidade, a “pequena Estrela” recebeu a luz que São Francisco propagava para mundo é também para a cidade de Augsburg. Isso não poderia ser diferente, devido ao fato de que a “Comunidade da Estrela” sempre contou com a proteção dos filhos de São Francisco. (E Seguiram...1975).

Nesse contexto, o nome “Comunidade da Estrela” conforme as irmãs Franciscanas, foi dado porque “um grupo de moças com grande zelo e piedade, serviram a Deus na obediência e no estado virginal. Trabalhando e repousando juntas, unindo-se todas em um só coração (E Seguiram... 1975 p. 13). E que, o escudo com formato de estrela, que era o simbolo da “Comunidade da Estrela”, foi doado pelas moças ao, recém-fundado, “Convento da Estrela”.

A imagem abaixo foi retirada do livro E Seguiram a Estrela, gentilmente emprestado pela ex-aluna da década de 1930 a 1940 e ex-professora do Colégio Regina Coeli, Carminha Costa.

Imagem 10- Escudo em formato de estrela, símbolo da Comunidade da Estrela e do Convento da Estrela



Fonte: (E Seguiram a Estrela 1975, p. 13)

Segundo as irmãs Maristelas, o “Convento da Estrela” recebeu, em 1315, por meio do Revmo. Pe. Henerich, Ministro Provincial dos Frades Menores de São Francisco, a Santa Regra III Ordem. Dessa forma, a pequena comunidade passava, definitivamente, a ser incluída à ordem Franciscana. E que, essa comunidade fundando filiais, se expandiu pela Alemanha.

Nesse contexto, a primeira filial foi inaugurada em 1855. Nessa unidade, as irmãs ficaram à frente da direção da escola primária feminina, escola de trabalhos manuais e de jardim da infância. [...] “Em pouco tempo, as senhoras da estrela estavam espalhadas e atuando em quase toda Baviera (E Seguiram.... 1975 p. 72-74).

No entanto, o ano de 1937 e 1938, foi período em que o governo alemão comandado por Adolf Hitler, perseguiu a religião católica, tendo como objetivo, dentre outras coisas, eliminar as organizações religiosas patrocinadas por ela. Desse modo, as professoras religiosas são afastadas das escolas primárias e são fechados, aos poucos, os institutos de ensino particular. Mediante o fato, dez das filiais da Comunidade da Estrela foram fechadas. A irmã dirigente da referida comunidade nos anos acima citados, era a Madre Geral M. Josefina.

A referida Madre, segundo as irmãs Franciscanas de Maristela, devido ao

afastamento das professoras religiosas das suas tarefas educacionais procurou ocupa-lás com outras tarefas nas paróquias e bispados. Todavia, a Madre tinha também interesse em desenvolver trabalho em região missionária em outros países.

Nesse contexto, enfatizam as irmãs, que a Madre Geral M. Josefina, após estudos e muita reflexão sobre as informações levantadas, elege o Brasil, precisamente o Estado de Pernambuco, como região missionária. Para atuar no Estado, as professoras afastadas do ensino e outras irmãs interessadas nesse tipo de trabalho, logo se reuniram e foram para Goeggingem, município alemão, fazer um curso missionário. Em julho de 1938, a essas irmãs foi oportunizado o primeiro campo de atuação no Estado de Pernambuco, o município de Timbaúba. Esse município está localizado na Zona da Mata Norte do referido Estado e fica a 105 km da capital pernambucana.

Dessa forma, as irmãs da Comunidade da Estrela, no final do referido ano, junto com outras irmãs que pertenciam à fundação de Triunfo, município pernambucano, que fica a 355 km do Recife, resolveram se integrar à Comunidade das Estrelas, vão à Timbaúba e iniciam, no município, o trabalho missionário.

E, no intuito de expandir o trabalho missionário nos municípios pernambucanos, outras irmãs da Comunidade da Estrela, no final de julho do ano de 1939, se dirigem para Limoeiro. Como consta da publicação das próprias irmãs, “A custa de trabalhos exaustivos das irmãs, surgiram “[...] três colégios florescentes: Santa Maria em Timbaúba, Stella Maris em Triúnfo, e Regina Coeli em Limoeiro” (E Seguiram...1975, p. 94).

No jornal denominado Jornal da Estrela, que era escrito pelas alunas do curso normal do Colégio Regina Coeli, a edição especial do dia 09 de abril de 1999, à qual tivemos acesso por meio da ex-aluna da década de 80 do Regina Coeli, Joselma Maria Silva Leal, e que nos foi doada por sua amiga Maria José de Oliveira ex-aluna do referido colégio na década de 60, faz referência, também, à data de fundação do referido colégio.

Sobre o jornal acima citado, consta ainda que a referida edição foi escrita pela turma da 4ª série, do Ensino Primário, em homenagem à comemoração dos 70 anos do colégio. No entanto, deveria se comemorar seus 73 anos, pois, como vimos anteriormente, por meio do jornal Diário de Pernambuco de 1936, o Colégio foi inaugurado no ano de 1936.

A edição do Jornal da Estrela, anteriormente mencionada, frisa também, que o Colégio Regina Coeli foi fundado em 1939, pelas irmãs Franciscanas de Maristela, que vieram de Augsburg, cidade alemã, para Limoeiro. A imagem que segue é das referidas irmãs

Imagem 11- Irmãs Franciscanas da Casa Mãe, 1939



Fonte: Pereira, (2013, p. 107).

Segundo Pereira (2013), as irmãs que vemos na imagem acima são as irmãs Franciscanas, da Casa Mãe, sediada em Augsburg, Alemanha, sendo recebidas pelas alunas do Colégio Regina Coeli, Isaurinha Pimentel e Lourdes Ramos, na Estação Ferroviária de Limoeiro e, por elas, as irmãs são levadas de bonde ao prédio do antigo Grupo Escolar Municipal, Professor Pedro Lemos, o qual foi utilizado, pelo Ginásio de Limoeiro, até o início do mês de julho de 1937.

Nesse mesmo mês e ano, foram concluídas as obras do Ginásio de Limoeiro, sendo suas atividades transferidas para as instalações do seu prédio. Podemos perceber, ainda na imagem, que a irmã Franciscana, supervisora na Alemanha, Maria Josefina, está entre as irmãs que chegaram para ministrar aulas no Colégio Regina Coeli. Ainda, segundo o autor, essas irmãs faziam parte do terceiro grupo e completariam o quadro de professoras do referido colégio.

As atividades empreendidas pelas irmãs Franciscanas, no Colégio Regina Coeli, tiveram início no dia 10 de abril de 1939. Desse modo, a referida data ficou sendo a da fundação do Colégio Regina Coeli, no entanto como já constatamos por meio de fontes aqui elencadas, o Colégio já havia sido fundado pela irmã Beneditina da Academia Santa Gertrudes no ano de 1936. As primeiras atividades das irmãs Franciscanas no

Colégio Regina Coeli se deram no interior do prédio onde, atualmente, funciona a Câmara dos vereadores, ou seja, no prédio do antigo Grupo Escolar Municipal Pedro Lemos, o qual o Ginásio de Limoeiro iniciou, em 1934, suas atividades, como já vimos anteriormente. Na mesma matéria do jornal da Estrela, ainda consta que, no prédio acima citado, funcionava uma escola primária dirigida pelas irmãs Beneditinas, que desistindo de continuar o trabalho ali desenvolvido, entregam a escola para ser administrada pelas irmãs Franciscanas.

Essa informação vem reforçar o que consta no jornal Diário de Pernambuco, sobre a fundação do Colégio Regina Coeli, e também, que as irmãs Franciscanas, ao chegarem a Limoeiro, já encontraram o referido Colégio funcionando, e que neste, “Funcionarão os cursos gymnasial e comercial, aulas de canto, música, corte e doméstico. No fim deste anno será requerida a sua equiparação” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1936, p.12). O Colégio Regina Coeli, igualmente ao Ginásio de Limoeiro, funcionou, inicialmente, sem oferecer o Ensino Ginásial devido à falta de equiparação ao Colégio Pedro II, algo que era exigido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública a todos os colégios do país.

As informações contidas no Jornal da Estrela dão conta, ainda que, em 12 de abril de 1939, as irmãs Franciscanas dão início às aulas no prédio onde as irmãs Beneditinas tinham iniciado suas atividades, ou seja, o antigo Grupo Escolar Professor Pedro de Lemos, e, ressaltam que devido às dificuldades que encontraram nas instalações do prédio, as irmãs Franciscanas foram em busca de outro espaço para darem continuidade ao trabalho iniciado. A imagem abaixo trata do prédio de uma fábrica de beneficiamento de algodão bem como o terrenos pertencente à mesma, os quais foram comprados pela irmãs Franciscanas para darem continuidade as atividades do Colégio Regina Coeli.

Imagem 12- Prédio da antiga Fábrica de Beneficiamento de Algodão, década de 1940.



Fonte: Maia, (1999, p.36).

A imagem mostra as instalações da antiga fábrica de beneficiamento de algodão e o terreno que pertencia à mesma. Ambos, patrimônios adquiridos pelas irmãs Franciscanas, no início da década de 1940, para prover as novas instalações do Colégio Regina Coeli.

Dessa forma, ainda segundo o jornal da Estrela, as irmãs Franciscanas, adquirem uma fábrica de beneficiamento de algodão bem como o terreno pertencente à mesma e que iriam encerrar suas atividades no prédio do Grupo Escolar Professor Pedro Lemos. Algo que ocorreu após as adaptações que seriam feitas no prédio adquirido. E sendo assim, com o financiamento do governo alemão, no ano de 1944, as irmãs Franciscanas deram início às adaptações no prédio da antiga fábrica de beneficiamento de algodão. E também, tendo sido oficialmente habilitadas para as atividades do magistério, as irmãs Franciscanas iniciaram o Curso Ginásial em 1946 e deram continuidade ao Curso Normal já existente no Colégio Regina Coeli.

Imagem 13- Alunas do Regina Coeli em aula prática de jardinagem, década de 1940



Fonte: Maia, (1999, p.36).

Nesta imagem, as alunas do Colégio Regina Coeli estão em aula prática de jardinagem, pois no Colégio, desde a sua fundação em 1936, pelas irmãs Beneditinas, às meninas eram oferecidas as aulas de canto, de música, de corte e doméstico, conforme consta no jornal Diário de Pernambuco de 1936. A imagem acima, retrata uma aula de jardinagem na década de 1940, quando o Colégio Regina Coeli já estava sendo administrado pelas irmã Franciscanas. Essas aulas, provavelmente, tinham o intuito de preparar as meninas, para a vida doméstica, nos seus futuros lares, após o matrimônio. Desse modo, “[...] a preparação para a atuação das mulheres no magistério deveria estar situadas no limiar da “segurança do casamento e do lar” (CORRÊA, 2018, p. 59).

Nesse contexto, a educação das mulheres para exercício do magistério, estava associada a preparação para a vida doméstica, preparando-as para serem futuras boas esposas e mães. A esposa, mãe e professora, deveria ser exemplo de moralidade e conduta exemplar. Ou seja, o ser professora estava condicionado a exigências de padrões sociais patriarcais vigentes na sociedade, os quais ditavam o modelo de comportamento e a regras a serem seguidos pela esposa, mãe, professora, a qual deveria segui-los sem questioná-los, para ser aceita na sociedade e exercer o magistério. “[...] a exaltação do recato, da beleza, e da domesticidade como atributos a serem ostentado pelo esposo e familiares nos eventos sociais, como mulher rainha do lar e mãe exemplar” (CORRÊA, 2018, p. 58).

Imagem 14- Município de Limoeiro, Avenida Severino Pinheiro, e o Colégio Regina Coeli, no final da década de 1940



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Elias Vieira de Melo

Nesta imagem, como a seta está indicando, podemos observar as remodelações feitas na antiga fábrica de beneficiamento de algodão, tal e qual a construção de novos prédios no terreno que pertencia à referida fábrica, resultando no magnífico prédio do Colégio Regina Coeli, equiparado ao Colégio Pedro II, localizado na Avenida Severino Pinheiro, uma das avenidas principais de Limoeiro. A fábrica e o terreno que pertenciam à mesma foram adquiridos, simultaneamente, pelas freiras Franciscanas, no início da década de 1940, para o provimento de instalações adequadas ao Colégio Regina Coeli, para que este tivesse acomodações que atendessem a uma das exigências do Ministério da Educação e Saúde para a equiparação dos Colégio em todo país.

De qualquer forma, são muitas as dificuldades em se obter alguma informação na própria instituição educacional Regina Coeli na atualidade, que ainda continua sendo dirigido pelas irmãs Franciscanas de Maristela. Apesar do empenho na realização deste estudo, o acesso às fontes que evidenciem a trajetória dessas irmãs em Limoeiro ainda está restrito a particulares, como o senhor Elias Vieira e conforme aquisição da fotografia abaixo, que nos foi disponibilizada, gentilmente, pelo funcionário da Prefeitura responsável pelo arquivo público, o Sr. Rodrigo Raimundo do Rêgo Rodrigues.

Imagem15 - Alunas do Colégio Regina Coeli no Desfile Cívico de 07 de setembro do ano de 1961



Fonte: Arquivo de Rodrigo Raimundo do Rêgo Rodrigues

Como podemos verificar, trata-se da participação das estudantes do Colégio Regina Coeli no desfile cívico realizado no ano de 1961, no centro do município de Limoeiro. A fonte, adquirida por particulares, revela de forma discreta as vestimentas das meninas, com saia abaixo do joelho, e blusa branca de manga longa. Essas imagens lembram um pouco o que foi verificado no estudo de Lira (2009), especialmente no que se refere à participação das estudantes nas atividades de ginástica e nos jogos de basquete e voleibol, na Academia Santa Gertrudes, nas primeiras décadas do século XX.

De qualquer modo, o desfile também demonstra, não apenas a quantidade de meninas estudantes naquele período, 1961, mas a participação da mulher em evento cívico, provavelmente, no dia sete de setembro, quando se comemora no Brasil, o dia da Independência da República. É, de fato, uma questão a se verificar, as disposições táticas encontradas pelas freiras do Colégio Regina Coeli, na condução dos trabalhos educacionais ali desenvolvidos, porque são poucos os registros encontrados, seja pela imprensa ou pela legislação municipal, projetos, leis ou decretos que apontem o empenho das referidas freiras na construção de seu projeto educacional em Limoeiro.

Contudo, há de convir que, a estrutura educacional do Colégio Regina Coeli está, até o presente momento, em uma das avenidas principais de Limoeiro, e revela certa tradição educacional e religiosa em se ter seus filhos e filhas em suas dependências, enquanto estudantes.

Se por um lado são escassas as fontes sobre o empenho das missionárias no trato da gestão educacional em Limoeiro, ao contrário, verifica-se em abundância evidências da trajetória e das táticas do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, no intuito de edificar e consolidar a educação no mesmo município. O que poderemos observar posteriormente. Além dos feitos no setor educacional realizados pelos prefeitos citados por Vilaça (1971), Pereira (2013), destaca as iniciativas do prefeito José Donino da Costa, o qual em 1940 inaugura o Grupo Escolar Dr. Antônio de Moraes e Silva bem como funda em 1951 o Centro Educativo Regina Coeli. Segundo ainda o autor, outros centros educativos foram fundados nos anos seguintes, no município, no entanto, só faz menção das suas nomenclaturas não indicando o ano de suas fundações.

Os Centros Educativos os quais o autor faz referências são os seguintes: São Francisco, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora dos Anjos, São Luís, Menino Jesus Sagrado Coração e Nossa Senhora da Paz. No entanto, em visita à Secretaria de Educação de Limoeiro, em tendo acesso aos seus arquivos encontramos alguns históricos, inclusive, o do antigo Centro Educativo, hoje escola Nossa Senhora dos Anjos. Segundo ainda o autor, muitos desses Centros Educativos, atualmente são escolas primárias e Centros de Cultura. O São Francisco e Nossa Senhora dos Anjos atualmente são escolas municipais que oferecem aos limoeirenses, a Educação Infantil, o Ensino Primário e Ensino Fundamental o 1º ao 5º ano. Inclusive nessas escolas, tivemos a oportunidade de exercer a função docente, e em especial na escola São Francisco.

Esses eventos educacionais aqui elencados nos mostram um pouco da dedicação e do compromisso dos esforços educacionais de instituições municipais, indivíduos limoeirenses e de outras cidades, e até nacionalidade, em prol do desenvolvimento educacional de Limoeiro. Do mesmo modo, como outras estruturas públicas e privadas acabam se envolvendo, direta ou indiretamente, com os assuntos escolares e pedagógicos do município, a exemplo da Rádio Difusora e outros meios de comunicação, que divulgavam formaturas e outros acontecimentos relacionados à educação.

Imagem 16 - Rádio Difusora de Limoeiro, fundada em 17 de outubro de 1952



Fonte: <http://www.coisasdavidia.net.br/2012/10ha-60-anos-surgia-em-limoeiro-radio.html>

No contexto educacional municipal, é provável que os meios de comunicação como jornais impressos, jornais corporativos e outros, como os meios de comunicação radiofônica, tenham cumprido papel importante no debate acerca da educação. É o que pode ter acontecido com a Rádio Difusora de Limoeiro, pois há informações de ter cedido suas instalações para formatura dos concluintes do Ensino Secundário e promovido alguns debates a respeito dos problemas que afetavam a escolarização do município, especialmente, no que concerne ao Ginásio de Limoeiro, dirigido pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel.

A referida Rádio serviu para divulgação do edital de concurso público para o provimento de cargo de professora. Assim, o Decreto de Lei nº 10/58, exige que seja publicado o período de inscrição, pelos menos, oito vezes antes do término da mesma. O referido Decreto chama atenção ainda, para o fato de que as professoras “tituladas”, provavelmente, que possuíam o diploma do curso normal, estariam isentas da inscrição, com a obrigatoriedade de seu comparecimento, caso contrário, perderiam o cargo já ocupado.

Há evidência de que o município fez investimentos financeiros para o funcionamento da Rádio Educadora de Cumarú, Distrito de Limoeiro, à época, como consta do Projeto de Lei S/Nº em 17 de outubro de 1958, em que fica o “Prefeito

autorizado a abrir crédito especial” no valor de Cr\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Cruzeiros), a título de subvenção mensal para referida Rádio.

Esses dados são importantes porque, conceitualmente, um município pedagógico se apresenta pela legislação e descentralização da gestão educacional, o que corrobora, a partir dessa fonte, para a compreensão de que a necessidade de educar ou instruir não se limitava às edificações, mas também à Rádio Difusão enquanto instrumento educativo e de utilização das estratégias e táticas.

Como se sabe, em Certeau (1998), as estratégias dizem respeito ao dito, ao “sujeito de querer e de poder”. As estratégias controlam o gasto do tempo e apresentam a ordem a ser seguida. Por outro lado, as táticas e o não dito são o “drible” da ordem a ser seguida. Assim, essas duas categorias são antagônicas e complementares, ao mesmo tempo. Cabe ao poder público local, e ao poder público central, a formulação da ordem e aos indivíduos, cidadãos comuns ou representantes legais, as astúcias para a consecução dos seus objetivos, como vimos na seção anterior.

Nesse contexto, esta seção analisa os aspectos políticos que fundamentam do ponto de vista estratégico direcionado à formação e desenvolvimento do sistema educacional, em Limoeiro, que, provocado por personalidades religiosas, da sociedade civil e membros do poder legislativo, se firma em seu processo de escolarização entre 1934 e 1961.

Nesse recorte temporal, marca-se em 1934, a promulgação da Constituição Federal, a qual, em relação à educação, mostrou interesse na organização e ao desenvolvimento educacional do país. Nesta, pela primeira vez, foi reservado um capítulo para educação e também se discutiu, pela primeira vez, sobre o Ensino Religioso, estabelecendo que, este, seria constituído como matéria nos horários das escolas públicas, de frequência facultativa e ministrada conforme os princípios da religião proferida pelos alunos, pais ou responsáveis.

Dessa forma, a Carta Magna de 1934 estabelece que a educação é direito de todos e que é de competência da União, dos Estados e dos municípios proporcionar e estimular o desenvolvimento das ciências e das letras. E ainda, que, cabe à União fixar um plano nacional de educação compreendendo todos os níveis e ramos de ensino, sua coordenação, fiscalização e efetivação em todo território nacional. E, também, a ela, incumbe a organização, o mantimento nos territórios de sistemas educacionais apropriados a estes, assim como o mantimento no Distrito Federal do Ensino Secundário, estendendo-se ao Superior e universitário.

O texto constitucional acima citado, ainda trata do Ensino Primário, estabelecendo que, o mesmo será gratuito e de frequência obrigatória, sendo este garantido a crianças e adultos. E também, com tendência de continuidade do estudo posterior ao primário, gratuitamente, ou seja, o Ensino Secundário, objetivando que este se torna mais acessível. Além disso, enfatiza a competência dos Estados e do Distrito Federal em organizar e manter, nos seus territórios, seus sistemas educativos, respeitando as diretrizes determinadas pela União.

No debate que se travou, por ocasião da promulgação da Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), em 1961, participavam de um lado os liberais e, do outro, os progressistas. Os progressistas pensavam uma LDB que assegurasse a obrigatoriedade da União em relação ao provimento dos três níveis de ensino, sobretudo da responsabilidade para com o financiamento. Enquanto que, os liberais defendiam o Estado apenas como um regulador da educação, onde as pessoas mais pobres estudariam nas escolas privadas por meio de bolsas de estudo financiadas pelo Estado.

Nesse debate, é possível observar a importância razoável do ponto de vista das ideias pedagógicas, como está presente em Saviani (2008), sobretudo, como pensar o Estado no provimento da educação no país. É bem verdade que a primeira LDB, em 1961, que suscitou os primeiros debates, também apresenta alguns pilares importantes para a educação no Brasil, no que se refere ao Plano Nacional da Educação, que foi construído e redigido pelo Anísio Teixeira, em 1962.

Além disso, constam, ainda, nessa legislação, os fundamentos para a criação do Conselho Federal de Educação, marcos legais, de que, obviamente, os entes públicos da federação passam a se beneficiar para formularem seus próprios ditames da educação municipal, por exemplo. De modo que, todo sistema educacional começa a se forjar a partir de 1934, com a Constituição Federal e, posteriormente, com a LDB de 1961 e seus desdobramentos.

Portanto, esse marco temporal, 1934-1961, é importante para esta tese, porque, em 1934, promulga-se a Constituição Federal, que trata, pela primeira vez, do Ensino Religioso, e, vinte e sete anos depois, 1961, tem-se a promulgação da LDB, uma legislação específica para a educação no país.

No plano local, temos a criação do Ginásio de Limoeiro, em que o Pe. Adauto Nicolau Pimentel envidou todos os esforços para a equiparação dessa instituição ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, esforços envidados, inclusive, nos âmbitos nacional e local, mobilizando o poder público e a imprensa local.

Nesse contexto, temos a fundação do Colégio Regina Coeli, em 1936 pelas irmãs Beneditinas, a criação de escolas isoladas, como a Mínima Mendes, em 1951, que, posteriormente, em 1957, passa a ser Grupo Escolar Luís Sátiro Pereira, bem como a fundação de Grupos Escolares nos Distrito de Limoeiro, em 1937 e 1938. E, mais adiante, em 1940, temos a fundação do Grupo Escolar Dr. Antônio Moraes e Silva e, em 1958, o Grupo Escolar Austro Costa, ambos, localizados na zona urbana de Limoeiro. Temos, ainda, a fundação da Escola Artesanal João Alberto, em 1956.

Imagem 17- Escola Artesanal João Alberto, década de 1950



Fonte: Arquivo do Professor Fernando Carneiro de Almeida ex-professor da Escola Artesanal João Alberto.

Segundo Pereira (2013), a Escola Artesanal João Alberto, foi fundada pelo Estado no município de Limoeiro e buscou propagar o Ensino Profissional nos municípios do interior pernambucano. Essa escola foi manchete do jornal local, Dos Novos, em outubro de 1957. Neste jornal, consta que a Escola Artesanal João Alberto era dirigida pelo professor Álvaro Damasceno, e que o mesmo lamentava o fato de que só 67 alunos, frequentavam a escola, a qual comportava um quantitativo de mais de 100 alunos. Consta ainda, no referido jornal, que a escola oferecia ao seu corpo discente o ensino de um ofício e o ensino das Primeiras Letras, assim como a conclusão do Curso Artesanal. O aluno ainda era contemplado com o diploma de admissão, o qual era exigido para ingressar no

Ensino Secundário. Esse nível de ensino, em Limoeiro, até 1961, era ofertado pelas instituições privadas, Ginásio de Limoeiro e pelo Colégio Regina Coeli, respectivamente.

A Escola Artesanal João Alberto foi fundada pelo Estado em parceria com a Prefeitura. Em linhas gerais, os cursos oferecidos eram os seguintes: “Marcenaria, Mecânica, Sapataria e Alfaiataria” (PEREIRA, 2013, p.152). O prédio desta escola, provavelmente, foi um dos prédios comprados pela Prefeitura na gestão do prefeito Pe. Adauto Nicolau Pimentel, fato este relatado no documento, segundo a fonte Abaixo Assinado de 1948, que foi encaminhado pela comissão de educação da Câmara Municipal ao presidente da mesma, em exercício à época, Agripino Ferreira de Almeida.

Sendo assim, no documento encaminhado consta que: “O abaixo assinado no intuito de bem servir a coletividade, vem perante V. Excia requerer que depois de ouvida a Câmara Municipal, seja nomeada uma comissão para traçar planos no sentido de crear uma escola profissional” (ABAIXO ASSINADO, 1948). Consta ainda, no referido documento, que o pedido é justificado pelo conhecimento da compra de prédios pelo prefeito à época, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, os quais eram da antiga Usina Sanbra e que este seriam apropriados para uma Escola Profissional. E ainda, que a mesma será de grande proveito para município, desta forma, espera a aprovação unânime da Câmara ao pedido acima requerido.

Percebemos a tática da comissão de educação da Câmara, que, mediante o conhecimento da aquisição de prédios pela Prefeitura, e que os mesmos seriam apropriados para ser instalada uma escola profissional, cria um abaixo assinado. Por meio deste, vem requer ao Presidente da Câmara, que levando ao conhecimento da Câmara o teor do documento em questão, após o parecer desta, uma comissão seja nomeada no sentido de “traçar planos” para que seja viabilizada a criação de uma escola profissional. A comissão da educação usando ainda a tática para justificar o pedido, relata no documento acima citado, ao Presidente da Câmara, a existência de prédios adquiridos pela Prefeitura apropriados para se instalar uma escola profissional, e ainda que a criação da referida escola seria de grande importância para o município. Dessa forma pede que o requerido solicitado, tenha a aprovação unânime da Câmara. Podemos evidenciar mais um, entre tantos esforços envidados em prol do desenvolvimento educacional de Limoeiro na periodização desta Tese.

Nesse contexto, ainda, temos em 1961, a criação do Ginásio Estadual de Limoeiro, o qual oportunizou o Ensino Secundário às camadas populares, portanto, uma, entre tantas

instituições educacionais criadas no município, fechando um ciclo estratégico e tático para o processo de escolarização limoeirense.

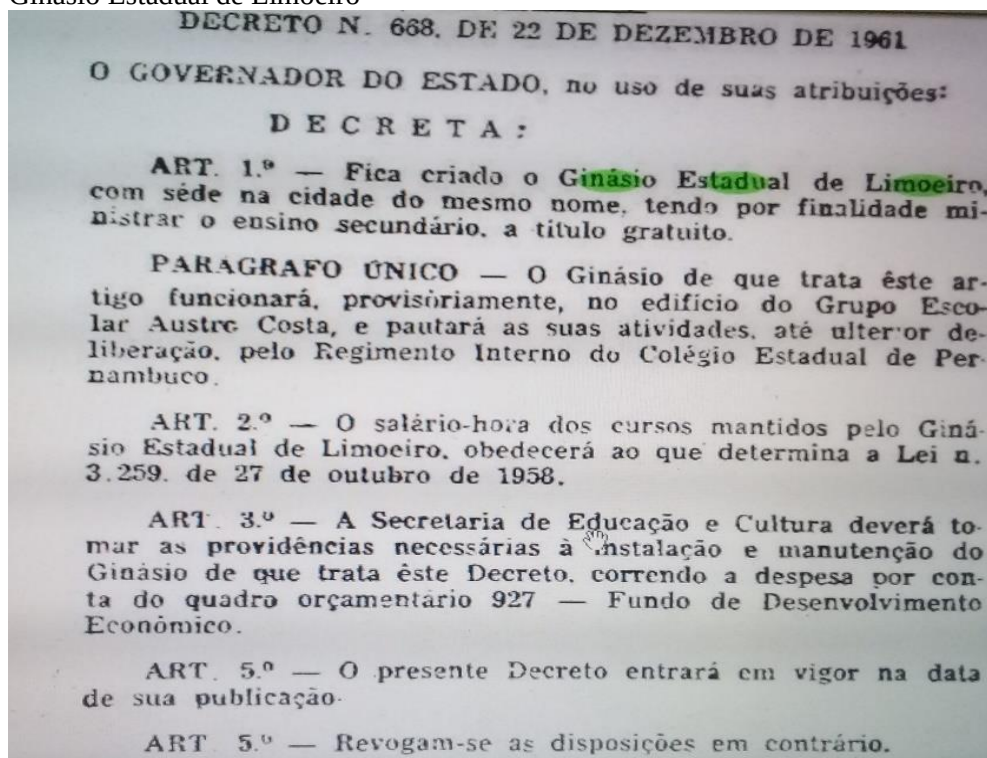
Não obstante a criação de mais um Ginásio no município, entretanto, este financiado pelo governo estadual de Pernambuco, as circunstâncias de sua criação devem-se, segundo Pereira (2013), ao vereador de Limoeiro, Mair Cavalcante, que se aproveitando da visita do então governador de Pernambuco, Cid Feijó Sampaio, no ano de 1961, no município, solicita publicamente ao mesmo a fundação de um Ginásio Estadual. E, dessa forma, atendendo à solicitação do vereador, no final do referido ano, o então governador Cid Feijó Sampaio assina, em 22 de dezembro de 1961, o Decreto de Nº 668, autorizando, assim, o funcionamento do Ginásio Estadual de Limoeiro, denominado também de Escola Estadual de Limoeiro.

Pereira (2013) diz ainda que, o Ginásio Estadual, com a contribuição do candidato à época a deputado, Luíz Gonzaga Duarte, iniciou suas atividades no período noturno, no prédio do Grupo Escolar Estadual Austro Costa, e que, posteriormente, também teve suas atividades no prédio onde funcionava o Grupo Escolar Moraes e Silva.

Considerando contexto da época, o Ginásio Estadual de Limoeiro era essencial para o provimento do Ensino Secundário dos estudantes provenientes das classes populares do município de Limoeiro e de suas redondezas, que ainda não possuíam esse nível de ensino. Pois este, até a fundação do Ginásio Estadual de Limoeiro, em 1961, era privilégio dos filhos das elites limoeirense e dos municípios circunvizinhos.

Desse modo, a grande maioria dos estudantes pobres do município e da circunvizinhança só tinha acesso ao Ensino Primário, com exceção de poucos que, por meio de bolsas oferecidas pela Prefeitura e pelo Estado, em parceria com o Ginásio de Limoeiro e com o Colégio Regina Coeli, tinham acesso ao ensino acima citado.

Imagem18 - Decreto nº 668 de 22 de dezembro de 1961, que autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Limoeiro



Fonte: Diário Oficial, 1961.

O Decreto de Nº 668 de 22 de dezembro de 1961, no seu Art. 1º versa que fica criado no município de Limoeiro, o Ginásio Estadual de Limoeiro, e que este terá seu funcionamento, provisoriamente, no Grupo Escolar Austro Costa. E que este oferecerá o Ensino Secundário gratuito. Nesse contexto, com funcionamento desse Ginásio, o Ensino Secundário iria ser oferecido às camadas desfavorecidas de Limoeiro.

Evidenciamos aqui a tática do vereador Mair Cavalcante, que, com habilidade, aproveitou a oportunidade dada por meio da estadia do “sujeito de querer e poder”, o então governador Cid Sampaio, no município, para pedir a instalação de um Ginásio, e a presença do candidato a deputado, que contribuiu com a instalação do Ginásio Estadual de Limoeiro no Grupo Escolar Austro Costa e do Grupo Escolar Moraes e Silva para o início de suas atividades.

Por outro lado, podemos verificar a estratégia do poder público local, que fez parceria com o governo estadual, disponibilizando o prédio do Grupo Escolar Moraes e Silva para o desenvolvimento das atividades do Ginásio Estadual de Limoeiro, como também contribuindo no que fosse possível, para o seu funcionamento, devido a sua grande importância para o município.

O Ginásio Estadual de Limoeiro, como já mencionado, teve suas primeiras atividades nos Grupos Escolares Austro Costa e Moraes e Silva. No entanto, devido ao crescimento do quantitativo de matrículas, segundo o ex-professor e ex-diretor do referido Ginásio nos seus primeiros anos de funcionamento, Alexandre Nunes, o Ginásio Estadual de Limoeiro passa a funcionar no prédio do Ginásio de Limoeiro. Dessa forma, o Ginásio do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, passa a dividir suas instalações com o Ginásio Estadual de Limoeiro até 1972, quando o prédio do Ginásio de Limoeiro passa a pertencer ao Estado de Pernambuco.

Nesse contexto, conforme os termos contidos na Escritura Pública de Compra e Venda que foi lavrada no Livro 151, fls. 139/142 v, em 22 de dezembro de 1972, no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Limoeiro, o imóvel, de propriedade do Pe. Nicolau Adauto Pimentel, anteriormente registrado, no livro 3-AL, fls. 32, nº 20.516; Livro 3, fls. 01, nº 2.661, em 29/01/1938 e no Livro 3-AL, fls. 32, nº 20.515, em 22/12/1972, passa a ser adquirido pelo Estado de Pernambuco, por meio do Ato de nº 2079 de 30 de agosto de 1972, por designo do governador de Pernambuco, com publicação no Diário Oficial de nº 168, de 31/08/1972, página 3985, constando também que, a compra do referido imóvel havia sido feita ao Pe. Adauto Nicolau Adauto Pimentel pelo valor de Cr\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Cruzeiros).

As informações aqui relatadas acerca da compra do prédio do Ginásio de Limoeiro pelo Estado foram constatadas no documento adquirido no Cartório de Imóveis em Limoeiro, Mair Cavalcanti, intitulado: Certidão de Inteiro Teor. No intuito de saber e comprovar o ano em que o prédio do Ginásio de Limoeiro havia sido comprado pelo Estado ao Pe. Adauto Nicolau Pimentel, fomos aos dois Cartórios de Imóveis existentes no centro do município a procura da certidão de compra e venda do Ginásio de Limoeiro.

Desse modo, o Ginásio Estadual de Limoeiro, em 1982, por meio da Lei Federal de nº 9188, passou a se chamar Escola Estadual Pe. Adauto Nicolau Pimentel. A escola foi extinta pelo Estado no ano de 2016, gerando uma grande perda para os estudantes do município de Limoeiro e municípios vizinhos, devido à estrutura física imponente do prédio, bem como a diminuição dos níveis de ensino e modalidades de ensino que eram oferecidos ao seu alunado. Hoje, funciona no prédio, a Gerência Regional de Educação do Vale do Capibaribe.

Soma-se a estas iniciativas a criação do Projeto de Lei, de 1957, de número não identificado, pelo vereador Hildo Pereira da Silva, que autoriza o prefeito a construir um salão em Cutias, à época zona rural de Limoeiro, para a instalação de uma escola

municipal, bem como a autorização de abertura de “crédito especial” de Cr\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros) para a construção do salão. E ainda, por meio desta Lei de 1957, o autor do projeto fica obrigado a doar um terreno de sua propriedade para este fim. Na justificativa do projeto, a Câmara parabeniza o autor pela sua criação e pela iniciativa de promessa de doação do terreno para a construção do salão.

Nessa perspectiva, temos também a iniciativa do vereador Nonézio Francisco de Carvalho, que solicitou a construção de um salão na Vila Urucuba, zona rural de limoeiro, para ser instalada uma escola municipal. A Câmara, mediante a aprovação do projeto de autoria do referido vereador, em 18 de maio de 1950, leva, de imediato ao conhecimento do prefeito, por meio do ofício 5/a.

A tática aqui empreendida pelo vereador Hildo Pereira da Silva era criar um projeto que permitisse ao prefeito a construção de salão para a instalação de uma escola e disponibilizar um terreno para a construção do salão. A tática do vereador Nonézio foi semelhante à do vereador Hildo Pereira da Silva, fazendo com que o prefeito construísse mais um salão para a promoção do funcionamento de mais uma escola municipal, na zona rural de Limoeiro.

Por outro lado, as estratégias da Câmara foram além da aprovação dos projetos dos vereadores, pois, a mesma acrescentou ao projeto do vereador Hildo Pereira da Silva um artigo que o obrigava doar um terreno de sua propriedade para construção do salão em Cutias. E ainda elogiar a sua atitude, bem como fazer com que o prefeito ficasse ciente do projeto do vereador Nonézio Francisco de Carvalho, no intuito da solicitação do vereador ser atendida pela Prefeitura.

Outra iniciativa da Câmara para a instalação de mais escolas no município foi em 10 de agosto de 1960, que, após a reunião de plenário e aprovação, é enviado ao prefeito o requerimento, indicando ao mesmo que havia a necessidade de se construir no Alto São Sebastião, bairro de Limoeiro, um Grupo Escolar para atender a população que, em sua maioria, tinha filhos na idade escolar e se encontravam fora do ambiente escolar, devido ao fato das escolas existentes não comportarem os elevados números de frequência. A estratégia da Câmara foi pressionar o prefeito do município a construir um Grupo Escolar objetivando amenizar a demanda educacional do município no provimento à população carente do Ensino Primário.

4.3 AS TÁTICAS POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS DE UM PADRE.

Esta seção tem por objetivo apresentar e analisar as táticas utilizadas por um dos mais importantes educadores de Limoeiro, que dedicou parte de sua vida à construção e manutenção de um Ginásio educacional. A nossa análise contempla um conjunto de informações encontradas em documentos, como Decretos municipais, impressos de jornais, entre outros, literatura pertinente à vida política e social de Limoeiro.

Apesar da pouca literatura existente sobre esse município, especialmente, acerca da educação, encontramos autores como Távora (1982), que discorre em sua obra intitulada: *Ginásio de Limoeiro: evocações sobre um importante personagem ávido, em promover a educação municipal por meio de uma edificação escolar*, o Pe. Nicolau Pimentel.

Segundo o autor, o Pe. Nicolau Pimentel era natural de Queimadas, atualmente, Orobó, que fica a 30 km de Limoeiro, de família pobre e numerosa. O mais novo dos oitos filhos do senhor José Rodrigues Pimentel, que, por falta de recursos financeiros, não poderia financiar os estudos dos filhos. O máximo de nível escolar que poderia alcançar a grande maioria dos estudantes pertencentes às camadas desfavorecidas nos municípios do interior de Pernambuco era o Ensino Primário.

Para ter uma ideia mais apropriada sobre a situação educacional, no ano de 1954, no Brasil, existiam 1.771 escolas de Ensino Secundário e um quantitativo de matrícula de 535.775. Dentre as 1.771 unidades escolares de Ensino Secundário existentes, 435 eram públicas, enquanto que 1.336 eram particulares. (ABREU, 2005). E, segundo o Anuário Estatístico do Brasil de 1961, em Pernambuco, no início do referido ano, havia 47.891 alunos matriculados nas escolas de Ensino Secundário. Além disso, dos estabelecimentos de ensino secundário existentes no Estado, um era federal, 11 estaduais, 23 municipais e 128 particulares. Como podemos perceber, os estabelecimentos de Ensino Secundário eram, em sua maioria, particulares e, conseqüentemente, o número de alunos matriculados era bem maior, enquanto que, o das escolas municipais e estaduais era muito reduzido.

Nesse contexto, o número reduzido de escolas públicas que ofereciam o ensino secundário em Pernambuco, não permitia que a grande maioria dos estudantes das camadas desfavorecidas, sobretudo do interior do Estado, tivesse acesso a esse nível de ensino.

Todavia, ainda segundo Távora (1982), a oportunidade surgiu para o Pe. Adauto

Nicolau Pimentel, mediante a iniciativa do Pe. Plínio Teixeira de Pequeno, vigário da paróquia de Queimadas, que o leva para o seminário no ano de 1920 e, em 1931 torna-se sacerdote. Suas primeiras atividades como sacerdote exercendo a função de coadjutor interino, ocorreram na sede de sua diocese situada em Nazaré da Mata, que fica a 38 km de Limoeiro.

Távora (1982) frisa que foi aluno do Ginásio de Nazaré da Mata e que, posteriormente, do Ginásio de Limoeiro, e que o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, saía pelos municípios vizinhos a Nazaré da Mata em busca de alunos para compor o quadro discente do seu Ginásio recém-instalado no referido município, e que, em umas das suas buscas, vai a sua cidade natal, ou seja, a Queimadas, onde residia o referido autor e, em conversa com o seu pai, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, propõe levá-lo para estudar no Ginásio, ainda em seus primeiros anos de existência. E, que, o Pe., tendo conhecimento das condições financeiras modestas do seu pai, facilita os pagamentos das mensalidades.

E, dessa forma, ao menino matuto natural do município de Queimadas, hoje Orobó, foi oportunizado o acesso ao Ensino Secundário, e, posteriormente, dando continuidade aos estudos, o menino matuto, agora rapaz, faz o vestibular para medicina, e, ingressando na faculdade de medicina, o rapaz matuto torna-se o médico José Geraldo Távora.

Entretanto, segundo o autor, após um ano de experiência na sede paroquial, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, se dá conta de que a atividade paroquial não lhe é promissora. Mediante o fato, decide, então, instalar, em 1933 seu primeiro Colégio no referido município, e, dessa forma, no mesmo ano, o Pe. inaugura seu primeiro Ginásio com a nomenclatura Ginásio de Nazaré da Mata.

Todavia, ainda segundo Távora (1982), o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, em Nazaré da Mata, não teve o apoio que julgava necessário para a realização de seu sonho de fundar um “bom colégio” e ficar à frente de sua direção. Desse modo, decide, então, que deveria aportar nas vizinhanças daquela região, objetivando encontrar apoio para realização do que almejava.

Para tanto, o Pe. envia a Limoeiro o secretário do Ginásio de Nazaré da Mata, o professor Vilaça “[...] com o propósito de reconhecer o terreno, farejar o ambiente, divulgar a ideia, medir as reações” (TÁVORA, 1982, p.122). A escolha por Limoeiro, possivelmente se deu pelo fato de que o município era, e ainda é, um dos municípios mais desenvolvidos economicamente do Estado de Pernambuco.

Aqui, podemos identificar a primeira tática do Pe. Adauto Nicolau Pimentel,

reconhecimento do espaço do outro, para mediante as “brechas” oportunizadas pelo “sujeito de querer e poder”, aproveitar oportunidades e dar o “golpe”. E assim, o Pe., possivelmente, a partir das condições favoráveis relatadas pelo professor Vilaça, resolve ir para Limoeiro e, aproveitando-se das oportunidades dadas pelo “sujeito de querer e poder”, instala e dirige, em 1934, no município de Limoeiro, o seu tão sonhado “bom colégio”, sendo denominado de Ginásio de Limoeiro.

Nesse contexto, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, então diretor do Ginásio de Limoeiro, em entrevista concedida ao jornal Correio de Limoeiro, em 12 de maio de 1934, afirma que as atividades do Ginásio de Limoeiro foram iniciadas com 40 alunos matriculados, muitos desses, provavelmente, oriundos do primeiro colégio fundado pelo Pe., o Ginásio de Nazaré da Mata, como é o caso de José Geraldo Távora, autor da bibliografia anteriormente mencionada. E que, após o período de três meses de funcionamento deste estabelecimento educacional, esse número passou a ser de 120 estudantes matriculados, tendo como frequência média 100 alunos.

Evidenciamos, portanto, um aumento considerável de alunos matriculados entre esse curto espaço de tempo, considerando que, nesse período, o Ginásio de Limoeiro ainda não oferecia o Ensino Secundário. Talvez, o aumento substancial de matrículas, num curto espaço de tempo, tenha impulsionado táticas importantes para edificar um prédio e dar outros provimentos a uma instituição educativa como o Ginásio de Limoeiro.

O Pe. Adauto Nicolau Pimentel, diz ainda, que, as aulas eram ministradas no prédio do antigo Grupo Escolar Municipal Prof. Pedro Lemos, e que, mesmo com as adaptações feitas para o funcionamento do Ginásio, suas instalações não satisfaziam completamente as necessidades educacionais previstas ao nível de ensino a ser desenvolvido, ou seja, o ensino secundário.

Nesse sentido, como uma das primeiras iniciativas, o Pe. relata que os alunos internos foram acomodados em uma casa particular, localizada na Rua da Matriz, próxima ao prédio onde funcionava o Ginásio de Limoeiro, onde os mesmos dormiam e faziam suas refeições. Todavia, a transição desses alunos da casa para o referido Ginásio era inconveniente, bem como a falta de espaço adequado para a aula de Educação Física e a falta de um campo apropriado para o recreio e exercícios físicos.

Entre as tantas exigências do Departamento Nacional de Educação para funcionamento de um Ginásio atender a população limoeirense, uma delas seria que o prédio, para tal empreendimento, deveria possuir espaço adequado para as atividades acima citadas, algo que implicaria empenho político e recursos financeiros, não apenas

de órgãos públicos, mas, sobretudo, da subvenção da Prefeitura autorizada pela Câmara Municipal, bem como da contribuição da sociedade limoeirense.

O Pe. tinha ciência da falta de um Colégio no município e na região, sabia da importância do Ginásio de Limoeiro para o poder público local e para a população limoeirense, sobretudo, para a camada abastada da população que reside no município e região, pois, a instalação e a equiparação de um Ginásio seria a única maneira dos seus filhos terem acesso ao Ensino Secundário, sem se deslocar para capital. Além disso, seria menos oneroso mantê-los na sua cidade e região, haja vista, que os colégios na capital cobravam preços exorbitantes para manter um aluno interno em seus espaços.

O Pe. Adauto Nicolau Pimentel, diante dessas prerrogativas, aproveita a oportunidade dada pelo jornal Correio de Limoeiro, para levar ao conhecimento do poder público local, representado pela Câmara Municipal e pela Prefeitura, à sociedade limoeirense, de que o funcionamento do Ginásio de Limoeiro, só seria possível mediante o provimento de instalações adequadas ao desenvolvimento das atividades relatadas, algo que era uma das exigências do Ministério da Educação e Saúde e que, para tanto, fazia-se necessário um esforço político para captação de recursos financeiros públicos, principalmente, os subvencionados pela Prefeitura com apoio da Câmara Municipal e também seria necessário para tal empreendimento, que a sociedade limoeirense desse sua contribuição.

A imagem a seguir trata-se do prédio do Grupo Escolar Professor Pedro Lemos construído em 1918, que serviu de instalação inicial para funcionamento do Ginásio de Limoeiro, no ano de 1934, e, posteriormente, para o funcionamento das atividades do Colégio Regina Coeli. Essa fonte iconográfica foi encontrada no livro Ginásio de Limoeiro, literatura também, gentilmente, emprestada pela ex-aluna da década de 1930 e 1940 e ex-professora do Colégio Regina Coeli Carminha Costa.

Imagem 19 - Prédio do antigo Grupo Escolar Municipal Professor Pedro Lemos, 1934



Fonte: Távora, (1982, p.65)

Observamos a preocupação que se tinha com as acomodações dos estudantes no sentido de tê-los, não apenas mais por perto do edifício escolar, mas, por conta, é claro, da distância entre o dormitório, local das refeições e as aulas, razão pela qual a necessidade da aquisição de um edifício e equipamentos próprios às necessidades almejadas.

O Pe. Adauto Nicolau Pimentel, enfatiza que, devido à falta de equiparação do Ginásio de Limoeiro, o mesmo não estava oferecendo à população, ainda, o Ensino Secundário, mas apenas, o Ensino Primário, assim como um curso livre que preparava maiores de 18 anos que pretendiam fazer o 3º ano ginasial oferecido nos estabelecimentos equiparados em conformidade com a Lei Federal. Mas, que pretendia equipará-lo ao Colégio Pedro II no ano vigente.

Dessa forma, o Decreto de nº 21.241, de 4 de abril de 1932, um dos sete decretos baixados pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, anteriormente citado, “consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário”. Mediante esse decreto, os colégios só poderiam implementar o Ensino Secundário se estivessem equiparados ao Colégio Pedro II.

Assim, as regras estabelecidas determinavam que todos os colégios, Ginásios do país deveriam seguir seu modelo educacional. Consta ainda, no artigo 50 do referido

decreto que, para serem oficialmente reconhecidos para a expedição de certificados de habilitação válidos, legalmente, aos seus alunos, os estabelecimentos secundários, mantidos, seja pela administração estadual, municipal, por associações ou particular, devem satisfazer os requisitos essenciais que constam no artigo 51, que são os seguintes:

- I. Dispor de edifício, instalações, material didático em acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Ensino e aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.
- II. Ter corpo docente inscrito no registro de professores.
- III. Manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral.
- IV. Oferecer garantias financeiras o bastante para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos.
- V. Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecido neste decreto.

Desse modo, o Pe. Aduino Nicolau Pimentel, ciente dessas exigências para equiparação do Ginásio de Limoeiro, em entrevista concedida ao jornal Gazeta de Limoeiro, em 30 de junho de 1934, diz que, para a equiparação do Ginásio seria necessário “[...] - Tudo. Um prédio confortável, um Gabinete de Física e Química, um museu de História Natural, enfim os principais apetrechos que são requeridos pelo Departamento Nacional da Educação” (GAZETA DE LIMOEIRO, 1934, p.1). Assim, fica claro que, para a equiparação, o religioso fará todo o possível para atingir seus objetivos.

Nesse particular, é provável que o Pe. tenha firmado alguma espécie de convênio ou parceria com a Ação Integralista do subnúcleo do município, no sentido de abrigar, nas dependências do Ginásio, aulas gratuitas para os operários, conforme publicação da Gazeta de Limoeiro, em 28 de julho de 1934. Provavelmente, o Pe., em troca do uso das instalações do seu Ginásio, fez algum acordo financeiro, ou político com a própria Prefeitura, pois, o mesmo, sabia que seria essencial para a equiparação do Ginásio, continuar tendo o apoio do poder público local.

A fonte dá conta de que “Tenciona assim o Chefe municipal educar as massas trabalhadoras, fundando ao mesmo tempo a Legião Integralista de Operários Limoeirenses. (L.I.O.L.)” (GAZETA DE LIMOEIRO, 1934, p.2). É provável que, com esta ação, ele pretendesse contrapor, obviamente, às críticas dos comunistas em relação às condições de trabalho e também da educação, pois o texto é explícito em dizer o que se segue: “É o verdadeiro contraste com o comunismo: enquanto êle BERRA nós, os integralistas, REALIZAMOS” (GAZETA DE LIMOEIRO, 1934, p.2).

De qualquer forma, para atingir seus objetivos, o Pe. Nicolau Pimentel ainda teria um longo caminho pela frente, haja a vista as obrigações que deveria cumprir ao ter o Colégio Pedro II como modelo. Não custa lembrar que o Colégio Pedro II foi criado por meio Decreto de 2 de dezembro de 1837 no Rio de Janeiro, pelo então regente interino, em nome do imperador Pedro II. Que, por meio deste Decreto, converte o Seminário de S. Joaquim em Colégio de Instrução Secundária, passando assim, a ser denominado de Colégio Pedro II.

Ao analisarmos esse Decreto de 1837, observamos a conversão de um Seminário em Colégio, certamente, para melhor atender às necessidades vigentes, de uma educação mais próxima aos interesses do Império. Assim, no artigo 1º. “O Seminário de S. Joaquim he convertido em Collegio de instrução secundária”. E no artigo 2º. Versa que “Este Collegio he denominado - Collegio Pedro II”.

Dessa forma, o Colégio Pedro II foi inaugurado em 25 de março de 1838, serviu de referência para as instituições educacionais que pretendessem atuar com o Ensino Secundário, não apenas no Rio de Janeiro, mas em todo o território nacional.

Nesse contexto, o Pe. Aauto Nicolau Pimentel, objetivando equiparar o Ginásio de Limoeiro ao Colégio Pedro II, conforme exigência estabelecida pelo Decreto de nº 21.24, de 4 de abril de 1932, como requisito para implementação do Ensino Secundário nos colégios do país, divulga uma nota da diretoria do Ginásio no jornal Gazeta de Limoeiro, em 25 de agosto de 1934, no sentido de esclarecimento, certamente, acerca de alguns possíveis comentários, não condizentes com a realidade que envolvia o Pe. Aauto Nicolau Pimentel, funcionários públicos e cidadãos de Limoeiro, em relação à edificação do Ginásio de Limoeiro.

Imagem 20 – Nota da Diretoria do Ginásio de Limoeiro, 1934



Fonte: Jornal Gazeta de Limoeiro, 1934.

A fonte é esclarecedora, quanto às táticas envidadas pelo sacerdote sobre o intento de edificar um Colégio com características similares ao Colégio Pedro II. Nesse sentido, para melhor compreensão sobre o que está em jogo na trama que envolve o Pe., o Ginásio de Limoeiro e as famílias limoeirenses, segue a transcrição do conteúdo:

GINASIO DE LIMOEIRO (Nota da Diretoria)

A fim de evitar possíveis comentários de minha pretensão de equiparar o Ginásio de Limoeiro, recentemente fundado nesta

cidade, levo ao conhecimento das exmas. Famílias limoeirenses o seguinte:

1º- A campanha em prol da equiparação do Ginásio, tem sido a minha preocupação de todos os dias.

2º - Tenho conferenciado com pessoas de real valor, neste sentido, e todas têm dado o seu incondicional apoio.

3º - Técnicos, a meu chamado, opinaram que o actual prédio onde funciona as aulas, com certas adaptações, prestar-se-ia perfeitamente a equiparação e o Sr. Prefeito prontificou-se a fazer as devidas remodelações para que Limoeiro, em breve, pudesse ter seu colégio equiparado.

4º- Ainda este ano requererei a equiparação ao Ministro da Instrução, dependendo este facto, exclusivamente da boa vontade de certos elementos da terra, facilitando a aquisição de prédio, onde possa funcionar convenientemente internato. (GAZETA DE LIMOEIRO, 1934, p.4).

A nota em questão, não é apenas de esclarecimento à sociedade limoeirense, ou às famílias que tinham seus filhos matriculados no Ginásio recém-inaugurado, é também, em certa medida, a tentativa de o Pe. demonstrar o apoio que estava recebendo por parte de “pessoas de real valor” e do poder público, para o que estava pretendendo realizar, do ponto de vista da equiparação, às normas estabelecidas e melhores condições para as atividades de ensino.

O documento deixa claro que o Pe. Adauto Nicolau Pimentel também buscava sensibilizar o leitor e atraí-lo para cooperar na defesa do importante empreendimento a ser erguido no município. Assim, é possível observar seu espírito de persuasão, como se segue:

Qualquer espírito sensato observará que empreendimento de tal relevância não se fará sem desprendimento cooperação e renúncias. [...] Aqui deixo o meu pensamento, julguem utopia a minha, pretendo, porém, fazendo minha, uma frase de um belo espírito, posso dizer aos que me secundam neste ideal que uma se faz mais combatendo com nobreza que muitos preguando sem elas (GAZETA DE LIMOEIRO, 1934, p.4).

Podemos observar, conforme Certeau, (1998) as táticas e estratégias aqui utilizadas. A estratégia do “sujeito de querer e poder”, o então prefeito, João Marinho Falcão, foi prontificar e providenciar as necessárias adaptações no prédio onde funcionava o Ginásio, o qual, conforme o Pe., o antigo Grupo Escolar Municipal Prof. Pedro Lemos. Além de disponibilizar um prédio municipal para as primeiras atividades do Ginásio, a este, o prefeito fez e pretendia fazer novas adaptações para atender às

exigências do Ministério da Educação e Saúde Pública, objetivando equiparação do Ginásio ao Colégio Pedro II, para a implementação do Ensino Secundário.

Já a tática do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, que é “ação calculada” proveniente do fraco, dentro do lugar do outro Certeau (1998), foi divulgar uma nota no jornal para chamar atenção dos cidadãos limoeirenses sobre relevância do Ginásio de Limoeiro para o município e sobre a necessidade da colaboração de todos para que o referido Ginásio fosse equiparado, e que era fundamental o apoio da população e do prefeito para essa realização.

E outra tática foi convidar técnicos para avaliar o prédio disponibilizado pela Prefeitura. Assim, nas avaliações técnicas, os profissionais constataram que, o prédio, se feitas algumas adaptações, poderia ser equiparado ao modelo da instituição erguida no Rio de Janeiro, uma vez que já tinha conseguido o apoio do prefeito para a realização dessas melhorias.

E, já objetivando construir um prédio próprio para o Ginásio de Limoeiro, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, diz que vai requerer ao Ministro da Instrução, ainda no ano corrente, a equiparação, mas que isso não depende dele, e sim, “exclusivamente da boa vontade de certos elementos da terra”, possivelmente, pessoas abastadas, bem como lideranças políticas de Limoeiro e da região, que possam facilitar a aquisição de um prédio, que tenha condições estruturais convenientes para o funcionamento do internato.

Aqui, a tática usada pelo Pe., no intuito de adquirir colaboração para aquisição de um prédio adequado para a instalação do Ginásio equiparado ao Pedro II, é apelar para boa vontade das pessoas, ou seja, as lideranças políticas do município e da região as pessoas de poder aquisitivo, haja vista que o empreendimento, o qual objetivava, necessitava de um razoável investimento financeiro.

Em relação à equiparação do Ginásio de Limoeiro, é significativa a reportagem publicada pelo jornal Correio de Limoeiro de 1934. Vejamos:

No intuito de equiparar este estabelecimento de ensino que muito honra Limoeiro, o ilustre Sr. Pe. Nicolau Pimentel está desenvolvendo uma grande atividade.

Para a aquisição do material indispensável à equiparação aquelle esforçado sacerdote vae levar a effeito uma rifa.

A população de Limoeiro, especialmente os chefes de família devem de prestar ao devido apoio ao diretor do Gynásio para que elle obtenha êxito nesta iniciativa (CORREIO DE LIMOEIRO, 1934, p. 5).

Evidenciamos, pelo enunciado da reportagem, o destaque que a imprensa local

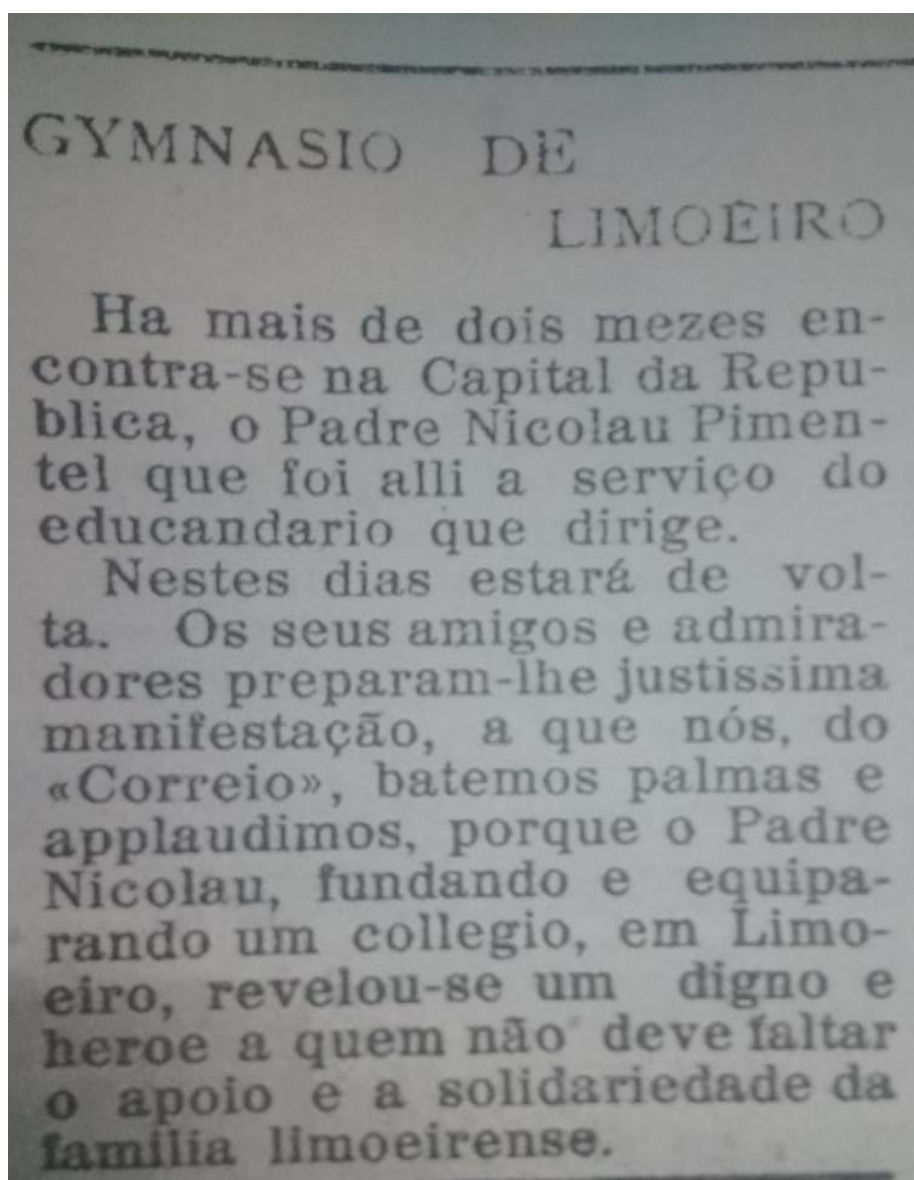
dava aos eventos relacionados ao Ginásio de Limoeiro, além do apoio às iniciativas do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, em prol das melhorias do seu estabelecimento de ensino. Esse fato foi também evidenciado em outros jornais locais que tivemos acesso. Em especial, nessa edição do jornal acima citado, o destaque é dado para a equiparação do Ginásio e à iniciativa do sacerdote para alcançar esse objetivo.

No sentido de chamar a atenção da sociedade limoeirense e obter parte do financiamento desejado, uma das atividades desenvolvidas pelo sacerdote foi a elaboração de uma rifa. Essa foi uma de suas táticas utilizadas para arrecadar verba e ajudar na equiparação do referido Ginásio ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. E a estratégia usada pelo jornal foi divulgar a atividade a ser desenvolvida para tal finalidade, ressaltando que era fundamental que a população do município, principalmente os chefes de família dessem seu apoio ao religioso, na sua iniciativa, para que o mesmo alcançasse seu principal objetivo.

Esse jornal limoeirense é um importante aliado do Pe. Adauto Nicolau Pimentel em várias de suas ações, desde o empenho local, como em suas incursões à capital da República, razão pela qual publica, inclusive, a estada do sacerdote pelo Rio de Janeiro em busca de apoio político e financeiro para a realização de seu intento educacional. A edição do dia 2 de fevereiro de 1935 fala, inclusive, que o Pe. merecia aplausos dos seus amigos e admiradores e “a que nós, do Correio, batemos palmas e aplaudimos” (CORREIO DE LIMOEIRO, 1935, p. 1).

Destaca-se, ainda, na matéria, o fato de já ter passado mais de dois meses que o Pe. Adauto Nicolau Pimentel estava em viagem, completando a narrativa, “a serviço do educandário que dirige”. Outro aspecto revelado pelo texto é a evidente admiração pelo Pe. que os editores lhe devotavam, porque, além de baterem palmas pelo empenho do sacerdote, o referido jornal, dizia que o Pe. “revelou-se um digno e herói a quem não se deve faltar o apoio e a solidariedade da família limoeirense” (CORREIO DE LIMOEIRO, 1935, p.1).

Imagem 21 - Nota sobre a Estada do Pe. Adauto Nicolau Pimentel na Capital da República



Fonte: Jornal Correio de Limoeiro, 1935

Podemos perceber a astúcia do Pe. Adauto Nicolau Pimentel para conseguir parte dos recursos financeiros necessários para realizar a equiparação do Ginásio de Limoeiro, criando uma rifa e, possivelmente, fazendo com que sua iniciativa fosse em público por meio da imprensa. Ele sabia que era uma forma da população do município colaborar, pois, a equiparação da instituição era objeto de desejo também dos limoeirenses, devido à falta de um estabelecimento educacional que pudesse oferecer, sobretudo, aos filhos das elites limoeirenses, o Ensino Secundário.

Pois, apesar da existência do Ginásio de Limoeiro no município, o mesmo, para

oferecer esse nível de ensino, só poderia com a equiparação, ou seja, instalações adequadas ao ensino correspondente, que era exigência do Ministério da Educação e Saúde Pública. E já prevendo o aumento do número de estudantes matriculados no Ginásio após sua equiparação, a tática também usada pelo Pe. foi publicar uma nota da diretoria no jornal Correio de Limoeiro, em 18 de dezembro de 1934, constando que o Ginásio vai oferecer um curso de férias gratuito para preparar alunos para o exame de admissão. Exame este exigido para o ingresso ao Ensino Secundário.

O Pe. Aduino Nicolau Pimentel era consciente, de que, muitos dos alunos que fossem aprovados no exame de admissão iriam ser matriculados no Ginásio de Limoeiro, pois, seria o único que, com a equiparação, ofereceria o referido nível de ensino no município.

Mas, finalmente, qual seria o prêmio a ser rifado pelo Pe.? Possivelmente, essa questão gerou questionamentos e especulações entre os moradores do município e nos municípios localizados nas circunvizinhanças de Limoeiro.

O jornal Gazeta de Limoeiro, em 8 setembro de 1934, usa da mesma estratégia: divulga, também, sobre a elaboração da rifa em prol da equiparação do Ginásio, bem como do prêmio a ser rifado, seu bem- feito e o dia em que ocorreria o sorteio do prêmio, fazendo referência ao dia 15 do referido mês.

Na matéria publicada, consta ainda, que o jornal já havia sido informado de que, na semana seguinte ao resultado da rifa, seria encaminhado o pedido da equiparação do Ginásio de Limoeiro ao Ministério da Educação e que, brevemente, no prédio onde funcionava o Ginásio, seriam feitas novas adaptações. Mas, para tanto, o Pe. contava com a boa vontade da Prefeitura.

A fonte revela ainda que, no grande prédio, de propriedade de Manuel Travassos, passaria a funcionar o internato do Ginásio e as obras de remodelações no prédio, onde funcionava o Ginásio, estavam sendo feitas em prol da sua equiparação. A respeito das remodelações, no jornal Correio de Limoeiro de 22 de dezembro de 1934, consta que, segundo informações dadas pelo professor Antônio Vilaça, vice-diretor do Ginásio, “Estão adiantadíssimos os trabalhos de adaptação de prédio, pintura, mobiliário e o gabinete de physica, qhímica e história natural que vai ser sem favor, um dos melhores do Estado de Pernambuco” (CORREIO DE LIMOEIRO, 1934, p. 1).

Nesse contexto, o Pe. ciente da falta de infraestrutura do prédio do antigo Grupo Escolar Professor Pedro Lemos, apesar das várias adaptações feitas pelo então prefeito, e no intuito de equiparar o Ginásio, usa de tática, anexando ao prédio do Grupo Escolar

Professor Pedro Lemos, o qual funcionava o Ginásio, o Ponto Chic e o sobrado vizinho. Desse modo, estes passam a ser o dormitório dos alunos internos do Ginásio de Limoeiro. Conforme fontes consultadas, como Pereira (2013) e Távora (1982).

Já no jornal Gazeta de Limoeiro de 1934, consta que “[...] -Sabemos que em breve serão iniciados os serviços de adaptações do prédio onde funciona o Ginásio, contando com o Rev. Pe. Nicolau com a boa vontade da Prefeitura. - O grande prédio contíguo, que pertencia ao cel. Manuel Travassos de Arruda, acaba de ser contratado para nele funcionar o internato, estando já bem avançadas as obras de remodelações” (GAZETA DE LIMOEIRO, 1934, p. 1).

O prédio, de propriedade do senhor Manuel Travassos, ficava ao lado do Grupo Escolar Professor Pedro Lemos, onde funcionava o Ginásio. Após as remodelações feitas pela Prefeitura no prédio do senhor Manuel Travassos, os alunos são acomodados em suas instalações, e ficam até a construção do prédio próprio do Ginásio, concluída no ano de 1937. Na imagem a seguir temos o prédio do antigo Grupo Escolar Professor Pedro Lemos e o prédio do senhor Manuel Travassos.

Imagem 22 - Prédio do antigo Grupo Escolar Municipal Professor Pedro Lemos e prédio do senhor Manuel Travassos, 1934.



Fonte: Pereira, (2013, p.96).

Podemos observar na imagem, no lado esquerdo, o prédio do antigo Grupo Escolar Professor Pedro Lemos, onde o Ginásio de Limoeiro funcionou até 1937, e, no lado

direito, o prédio do senhor Manuel Travassos que serviu de dormitório aos alunos internos do Ginásio de Limoeiro até o ano acima citado, ano este que foi concluído o prédio próprio do Ginásio de Limoeiro.

O referido jornal no dia 19 de janeiro de 1935, divulga outra matéria que faz referência às remodelações, e ainda, à visita dos encarregados pelo Departamento Geral do Ensino, para fazer vistoria na referida edificação devido à ida do Pe. ao Rio de Janeiro no intuito de providenciar a equiparação do seu Colégio, assim como ressaltando a importância da oficialização do Ginásio para o município e incentivando os pais a matriculem seus filhos no Ginásio. Vejamos parte da matéria:

Acham-se quase concluídos os serviços que a Directoria mandou fazer no prédio, a fim de oferecer maior conforto aos alumose bem dizer do nome de Limoeiro. [...] o Pe. Nicolau Pimentel foi ao Rio conseguir a equiparação. E sua viagem teve feliz êxito: Hoje mesmo chegarão nesta cidade os Drs: Jorge Galvão e Eliezer Correio de Oliveira, encarregados pelo Departamento Geral do Ensino para fiscalizar o prédio. É mais um melhoramento e uma victoria que Limoeiro obtem. Um colégio officializado é tudo em cidade, [...] Instrui-voslimoeirenses e matriculai os vossos filhos no Gymnásio de Limoeiro. (CORREIO DE LIMOEIRO, 1935, p. 1).

Percebemos a estratégia do poder público mais uma vez, o prefeito novamente a frente das remodelações do prédio onde funcionava o Ginásio, bem como do prédio que serviria de dormitório para os alunos internos do Ginásio, para que estes ficassem em conformidade com as exigências do Ministério da Educação, ou seja, acomodações adequadas para o funcionamento de um colégio equiparado ao Pedro II, conforme insistência do Pe. Adauto Nicolau Pimentel.

Por outro lado, a estratégia da imprensa, novamente, se materializa, em divulgar à população os eventos relacionados à equiparação do Ginásio, e ainda, a mostrar a importância desta instituição educacional para o município. Além disso, a mesma imprensa procura incentivar os pais de família a matriculem seus filhos no Ginásio, uma vez que, com essa atitude, haveria, certamente, mais recursos para equiparação e manutenção da escola, porque se tratava de uma escola particular.

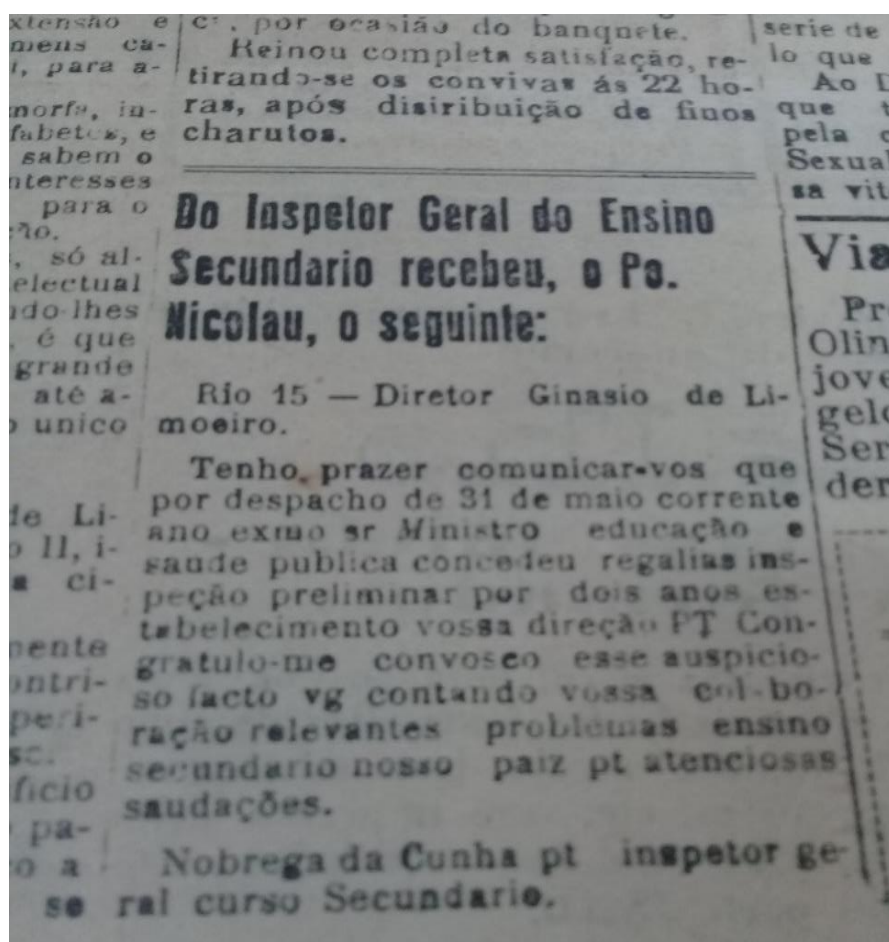
Pelo teor da matéria, o que se pretendia mesmo era fazer publicidade da visita do Pe. ao Rio de Janeiro, o êxito alcançado pelo sacerdote na sonhada equiparação ao Colégio Pedro II, mas, sobretudo, apelar para que os pais realizassem a matrícula de seus filhos num colégio oficializado.

Dessa forma, após fiscalização, sai o despacho do Ministro da Educação e Saúde

Pública concedendo a oficialização do Ginásio, preliminarmente, por dois anos. O despacho favorável à equiparação do Ginásio foi enviado ao religioso pelo Inspetor Geral do Ensino Secundário, que providenciou sua divulgação na imprensa local.

A tática do Pe. Adauto Nicolau Pimentel aqui empreendida foi fazer saber aos limoeirenses e à população dos municípios vizinhos a sua conquista, ou seja, a equiparação do seu colégio, no intuito de estimular os pais a matricularem seus filhos no curso secundário, o qual só poderia ser oferecido com a sua equiparação. Provavelmente, outros jornais locais divulgaram essa conquista. No entanto, só identificamos essas informações no jornal Gazeta de Limoeiro de 22 de junho de 1935. Então, vejamos a nota publicada pelo referido jornal:

Imagem 23 - Despacho do Inspetor Geral do Ensino Secundário, 1935



Fonte: Jornal Gazeta de Limoeiro, (1935).

Nesse contexto, podemos inferir que as iniciativas do poder público local e o apoio da população do município e também da imprensa, foram essenciais para a equiparação

do Ginásio de Limoeiro, bem como as iniciativas pós-equiparação do poder público local e iniciativas de vereadores e líderes políticos, como o Coronel Francisco Heráclio do Rêgo, para permanência da instituição no município, haja vista, que encontramos documentos que revelam que foram solicitados pelos vereadores à Câmara Municipal abertura de créditos a título de ajuda ao Ginásio. Como, por exemplo, a solicitação do então vereador Severino Francisco Barbosa da abertura de um crédito de Cr\$ 2.000.000 (Dois Milhões de Cruzeiros).

A referida solicitação é justificada pelos serviços que o Ginásio prestava aos limoeirenses. Entretanto, em contraposição, o então vereador Ruy Wanderley do Rêgo, por meio de emenda, apresenta uma proposta de Cr\$ 800.000 (Oitocentos Mil Cruzeiros), sendo aprovada pela comissão da Câmara, por meio do decreto de nº 37, em fevereiro de 1953.

Soma-se a essas, a verba concedida ao Ginásio de Limoeiro, bem como à instituição particular existente no município, o Colégio Regina Coeli, por meio da Lei de nº 50, em 20 de fevereiro de 1950, que versa no seu art. 1º - “Fica o Prefeito autorizado a abrir um crédito especial de DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS CRUZEIROS (Cr\$ 16.800,00), para atender no corrente dêste ano a uma gratificação de Cr\$ 8.400,00 ao Ginásio de Limoeiro e Cr\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos cruzeiros) ao Ginásio “Regina Coeli.” As letras garrafais são do próprio documento, e parecem expressar a intencionalidade contundente do legislador e do poder executivo, deixando claro e evidente, no trato isonômico, pelo menos aparente, entre as instituições privadas no recebimento da subvenção municipal.

No bojo desse conjunto de decisões do poder legislativo municipal, também foi aprovada a Lei de nº 29, em 18 de maio de 1949, que abre crédito de Cinco Mil Cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), valor registrado no documento como gratificações, também para referidos Ginásios e para duas escolas localizadas na zona rural.

Outros documentos encontrados apontam outros investimentos do poder público local às instituições particulares acima citadas, entre eles, está a Lei de nº 391, em 17 de maio de 1961, que consta no seu Art. 1º que ao prefeito é autorizada a abertura de crédito especial, no valor de Oitenta e Sete Mil Cruzeiros, (Cr\$ 87.000,00) como auxílio às despesas do Ginásio de Limoeiro, tendo como justificativa que a subvenção concedida pelo município é insuficiente para suprir as despesas que o Ginásio tem com a educação dos alunos das camadas desfavorecidas.

Outra Lei é a de nº 392 de 17 de março de 1961, nesta, o seu Art. 1º versa que o

prefeito está autorizando a abertura de crédito de Oitenta e Oito Mil e trezentos Cruzeiros (88.300,000), sendo este valor para auxiliar as despesas do Colégio Regina Coeli, tendo como justificativa, as mesmas relatadas na Lei de nº 391.

Registramos que, o Ginásio de Limoeiro e o Colégio Regina Coeli, mesmo sendo instituições de iniciativa privada, receberam ajuda financeira significativa do município, sendo aprovada pela Câmara Municipal. Registramos ainda, que as referidas instituições, em troca aos investimentos feitos pelo poder público, concediam bolsas de estudo a estudantes pobres do município. Entretanto, o quantitativo de bolsas que evidenciamos em outros documentos, tais como o Projeto de Lei de nº 20/68 consta que, ao prefeito, é autorizada a abertura de crédito de 100.000,00 (Cem Mil Cruzeiros Novos), ficando essa importância destinada ao pagamento de 20 bolsas escolares a serem distribuídas aos estudantes pobres de Limoeiro.

O referido projeto de Lei explicitava a distribuição das bolsas da seguinte forma: 10 bolsas para os alunos pobres matriculados no Ginásio de Limoeiro e 10, para os matriculados no Colégio Regina Coeli. Da verba disponibilizada, a Prefeitura deveria pagar a importância de NCr\$ 500,00 (Quinhentos Cruzeiros Novos), anuais para ambos estabelecimentos de ensino. Outro documento que versa sobre bolsas de estudo e o Ato nº 5, o qual consta um acordo entre a Prefeitura e o Ginásio devido à grande colaboração financeira da Prefeitura a ao referido Ginásio. Neste acordo, o Ginásio ficaria obrigado a manter gratuitamente, 5 alunos pobres no Curso Secundário, os quais teriam de ter concluído o Ensino Primário nas escolas municipais e passando por testes, ganhariam as bolsas os 5 alunos que tivessem melhor desempenho. O investimento financeiro da Prefeitura para o Ginásio, continuou por muitos anos como podemos verificar na documentação aqui analisada. No entanto, a quantidade de bolsas, aqui citadas, não faz jus à ajuda financeira concedida pelo poder público local, as instituições Ginásio de Limoeiro e Regina Coeli respectivamente.

Os investimentos do poder público a essas instituições se deram, não só para sua equiparação, mas também, para a sua manutenção e funcionamento. A Prefeitura ainda contribui com a construção do prédio do Ginásio de Limoeiro, por meio da Portaria de Nº 23, o prefeito determina que seja cedido a preço de custo, a quantidade de sacos de cimento, sacos de cimento pertencentes a Prefeitura, necessários para conclusão da obra E, para construção do prédio do Colégio Regina Coeli, foram destinados Cinco Mil Contos de Réis (5.000\$000).

Desse modo, apesar das contribuições dessas instituições para desenvolvimento

educacional do município, a verba investida pelo poder público nessas instituições supracitadas, poderia ser aplicada na construção, manutenção e funcionamento de mais escolas, grupos escolares e cadeiras do Ensino Primário, ou até mesmo, de um Ginásio municipal, em parceria com o Estado, para atender parte da demanda educacional dos estudantes pertencentes às camadas populares dos municípios carentes do ensino secundário.

Em contrapartida, o Ginásio de Limoeiro e o Colégio Regina Coeli foram pensados e construídos para oferecer o Ensino Secundário às camadas abastadas do município e das regiões próxima e, até mesmo, da capital pernambucana.

Dando continuidade à nota publicada pelo jornal Gazeta de Limoeiro, de 8 de setembro de 1934, o bem- feitor que doou o prêmio para ser rifado, segundo o referido jornal, foi coronel Francisco Heráclio do Rêgo. O coronel que, segundo Heráclio (1979), criado na Fazenda Vertentes. Em idade escolar, foi mandado pelo pai à casa de parente no Recife para estudar. Todavia, não se adaptando à cidade grande, em menos de um ano, volta para a fazenda, sendo o braço direito do pai, Francisco Heráclio, que além dos afazeres da fazenda, para poupar o seu pai, ainda fazia as compras para a fazenda em Bom Jardim, que fica 53 km de Vertentes.

E, em uma dessas idas para comprar mantimentos, o “rapaz”, segundo autor, estando no caminho de volta para a fazenda, se depara com um homem vendendo 12 garrotes magros por um valor abaixo do preço, um Conto de réis. O rapaz, Francisco Heráclio, ficou muito interessado nos animais, no entanto, não tinha o valor acima citado. Mas, lembrou que, certo dia, esteve na cidade com seu pai e foram na casa de um senhor chamado Sílvio Mota, e que o mesmo havia relatado que o referido senhor era um homem de boas condições financeiras.

O autor enfatiza ainda que, mediante o fato, Francisco Heráclio foi à casa do senhor Silvio Mota com intuito de pedir emprestada a quantia necessária para a compra dos garrotes. Ao chegar ao local, foi recebido pelo anfitrião que, de imediato, se apresentou como filho João Heráclio e, provavelmente, relatando a visita que ele e seu pai haviam lhe feito anteriormente, para obter credibilidade diante do referido senhor, devido a aparente amizade e respeito entre ele e seu pai, pergunta-lhe se ele se recorda.

E, aproveitando o ensejo, em seguida, pede o valor acima citado emprestado, ou seja, um Conto de réis. Heráclio (1979) diz ainda, que o senhor Sílvio Mota, impressionado com a atitude do rapaz Francisco Heráclio, logo empresta o dinheiro. E após três meses alimentando os garrotes na fazenda de seu pai, o rapaz, vende-os por um

preço três vezes a mais do valor que pagou e honra o compromisso feito com o senhor Silvio Mota e faz novos investimentos com o restante do valor adquirido com a venda dos garrotes.

Nesse contexto, já na fase adulta, segundo a Fundação Joaquim Nabuco-Fundaj, Francisco Heráclio do Rêgo, compra um sítio no Cumbe, zona rural de Limoeiro, ao Dr. Severino Pinheiro. Segundo a referida fundação, o coronel Francisco Heráclio do Rêgo, morre em 17 de dezembro de 1974, aos 89 anos. O referido coronel, mesmo, tendo poucos conhecimentos com as primeiras letras, era um líder político e um dos homens mais abastados em Limoeiro e região.

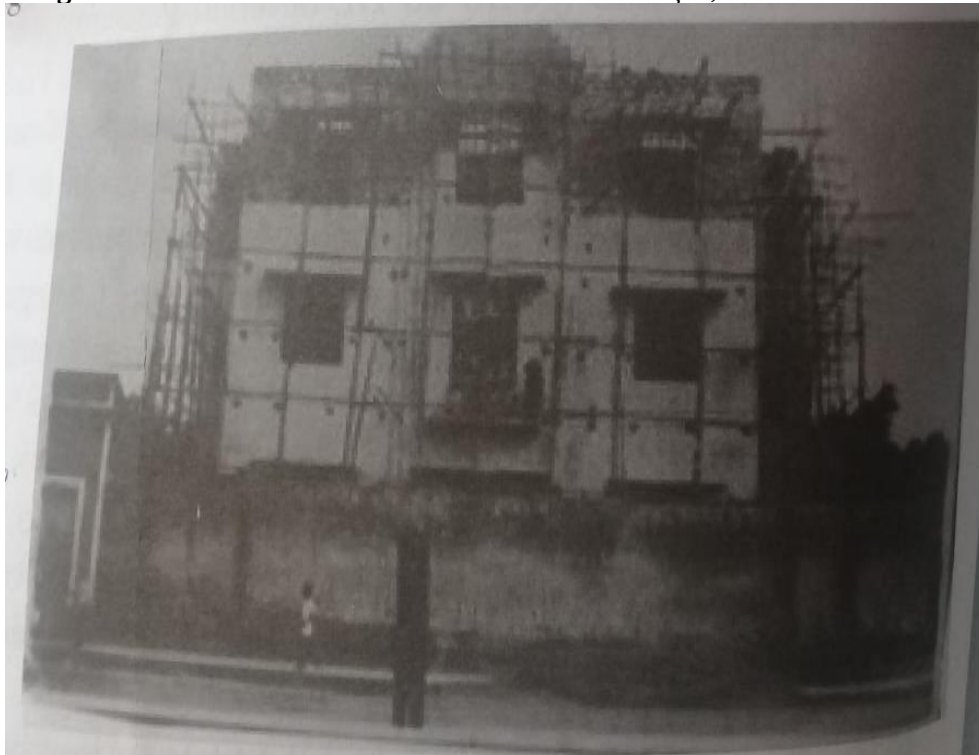
Segundo ainda Heráclio, (1979) Francisco Heráclio do Rêgo, entra na política por meio do Dr. Severino Pinheiro que havia sido eleito senador de Pernambuco, filiando-se ao mesmo partido do senador e, com seu apoio, é eleito em 1922, prefeito de Limoeiro. E, mesmo com a crise financeira que o mundo enfrentava na década de vinte, Francisco Heráclio só crescia. Nesse período, o mesmo adquiriu sua patente de coronel da guarda nacional por 90 contos de réis e, em 1924, torna-se proprietário da fazenda Varjadas por 100 contos de réis e também arrenda o engenho São Roque, em Bom Jardim, por seis anos e, logo depois, o compra.

Falamos um pouco do doador do prêmio, agora vamos falar sobre o prêmio. Todavia, por que o coronel homem de tantas posses, doaria algo, se poderia dar ao Pe. o valor da rifa? E será que o prêmio oferecido foi bem aceito pelas pessoas?

Desse modo, um garrote, em prol da educação limoeirense, foi o prêmio que o então coronel Francisco Heráclito do Rêgo doou para ser rifado pelo Pe.. Provavelmente, essa tática do coronel de arrecadar fundos gerou muitos comentários no município, principalmente, pelo valor simbólico do envolvimento desse importante personagem político em colaborar com o Pe. Nicolau.

O prêmio inusitado que fez, certamente, o ganhador acompanhar o crescimento do animal e agregar valor de mercado quando adulto, bem como a concretização das obras, objeto da rifa, que teve uma modesta, mais significativa cobertura da imprensa local. Há de convir que os esforços, as táticas imprimidas pelo Pe., também tiveram amplo apoio da imprensa local, desde as ideias iniciais, como também o momento da edificação e equiparação, propriamente, do prédio do Ginásio de Limoeiro, ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

Imagem 24 - Prédio do Ginásio de Limoeiro em construção, década de 1930



Fonte: Pereira, (2013, p.102).

A imagem mostra o prédio do Ginásio de Limoeiro em construção, na Avenida Jerônimo Heráclio, podemos perceber ainda na imagem, que o mesmo teria três andares, e que as estruturas dos dois primeiros já estavam em estágio bem avançado. Para construção do prédio, segundo jornal Gazeta de Limoeiro de agosto de 1937, foram gastos o valor de 280.000\$000. Já na imagem a seguir, podemos observar o prédio do Ginásio de Limoeiro após a conclusão de suas obras.

A imagem que se segue foi extraída do jornal Gazeta de Limoeiro do dia 03 de julho de 1937, data segundo constava na matéria do referido jornal, a qual se comemorava a instalação do Ginásio de Limoeiro no seu prédio. Na matéria ainda constava “Installado em magnífico, e amplo edifício, recentemente construído sob todas as exigências da pedagogia moderna, o “Gymnásio de Limoeiro” equiparado ao Colégio Pedro II”, [...] mantém os cursos de primário, de admissão e secundário (GAZETA DE LIMOEIRO, 1937, p.3). O jornal ainda divulga, na mesma matéria, que o Ginásio oferece, também, cursos de música e de piano, assim como as mensalidades dos cursos acima citados. Desse modo, para o Ensino Primário e admissão 1:300\$000 (Um Mil e Trezentos Contos de réis) e, para o secundário, 1:400\$000 (Um Mil e Quatrocentos Contos de Réis), valores

estes, para pensão anual e internato. Em relação ao corpo discente do referido Ginásio, consta no jornal *Gazeta de Limoeiro* de agosto de 1937, que havia cerca de 200 alunos, e deste quantitativo, 72 estudantes eram do regime interno. Como podemos perceber, pelos valores, só as camadas favorecidas financeiramente poderiam pagar para seus filhos estudarem no renomado Ginásio de Limoeiro, ou seja, o Ginásio do Pe. Nicolau Pimentel.

Imagem 25 - Ginásio de Limoeiro equiparado ao Colégio Pedro II, 1937



Fonte: *Jornal Gazeta de Limoeiro*, (1937).

Os resultados do empenho do Pe. Adauto Nicolau Pimentel são visíveis, o que pode ser evidenciado, a seguir, por um registro fotográfico da primeira turma do Ginásio de Limoeiro, formada em 1939. Pela disposição das imagens, podemos perceber, por um lado, a satisfação de professores e do Pe. pelos serviços prestados à sociedade limoeirense, como também a sensação do dever cumprido e de ter o sonho realizado, por outro, a conclusão dos estudos num Colégio equiparado à mais renomada das instituições de ensino, o Colégio Pedro II, no rio de Janeiro.

Imagem 26 - Primeira Turma de Concluintes do Curso Secundário do Ginásio de Limoeiro, 1939



Fonte: Vilaça, (1978, p.11).

Essa fonte não deixa dúvidas de que o empenho do Pe. Adauto Nicolau Pimentel foi decisivo para a formatura da primeira turma de estudantes em uma das melhores escolas edificadas, ou em processo de edificação no município de Limoeiro. Como podemos observar, trata-se da turma de concluintes do Ensino Secundário no ano de 1939, onde estão dispostos à frente, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel e demais professores e, por trás, os estudantes.

Aliás, como podemos constatar, a fotografia é composta, em sua maioria, por professores e estudantes do sexo masculino. No entanto, percebemos a presença de duas meninas que, conforme a descrição da própria fonte, à esquerda, ou mais precisamente ao centro, por trás do Pe., está Leda Pacheco e Maria do Carmo Pimentel. Esta, por coincidência, tem o mesmo sobrenome do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, mas não se sabe ao certo se há parentesco entre eles.

Contudo, todo o argumento do fundador do Ginásio de Limoeiro era de que a instituição desenvolveria o ensino para meninos, embora tenha havido uma exceção, pelo que consta da fotografia, obviamente. Assim, o que sabemos pelas fontes consultadas como, por exemplo, pelo jornal Correio de Limoeiro de 26 de maio de 1934, no qual

consta que o Ginásio de Limoeiro foi fundado para prover a educação para os meninos e, inclusive, pela imagem a seguir do desfile cívico, podemos perceber que o referido Ginásio, até 1961, era destinado ao ensino do sexo masculino.

Imagem 27 - Alunos do Ginásio de Limoeiro no Desfile Cívico de 7 de setembro de 1961



Fonte: Arquivo pessoal de Rodrigo Raimundo do Rego Rodrigues

Nesse contexto, segundo Vilaça (1971) a fundação do Ginásio de Limoeiro serviu de inspiração para outros que surgiram posteriormente, no entanto, esses também foram criados para oferecer educação para os meninos. “A coeducação era inaceitável” (VILAÇA, 1971, p. 264). Por sua vez, Dallabrida, Silva e Garcia (2005), “Grosso modo, até a década de 1960, boa parte dos colégios de ensino secundário eram divididos pelo critério de gênero, sendo a maioria destinada aos adolescentes homens [...]” (DALLABRIDA, SILVA e GARCIA, 2005, p. 5).

As reflexões feitas pelos autores acima, é o que podemos observar nos estudos de Lira (2009) ao falar da Academia Santa Gertrudes, dirigida pelas irmãs Beneditinas, que criaram o Colégio Regina Coeli, e na pesquisa de Souza, Simões e Costa (2017), quando trata do Colégio Americano Batista. No primeiro caso, o ensino era destinado às meninas, em regime internato e semi-internato, e no outro, o regime era semelhante, mas, neste caso, destinado à educação dos meninos, desde a sua criação em 1906.

Mesmo considerando que a maioria dos colégios secundários era destinada aos

meninos até 1960 (DALLABRIDA, SILVA e GARCIA, 2005), com a criação do Colégio Regina Coeli, em 1936, as meninas de Limoeiro e região já tinham acesso à educação oferecida nos Ginásios, entretanto, na referida instituição, também a educação mista não era permitida, a qual passou a ser oferecida só a partir da década de 1970, conforme Pereira (2013).

Essa questão da não permissão da coeducação em colégios, não era uma prerrogativa só do município de Limoeiro, mas algo que ocorria em colégios da capital pernambucana, bem como na sua região metropolitana, como por exemplo, o Americano Batista, criado em 1906 pelo missionário norte-americano Dr. William Henry Canadá, que, segundo Souza, Simões e Costa (2017) até 1925 só oferecia educação para meninos, e a Academia Santa Gertrudes, com sede no município de Olinda, região metropolitana do Recife, que oferecia apenas educação às meninas, segundo Lira (2009).

Não obstante o debate sobre a coeducação, é bem provável que, até chegar à formatura da primeira turma de concluintes, em 1939, o “Ginásio do Pe.” tenha, parcial ou integralmente, atendido ao Decreto de nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Como se sabe, o referido Decreto exigia condições mínimas para o funcionamento de um colégio semelhante ao que havia sido criado no Império, o Colégio Pedro II. Tais exigências variavam das instalações adequadas, material didático, professores registrados, profissionais com notória competência e, algo que chama especial atenção que diz respeito à “irrepreensível conduta moral”.

As táticas empregadas pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel foram fundamentais na mobilização do poder público, da imprensa, da sociedade limoeirense, na aquisição de seus pleitos, no sentido de equiparar uma edificação educacional do interior de Pernambuco a uma das mais renomadas instituições de ensino criadas no período imperial, o Colégio Pedro II. Além do Ginásio de Limoeiro, outro empreendimento educativo, foi fundado pelo Pe. Segundo Pereira (2013), em 1956, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel cria a Escola Técnica Nossa Senhora de Fátima, a qual oferecia o Curso Técnico em Contabilidade, e que, a referida escola, funcionou concomitantemente com o Ginásio de Limoeiro, no prédio do mesmo.

Aliás, essa escola como o Ginásio de Limoeiro, recebeu ajuda financeira do poder público local. No Decreto nº 112 de 16 de abril de 1959, a Câmara Municipal, autoriza o prefeito conceder a título de ajuda, o valor de 5.000, 00 (Cinco Mil Cruzeiros), a referida escola. Como podemos perceber a verba pública mais uma vez, sendo destinada para os projetos educacionais e financeiros do Pe. Adauto Nicolau Pimentel. Na imagem a seguir,

podemos ver a satisfação do Pe. com a turma de concluintes do Curso Técnico de Contabilidade de 1961, da Escola Técnica Nossa Senhora de Fátima.

Imagem 28 - Turma de concluintes do Curso Técnico de Contabilidade, 1961



Fonte: Pereira, (2013, p.169).

Na imagem está a turma de concluintes do Curso Técnico de Contabilidade do ano de 1961, da escola do Pe. Adauto Nicolau Pimentel, Escola Técnica Nossa Senhora de Fátima. Em pé estão os alunos concluintes, sentado à esquerda está o Pe. Nicolau Pimentel e, à direita, o professor George Miguel Pereira. Na imagem, vemos também, entre os concluintes, duas meninas, um número insignificativo em relação aos homens. Possivelmente, por falta de interesse do sexo feminino no Curso de Contabilidade, pois, em Limoeiro, as jovens, em sua grande maioria, faziam o Curso Normal oferecido pelo Colégio Regina Coeli.

Nesse contexto, são esforços como esses que materializam o que foi enunciado na hipótese desta tese, onde as iniciativas individuais, de cidadãos comuns, ainda que de origem religiosa, com suas astúcias, aceitam o desafio de construir uma obra educacional de grande relevância, na perspectiva de um município com características próximas de município pedagógico.

Com a sua astúcia, o religioso conseguiu fundar o seu tão sonhado Colégio e,

ainda, uma Escola Técnica, obter e mobilizar um conjunto de apoios necessários para manter a sua conquista em funcionamento. É notável, portanto, a admiração e o respeito com que o poder público e os limoeirenses devotavam ao Pe. Adauto Nicolau Pimentel. Por essa admiração, certamente, o educador também conseguiu ser um líder político, chegando, inclusive, a ser prefeito do município, ainda que pela força da intervenção nos idos de 1945.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tem origem no Núcleo de Teoria e História da Educação do Programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, e procurou responder às seguintes questões: Quais as instituições e personalidades impulsionaram o desenvolvimento educacional de Limoeiro, entre 1934 e 1961? E quais as estratégias e táticas envidadas pelas instituições e personalidades para atender o referido desenvolvimento na periodização definida?

Além dessas questões levantadas, foram atribuídas à tese três objetivos, relacionados, à descrição e análise das instituições e personalidades que impulsionaram o desenvolvimento educacional do cenário e periodização definidos, a identificação e análise das estratégias e das táticas empregadas como esforços educacionais limoeirenses impulsionados institucionalmente e por personalidade políticas e religiosas e a contribuição para a historiografia educacional brasileira.

Modo geral, as questões e os objetivos foram respondidos a partir do manuseio de considerável arcabouço teórico por meio de livros e artigos científicos, dissertações e teses, além da verificação empírica no manuseio de arquivos públicos e privados. Há, contudo, um excesso na descrição de documentos, como os históricos das escolas que fogem a periodização desta investigação, mas, mesmo não constando da análise, essa documentação serviu, exatamente, para a delimitação do objeto no início da pesquisa.

Para tanto, foram arrolados um conjunto de documentos tipificados como impressos: jornais, Leis e Decretos; iconográficos, como: fotografias, desenhos e mapas. Além desses materiais listados na parte final do estudo, utilizei edições do jornal Diário de Pernambuco, impresso de grande circulação no Estado de Pernambuco, e em especial, os periódicos de circulação em Limoeiro, que faziam alusão à fundação do Colégio Regina Coeli, mas, sobretudo, à fundação do Ginásio de Limoeiro e às iniciativas do Pe. Nicolau Pimentel para a sua equiparação ao Colégio Pedro II: a contribuição do poder público e de personalidade para este fim; e a divulgação dos eventos do Ginásio, tais como: sua equiparação, construção do seu prédio, cursos oferecidos, período de matrícula e a realização das formaturas.

As respostas às perguntas levantadas se concentraram, não apenas na descrição, mas na análise de instituições como da Prefeitura municipal, Câmara de Vereadores de Limoeiro e governo federal, com suas Leis e Decretos, bem como a iniciativa de personalidades, como os vereadores, padres, freiras, que buscavam algumas brechas para

construir e implementar um “Sistema de Ensino” compatível com as necessidades do município e região, e que atendesse às exigências legais.

Aliás, considerando o manuseio e a análise documental, a hipótese levantada se confirma, mediante a descoberta das estratégias e táticas empregadas pelos poderes públicos de Limoeiro, da mesma forma que os meios encontrados pelos religiosos para a construção, manutenção e equiparação de suas escolas ao Colégio Pedro II. Como visto, esse foi um dos principais desafios estratégicos colocados para aqueles que desejavam um ensino de qualidade no município, ainda que advogassem uma escola privada para a elite com a subvenção dos recursos públicos.

Ao fazer o levantamento da literatura, especialmente à escassa historiografia disponível sobre o município de Limoeiro, pudemos identificar algumas informações divergentes quanto à iniciativa e inauguração de algumas instituições escolares. Por isso, destacamos a importância do manuseio de fontes originais aqui analisadas, no sentido de melhor contribuir com a produção do conhecimento acerca dessa temática educacional.

Desse modo, as fotografias têm um espaço importante na análise das estratégias e táticas para a compreensão dos esforços educacionais do município de Limoeiro. Para além de ilustrarem as páginas desta tese, elas permitem compreender as representações de um espaço-temporal no conjunto das iniciativas na implantação e equiparação de instituições educacionais ao Colégio Pedro II.

Mesmo tendo um capítulo específico que trata dos aspectos teóricos, dos procedimentos e das fontes, em algumas passagens da tese, trazemos à lembrança a forma de aquisição de determinadas fontes, assim como as personagens que contribuíram para sua aquisição. Pode parecer algo simplório, mas esses detalhes nos fazem reviver os momentos importantes de idas e vindas ao campo, os quais contribuíram para conclusão deste trabalho.

Nessa perspectiva, de maneira inusitada, um dos principais colaboradores desta tese foi o Sr. Rodrigo Raimundo do Rêgo Rodrigues, funcionário responsável pela organização da documentação que se encontra no arquivo da Prefeitura de Limoeiro. “Mudinho”, assim chamado por todos, em seu local de trabalhado e no município, por ser portador de deficiência auditiva. Foi por meio deste funcionário que tivemos acesso a documentos essenciais para a construção dessa pesquisa. Ele também sempre conversava conosco por meio do Whatsapp, respondendo dúvidas acerca de algum documento, como data e autoria de alguma fotografia, por exemplo.

A contribuição desse funcionário foi realmente de grande valia para que

chegássemos até aqui, como também a do senhor João Ernesto Mendonça de Arruda, funcionário da Câmara Municipal de Limoeiro, o qual viabilizou o acesso a documentos que se encontram no arquivo da referida Câmara. Os documentos do poder legislativo também foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Aliás, nesse sentido, não podemos deixar de registrar a colaboração da ex-aluna do Colégio Regina Coeli, Joselma Maria da Silva Leal, a qual viabilizou o acesso a fotografias e informações essenciais para desenvolvimento da tese.

São inegáveis os esforços advindos dos poderes executivos e legislativos no sentido de desenvolver a educação em Limoeiro. Muito foi feito pelo poder público local, e até mesmo pelo poder público estadual, no sentido de prover o Ensino Primário às crianças carentes do município, tais como: criação de Escolas isoladas, de Cadeiras do Ensino Primário e de Grupos Escolares. Contudo, poucas crianças, por meio de acordos financeiros feitos pela Prefeitura com o Pe. Nicolau Pimentel e com as freiras alemãs tinham acesso ao Ensino Secundário. Este nível de ensino foi negligenciado por muito tempo, pelo poder público, às camadas desfavorecidas, o que, tardiamente, veio a ser oferecido gratuitamente no município de Limoeiro na década de 1960 a partir da fundação do Ginásio Estadual de Limoeiro.

Entretanto, podemos perceber que escola, política, astúcia e fé estiveram entremeados na figura de educadores, religiosos e “ideólogos” do saber para atingir os objetivos educacionais do município, embora, o que se pretendesse fosse a edificação e a manutenção do funcionamento de espaços privados subvencionados pelo poder público, como o Colégio Regina Coeli e o próprio Ginásio de Limoeiro, no sentido de educar os filhos da elite e, em especial, preparar os filhos homens, os quais, dando continuidade aos seus estudos em Recife, tornavam-se aptos para ingressarem no Ensino Superior e, dessa maneira, formarem-se nas diversas áreas do conhecimento e, possivelmente, assumirem as melhores posições, seja no setor público ou privado.

Nesse contexto, Pereira (2013) frisa que, muitos dos rapazes que fizeram o curso secundário no Ginásio de Limoeiro, tornaram-se advogados, médicos e engenheiros. Inclusive, um dos formandos da primeira turma do Curso Secundário do Ginásio de Limoeiro de 1939, José Geraldo de Távora, o qual formou-se em medicina. Fato este relatado no livro de sua autoria, intitulado: *Ginásio de Limoeiro: evocações*, escrito em 1984, aliás, umas das bibliografias utilizadas para o desenvolvimento desta tese.

Em contrapartida, as meninas, filhas da elite, eram preparadas para serem boas esposas e donas de casa. Todavia, algumas delas, por terem o diploma do Curso Normal,

um dos cursos oferecidos pelo Colégio Regina Coeli, eram contratadas pelo município para fazer parte do seu quadro de professores municipais. E, possivelmente, algumas dessas formandas do Curso Normal, assim como os meninos, dependendo da visão de mundo dos pais, podem ter dado continuidade aos estudos e ingressado no Ensino Superior.

Contudo, é impressionante verificar a quantidade de vezes que os valores de subvenção destinados às escolas mantidas por professoras e os valores que eram destinados aos colégios privados dos religiosos, ou seja, Ginásio de Limoeiro e o Colégio Regina Coeli. Nesse particular, a disparidade é gritante. Enquanto uma escola que mantinha quarenta estudantes recebia 50\$000 (cinquenta mil reis), os religiosos recebiam entre 300\$000 (trezentos mil reis) e 500\$000 (quinhentos mil reis) para manterem, em suas dependências, entre seis e dez estudantes.

O que residia na necessidade de equiparação do Ginásio de Limoeiro ao Colégio Pedro II, não era apenas uma questão legal exigida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, mas, uma questão voltada à modernidade, modelada pela arquitetura e pela organização didática do Colégio que se tornou modelo educacional.

Como pudemos constatar ainda, a imprensa teve papel importante na divulgação das ideias e iniciativas do poder público e de educadores no modelo de instituição educacional a ser desenvolvido no município, em especial, as ideias e iniciativas do Pe. Nicolau Pimentel. Contudo, pela abrangência cultural, a Rádio Difusora de Limoeiro servia como um importante instrumento da estratégia do poder público, como também da tática aplicada pelas personalidades que buscavam a equiparação do Ginásio de Limoeiro ao Colégio Pedro II.

É importante registrarmos o papel desempenhado pelo Pe. Adauto Nicolau Pimentel, por sua iniciativa de fundar um colégio, como o Ginásio de Limoeiro, e seus esforços para a equiparação ao Colégio Pedro II. Além disso, pelo que parece, o mesmo não mediu esforços para divulgar a importância de uma instituição educacional bem equipada, ainda que, de natureza privada, e atrair os filhos da elite. É claro, também, que o Pe. era inquieto, tornando-se, inclusive, prefeito do município.

Aliás, pelo que se encontram nas fontes, quem mais ocupou os serviços dos meios de comunicação, da rádio e dos jornais, foi, efetivamente, o Pe. Adauto Nicolau Pimentel, buscando, muitas vezes, persuadir as famílias para, não só reivindicar o status de um bom Colégio, mas também, atrair para suas salas de aula, os filhos mais abastados de Limoeiro.

Esse estudo nos possibilitou também conhecermos a categoria municípios

pedagógicos, a partir das considerações de Gonçalves Neto e Magalhães (2009), e por meio dessas, identificarmos o município de Limoeiro com características próximas de município pedagógico, bem como pela farta documentação encontrada, que expressa os esforços de diferentes atores sociais para o desenvolvimento educacional no cenário investigado. No entanto, considerando a complexidade do tema, muito ainda pode ser feito no sentido de desvelar como um município do interior se comportou frente à política educacional apresentada pelos governos estadual e federal, sobretudo no recorte aqui delimitado.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito a algumas nomenclaturas que acabam expressando a política local de desenvolvimento da educação, como por exemplo, as Escolas Mínimas, as Escolas Mistas, as Cadeiras de Ensino Primário e, especialmente, as Cadeiras Rurais, em que as fontes indicam certa mobilidade de professoras de uma localidade à outra para atendimento das crianças. Nesse particular, são várias solicitações, por parte da Prefeitura e, em alguns casos, dos próprios vereadores, para se criar e ou se fazer mudanças de atuação da professora.

E, como não poderia deixar de ressaltar aos olhos, um tema que poderia suscitar curiosidade é a subvenção destinada às escolas particulares do município, como um todo. Sendo assim, uma pesquisa sobre financiamento da educação municipal de Limoeiro poderia contribuir, significativamente, para a compreensão mais geral da relação do público e privado, de valores contraídos dos cofres públicos destinados aos particulares, especialmente, religiosos.

Nosso objeto de investigação não é a categoria de município pedagógico analisado por Gonçalves Neto e Magalhães (2009), no entanto, ao manusear a massa documental verificamos que há aspectos bastante significativos conforme perspectivas desses autores, especialmente ao identificarmos em Limoeiro a relativa autonomia do município no repasse de verbas públicas às iniciativas de particulares, bem como a promulgação de Leis e Decretos com a finalidade de estabelecer um sistema educacional compatível com as demandas da sociedade limoeirense.

Por fim, frente às questões expressas nas estratégias e táticas empregadas pelo poder público municipal, pela sociedade civil e por religiosos, preocupados com a edificação, funcionamento, elementos pedagógicos e processo de escolarização no cenário de nosso estudo, confirmam-se, portanto, os esforços envidados por diferentes instituições e personalidades para o desenvolvimento educacional de Limoeiro, na periodização definida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.** Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.** 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa histórica: teoria e método.** Trad. Andréa Dora. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ADÃO, Áurea e MAGALHÃES, Justino. (org) **História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje.** 1ª ed. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Coleção Estudos e Ensaios: Lisboa, 2013.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASI. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodico/20/aeb.1961.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2019.

ARAÚJO, Harley de. **Políticas Educacionais X Qualidade de educação: avaliação, limites e desafios da educação brasileira a partir da segunda metade do século XX.** Tese. Doutorado em História. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

ABREU, Jaime. A Educação Secundária no Brasil: (Ensaio de identificação de suas características). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 86, n. 212. p. 39-84, jan/abr. 2005.

BOGDAN, R.C. e BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Editora. LDA. 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência.** São Paulo: Editora 34, 2016.

BÍBLIA, Velho estamento. Provérbios. Português. In: **BÍBLIA sagrada:** contendo o antigo e o novo testamento. Tradução João Ferreira de almeida. Ed. ver. Atual. Na nova ortografia. São Paulo: Geográfica editora, 2010. p. 720.

CERTEAU, Michel de. **A operação histórica.** In: LE GOFF, Jacques (Org.). **História: novos problemas.** Trad. de Theo Santiago. Rio de janeiro, Francisco Alves, 1976.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 3ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CAMPOS, Regina Maria Grossi. **Conservatórios musicais de Londrina: um estudo em história da educação (1930-1965).** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2009.

CARVALHO, Luciana Beatriz de O.B. de. **As Origens do município pedagógico no Brasil e em Portugal: um estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

CORRÊA, Ana Maria Maciel. **A Trajetória de uma educadora e sua produção didático-pedagógica: Ester Nunes Biba e a educação do Pará**. 1ª ed. Curitiba- PR. CVR, 2018.

CARVALHO, Bruno Bernardes. **Organização da instrução pública em Uberaba-MG No contexto da República Velha (1895-1917)**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2017.

DALLABRIDA, Norberto, SILVA, Fernando Leocino da, GARCIA, Letícia Cortellazzi. **Ginásio Lagunense: laicidade e coeducação (1932-1945)**. In. ANPUH. XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

DELGADO, José Luiz. **Para a história municipal pernambucana: crônicas**. Recife: CEHM, 2016.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson Cesar Cardoso. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

E SEGUIRAM A ESTRELA. Recife: [Tipografia Marista], 1975.

FIRMINO, Antônio Barbosa. **A Escola estadual professor José Inácio de Sousa nas décadas de 1960 a 1980: um projeto político e pedagógico contra-hegemônico?** Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

FIGUEIREDO, Haroldo Moraes de. **Vigilante cura: uma educação cinematográfica em alguns colégios católicos de Pernambuco na década de 1950**. Recife: Editora UFPE, 2014.

FONSECA, Homero. **Pernambucânia: o que há nos nomes das nossas cidades**. 3. Ed. Recife: CEPE, 2013.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FIDEPE, Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco. **Monografias Municipais-1981**.

FABRÍCIO, Tércio Minto. **A cidade educadora e o enfoque CTS: articulações possíveis a partir dos professores de ciências em formação**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Capital e Interior: manifestações em prol da Instrução Pública em Ouro Preto e Uberabinha (MG) nos anos iniciais da República Brasileira**. Educ. rev. 2010, v. 26, n. 2, p. 189-208.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Repensando a História da Educação Brasileira na Primeira República: O Município Pedagógico como Categoria de Análise.** In: LOMBARD, José Claudinei (org.). **Navegando na História da Educação Brasileira.** Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006, p.1-15. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos.frames/artigo_105. Acesso em: 10 de nov. 2018.

GONÇALVES NETO, Wenceslau e MAGALHÃES, Justino Pereira. **O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil.** In: ARAÚJO, Marta Maria de (org.). **História (s) comparada (s) da educação.** Brasília: Liber Livro/UFRN, 2009.

GOMES, Marcus Vinícius. **Para além dos Murros da Escola: caminhos para compreensão da educação na cidade.** Dissertação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HERÁCLIO, Reginaldo. **Chico Heráclio: o último coronel.** Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1979.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.** Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Fundação da UNESP, 1998.

LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografias: usos sociais e historiográficos.** In.: PINSKI, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina. (orgs.) **O historiador e suas fontes.** 1 ed., 4 reimpressão São Paulo: Contexto, 2015.

LIRA, Maria Helena Câmara. **Academia das santas virtudes: a educação do corpo feminino pelas beneditinas missionárias nas primeiras décadas do século XX.** Dissertação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (Século XVIII-XX).** Educa / Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

MAIA, Geny Teixeira. **Limoeiro sob o signo da estrela- O Colégio “Regina Coeli”.** Recife: Ed. do autor, 1999.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces.** Tempo, Rio de Janeiro, v. I. 1, n.2, 1996, p. 73-98

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Cidade, sociabilidades e educabilidades (Príncipe, Rio Grande do Norte- Século XIX).** Tese em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.). **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002. 295 p.

PEREIRA, Carlos Eduardo de Melo. **Uma breve história de Limoeiro.** Olinda: Livro Rápido, 2013.

PRADO, Eliane Mimesse. **A Importância das Fontes Documentais para a Pesquisa em História da Educação.** Intermeio: revista do Programa de Pós-Graduação em

Educação, Campo Grande, MS, v. 16, n. 31, p. 124-133, jan./jun. 2010.

PISNKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PIRES, Eloísa Gurgel. **Educação, narrativa e experiência urbana: o aprendizado da cidade**. Tese. Doutorado em Educação. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2012.

REVISTA PERNAMBUCANA. **A Revista nos municípios: Limoeiro**. Recife. Ano 2, n. 12, p. 49, 1925.

SOUZA, Roseane Silva de. **O Grupo Escolar Otaviano Basílio Heráclio do Rêgo (1968-1985)**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

SOUZA, Edilson Fernandes de (Org). **História e memória da educação em Pernambuco**. Recife. Editora da UFPE, 2009.

SOUZA, Edilson Fernandes de, SIMÕES, José Luis, COSTA, Marcos André Nunes. **Atividades miméticas e dispositivos de controle no Colégio Americano Batista no Recife**. Comunicações, Piracicaba. v. 24, n. 3, p. 237-254, set./dez. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Lições da escola primária**. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados. 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Breves Considerações sobre Fontes para a História da Educação**. Revista HISTEDBR, Campinas, n. Especial, p. 28-35, ago. 2006.

SAVIANI, Dermeval. **As ideias pedagógicas no Brasil**. -2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção de memória da educação)

SILVA, Jefferson Ildefonso da. **Cidade educativa: um modelo de renovação na educação**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

SILVA FILHO, Licínio de Souza e. **Município, tradição e modernidade: a instrução primária e os limites do projeto hegemônico republicano em Minas Gerais (1892-1907)**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014.

SILVA, Fabiana Cristina da. SILVA, Maria Betânia da, SILVA, Margarete Maria da. **30 anos de uma história: a pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pernambuco**. In: Cadernos de História da Educação. V.11, n.1. Jan-Jun. 2012.

TÁVORA, José Geraldo. **Ginásio de Limoeiro: evocações**. Recife, 1982

VILAÇA, Antonio. **Histórias que Limoeiro conta**. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 1971.

VILAÇA, Antonio. **Memórias**. Rio de Janeiro, Edições Arquimedes, 1978.

VIEIRA, Elisa. **A cidade e o governo dos homens: sobre o lastro educacional da urbanidade contemporânea.** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo, 2012.

VIANA, Natércia Micheletti. **Juventude, cidade e educação: a experiência do ginásio mineiro em Belo Horizonte (1898-1914).** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

REFERÊNCIAS FONTES OFICIAIS

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Jornal A Nação, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1934, p.1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 19/03/2019.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1934.

BRASIL. Ministério da Educação. Capes. Bancodeteses.capes.gov.br/#280 Acesso em: 01 dez.2015.

BRASIL. Consulta Parametrizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta_parametrizada.jsf. Última visita realizada no dia 19/11/2018.

BRASIL. Lei 8159 de 08 de 01 de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras Providências. http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_lei_8159_08_01_1991_por_orof.pdf. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930. <http://www2camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/12/2018

BRASIL. Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 13/03/2019

HERÁCLIO, Chico. Pesquisar Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2004. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 05/09/2018. <http://www.limoeiro.pe.com.br>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980**. <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 mar.2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em 17 de jul. 2018.

Inaugurado com Solenidade o Collégio “Regina Coeli, em Limoeiro. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 1936, p. 12. Hemeroteca Digital Brasileira. <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 04/05/2018

PERNAMBUCO. Acção do Dr. Raul Azedo como inspector geral. – Grupos escolares ou escolas reunidas - Regulamento da Lei n. 1.140 de 11 de junho de 1911. Jornal Diário de Pernambuco. Recife, 1914, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 03/04/2018.

PERNAMBUCO. Decreto n. 668 de 22 de dezembro de 1961. Diário Oficial, 23 de dezembro de 1961, p. 1. CEPE- Companhia Editorial de Pernambuco. Disponível em: <http://www.cepe.com.br>. Acesso em 25/06/2019.

RÁDIO DIFUSORA. Disponível em: <http://www.coisasdavid.net.br/2012/10/ha-60-anos-surgia-em-limoeiro-radio.html>. Acesso em: 21 out. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Portaria nº 53, de 1 de janeiro de 1934

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Portaria nº 88, de 29 de novembro de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Ato nº 9, de 31 de agosto de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Portaria nº 7 de 2 de julho de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Portaria nº 41, de 12 de maio de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Justificação do Projeto nº 12, de 30 de agosto de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 2, de 7 de abril de 1934

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº38, de 24 de agosto de 1935

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 48, de 06 de dezembro de 1935

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 25, de 19 de junho de 1935

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 31, de 23 de maio de 1936

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 5, de 22 de janeiro de 1936

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 40, de 8 de agosto de 1936

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 1, de 10 de janeiro de 1936

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Portaria nº 70, de 31 de dezembro de 1937

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Acto nº 33, de 24 de dezembro de 1937

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Portaria nº 23, de 22 de março de 1937

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Decreto-Lei nº 12, de 30 de agosto de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Lei nº 29, de 18 de maio de 1949

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Lei nº 50, de 20 de fevereiro de 1950

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Lei nº 392, de 17 de março de 1961

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Lei nº 391 de 17 de março de 1961

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Projeto nº 15, de 29 de setembro de 1945

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Projeto nº 21, de 20 de outubro de 1958

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Abaixo Assinado s/n, de 12 de fevereiro de 1948

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Decreto nº 12, de 16 de maio de 1949

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Ofício 5/a. de 12 de maio de 1950

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Decreto nº 37, de 20 de fevereiro de 1953

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Decreto nº 100, de 22 de outubro de 1957

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Decreto nº 112, de 16 de abril de 1959

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Requerimento nº 18, de 11 de maio de 1960

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. Indicação s/n, 10 de agosto de 1960

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO. **Plano diretor de Limoeiro.** Relatório final. Estruturação e divulgação do plano diretor. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. CONDEPE. FIDEM. Etapa final. Produtos III e IV. Sintaxe Consultoria. Dezembro. 2006.

Escritura Pública de Compra e Venda e lavrada no Livro 151, fls. 139/142 v, em 22 de dezembro de 1972 no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Limoeiro.

REFERÊNCIAS FONTES DA IMPRENSA

Gymnásio de Limoeiro. Jornal Correio de Limoeiro, Limoeiro, 16 de junho de 1934, p. 5. APEJE.

Gymnásio de Limoeiro. Jornal Correio de Limoeiro, Limoeiro, 18 de dezembro 1934, p. 4. APEJE.

Gymnásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro. Limoeiro, 17 de março de 1934, p. 1. APEJE.

Gymnásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 07 de abril de 1934, p. 2. APEJE.

Limoeiro e seu problema educacional. Jornal Gazeta de Limoeiro, 30 de junho de 1934, p.1. APEJE.

Ação Integralista. Escola gratuita para operários. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 28 de julho de 1934 p. 2. APEJE.

Ginásio de Limoeiro (Nota da Diretoria). Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 25 de agosto de 1934, p. 4. APEJE.

Pelo Ginásio. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 08 de setembro de 1934, p. 1. APEJE.

Ginásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, 04 de outubro de 1934, p. 6. APEJE.

Ginásio de Limoeiro (Nota da Secretaria). Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 16 de março de 1935, p. 4. APEJE.

Ginásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 01 de junho de 1935, p. 1. APEJE.

Equiparação do Ginásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 22 de junho de 1935, p. 1. APEJE.

Ginásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, 23 de fevereiro de 1935, p. 1. APEJE.
Primeira Pedra do Ginásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, 11 de janeiro de 1936, p. 1. APEJE.

Ginásio de Limoeiro Equiparado ao Pedro II. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 3 de julho de 1937, p. 3. APEJE.

Ginásio de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 18 de dezembro de 1937, p. 4. APEJE.

O Problema da Instrução de Limoeiro. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 21 de agosto de 1937, p. 1. APEJE.

Collegio Regina Coeli. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 25 de setembro de 1937, p. 1. APEJE.

Um edifício novo para o Colégio Regina Coeli. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 22 de junho de 1940, p. 1. APEJE.

Pelo Regina Coeli. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 21 de setembro de 1940, p. 1. APEJE.

As grandes realizações do prefeito José Donino. Jornal Gazeta de Limoeiro, 13 de abril de 1940, p. 1. APEJE.

Pe. Otavio Aguiar. Jornal Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 27 de abril de 1940, p. 1. APEJE.

Em perigo a autonomia dos Municípios. Jornal Correio de Limoeiro, Limoeiro, 26 de maio de 1934, p. 5. APEJE.

Limoeiro O maior Empório Algodoeiro de Pernambuco. Jornal Folha da Manhã, Recife, 08 de maio de 1949, p. 8 e 9. APEJE.

A Escola Artesanal é de Suma Necessidade para o Futuro de Limoeiro. Jornal Dos Novos, Limoeiro, outubro, (periódico mensal), 1957, p. 1. APEJE.

Do Inspetor Geral do Ensino Secundário recebeu, o Pe. Nicolau, o seguinte: Jornal

Gazeta de Limoeiro, Limoeiro, 22 de junho de 1935, p. 1. APEJE.

APÊNDICE A - Construção de Fontes do Ensino Superior de Limoeiro

Seguindo as orientações de Umberto Eco (1994) sobre as partes de uma tese e, especialmente, acerca do apêndice, exponho, neste momento, um pouco do trajeto que percorremos em busca de documentos para justificar o final da periodização deste estudo. No entanto, os escritos que se seguem fazem parte do texto apresentado inicialmente na qualificação, onde nos foi sugerido a diminuição do recorte. Assim, para não desprezar o percurso realizado, e pela importância de uma das instituições educacionais fundadas por meio de esforços envidados em Limoeiro, seguem algumas dicas do que conseguimos naquele momento.

Na parte dos procedimentos, digo que voltamos ao município após alguns meses para conhecer o novo Secretário de Educação, o Sr. Luiz Gonzaga Tavares Júnior, que havia assumido o cargo em janeiro de 2017. O encontro com o Secretário rendeu frutos, pois a periodização era justificada pela criação da Faculdade de Ciências Administrativas de Limoeiro-FACAL. Assim sendo, solicitamos ao Secretário que fizesse a indicação de alguma pessoa naquela instituição que pudesse favorecer o nosso acesso às fontes de que necessitávamos. Para fornecer informações sobre a FACAL, foi indicada a diretora da instituição, a Sra. Sônia Silva.

Ao chegarmos à FACAL, a diretora nos convidou para ir ao gabinete administrativo da faculdade. Ao chegarmos ao local, nos apresentou as funcionárias e pediu que elas colaborassem na busca da documentação solicitada. Após sua fala e saída do local, algumas funcionárias perguntaram de quais documentos nós precisávamos, e, quando mencionados, as mesmas disseram que não sabiam onde se encontravam. Algo já esperado, pois, no ano de 2016, procuramos a secretaria da faculdade, solicitamos os mesmos documentos e recebemos a mesma resposta.

No entanto, para nossa surpresa, Rosa Maria Nunes Cavalcanti, funcionária da secretaria, nos convidou para sentar, e logo começou a procurar alguns dos documentos solicitados que se encontravam em pastas guardadas em um armário localizado ao lado de sua mesa. Dentre os documentos achados e fornecidos estão: Histórico da FACAL, o Decreto de Nº 018, a Lei Municipal de Nº 1.004, o Decreto Federal de Nº 83. 462 e a Resolução de Nº 05/76.

Após o fornecimento da documentação citada, a funcionária nos levou ao arquivo da faculdade, retirou de dentro de uma pasta datada do ano de 1976, o Histórico Escolar e a renovação de matrícula de um dos alunos da primeira turma de administração formada

na instituição e, após xerocá-los, nos forneceu, e, ainda indicou o local onde estava a placa de formatura da turma citada e a foto do primeiro diretor da instituição, e, de imediato, as fotografamos

Ao nos despedir das funcionárias, agradecemos a todas e, em especial, à Rosa Maria Nunes Cavalcante, pela sua gentileza e sua boa vontade na procura e disponibilização da documentação solicitada. E, posteriormente, no mês de agosto, em mais uma visita à cidade, voltamos à FACAL para pegarmos, com a mesma funcionária, outro Histórico, sendo este mais elaborado, como havíamos combinado.

No primeiro Histórico adquirido consta que a autorização de funcionamento da Faculdade de Ciências da Administração do Limoeiro se deu por meio do Parecer de Nº 65/76, pela Resolução de Nº 05/76 do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, bem como pelo Decreto Federal de Nº 83.642 em 17 de maio de 1979.

As informações dão conta, ainda, que a FACAL é uma instituição de Ensino Superior, que tem como mantenedora a Autarquia de Ensino Superior do Limoeiro, entidade jurídica de direito público, criada por meio da Lei Municipal de Nº 1.004 em 13 de dezembro de 1973, vindo a ser modificada em 14 de novembro de 1975 pela Lei Municipal de Nº 1.062. O reconhecimento do Curso de Administração oferecido pela FACAL se deu através da Portaria Ministerial de Nº 024 de 08 de janeiro de 1982, sendo publicado em 12 de janeiro no Diário Oficial da União.

Histórico da FACAL: já no segundo Histórico, além de constarem algumas informações complementares do período da sua fundação já mencionadas, há informações sobre algumas mudanças ocorridas na instituição, entre elas, consta que a instituição iniciou suas primeiras atividades em 1976, nas instalações do Colégio Regina Coeli, que está localizado na Avenida Severino Pinheiro, oferecendo o Curso de Administração no horário noturno, das 19h30min às 22h30min.

Após alguns anos de funcionamento, em 1982, com a construção da sede própria, a FACAL passa a funcionar na Avenida Jerônimo Heráclio, como já citada, uma das mais importantes de Limoeiro. Ainda consta no Histórico, a mudança de nomenclatura da FACAL que, de Faculdade de Ciências da Administração do Limoeiro, passa a ser denominada Faculdade de Ciência Aplicada de Limoeiro. Essa mudança de nome da instituição consta do Decreto de Nº 018, no artigo 1º, “a Faculdade de Ciência da Administração de Limoeiro passa a denominar-se Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro”. Esta mudança foi decretada pelo prefeito Luís Raimundo Medeiros Duarte, em 31 de outubro de 2007.

ANEXO A- Portaria nº 23



Prefeitura Municipal de Limoeiro

Falt

Em 22 de

Março

de 1937.

PORTARIA Nº 23

OK

O Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o grande melhoramento para a cidade, ~~com~~ Ginázio de Limoeiro, já pela sua construção e já pela sua finalidade, considerando que é do dever dos poderes públicos auxiliar esses estabelecimentos, de accordo com as suas possibilidades, resolve determinar que seja cedido pelo preço de custo, a quantidade de saccos que se fizer preciso para a conclusão do Ginázio de Limoeiro, do cimento adquirido por esta Prefeitura, por intermédio da Directoria Geral das Municipalidades, recolhendo-se o producto das vendas aos cofres Municipaes, pela rubrica nº 36 - EVENTUAL.

REGISTRADO

Em 22 de Março de 1937

Na livro nº 14 fls 47.

Em 22 de Março de 1937

P. Aragão
Prefeito

Raymundo Moura Filho

(Raymundo Moura Filho)

Prefeito.

Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1937).

ANEXO B – Ato nº 9

ATO Nº 9

OK

O Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a disposto no nº 16 letra B da Circular nº 2517 de 17 de Dezembro de 1943, do Snr. Dr. Secretário do Interior, não obstante achar-se o Município, com vultoso numero de escolas, resolve subvencionar mais trez cadeiras nos lugares: Gangorra, Murubéba e Varjadas, com os vencimentos mensais de CEM CRUZEIROS (CR\$ 100,00) respectivamente, cobrindo as despêsas das mesmas no corrente ano, pela verba 833 - 8331.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO LIMO-
EIRO, EM 31 DE AGOSTO DE 1945.

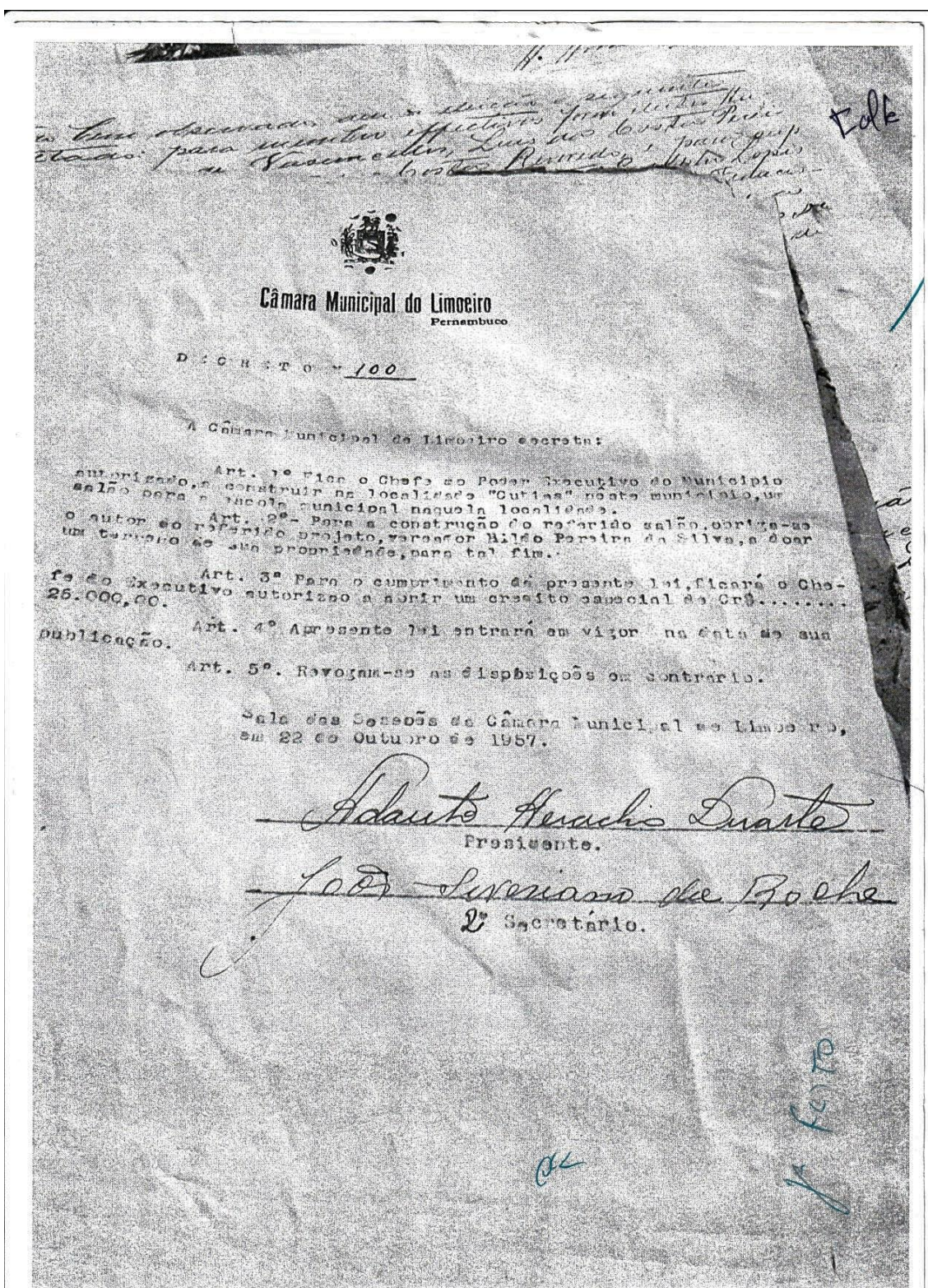
31

36
8
5
Muniz

[Assinatura]
Prefeito.

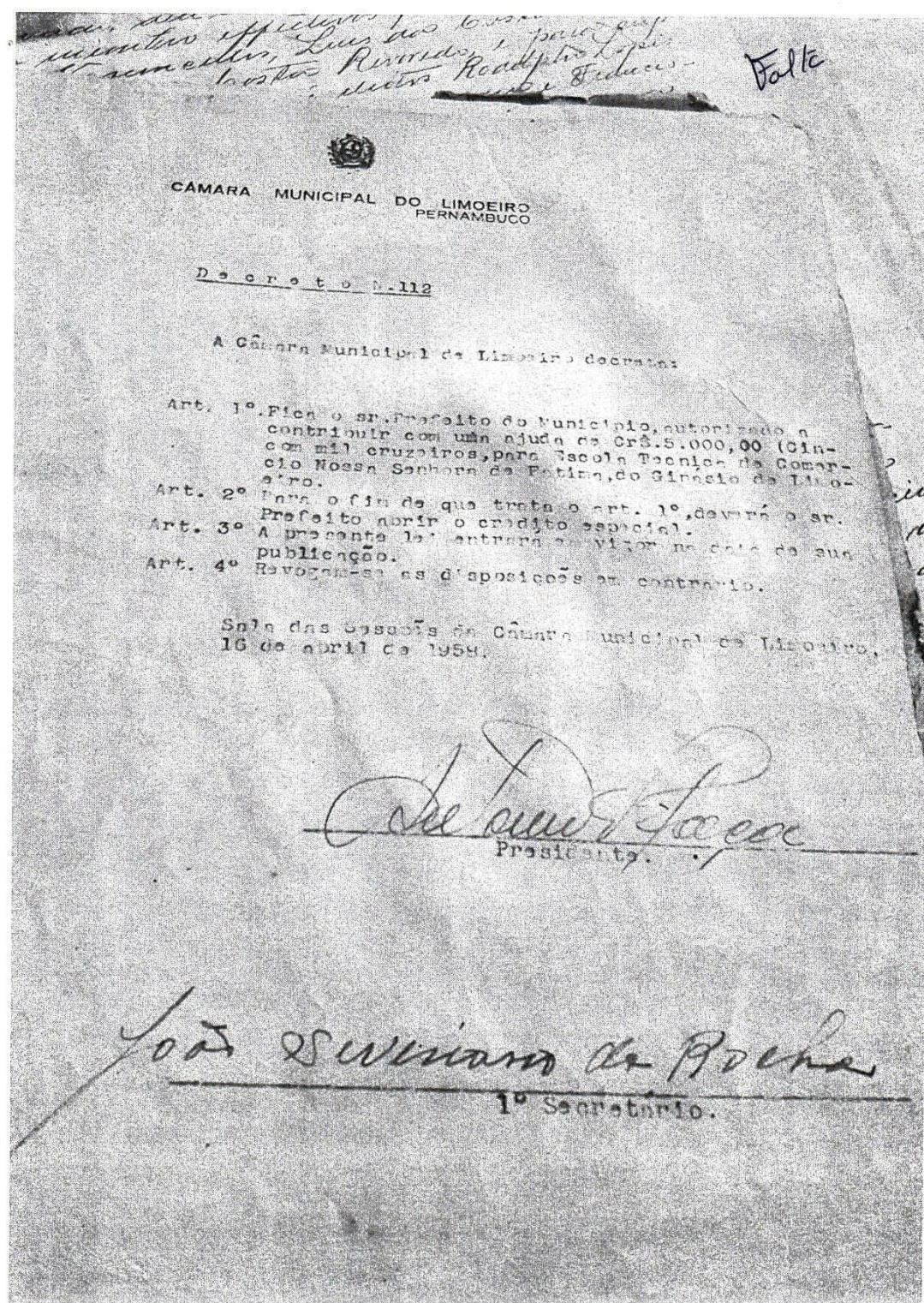
a) Padre Nicolau Pimentel.

ANEXO C- Decreto nº 100



Fonte: Câmara Municipal de Limoeiro, (1957).

ANEXO D- Decreto nº 112



Fonte: Câmara Municipal de Limoeiro, (1958).

ANEXO E-Indicação S/N


 CÂMARA MUNICIPAL DO LIMOEIRO
 LIMOEIRO

OK

(INDICÇÃO)
INDICAÇÃO.

REQUEREMOS que após ouvido o plenário e aprovado seja
 INDICADO ao sr, PREFEITO do MUNICIPIO, a necessidade
 de construir um moderno e magestoso GRUPO ESCOLAR no alto
 de São Sebastião para atender a necessidade da população
 que na sua maioria estão com os seus filhos em idade
 ESCOLAR e sem ESCOLA porque as existentes já não atendem dado
 o seu grande número de frequência.

TAMBÉM SUGERIMOS seja mandado NIVELAR Todas as RUAS trans-
 versais do alto de S. SEBASTIÃO para possível revestimento
 com paralelepípedos ou pedra bruta própria para ruas de arrabal-
 des.

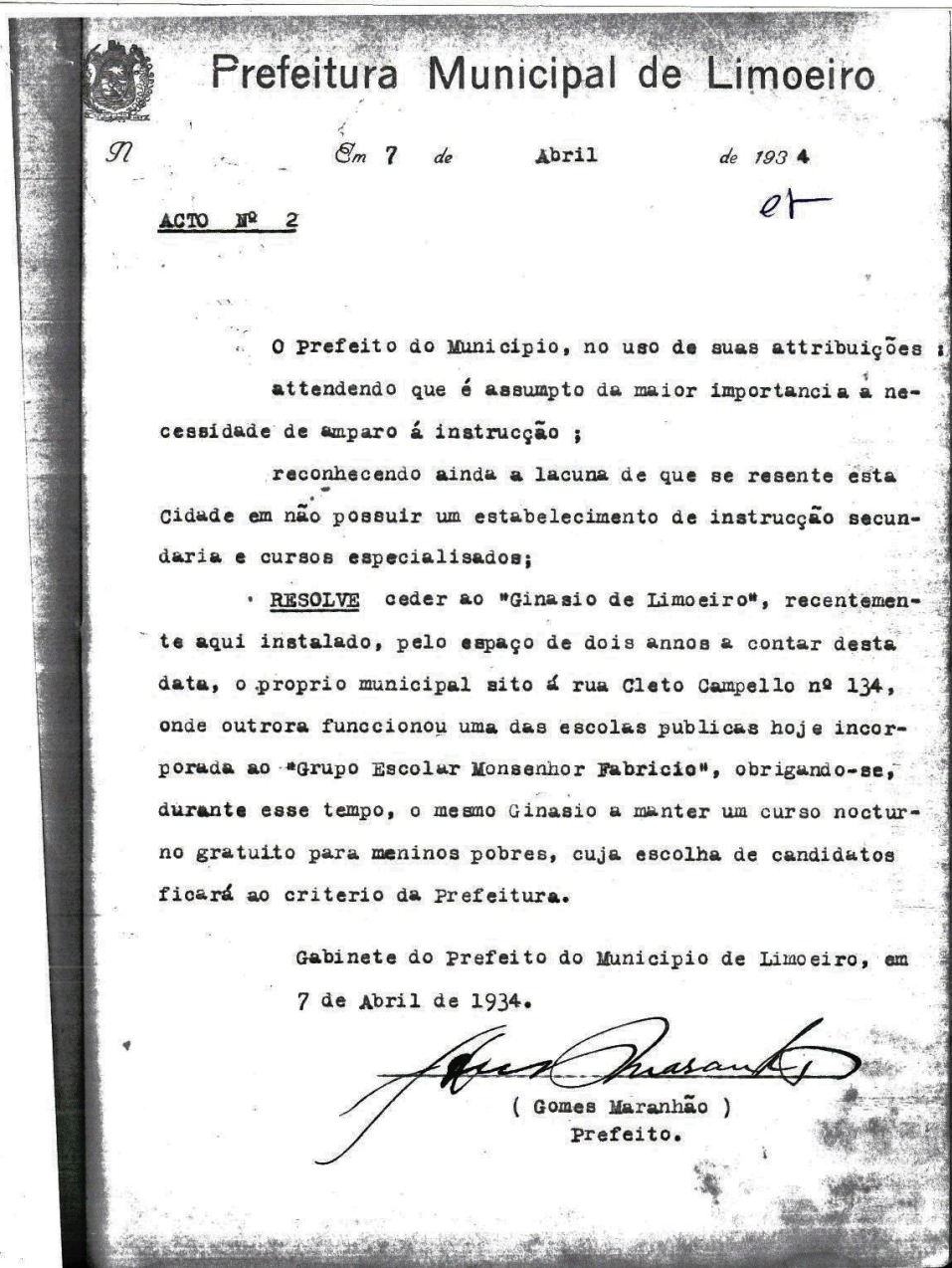
JUSTIFICAÇÃO ORAL.

SALA DAS SESSÕES, 10/ 8/ 1960.

Assinado Cassimiro de Barros
João Antonio Gonçalves
Maurício Cavalcanti
Roberto Pereira Duarte

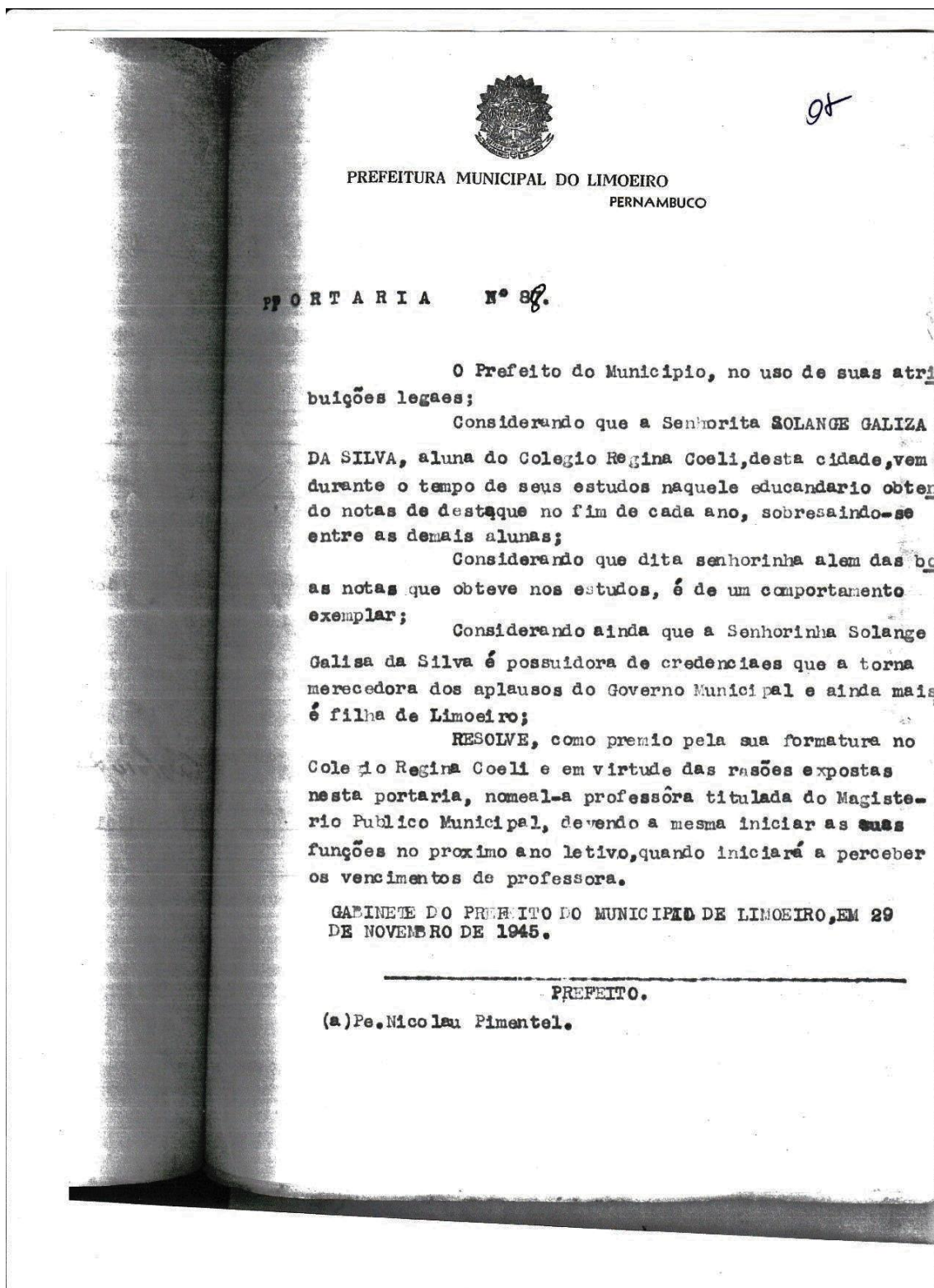
Fonte: Câmara Municipal de Limoeiro (1960).

ANEXO F- Acto nº 2



Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1934).

ANEXO G- Portaria nº 88



Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1945).

ANEXO H- Acto nº 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO

Em 22 de Janeiro de 1936

ACTO Nº 5

Falta

O Prefeito do Município, usando das atribuições legais que lhe são conferidas, tendo em vista a cota dispensada pelo município em benefício do Ginásio de Limoeiro, conforme consta do orçamento vigente, resolve, de acordo com o Diretor daquele estabelecimento, o seguinte :

O Ginásio de Limoeiro ficará obrigado a admitir gratuitamente cinco alunos no curso secundário.

Esses alunos que deverão ser reconhecidamente pobres e que tiverem concluído o 4º ano nas escolas municipais, serão submetidos a um rigoroso exame, sendo aproveitados os cinco alunos que tiverem obtido maiores pontos.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO, em
22 de Janeiro de 1936.


(José Braz Pereira de Lucena)
Prefeito.

ANEXO I- Entrevista do Pe. Adauto Nicolau Pimentel



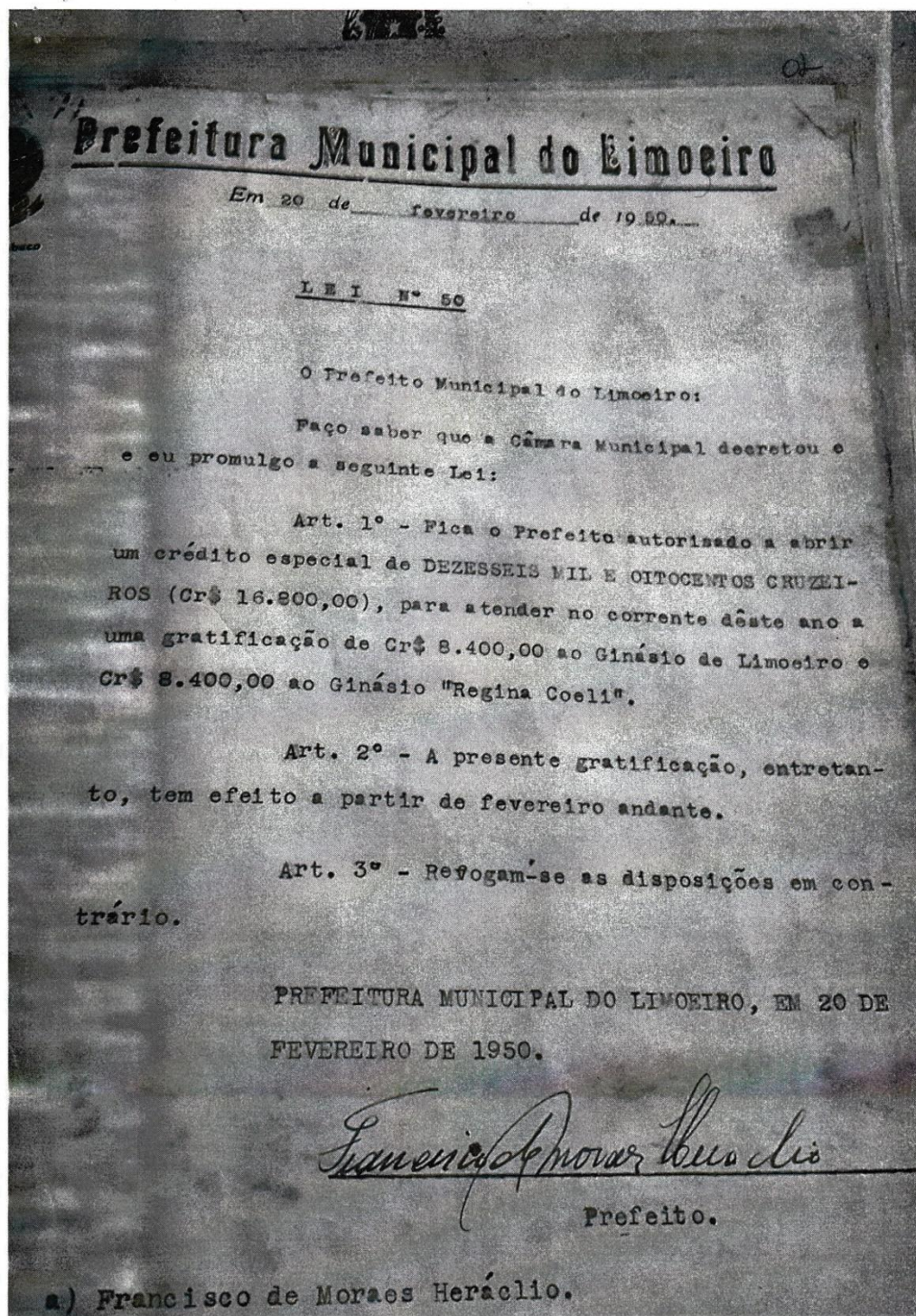
Fonte: Jornal Correio de Limoeiro, (1934).

ANEXO J- Continuação da Entrevista do Pe. Nicolau



Fonte: Jornal Correio de Limoeiro, (1934).

ANEXO K- Lei nº 50



Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1950).

ANEXO L- Acto nº 40

Prefeitura Municipal de Limoeiro

Em 3 de Agosto de 1936

Acto Nº 40

O Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais:

Atendendo que é matéria de grande importância e amparo da instrução pelos poderes públicos; atendendo que o Collegio Regina Coeli ultimamente installado nesta Cidade e em vias de ser equiparado, vem trazendo ao Município grandes benefícios por facilitar aos seus filhos o ensino secundario; atendendo que foi intenção da penultima administração dotar Limoeiro de um collegio como o actual e que para isso chegou a fazer aquisição de um predio para o fim alludido; atendendo ainda que em outros municipios já foram installados alguns collegios com subvenção e dotação para sua construção de accordo com as possibilidades do mesmo:

RESOLVE abrir um **Credito Especial** na importância de cinco contos de reis (5:000\$000) para a construção do predio do Collegio Regina Coeli nesta Cidade.

Este credito poderá ser requisitado em qualquer tempo logo que se iniciem os trabalhos de construção do referido collegio.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE LIMOEIRO, EM 3 DE AGOSTO DE 1936.

[Assinatura]
Prefeito.

ANEXO M- Portaria nº 41


PREFEITURA MUNICIPAL DO LIMOEIRO
PERNAMBUCO

ot

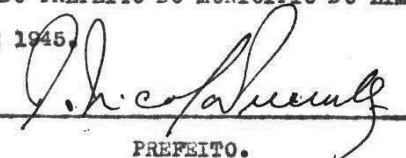
PORTARIA Nº 41

REGISTRADO
LIVRO 15 FLS 337.34
EM 12 DE 5 1945
SECRETARIO *Arruda*

O Prefeito do Município, no uso de suas atribuições legais, resolve nomear interinamente, Ester de Arruda e Silva, para exercer as funções de professora no Grupo Escolar Monsenhor Fabricio, desta Cidade, enquanto durar o impedimento da professora Maria Rosa de Lemos, que se acha em gozo de licença.

A presente portaria é considerada em vigor desde o dia 6 do corrente.

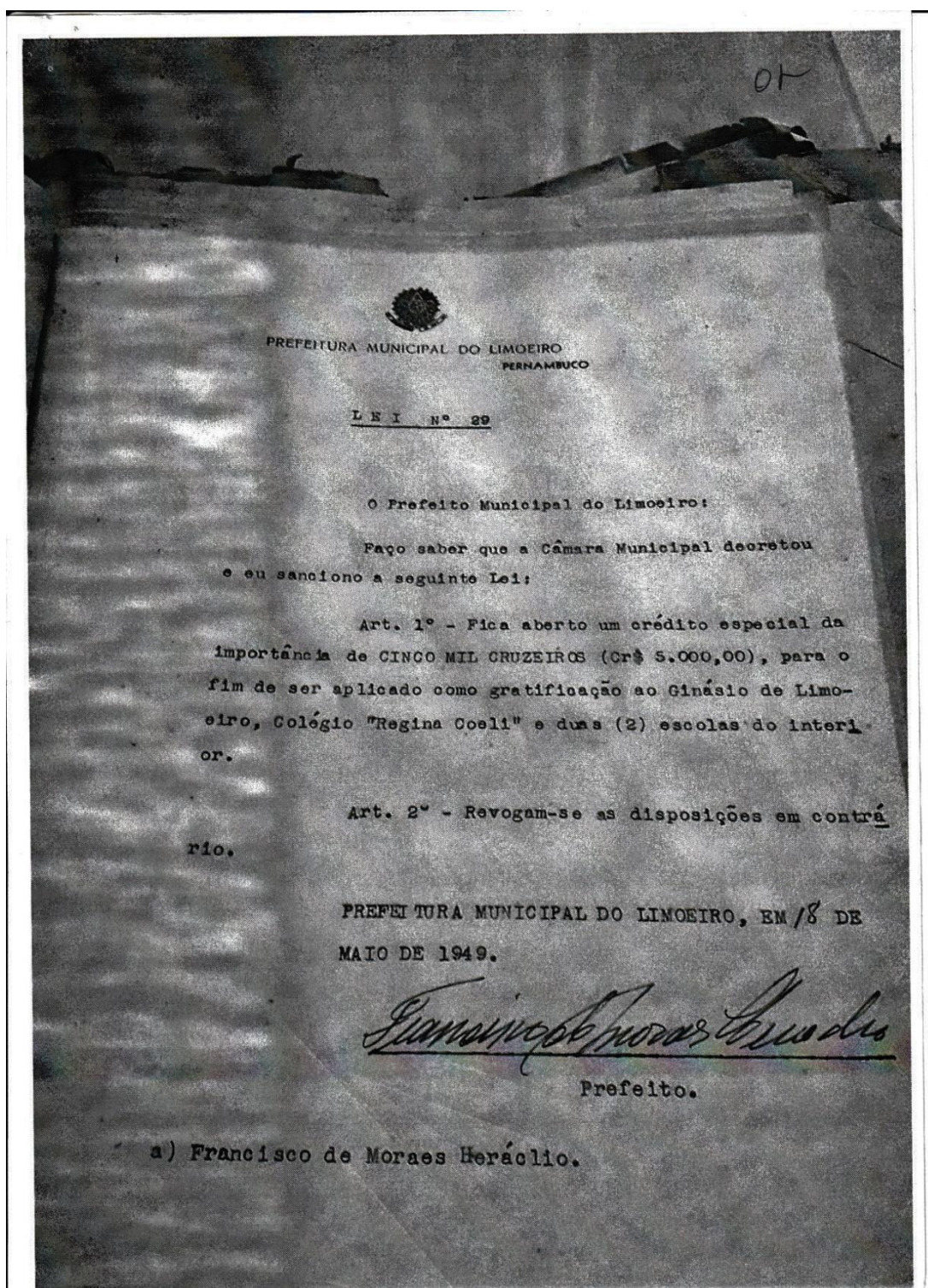
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DO LIMOEIRO, EM 12 DE MAIO DE 1945.


PREFEITO.

a) Padre Nicolau Pimentel.

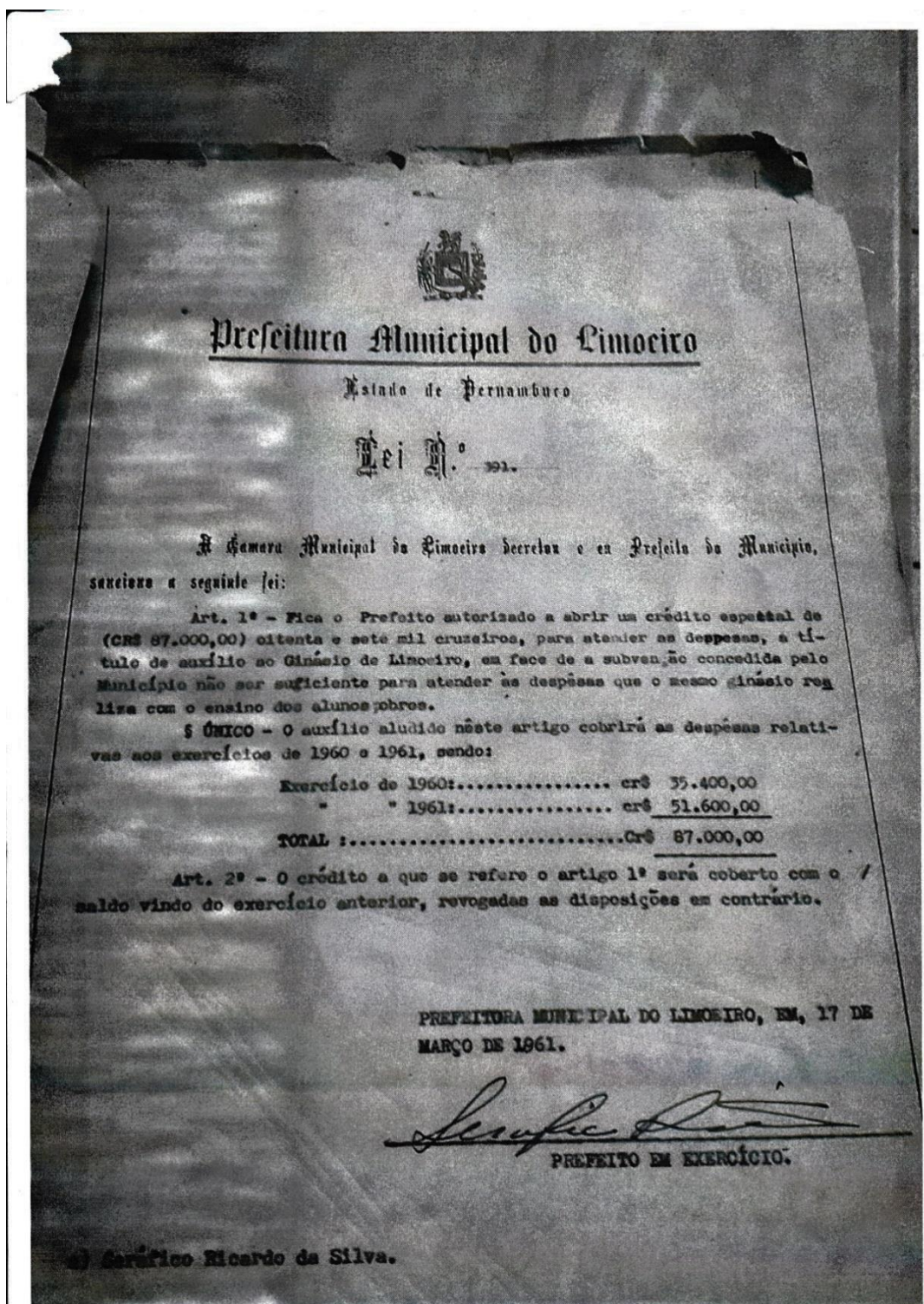
Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1945).

ANEXO N- Lei nº 29



Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1949).

ANEXO O- Lei nº 391



Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1961).

ANEXO P- Justificação do Projeto nº 12 de Decreto-Lei

L. O. - 18
11392


PREFEITURA MUNICIPAL DO LIMOEIRO
PERNAMBUCO

JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO Nº 12 DE
DECRETO-LEI

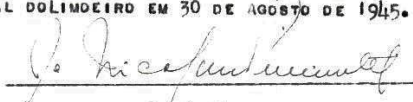
ESTA PREFEITURA, ADQUIRIU POR COMPRA, EM 1932,
PRÉDIOS VELHOS EM TERRENS PRÓPRIOS LOCALISADOS A PRAÇA COSTA PE-
NEIRA, DESTA CIDADE, PELA IMPORTÂNCIA DE CR\$ 9.200,00, COM O FIM ES-
PECIAL DE DEMOLI-LOS, E NO MESMO LOCAL CONSTRUIR NOVO PRÉDIO E FAZER
INSTALAÇÃO ADPTADA PARA FUNCIONAR UM COLÉGIO QUE SERIA REGIDO POR
IRMÃS DE CARIDADE.

VERIFICADO, DEPOIS, CERTAS INCONVENIÊNCIAS DO LOCAL, FIDA-
M OS ALUDIDOS PRÉDIOS SEM SERVIENTIAS

DIANTE DO EXPOSTO, ENTENDE A ADMINISTRAÇÃO SER CONVENI-
ENTE ALIENAR OS CITADOS PRÓPRIOS, MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, S-
ENDO DE BASE A OFERTA DE CR\$ 30.000,00, FEITA PELO SR. OTAVIO DE ME-
LO BORGES.

DIANTE DAS RASÕES ACIMA EXPOSTAS, É DE ESPERAR QUE O
CONSELHO ADMINISTRATIVO DO ESTADO, DE APROVAÇÃO AO CITADO PROJETO.

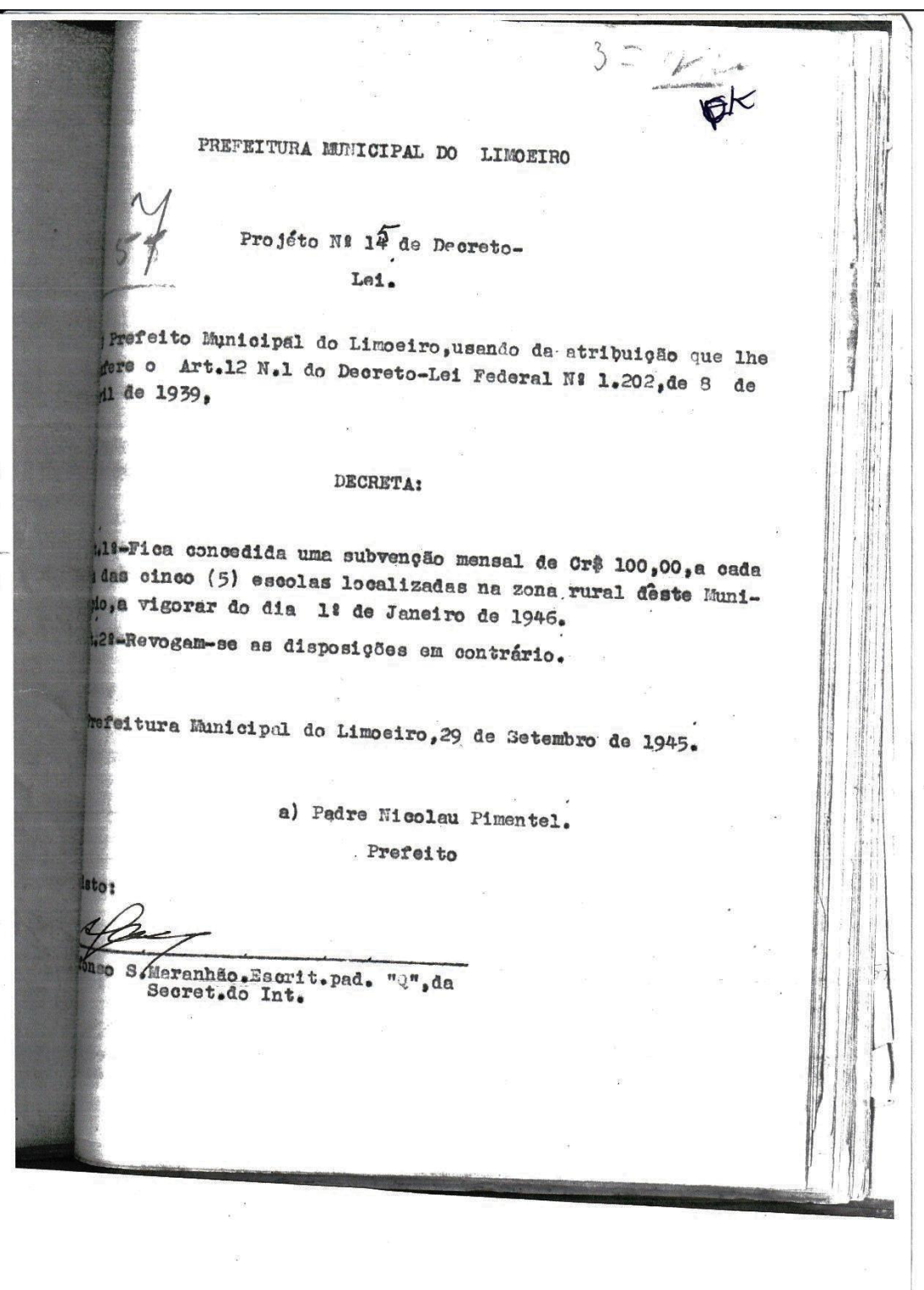
PREFEITURA MUNICIPAL DO LIMOEIRO EM 30 DE AGOSTO DE 1945.


Prefeito

a) Pe. Nicolau Pimentel.

Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1945).

ANEXO Q- Projeto nº 15 de Decreto-Lei



Fonte: Prefeitura Municipal de Limoeiro, (1945).

ANEXO R- Nota do Jornal Correio de Limoeiro sobre a Rifa do Pe. Adauto Nicolau Pimentel

Correio de Limoeiro

COSTO Gymnasio de Limoeiro

g. 4

oderá cu-
antimen-
e. Neste
levariam
statutos
enejado,
voltar a
r tendo
a bene-
uar esta
o voltar
er direi-
60 dias
assim.
s da so-
guarda-
ousas a
e, mas
empo...
ton-se,

No intuito de equiparar este estabelecimento de ensino que muito honra Limoeiro o illustre sr. padre Nicolau Pimentel está desenvolvendo grande actividade. Para a aquisição do material indispensavel á equiparação aquelle esforçado sacerdote vae levar a effeito uma rifa. A população de Limoeiro, especialmente os chefes de familia devem de prestar ao devido apoio o director do Gynasio para que elle obtenha pleno exito nesta iniciativa.

—Esteve nesta cidade, na semana corrente, o jovem Mario Barbosa da Silva, residente em Bom Jardim onde é commer-

Realis
cidade
lace ma
dr. Oct
compet
prendac
sabeth
lecta fill
reira Na
de Luce
no Rio
A noi
sr. cel.
Barbosa
Resid
cuja soc
ras de
Os a
realisar
milia d
Felic
Festa

Fonte: Jornal Correio de Limoeiro, (1934).

ANEXO S- Transcrição da Certidão de Compra e Venda do Ginásio de Limoeiro para o Estado de Pernambuco

República Federativa do Brasil



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO
1º TABELIONATO E REGISTRO DE IMÓVEIS
MUNICÍPIO E COMARCA DO LIMOEIRO/PE.
 Rua da Matriz, nº 42 - Fone: (81) 3628 - 0290
MAIR DE CASTRO CAVALCANTI
Tabelião Oficial
 cartimoveislimoeiro@hotmail.com

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, a requerimento de parte interessada ROSEANE SILVA SOUZA, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº 529.387.194-34, conforme protocolo nº 5550, que após as competentes buscas nos livros e fichas deste Serviço Registral de Imóveis, verifiquei constar a Matrícula 9098, com o seguinte teor: **Dados do Imóvel:** Três prédios situados na Avenida Jerônimo Heráclio nesta cidade, construídas em terreno foreiro ao Patrimônio Público Municipal, terreno esse com 67,00 (sessenta e sete metros) de frente e fundos e 116,80 (cento e dezesseis metros e oitenta centímetros) de ambos os lados, em linha reta os quatro lados, no qual estão situados os prédios nºs 205, 221 e 255, com as seguintes características e confrontações: a) o de nº 205, em um terreno com 12,00m (doze metros) de frente e fundos e 116,80 (cento e dezesseis metros e oitenta centímetros) de ambos os lados, em linha reta, em um só pavimento, onde funciona a Secretaria do Colégio Estadual de Limoeiro, com todas as suas dependências, confrontando-se na frente, com o leito da Avenida; atrás, com o Rio Capibaribe; à esquerda com terreno e prédio do Ginásio de Limoeiro e, a direita, com o beco do Juá; b) o de nº 221, em um terreno com 33,40 (trinta e três metros e quarenta centímetros) de frente e fundos e 116,80 (cento e dezesseis metros e oitenta centímetros) de ambos os lados, em linha reta, com três pavimentos onde funciona o Ginásio de Limoeiro (o edifício sede, central) com todas as suas dependências e equipamentos, confrontando-se na frente, com o leito da Avenida; atrás, com o Rio Capibaribe; a esquerda, com terreno e prédio nº 255, do outorgado vendedor, e a direita, com terreno e prédio nº 205, também do vendedor.

Dados do Proprietário: Padre Nicolau Adauto Pimentel.

Registro Anterior: Livro 3-AL, fls. 32, nº 20.516; Livro 3, fls. 01, nº 2.661, em: 29/01/1938 e Livro 3-AL, fls. 32, nº 20.515, em: 22/12/1972.

R-1 - 9098 - EM 10.12.2007 - Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no Livro 151, fls. 139/142v, em: 22/12/1972, pelo Cartório do 2º Ofício desta Comarca, o imóvel acima matriculado foi adquirido por **O ESTADO DE PERNAMBUCO**, neste ato representado pelo Dr. Promotor Público da 1ª Vara desta Comarca de Limoeiro, designado que fora pelo Exmo. Sr. Governador do Estado através do ato nº 2079 de 30 de agosto de 1972, publicado no Diário Oficial nº 168, de 31/08/1972, página 3985, por compra feita a PADRE NICOLAU ADAUTO PIMENTEL, que também assina Padre Nicolau Pimentel, CPF nº 003.744.744, brasileiro, solteiro, sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, residente nesta cidade, por si e ainda na qualidade de Presidente Vitalício da Sociedade Civil Ginásio de Limoeiro. Valor da Compra: Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros). Subcrevo e assino. Dou fé. Em testemunho sinal da verdade, Mair Cavalcanti. 1º Deleg. Reg. Imóveis 1º Tab. Notas.

O referido é verdade. Dou fé. Para efeito de lavratura de atos notariais, a

VALÍDIO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco

presente certidão é válida por 30 (trinta) dias, conforme item IV, art. 1º, do Decreto nº 93.240, de 09.09.1986. O referido é verdade; dou fé. Emolumentos R\$ 21,81, TSNR R\$ 5,13, FERC R\$ 2,57 e ISS R\$ 1,28. DADA E PASSADA nesta cidade e comarca de Limoeiro, Estado de Pernambuco, aos 09 de abril de 2019. Eu, Carlos Alberto Alves de Queiroz, Tabelião/Substituto do Cartório de Registro Geral de Imóveis, fiz digitar e assino. Selo 0073862.ODB01201902.00348. Consulte autenticidade em www.tpe.jus.br/selodigital.

a) CARLOS ALBERTO ALVES DE QUEIROZ - 2º SUBSTITUTO.

Selo digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Selo: 0073862.00001201902.00348
Data: 09/04/2019 12:41:39
Assinado digitalmente por
CARLOS ALBERTO ALVES DE QUEIROZ

Assinado digitalmente por
Mair de Castro Cavalcanti
Tabelião Oficial

Fonte: Cartório de Imóveis Mair Cavalcanti, (2019).

ANEXO T- Certidão de Registro do Estatuto do Ginásio de Limoeiro



ESTADO DE PERNAMBUCO
CARTÓRIO DO 2º. OFÍCIO
ELAINE DE A. MOURA SANTOIANNI
Tabeliã

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada que revendo o Livro de Registro de Pessoas Jurídicas A - 01, a cargo deste Cartório, dele consta às fls. 15, sob o nº 14, o **REGISTRO DO ESTATUTO DO GINÁSIO DO LIMOEIRO**, do teor seguinte: "Estatuto do Ginásio do Limoeiro. Art. 1º - O Ginásio de Limoeiro é uma Sociedade Civil fundada em 1934, que se destina à divulgação da doutrina cristã e à instrução primária e secundária de rapazes, mantendo para esse fim, internato, semi-internato e externato. Art. 2º - A Sociedade tem sua sede e foro nesta Cidade de Limoeiro, do Estado de Pernambuco, e será representada, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, pelo seu Presidente Perpétuo, Padre Nicolau Adauto Pimentel, unanimemente eleito na assembleia geral constitutiva. Art. 3º - O patrimônio da sociedade é constituído pelos móveis, utensílios e nome "Ginásio de Limoeiro", doados com reserva de reversão, à sociedade, pelo Padre Nicolau Adauto Pimentel e também pelos contribuintes e subvenções que vier a receber. Art. 4º - A sociedade será administrada pelo seu Presidente Perpétuo, um secretário e um tesoureiro e demais auxiliares que se fizerem necessários à boa marcha dos serviços, eleitos pela assembleia geral, mas tendo o Presidente Perpétuo o direito de velar os eleitos. Art. 5º - Competirá o tesoureiro substituir o Presidente nos seus impedimentos e faltas. Art. 6º - Ao Secretário incube lavrar as atas, inclusive os da assembleia geral e consignar, em livro especial, as eleições da diretoria em conjunto, quando para esse fim convocadas pelo Presidente Perpétuo. Art. 7º - Os presentes estatutos são reformáveis mediante prévio parecer favorável do Presidente Perpétuo. Art. 8º - Os membros da Sociedade não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. Art. 9º - No caso de dissolução da sociedade todos os seus bens pertencerão ao Presidente Perpétuo ou aos seus herdeiros ou sucessores. Art. 10º - Em caso de falecimento do Presidente Perpétuo a direção do Ginásio de Limoeiro passará perpetuamente, à sua irmã D. Maria do Livramento Pimentel. Art. 11º - A Sociedade, que é por tempo indeterminado, se dissolverá mediante resolução do Presidente Perpétuo. Art. 12º - Haverá cada ano, no último dia útil do mês de dezembro, uma assembleia geral ordinária que resolverá soberanamente acerca de todos os interesses sociais, estando, apenas, sujeita ao veto do Presidente Perpétuo a eleição dos diretores. Art. 13º - As assembleias extraordinárias só poderão ser convocadas pelo Presidente Perpétuo. Art. 14º - São sócios todos os presentes à assembleia geral da constituição, cujas assinaturas constarem da respectiva ata e os que futuro forem unanimemente aceitos pelos fundadores. Aprovados na assembleia geral da constituição de 13 de junho de 1950. aa) Pe. Adauto Nicolau Pimentel. Ana Benícia Pimentel. Maria do Livramento Pimentel. Lindolfo Cabral Pimentel. Zélia

Cabral Pimentel. Reconheço as firmas supra de Nicolau Adauto Pimentel, Ana Benícia Pimentel, Maria do Livramento Pimentel, Lindolfo Cabral Pimentel e Zélia Cabral Pimentel, dou fé. Limoeiro, 14 de junho de 1950. Em testº (sinal) da verdade, o 2º Tab. Público Agenor Marinho Freire. O Of. subst. Hilton Cabral de Arruda. Apontado em Protocolo às fls. 58 vide 62 e livro E, fls. 37 Subcrevo e assino. Limoeiro 8 de agosto de 1950. O of. Agenor Marinho Freire." O referido é verdade, dou fé. DADA e PASSADA nesta cidade do Limoeiro, Estado de Pernambuco, aos oito (08) dias do mês de julho do ano de dois mil e quatro (2004). Elaine de A. Moura Santoianni Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas, fiz digitar e subcrevi.

Fonte: Egrinaldo Bezerra de Melo, (2015).